



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 135 QUINTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2016



BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1DF4E97200136297.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Vago

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 132ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 24 DE AGOSTO DE 2016	8
1.1 – ABERTURA	10
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	10
1.2.2 – Oradores	
SENADOR LASIER MARTINS - Defesa da necessidade de uma terceira ponte sobre o Rio Uruguai, ligando o Rio Grande do Sul à Argentina; e outros assuntos.	11
SENADORA ANGELA PORTELA - Críticas ao Governo Federal pela redução dos investimentos nas universidades públicas; e outro assunto.	13
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Apoio à contenção de despesas do Governo Federal.	14
1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Paulo Paim)	
Esclarecimentos sobre as inscrições para uso da palavra na sessão de julgamento da Presidente da República afastada, Dilma Vana Rousseff	18
1.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Críticas às medidas adotadas no governo do Presidente em exercício, Michel Temer; e outros assuntos	18
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Insatisfação com o anúncio de redução dos investimentos federais em obras de aeroportos do País; e outros assuntos.....	21
SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Satisfação com os dados divulgados pela Andifes referente à pesquisa de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras; e outros assuntos.....	24
SENADORA ANA AMÉLIA – Críticas aos argumentos utilizados pelos Senadores contrários ao processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff; e outros assuntos.....	27
SENADOR PEDRO CHAVES – Homenagem à cidade de Campo Grande-MS.....	30
SENADOR VALDIR RAUPP – Contentamento com o sucesso da 31ª Olimpíada, realizada no Rio de Janeiro; e outro assunto.	31
SENADORA LÍDICE DA MATA – Homenagem aos medalhistas e aos demais atletas brasileiros pelo desempenho nas Olimpíadas realizadas no Rio de Janeiro.	33
SENADOR PAULO PAIM – Manifestação acerca da necessidade de apreciação da Medida Provisória nº 723/2016, que prorroga o prazo do Mais Médicos por três anos; e outro assunto.	34
1.2.5 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Realização de sessões deliberativas em 8, 12, 13 e 21 de setembro próximo, em razão das campanhas para as eleições municipais	38
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item extrapauta	
Parecer nº 749/2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 77/2016 (nº 406/2016, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Aprovado (votação nominal)	48
1.3.2 – Item extrapauta	
Parecer nº 750/2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 65/2016 (nº 350/2016, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. CHARLES GNO NOGUEIRA BENIZ, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Aprovado (votação nominal)	49



1.3.3 – Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 47/2016 (apresentado como conclusão do Parecer nº 748/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *autoriza o Município de Corumbá – MS a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (FONPLATA), no valor total de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. **Aprovado** 51

Redação final do Projeto de Resolução nº 47/2016 (**Parecer nº 751/2016**). **Aprovada**. À promulgação 51

1.3.4 – Item 1

Projeto de Lei do Senado nº 389/2015-Complementar, do Senador Ricardo Ferraço, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o aumento das despesas de pessoal no último ano do mandato, assim como o aumento de despesa com pessoal após o final do mandato do titular do respectivo Poder*. **Aprovado, com emenda** (votação nominal) 52

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 389/2015-Complementar (**Parecer nº 752/2016-CDIR**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados 53

1.3.5 – Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2016 (nº 4/2015, na Câmara dos Deputados), que *altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios*. **Aprovada, em primeiro turno e segundo turnos** (votação nominal). À promulgação 57

1.3.6 – Item 9

Projeto de Lei da Câmara nº 32/2016 (nº 2.747/2015, na Casa de origem), que *dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências*. **Aprovado, após Pareceres nºs 753/2016-CCJ e 754/2016-CAE**. À sanção 73

1.3.7 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei de Conversão nº 16/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 723/2016), que *prorroga o prazo de dispensa de que trata o art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013*. 85

Projeto de Lei de Conversão nº 19/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 724/2016), que *altera a Lei nº 12.651, de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos de inscrição no Cadastro Ambiental Rural e adesão ao Programa de Regularização Ambiental*. 85

1.3.8 – Inclusão em Ordem do dia

Inclusão dos Projetos de Lei de Conversão nºs 16 e 19/2016 (provenientes das Medidas Provisórias nºs 723 e 724/2016) na Ordem do Dia da presente sessão 85

1.3.9 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)

A Presidência comunica ao Plenário que a Medida Provisória nº 722/2016, recebida ontem, não será lida, tendo em vista o acordo de não pautar medidas provisórias que cheguem ao Senado Federal com menos de sete dias para o término de sua vigência 85

1.3.10 – Item extrapauta

Projeto de Lei de Conversão nº 16/2016, que *prorroga o prazo de dispensa de que trata o art. 16 da Lei nº 12.871, de 2013 - Programa Mais Médicos* (proveniente da Medida Provisória nº 723/2016). **Aprovado** (prejudicada a Medida Provisória nº 723/2016). À sanção. 89

1.3.11 – Item extrapauta

Projeto de Lei de Conversão nº 19/2016, que *altera a Lei nº 12.651, de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos de inscrição no Cadastro Ambiental Rural e adesão ao Programa de Regularização Ambiental* (proveniente da Medida Provisória nº 724, de 2016). **Aprovado** (prejudicada a Medida Provisória nº 724/2016). À sanção 90

1.3.12 – Item extrapauta

Projeto de Decreto Legislativo nº 20/2016 (nº 139/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997*. **Aprovado, após Parecer nº 755/2016-CRE**. À promulgação. 90

1.3.13 – Item extrapauta

Projeto de Decreto Legislativo nº 21 (nº 492/2016, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015*. **Aprovado, após o Parecer nº 756/2016-PLEN**, proferido pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. À promulgação 91

1.3.14 – Requerimento

Nº 633/2016, da Comissão interna destinada a elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de navegação, de prorrogação do prazo para apresentação de emendas e fixação de novo calendário para apresentação dos Relatórios Parciais e Geral e para votação do Parecer. **Aprovado** 91



1.3.15 – Apreciação de requerimentos

Nº 625/2016, do Senador Humberto Costa. Aprovado.	91
Nº 626/2016, da Senadora Fátima Bezerra. Aprovado.	91
Nº 627/2016, do Senador Antonio Carlos Valadares. Aprovado.	91
Nº 628/2016, do Senador Roberto Requião. Aprovado.	91
Nº 629/2016, da Senadora Fátima Bezerra. Aprovado.	91

1.3.16 – Requerimentos

Nº 634/2016, do Senador Renan Calheiros, de autorização para desempenho de missão no período de 30 de agosto do corrente a 6 de setembro próximo. Aprovado.	91
Nº 635/2016, do Senador Ataídes Oliveira, de autorização para desempenho de missão no período de 30 de agosto do corrente a 6 de setembro próximo. Aprovado.	91

1.3.17 – Apreciação de requerimentos

Nº 630/2016, do Senador Roberto Requião. Aprovado.	92
Nº 632/2016, do Senador Hélio José. Aprovado.	92

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA**1.4.1 – Oradores**

SENADOR REGUFFE - Preocupação com a crise política ocorrida no Distrito Federal.	92
SENADORA ROSE DE FREITAS - Considerações sobre a aprovação do texto base da LDO; e outro assunto.	93
SENADOR PAULO PAIM - Elogios à Rádio Senado pela reportagem "Terceirização. Avanço ou Retrocesso?"; e outro assunto.	95
1.5 – ENCERRAMENTO	96

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 132ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Comunicações**

Do Senador Humberto Costa, de participação de S. Exª em missão realizada nos dias 11 e 12 de agosto último (Expediente S/nº/2016)	97
Do Senador Roberto Requião, de participação de S. Exª em missão realizada em 11 de julho último (Expediente s/nº/2016)	97
Da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia, no Senado Federal, de indicação do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do referido Bloco (Memorando nº 53/2016)	97

2.1.2 – Discurso encaminhado à publicação

Senadora Fátima Bezerra	99
-------------------------------	----

2.1.3 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 21/2016 (nº 492/2016, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015. Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao referido Projeto</i>	101
Projeto de Lei de Conversão nº 16/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 723/2016), que <i>prorroga o prazo de dispensa de que trata o art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013 (Ofício nº 1.328/2016)</i>	110
Projeto de Lei de Conversão nº 19/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 724/2016), que <i>altera a Lei nº 12.651, de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos de inscrição no Cadastro Ambiental Rural e adesão ao Programa de Regularização Ambiental (Ofício nº 1.330/2016)</i>	113

2.1.4 – Mensagens do Presidente da República em exercício

Nº 82/2016 (nº 461/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Côte d'Ivoire (Costa do Marfim)	116
Nº 83/2016 (nº 462/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Omã	151
Nº 84/2016 (nº 463/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MARCO CALERO FARIA GARCIA para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica	174

2.1.5 – Ofício da Câmara dos Deputados

Nº 74/2016, na origem, de arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 378/2012	193
--	-----



2.1.6 – Ofício do Ministro de Estado de Minas e Energia	
Nº 151/2016, na origem, em resposta ao Requerimento nº 252/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin	194
2.1.7 – Pareceres	
Nº 748/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 81/2016 (conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 47/2016; abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao referido Projeto)	194
Nº 749/2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 77/2016	203
Nº 750/2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 65/2016	207
Nº 757/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 80/2015.	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao referido Projeto	211
2.1.8 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 318/2016, do Senador Cidinho Santos, que <i>acrescenta art. 879-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista, e dá outras providências</i>	217
Nº 319/2016, do Senador Telmário Mota, que <i>acresce ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – o art. 578-A, para disciplinar os pedidos de vistas no âmbito dos tribunais</i>	221
Nº 320/2016, do Senador Lasier Martins, que <i>acrescenta o art. 64-A à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para ampliar os casos de retenção na fonte do Imposto sobre a Renda por Estados e Municípios</i>	226
Nº 321/2016, do Senador Telmário Mota, que <i>acrescenta os incisos XIX e XX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador nos casos de adoção ou nascimento de filho</i>	231
Nº 322/2016, do Senador Eduardo Amorim, que <i>altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS para o pagamento de empréstimo consignado, de curso de nível superior ou de cirurgias essenciais à saúde</i>	235
Nº 323/2016, do Senador Hélio José, que <i>Acrescenta dispositivos à Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 para conceder direito aos advogados ao adiamento de atos processuais em que deva intervir em caso de maternidade, paternidade, luto e outros direitos</i>	240
2.1.9 – Requerimentos	
Nº 622/2016, da Senadora Simone Tebet e outros Senadores, de voto de aplauso e congratulações à Cidade de Campo Grande - MS	251
Nº 623/2016, do Senador Lasier Martins, de voto de solidariedade à República Italiana em razão da tragédia provocada por forte terremoto na madrugada do dia 24 do corrente	254
Nº 624/2016, do Senador Alvaro Dias, de realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União nos contratos de concessões ferroviárias	256
Nº 625/2016, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão em 14 a 17 de setembro próximo	259
Nº 626/2016, da Senadora Fátima Bezerra, de autorização para desempenho de missão em 15 a 17 de setembro próximo	260
Nº 627/2016, do Senador Antonio Carlos Valadares, de autorização para desempenho de missão em 15 a 17 de setembro próximo	261
Nº 628/2016, do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão em 15 a 17 de setembro próximo	262
Nº 629/2016, da Senadora Lídice da Mata, de autorização para desempenho de missão em 18 a 23 de setembro próximo	263
Nº 630/2016, do Senador Roberto Requião, de autorização para desempenho de missão em 18 a 23 de setembro próximo	264
Nº 631/2016, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 10 de outubro próximo, destinada a comemorar os 40 anos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho	266
Nº 632/2016, do Senador Hélio José, de autorização para desempenho de missão no período de 31 de agosto do corrente a 3 de setembro próximo	269
2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
2.2.1 – Parecer nº 749/2016	
Lista de votação	274
2.2.2 – Parecer nº 750/2016	
Lista de votação	276
2.2.3 – Projeto de Resolução nº 47/2016	
Redação final (Parecer nº 751/2016 -CDIR)	278
2.2.4 – Projeto de Lei do Senado nº 389/2015-Complementar	
Redação final (Parecer nº 752/2016 -CDIR)	281
Lista de votação	284



2.2.5 – Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2016

Matéria aprovada..... 286

Listas de votação..... 290

2.2.6 – Projeto de Lei da Câmara nº 32/2016

Pareceres nºs 753/2016-CCJ; 754/2016- CAE..... 294

Matéria aprovada..... 310

2.2.7 – Projeto de Lei de Conversão nº 16/2016

Matéria aprovada..... 313

2.2.8 – Projeto de Lei de Conversão nº 19/2016

Matéria aprovada..... 314

2.2.9 – Projeto de Decreto Legislativo nº 20/2016

Parecer nº 755/2016-CRE 315

Matéria aprovada..... 323

2.2.10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 21/2016

Matéria aprovada..... 324

2.2.11 – Requerimento nº 633/2016

Matéria lida e aprovada..... 325

2.2.12 – Requerimento nº 634/2016

Matéria lida e aprovada..... 328

2.2.13 – Requerimento nº 635/2016

Matéria lida e aprovada 329

PARTE III

3 – RESOLUÇÃO

Nº 34/2016..... 330

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 332**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**..... 333**6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** 336**7 – LIDERANÇAS** 337**8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**..... 340**9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 362**10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES** 367**11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**..... 420

132ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 24 de Agosto de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Paulo Paim, Raimundo Lira e Reguffe.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 21 horas e 46 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

132ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas Período: 24/08/2016 07:00:00 até 24/08/2016 21:50:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PV	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PR	MT	Cidinho Santos	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X

Emissão 24/08/2016 21:46:43



Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PMDB	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X	
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PSDB	SP	José Aníbal	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PSD	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PP	GO	Wilder Moraes	X	X
PTB	MG	Zezé Perrella	X	X

Compareceram 79 senadores.



ATA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide item 2 do sumário)**

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, solicito a inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Medeiros, como Líder.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Angela, como comunicação inadiável.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, também para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Fátima.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E eu sou o terceiro da comunicação inadiável, pois me parece que como Líder já preencheu, não é, Senador Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente, pela indicação que tenho aqui. Mas vamos à leitura.

Senador Lindbergh para comunicação inadiável.

Como Líder, Senador Medeiros, Senador Humberto e Senador Pedro Chaves.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Gostaria de solicitar a minha inscrição, porque já vou assinar o livro, e também gostaria de saber se, nessa ordem, estou muito atrás na fila.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª, se for como oradora inscrita, está na 21ª posição.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Está certo.

Obrigada, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Na mesma linha, Presidente, V. Exª poderia dizer a minha ordem nas inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª está na sétima posição.

Senador Lasier Martins, como orador inscrito, está convidado a ir à tribuna.

Senadora Vanessa está em sétimo lugar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, Sr. Presidente, pelos meus cálculos eu era a segunda inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como ontem não houve sessão, Senadora Vanessa... Mas este Senador está em terceiro lugar. Se lhe atender, passo V. Exª para o terceiro lugar e eu vou para o sétimo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço muito, porque a inscrição de ontem veio para hoje e a de hoje foi para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E faço isso até como forma de atender às reclamações que V. Exª fez ontem, lá no Congresso – eu estava assistindo –, com justa razão. Então agora eu dou o meu lugar a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Obrigada, Senador Paim. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi uma forma de cumprimentar V. Exª pela fala de ontem. Achei que V. Exª foi muito feliz na fala de ontem, na sessão do Congresso, em solidariedade às mulheres.

Senador Lasier Martins, com a palavra por dez minutos.



O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, meu prezado conterrâneo, companheiro e Presidente dos trabalhos, Paulo Paim.

Senadoras, Senadores, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, eu venho hoje à tribuna tratar objetivamente de dois assuntos. Um deles é um rápido relato, Sr. Presidente, da comitiva que integramos com o Governador do Rio Grande do Sul, na semana passada, em Buenos Aires, tratando de assuntos regionais, e que me fez ausente aqui do Senado durante a semana passada.

Antes, porém, eu quero registrar que hoje o Brasil lembra os 62 anos da morte do Presidente Getúlio Dornelles Vargas, do gaúcho Getúlio Vargas, de São Borja. Esta é uma data histórica e que relembra a tragédia daquele que nós, do PDT, seus herdeiros trabalhistas, reverenciamos. Nós, que temos a missão de defender as ideias no espaço político que ocupamos.

A figura histórica de Getúlio Vargas – que hoje reverenciamos como um dos grandes construtores do Brasil, o mais importante do século XX em diante – emerge de tantas formas, que sua obra não pode ser resumida numa simples mensagem como esta.

Neste dia de hoje, 24 de agosto, reverenciamos seu legado no contexto de sua carta-testamento, em que ele enfatiza as lutas políticas que ajudou a construir a partir da proposta republicana de Júlio de Castilhos, implementada efetivamente na longa sucessão de governos do Rio Grande do Sul de Borges de Medeiros.

Getúlio foi um continuador da implantação da doutrina castilhista, evoluindo de Borges de Medeiros para um modelo político pluralista e democrático, o do trabalhismo contemporâneo.

O castilhismo do Partido Republicano implantou, no Rio Grande do Sul, uma organização da sociedade que integrava, no Estado, as classes sociais organizadas em associações patronais – para comerciantes, industriais e ruralistas. Esse sistema vigorou em nosso Estado até ser levado por Getúlio para o âmbito nacional. E aí estão hoje as Confederações da Indústria (CNI), do Comércio (CNC) e da Agricultura (CNA).

Já o encontro com Alberto Pasqualini, o grande ideólogo do trabalhismo, um filósofo originalmente seguidor de Assis Brasil, outra estrela da história gaúcha e da doutrina liberal do republicanismo gaúcho, produziu a versão final do trabalhismo de Getúlio Vargas.

Foi este modelo democrático que ele abraçou, fez funcionar no seu último governo e deixou como legado. Este é o trabalhismo do PDT do Rio Grande do Sul.

Assim, Sr. Presidente, reverencio nesta data os 62 anos do desaparecimento do fundador do trabalhismo, inspirador do meu Partido e que está sendo alvo de inúmeras homenagens hoje, tanto na sua terra natal, São Borja, como à frente da Carta-Testamento, na Praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre.

Dito isso, Sr. Presidente, outro assunto que se refere aqui aos interesses do meu Estado, da Região das Missões, a região de onde veio Getúlio Vargas, é a necessidade – e o senhor a conhece bem, Sr. Presidente Paulo Paim – da terceira ponte do Rio Grande do Sul sobre o Rio Uruguai, na fronteira com a Argentina. Já existem duas travessias sobre o rio: a Ponte Internacional Uruguiana – que torna o Município de Uruguiana, hoje, o maior porto seco da América Latina – e a ponte de São Borja. Esta terceira ponte que reivindicamos e a que aspiramos foi um dos objetivos de nossa missão na recente ida ao governo argentino.

Há muitos anos, o Rio Grande do Sul deseja e precisa de uma outra ponte para o território argentino, na região noroeste do Estado, aquela região de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Palmeira das Missões, uma região altamente produtiva de alimentos, a partir de cidades gaúchas como Porto Xavier, Porto Mauá ou Itaqui.

Lembro, Sr. Presidente, que, em junho de 2009, o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, realizou uma grande consulta popular, perguntando aos gaúchos e às gaúchas que obras prioritárias desejavam. Os porto-alegrenses, por seu turno, pela ordem, pediram primeiro a implantação da linha dois do metrô, hoje apenas um sonho; a segunda vontade dos gaúchos foi a nova ponte sobre o Rio Guaíba, em Porto Alegre, que está em lento andamento; e a terceira aspiração foi a Rodovia do Parque, realizada pela Presidente Dilma. Já o interior do Estado, nessa pesquisa do *Zero Hora*, de 2009, colocou como primeira e grande prioridade justamente uma ponte sobre o Rio Uruguai, seja ela construída em Porto Xavier – ligando com San Javier, do lado argentino – em Porto Mauá – ligando com Alba Posse – ou em Itaqui, ligando com Alvear. Para nós, é indiferente. O que nós reivindicamos é uma ponte da fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina.

Por isso, um dos objetivos relevantes da missão gaúcha à Argentina que integramos foi trazer para a agenda das relações entre os dois países a prioridade para a construção dessa terceira ponte entre o Rio Grande do Sul e as províncias de Corrientes ou de Misiones.

Acredito que conseguimos dar um passo importante, porque, em reunião com a Ministra do Exterior da Argentina, Suzana Malcorra, ela disse que vai incluir o assunto na pauta que terá com o Chanceler brasileiro é Serra, agora, no mês de setembro, aqui em Brasília, na discussão de questões hidroviárias em nossas raias fluviais.



Nosso objetivo político foi retomar os termos de um protocolo já existente, firmado entre ministros dos transportes dos dois países, ainda há 16 anos, em uma reunião do Mercosul em Florianópolis. Infelizmente, esse documento foi esquecido pelos governos – tanto estaduais quanto federais – dos dois países, que se seguiram.

E agora, com a insistência do governo gaúcho, respaldado pela Bancada gaúcha aqui do Congresso e os esforços das cidades fronteiriças, tanto do lado gaúcho como do lado argentino, esperamos levar adiante este projeto tão importante.

Também nesta missão tratamos desse mesmo tema, no Ministério dos Transportes Argentino, com o Secretário de Planejamento, Germán Bussi. E ali encontramos uma surpresa, Sr. Presidente, a notícia de que o novo Governo Macri, recentemente, após estudos interministeriais, direcionou suas prioridades em obras fronteiriças, apontando 12 passos de acessos para o Chile, Paraguai, Bolívia, visando à Costa do Pacífico, mas nenhum passo de interesse por um acesso para o Brasil. Daí a nossa grande discussão e a abertura das novas negociações.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O argumento que ouvimos dos argentinos é que o movimento de caminhões e veículos na região seria pequeno e não valeria a inversão de recursos. Observei ao Sr. Secretário do Planejamento do Ministério dos Transportes da Argentina que o movimento lá não existe, porque não há ponte; só balsas. À medida que houver a construção de uma ponte entre o noroeste gaúcho e a Argentina, haverá uma grande mudança daquele movimento de Uruguaiana para aquela região.

E reforcei que, na ponte de hoje, Uruguaiana-Libres – o maior porto seco da América Latina, repito –, a infraestrutura está altamente saturada: os caminhões levam vários dias nas filas de espera ou acampados na fronteira, na expectativa do trânsito para o outro lado.

Em verdade, o assunto tem sido muito discutido no Rio Grande do Sul...

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ... e aqui na Bancada gaúcha, no Congresso Nacional, mas os argentinos estavam olhando para o outro lado do mapa.

Falávamos muito por aqui, mas sem jamais conversarmos com o governo deles. Falávamos sozinhos, sem jamais “combinar com os russos”, na expressão eternizada por Garrincha. Então, agora vamos ter que partir praticamente do zero, para alcançarmos essa necessária ponte do noroeste gaúcho com a Argentina.

Era, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer e, principalmente, para relatar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Lasier Martins, e assino embaixo de todas as reivindicações, muito bem colocadas por V. Ex^a, em nome do povo gaúcho.

Parabéns.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Obrigado.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu sou a 21^a inscrita, mas vou declinar da minha fala, porque, conversando com o meu conterrâneo Senador Pedro Chaves, nós vimos que nosso pronunciamento seria no mesmo sentido.

Sexta-feira, a capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, faz 117 anos...

(Soa a campanha.)

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... de emancipação político-administrativa.

Tive a oportunidade, por deferência do Senador Pedro Chaves, de olhar o seu brilhante pronunciamento e fiquei acanhada com a minha humilde fala. Então, vou me sentir muito bem prestigiada e atendida no pronunciamento do Senador Pedro Chaves. Abro mão da minha fala, mas não sem antes protocolar à Mesa uma moção de louvor, assinada por mim, pelo Senador Pedro Chaves e pelo Senador Waldemir Moka, pelos 7 anos da nossa querida cidade morena.

Eu gostaria apenas de deixar aqui uma manifestação muito singela, porque eu tenho muito orgulho de



ter nascido em Três Lagoas e ter adotado Campo Grande como minha morada. Desde os nove anos de idade, eu moro na capital e posso dizer, com toda a tranquilidade, que é uma cidade que tem a sua bela história. Nós podemos olhar no retrovisor e ver o quanto avançamos e construímos. Mas é uma cidade ainda muito jovem e projetada para o futuro. Ela tem muito a contribuir, principalmente nesse momento de crise, com o País.

Eu não tenho dúvida de que ali é o espelho de todos os Municípios do Brasil. Ela fica no meio de Mato Grosso do Sul. Como num compasso, ela serve de base e de parâmetro para o desenvolvimento de todos os Municípios do Mato Grosso do Sul. Recebemos inúmeros imigrantes – eu, filha de libaneses, portugueses –, a mistura de raças com a população indígena. Temos, no Mato Grosso do Sul, a segunda maior população indígena do País. Tudo isso faz de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, uma cidade abençoada.

Eu quero parabenizar a todos que nasceram ou que adotaram esta cidade, aos que ajudam a construir o futuro do nosso amado Mato Grosso do Sul, através da sua capital.

Então, agradeço, protocolando a moção de louvor, pedindo o apoio dos nossos pares para a aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os meus cumprimentos, Senadora Simone Tebet. V. Exª será atendida na forma do Regimento.

Já digo que o Senador Pedro Chaves está com o compromisso de superar o pronunciamento que ela já fez agora. Sejam os dois bem-vindos! Parabéns à homenagem que faz à cidade natal de ambos!

Passo a palavra agora, para uma comunicação parlamentar, à Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a cada dia fica mais claro para todo o País o perfil socialmente injusto do Governo interino de Temer. Não há área de alcance social que não tenha sofrido com medidas que representem cortes de recursos ou que apontem para restrições de direitos assegurados nos últimos anos.

A última novidade do pacote de maldades veio do Ministério da Educação. É uma pasta que em pouco tempo já se notabiliza como objeto preferencial das políticas antissociais deste Governo. Desprezando por completo a importância da educação pública como mecanismo de inclusão social, o Ministro da Educação anunciou a decisão de reduzir em até 45% os investimentos nas universidades públicas federais em todo o País. Além disso, pretende-se cortar 20% das verbas de custeio. É algo como R\$350 milhões a menos a serem gastos nas universidades. É um prejuízo imenso para o povo brasileiro.

No caso da Universidade Federal de Roraima, o corte – se realmente for concretizado – trará danos ao programa de concessão de bolsas estudantis, à manutenção do restaurante universitário e aos serviços terceirizados, bem como à limpeza e à segurança das instalações das universidades, em especial, da universidade federal.

O Reitor da Universidade Federal de Roraima, Prof. Jefferson Fernandes, a quem envio a minha solidariedade, porque sei do seu compromisso com a educação, disse que vai tentar minimizar os efeitos dos cortes, buscando fontes de recursos federais e parcerias com o Governo do Estado e com o Exército. É lamentável que o reitor, assim como os dirigentes das demais universidades federais brasileiras, tenha que buscar soluções desse tipo porque o atual governo não vê a universidade pública e gratuita como um direito dos brasileiros, especialmente dos mais pobres.

As universidades são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do País. No caso de um Estado como Roraima, essa é uma realidade ainda mais gritante. Tenho procurado trabalhar pela obtenção de recursos para a nossa universidade federal e também para o nosso Instituto Federal de Educação Tecnológica. Faço isso porque entendo que nosso Estado precisa de educação de qualidade para se desenvolver.

Não é o que pensam o Governo interino e os que o apoiam. Pelo contrário, desde que assumiu o Governo, vem dando mostras de seu desprezo pela educação. Senão, vejamos: entre 2003 e 2014, foram criadas 18 universidades federais e 321 *campi* em todas as regiões do nosso País, e o nosso querido Estado de Roraima foi contemplado pelos governos Dilma e Lula com a expansão das nossas universidades, dos nossos cursos superiores e com a expansão do ensino técnico profissionalizante. Nós tivemos, no nosso Estado, com 15 Municípios, *campi* da universidade e do Instituto Federal de Ensino no Município de Amajari, no Município de Bonfim e na zona oeste de Boa Vista, nossa capital. Serão atendidos mais de 3 mil estudantes jovens da nossa capital e do nosso interior. Nos cursos presenciais de graduação, o número de vagas passou de 113 mil, em 2002, para 246 mil, em 2014. E o número de cursos aumentou, no período, de 2.047 para 4.867. É muito impactante, é muito forte.

Não podemos assistir calados e quietos, impassíveis, ao desmonte dessas políticas. Essa é uma conquista gável do povo brasileiro nos governos Lula e Dilma que este Governo de viés elitista não aceita. Temer fere fazer caixa em prejuízo do futuro do povo brasileiro e seus ataques não são destinados apenas às



universidades públicas. O Fies, programa que permitiu o acesso de centenas de milhares de jovens ao nível superior, já sofre restrições no número de bolsas. Também foram anunciados cortes no Pronatec e no Ciência sem Fronteiras.

O Governo interino também avança sobre o ensino fundamental e sobre o ensino médio. Em um de seus primeiros atos, o Ministro da Educação exonerou 31 técnicos ligados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Esses profissionais demitidos eram responsáveis pelo acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação, aprovadas por este Congresso Nacional.

Sr. Presidente, é importante frisar que os cortes terão que constar do projeto de Orçamento que o Governo deve enviar ao Congresso até o final do mês. Nesse sentido, é fundamental chamar a atenção desta Casa, especialmente dos Parlamentares que o apoiam. Lembro, a propósito, que esse conceito restritivo marca também a proposta da LDO, que nós aprovamos ontem no Congresso Nacional.

Essa medida legislativa fixa um teto para os gastos públicos de modo a incorporar disposição da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, aquela que nem sequer foi examinada na Câmara dos Deputados. Trata-se de uma limitação que prejudicará diretamente os gastos sociais. Se a nova Lei de Diretrizes Orçamentárias for sancionada dessa forma, os gastos primários da União no próximo ano não poderão ser superiores aos de 2016, ainda por cima incluindo aí os restos a pagar. Corrige-se o valor apenas pela inflação oficial. Na prática, essa medida representará cortes de dezenas de bilhões de reais em setores estratégicos, como educação, moradia, segurança e, principalmente, saúde pública.

Por isso, insistimos: expansão apenas nominal das despesas sociais não constituiu um erro, mas um crime, um crime absurdo. Não podemos admitir a retirada de direitos de milhares, de milhões de crianças, de jovens, de pessoas idosas, dos nossos aposentados, dos nossos pensionistas. Por isso, Sr. Presidente, vamos estar aqui sempre denunciando, enfatizando aqui, no plenário do Senado Federal, que não concordamos com essas medidas restritivas de direitos dos mais pobres.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela.

Como a Senadora Vanessa está dando uma entrevista, vamos fazer um ajuste e chamar, se ele assim concordar, o Senador José Medeiros. Em seguida, seria a Senadora Vanessa. Só vamos inverter. V. Exª na sequência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Então, falarei como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser, pode ser.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos os que nos acompanham pela Rádio Senado e também pelas redes sociais, eu queria ter feito um aparte à Senadora, mas, como era uma comunicação inadiável, não foi possível.

Só para fazer um contraponto, Sr. Presidente e todos os brasileiros que nos acompanham, na verdade, essas diminuições todas não começaram no Governo do Presidente Michel Temer. Na verdade, no ano passado, a Presidente afastada Dilma Rousseff já tinha diminuído em 87% os gastos com programas, como Pronatec, Ciência sem Fronteiras, todos os programas sociais – 87%! Eu vou repetir, porque o número não é pequeno: são 87% mesmo. Ninguém ouviu errado. Essa foi a diminuição desses programas e o corte nos programas sociais. E por quê? Porque faltou dinheiro. Abriu-se demais o leque, e não se conseguiu pagar. O que acontece? Agora, querem jogar a pecha num governo de 60 dias.

Aliás, antes de o Presidente Michel Temer assumir, quando já se avizinhava o *impeachment* da Presidente, começaram a fazer aqui a teoria da terra arrasada futura, dizendo que ele iria cortar isso e cortar aquilo, que ele iria acabar com o Bolsa Família. O que aconteceu, na verdade? Dentro da realidade orçamentária, dentro do que foi possível, com a herança maldita que ele recebeu, ele ainda deu um aumento ao Bolsa Família. Os programas Minha Casa, Minha Vida...

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Concedo, logo em seguida, Senadora, para não perder o raciocínio.

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi o programa que talvez mais tenha quebrado empresários



neste País. Muitas pequenas empresas pegaram, Senador Pedro Chaves, obras para fazer e não receberam; quebraram.

Sabe o que o Governo Michel Temer está fazendo? Hoje já não há nenhuma dessas obras dos programas atrasada. Ele está pagando. E esses empresários estão conseguindo colocar suas vidas em dia. Gente, essas empresas precisam sobreviver. Se elas não sobreviverem, não fazem as obras, e as pessoas não recebem a casa.

Espalhavam programa, e as dívidas se amontoaram. E agora vêm dizer: “Olha, nós não podemos ter teto de gasto, porque vai acabar com a educação, vai acabar com a saúde.” Qualquer orçamento não é infinito, porque dinheiro não dá em pé de árvore. Não inventaram ainda o moto-contínuo do dinheiro. Então, essas coisas precisam ter um limite de gastos, para elegermos prioridades.

O Senador Pedro Chaves é um empresário da educação desde a década de 70. Eu fico perguntando: se V. Ex^a tivesse tratado a Mace, que é uma das melhores instituições de ensino de Campo Grande, sem cuidar do orçamento dela... “Ah, eu preciso colocar todas as salas com lousas digitais.” É bacana? É. Mas a pergunta é: há orçamento para isso? Se V. Ex^a tivesse feito tudo isso já na década de 70, não teria a Mace até hoje chegado e conseguido ter excelência, porque teria falido, teria quebrado.

O orçamento público não é diferente de um orçamento como outro qualquer, porque ele depende de duas coisas muito básicas: da receita e da despesa. Mas agora querem fazer aqui uma crítica ao Presidente Michel Temer, como se o dinheiro do Estado fosse infinito. E, na verdade, trataram como se fosse infinito.

Há um Município que recebeu umas máquinas do PAC 2, máquinas moderníssimas. E o prefeito, no dia em que estava recebendo – um Município de 2 mil habitantes – falou: “Rapaz, eu fico preocupado. No dia em que eu tiver que fazer revisão nessa máquina” – como é um equipamento moderno, só fazia na capital, um Município a 300 km da capital – “eu não vou ter dinheiro para pagar o frete dessa máquina.” Mas espalharam o programa Moderfrota. É importante? É, mas quem tinha um caminhão comprou cinco. Hoje o mercado de transporte está quebrado. Há caminhões demais no mercado, o frete abaixou. E agora, quando o Presidente vem dar uma ajustada, falam: “Não, está acabando o mundo. Está acabando o mundo.”

O SUS é um programa maravilhoso. E ninguém vai acabar com o SUS, ninguém vai acabar com nada. Na verdade, está se fazendo o quê? Fazendo com que esses programas possam ser eficazes. Essa é que é a grande realidade. Agora, essa discussão sobre as diminuições de gastos é que simplesmente nós precisamos adequar o orçamento. No ano passado, a Presidente Dilma fez um contingenciamento, já de cara, de 10 bilhões na educação. Por quê? Porque não havia dinheiro. Não existe bom pagador sem haver dinheiro.

Nós temos todas essas demandas para serem atendidas. Agora, o Governo tem 60 dias, sessenta e poucos dias. E nós precisamos obviamente saber: temos dinheiro? Se temos, temos. O tamanho da festa vai ser o tanto de dinheiro que houver. Nós estamos num momento em que o Brasil precisa fritar o porco na própria banha. Nós não temos sobras. Essa é a grande realidade. Agora, do ponto de vista da retórica, faz sentido a argumentação; mas não se sustenta do ponto de vista prático. Agora, precisamos ter honestidade intelectual, honestidade de propósito, neste momento em que o Brasil passa por dificuldade, porque não temos como tocar a música do jeito que vinha sendo tocada. Os Estados estão quebrados, os Municípios não estão dando conta de fazer frente às suas demandas.

Concedo um aparte à Senadora Fátima Bezerra.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador José Medeiros, obrigada. Senador, contra fatos não há argumentos. Ninguém vai conseguir apagar o imenso legado que os governos do PT, do Presidente Lula e da Presidente Dilma, construíram na área da educação. Vamos aos fatos. O Pronatec, desde a sua criação, no Governo da Presidenta Dilma, ofereceu oportunidades a mais de 12 milhões de jovens. Doze milhões de jovens tiveram oportunidade de cursar o Pronatec e, portanto, de se preparar para entrar no mercado de trabalho. Em 2016, o Governo da Presidenta Dilma deixou tudo pronto para que o MEC oferecesse 2 milhões de vagas. Essas vagas seriam oferecidas em parceria com as instituições federais de ensino superior e com os institutos federais de educação profissional e tecnológica, em parceria também com o Sistema S. A pergunta é: por que este Governo interino, provisório, biônico, até o presente momento não implementou os 2 milhões de vagas, repito, previstos com recursos inclusive assegurados no Orçamento? Mas não fica só nisso, Senador Medeiros. Nós também trazemos outra preocupação. É o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, programa esse exitoso, destinado à formação de professores. Ficou tudo pronto para que, este ano, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa pudesse envolver mais de 300...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...mil professores no processo de formação. Esse programa é essencial para enfrentarmos o imenso desafio que o Brasil ainda



apresenta, que é o fato de nós ainda termos uma em cada quatro crianças de até 8 anos sem saber ler. Pois bem, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa também está interditado. O Ciência sem Fronteiras, para o qual mais da metade dos 100 mil estudantes bolsistas vêm de famílias com renda de até 6 salários mínimos, foi duramente afetado. O Fies, igualmente. Por fim, algo que é um crime: simplesmente o orçamento destinado às universidades e aos institutos federais de educação profissional e tecnológica...

(Interrupção do som.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já vou concluir, Sr. Presidente. Com relação ao orçamento destinado para as universidades e para os institutos federais de educação profissional e tecnológica no ano de 2017, o Governo interino mandou para esta Casa a proposta de Orçamento na qual vai cortar, para a área de investimento nas universidades, nada mais nada menos do que 45%. Na área de custeio haverá um corte em torno de 18%. Isso vai afetar duramente o programa em curso, tanto de reestruturação como de expansão da oferta educacional, seja pela via do ensino superior, seja pela via da educação profissional e tecnológica, desrespeitando inclusive o próprio Plano Nacional de Educação. Então, veja, essa é uma conta que hoje tem que ser debitada, sim, do Governo interino que está aí, do Governo provisório que está aí, do Governo biônico que está aí. Aliás, um Governo que já está passando para a história como um Governo que, apenas em 100 dias – repito, apenas em 100 dias –, vem promovendo o maior desmonte no que diz respeito às conquistas e aos avanços que a educação brasileira teve nesses últimos 13 anos dos governos Lula e Dilma. Encerro, Senador Medeiros, dizendo a V. Exª... V. Exª que nasceu na bela região do Seridó, região de um povo lutador. A região do Seridó sabe o quanto a juventude – não é a juventude oriunda da casa grande, mas a juventude que vem da senzala, os filhos do povo, os filhos das classes populares, dos agricultores, das empregadas domésticas, os filhos dos pedreiros – é grata aos governos Lula e Dilma pela oportunidade que teve de ascender, tendo o direito de fazer um bom curso técnico e um bom curso de nível superior, na medida em que a região do Seridó, ela que não tinha nenhuma, ganhou, em apenas dez anos, três belas escolas técnicas, na medida em que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte cresceu, oferecendo hoje até curso de Medicina, possibilitando que de repente o filho de um pequeno agricultor também realize o sonho de ser doutor, de se formar em Medicina...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Conceda-me um aparte, Senadora Fátima?

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... para servir ao seu povo. Falo isso porque a Escola Multicampi de Ciências Médicas chegou ao Seridó, não é mais um sonho, é uma realidade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Fátima, conceda-me um aparte?

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Concluo. Permita-me, até porque eu sempre concedo apartes a V. Exª. E V. Exª, inclusive, tem feito apartes longos e mais longos. Daí me permiti agora este aparte mais demorado. Obrigada, Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu falei cinco; a Senadora Fátima falou dez.

Muito obrigado, Senadora Fátima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu já compensei. Eu lhe dei cinco e, devido ao caso, sou obrigado a lhe dar mais cinco.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Paim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós acertamos, Senador, que eu iria pedir aparte a V. Exª, mas como era muito importante a fala da Senadora Fátima, eu passei meu tempo para ela.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então está certo. Senadora Fátima, realmente, contra fato não há argumento.

O Jornal *O Globo*, justamente sobre esse tema de que V. Exª falava, disse o seguinte, poucos dias depois da posse do Presidente Michel Temer, sobre o Governo cassado:

Uma das áreas mais simbólicas do governo, que tem o *slogan* “Pátria Educadora”, a Educação também sofre cortes. Além da redução de recursos para a construção de creches e para o Pronatec, programas de apelo social, como o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, diminuiram. No caso do



Fies, a queda foi menor, de 5%. O quadro aponta para um “equivoco na eleição de prioridades do governo”, segundo Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação: “Quando o governo federal restringe recursos para creches, além de atingir as crianças e as famílias, inclusive com impacto na empregabilidade das mães, sabe que a cobrança por esse serviço recai sobretudo em cima dos prefeitos.

E ele discorre sobre todos os programas que a Presidente Dilma teve que cortar: o Crack, é Possível Vencer teve uma queda de 49%; a Unidade Básica de Saúde – UBS, 23% de corte; a Rede Cegonha, 23%; o Pronatec, 59%; o Programa de Reforma Agrária, 29%; o Brasil Carinhoso, 66%; a construção de creches, 87%; o Fies, 5%; Minha Casa Minha Vida, 74% e o Bolsa Família, 5,7%, totalizando a desidratação desses programas sociais em 87%.

Então, essa terra arrasada que estão querendo jogar no lombo do Temer já existia. É aquele malfeito que o sujeito faz e diz “Foi ele”, parecido com um filme que eu vi há poucos dias em que o sujeito sempre jogava... Mas esse é o complexo de Adão de sempre dizer que “são eles”. Na verdade, o bom Sartre já dizia: “O inferno são os outros”.

Diante da dificuldade de defender a Presidente, o que temos visto não é um Fica, Dilma, mas um Fora, Temer desfundamentado. A única coisa que eu vejo em defesa da Presidente aqui é dizer assim: “Não há crime e, porque não há crime, é golpe”. E não adianta dizer que há crime. Existe a conduta da Presidente, existe a lei, está tipificado, há uma subjunção do fato à norma. Está tipificado redondamente no ato jurídico perfeito, mais do que perfeito. Simplesmente qual é a defesa? “Não há crime”. E não há crime por quê? “Ah, porque estão tirando uma presidente honesta do cargo sem que ela tenha cometido nenhum deslize, sem que ela tenha conta na Suíça!”

Não é esse o caso! O que nós vamos discutir a partir de amanhã e o que nós estamos discutindo até agora é o seguinte: no momento em que a Presidente editou os decretos, ela nutria as condições jurídicas, legais necessárias para editar os decretos? Não, não! E por que não? Porque a Lei Orçamentária, no seu art. 4º, dizia que ela até podia editar decretos, desde que tivesse superávit. E, naquele momento, ela não tinha superávit. E por que não tinha? Sou eu que estou dizendo isso? São os técnicos do TCU? São os opositores? Não, a Presidente Dilma mandou para esta Casa uma mensagem encaminhando um PLN, o PLN 5, dizendo que ela precisava aprovar aquele projeto para poder editar, para fazer suplementação orçamentária. Por quê? Porque não tinha superávit. “Ah, mas a Presidente fez contingenciamento!” Sim, mas não fez o tanto que precisava. “Ah, mas, se fizesse, ia quebrar o País!” O País estava quebrado. O que ela não podia fazer era editar os decretos. Ela até podia fazer o quê? Pedir que o Congresso...

Mas ela não podia tratar um projeto de lei como medida provisória. Medida provisória é a que entra imediatamente em vigor. A Presidente manda um projeto para cá e, imediatamente, edita um decreto. Lá no final do ano, o projeto é aprovado aqui. “Olha, convalidou!” Não. É crime de mera conduta. Ele se consuma no momento em que existe a sua execução. Então, pronto. No caso dos decretos, houve crime de responsabilidade. “Ah, mas é caso de tirar uma Presidente, porque o Presidente Lula não sei o quê, editou decreto?” Para que um *impeachment* aconteça, é preciso um tripé: apoio popular, apoio político e um crime, uma base jurídica.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A Presidente Dilma, quando editou esses decretos, se amoldou. As ruas já estavam contra ela. A base política, ela havia perdido. Então ela se amolda no tripé perfeito.

Aliás, pelos fatos que estão levando à queda do governo da Presidente Dilma, não caem Presidentes. Caem monarquias, cai tudo, porque, quando não se observa a vontade popular, quando não se cuida do bom relacionamento com o Parlamento e quando não se cuida dos dinheiros públicos, qualquer governo cai, seja qual for. Até lá na Arábia. Quem não se lembra aqui da Primavera Árabe? O resto é retórica. Dizer “Olhe, está tirando uma Presidente honesta”. Nós não estamos julgando isso aqui. Não estamos julgando a pessoa física da Presidente Dilma. Isso quem vai fazer é o Ministério Público depois que ela perder o foro privilegiado. Alguém disse aqui: “A Presidente Dilma vai sair fortalecida.” Eu não sei.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu temo pela Presidente Dilma depois que ela perder o foro, porque todos esses delatores vão delatar quem? Quem estava junto do Presidente Lula durante todo esse tempo? A Presidente Dilma.

E agora, tentar demonizar? Até poucos dias, o Temer era o melhor Vice-Presidente do mundo. Por que ora, de repente, não presta? Durante oito anos, era o melhor Vice, era o articulador político da Presidente.



Eu, por exemplo, não votei no Presidente Michel Temer. Quem votou foram eles. Agora, não presta. Delcídio era o melhor companheiro. De repente desagradou, não presta. O próprio Delcídio disse uma verdade muito grande aqui: "Presidente, o PT, nosso governo, enterra os nossos mortos em covas rasas. E eles, eventualmente, saem do túmulo para nos assombrar." Isso é o que está acontecendo. Não é a oposição. São as assombrações que estão assombrando o ex-governo do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Senador Paim, pela concessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros.

Agora, fala o Líder Humberto Costa.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só consultar V. Ex^a se ainda existe uma vaga nas explicações pessoais ou na Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Liderança sempre tem.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Liderança sempre tem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Liderança segue. Só há dois na sua frente, se for o caso, como Líder.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – E nas comunicações?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como Líder, pode. Só há dois na frente dele. Em comunicação parlamentar, não. Já foram os três. Como Líder, V. Ex^a pode.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, V. Ex^a, por gentileza, pode me inscrever?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está assegurado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Humberto Costa, só me permita, antes do seu tempo, ler este aviso, que devia ter lido desde o início – são 30 segundos:

A Presidência comunica ao Plenário que as inscrições para a sessão dedicada ao julgamento do processo de *impeachment* proceder-se-ão da seguinte forma:

- estão abertas, desde as 9 horas de hoje, as inscrições para inquirição das quatro testemunhas previstas para serem ouvidas neste dia 25;

- dia 25, a partir das 9 horas, no plenário do Senado Federal, serão abertas as inscrições para a inquirição das quatro testemunhas previstas para serem ouvidas no dia 26;

- dia 26, a partir das 9 horas, no plenário do Senado Federal, serão abertas as inscrições para o interrogatório da acusada, a Presidenta afastada Dilma Rousseff, prevista para ser ouvida no dia 29;

- dia 29, a partir das 9 horas, no plenário do Senado Federal, serão abertas as inscrições para a discussão, prevista para ocorrer no dia 30.

Está dado o aviso.

O Senador Humberto Costa, como Líder, está com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, antes de iniciar meu discurso, eu queria registrar aqui uma posição, porque o Senador que aqui me antecedeu e alguns outros têm insistido nessa tese. Como isso agride a nossa sensibilidade, eu gostaria de me manifestar sobre isso. Pode ser que nós tenhamos votado em Michel Temer para a eleição nacional, já que ele compunha aquela chapa, e não se pode votar no Presidente sem votar na chapa. Agora, V. Ex^{as}, que estão apregoando e pregando o *impeachment*, estão votando agora, de forma indireta. Estão tentando fazer com que Michel Temer, pela responsabilidade de V. Ex^{as}, venha a ser Presidente deste País. Portanto, nós temos de desmascarar esse argumento falacioso, usado aqui por alguns Senadores.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional aprovou, na madrugada desta quarta-feira, à base de muitos votos pelos regimentais e de desrespeito à minoria Parlamentar, o texto básico da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017. Na realidade, por sua formação e por sua essência, demos mais um cheque em branco a esse Governo quando ao dizer "sim" a esse pacote de maldades, que vai levar para o fundo as contas e a credibilidade do País.



É preciso dizer inicialmente que a LDO não foi aprovada em sua inteireza, porque a Base do Governo, em que pesem os clamores dos Líderes e do próprio Presidente do Congresso, não aguentou e foi embora dormir, depois de meia-noite, antes de concluir toda a votação, demonstrando a fragilidade e a desarticulação que o Palácio do Planalto enfrenta com seus ditos aliados.

O texto analisado pela Câmara e pelo Senado autoriza o Governo a contrair um déficit de R\$139 bilhões, prevendo um crescimento de 1,2% no Produto Interno Bruto. Elaborada em torno de cálculos feitos sabe-se lá como e com que propósitos, essa LDO encerra em sua proposta uma verdadeira orgia fiscal.

Perversa em todos os sentidos, a nova lei atinge de frente os direitos trabalhistas ao congelar o salário dos funcionários públicos e delega ao Congresso a missão de definir quais categorias deverão ser beneficiadas com esses resíduos orçamentários destinados a reajustes. Ou seja, o atual Poder Executivo é tão fraco que abre mão de, por meio de estudos sérios e de definição de prioridades, apontar que carreiras merecem aumento e delega essa função ao Congresso, onde nós sabemos que, a partir de agora, apenas aquelas categorias com forte poder corporativo terão como barganhar por melhorias salariais.

Essa política segue à risca a malvadeza que caracteriza o olhar do Governo golpista sobre os trabalhadores brasileiros. Na verdade, essas são a raiz e a razão do golpe perpetrado contra o Governo eleito da Presidenta Dilma Rousseff, um golpe urdido pelo conluio entre Parlamentares e instituições empresariais, com amplo apoio da mídia e de parte do Judiciário e do Ministério Público.

Essa LDO é o carro-chefe da maldade maior que o Governo interino de Michel Temer quer consumir por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, que se encontra em tramitação na Câmara e que é extremamente excludente e cruel, porque quer perverter a Constituição de 1988. O Governo se prepara para promover um arrocho sem precedentes, sobretudo, na saúde e na educação, como também na segurança e no setor de política habitacional. Mas, na saúde, os efeitos se prometem dramáticos e de uma vilania sem precedentes na história do País.

Essa PEC quer congelar os gastos públicos por 20 anos, colocando em risco todo o investimento previsto, por exemplo, para o Sistema Único de Saúde. Como é que isso vai funcionar? Durante 20 anos, o orçamento de um ano só vai crescer o equivalente à inflação do ano anterior mais o gasto do ano anterior. Isso significa que, se o orçamento da saúde fosse hipoteticamente de R\$100 bilhões em 2016, em 2017 só se poderia aplicar a inflação do ano de 2016. Então, supondo que neste ano nós cheguemos a uma inflação de 8,5%, o orçamento da saúde iria para R\$108,5 bilhões, o que está muito longe da necessidade da saúde e daquilo que a atual lei define como recurso mínimo para a saúde.

Agora, vejamos V. Ex^{as}, durante 20 anos, não vão nascer novas crianças que vão precisar dos cuidados de saúde, de educação, de assistência social, que vão precisar de casas? A não ser que o traidor Michel Temer se transforme também em um verdadeiro Herodes, que vai matar todas as crianças que nascerem no período em que ele for Presidente da República.

E os idosos? Será que as pessoas no Brasil não vão se tornar mais velhas, não vão precisar mais do sistema de saúde, não vão precisar de mais medicamentos, de mais exames, de mais tratamentos? Como congelar os gastos da saúde durante 20 anos, se a população vive mais, envelhece e precisa de mais cuidados e de mais gastos?

Imagine o que vai ocorrer com a moradia e com a segurança pública!

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com prazer.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu serei breve. Eu não poderia deixar de cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz a respeito da matéria cuja votação iniciou-se no dia de ontem no Congresso Nacional, mas não foi incluída, nobre Senador. É importante que esse destaque seja feito da seguinte forma e com a seguinte comparação: V. Ex^a, como eu, lembra muito bem que eles todos que agora estão ao lado do Presidente interino Michel Temer diziam que a Presidente Dilma tinha perdido o apoio no Congresso, não conseguia aprovar nada, não conseguia unanimidade com nada, não conseguia sequer reunir a maioria, mas eles não a conseguiram ontem. Aliás, não conseguiram reunir número sequer suficiente para concluir a votação dessa LDO, cujo conteúdo V. Ex^a explana de forma perfeita. Nada tenho a acrescentar, apenas assino embaixo do que V. Ex^a fala. Agora, o que é mais interessante, nobre Senador, é o fato de que, em nenhuma vez, foi solicitada a verificação pelo Senado, o que é um equívoco, porque, quando se pede verificação, é para um projeto. E a verificação tem de ser feita nas duas Casas, diferentemente do veto. É diferente nas duas Casas, mas não o fizeram. Por que só na Câmara? Por que eles se apressavam? Quando saí sessão, V. Ex^a falava que a próxima verificação se iniciará pelo Senado. Eles não permitiram. Por quê? Porque não havia Senador ontem. E por que não havia Senador? Porque os Senadores estão pensando, exatamente



por questões essas que V. Ex^a levanta. Eles vão destruir o Brasil, vão acabar com o Brasil, vão cortar de quem menos pode dar, vão exigir o sacrifício de quem menos pode se sacrificar. Tenho a certeza de que muitos Parlamentares não concordam com isso, mesmo porque não há legitimidade no Senhor Michel Temer para fazer o que está anunciando que deverá fazer. Deverá fazer, não, porque, aliás, ele já está fazendo, porque os projetos já tramitam no Congresso Nacional. Então, cumprimento V. Ex^a, Senador Humberto, pela sua lucidez e pela forma direta e explicativa do pronunciamento que faz à Nação brasileira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Ex^a. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Sigo dizendo que isso faz parte de um plano muito bem urdido. Eles querem desmontar o Sistema Único de Saúde. Não é à toa que esse Ministro, que, de cada cinco coisas que fala, diz seis bobagens sobre a saúde, fala em criar planos populares de saúde, planos que vão parasitar o Sistema Único de Saúde. Vão pegar um pobre trabalhador e cobrar dele uma mensalidade de R\$50 para fazer uma consulta por mês e um exame de fezes ou algum exame de sangue. Quando precisar fazer um exame mais complexo, ele vai aonde? Vai ao SUS. Quando precisar de um atendimento mais especializado, ele vai aonde? Vai ao SUS. Quando precisar fazer um tratamento de maior complexidade, ele vai aonde? Vai ao SUS. Então, eles querem desmontar isso que foi objeto de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras durante anos.

Vejo a desfaçatez de vários Deputados e Senadores que estavam lá ontem e que não tiveram a coragem de levantar a voz para se contraporem a essa agressão ao povo brasileiro. Agora, quando o movimento de saúde, a CNBB, a OAB, várias entidades de todo o País trouxeram aquele abaixo-assinado do Saúde+10, que pedia 10% da Receita Corrente Bruta para o País, ainda no Governo da Presidenta Dilma, eram as primeiras assinaturas. Esses fariseus eram os primeiros que o assinavam. E nós o assinamos também. Mas, agora, como é que eles estão? Caladinhos! Um Deputado conterrâneo seu – nem quero falar o nome dele, mas o senhor sabe que é metido a ser o grande defensor da área da saúde – estava lá calado, não disse nada ontem.

Agora, aqui, o Governo do PT quer acabar com a saúde, o Governo do PT não quer dar mais dinheiro, o Governo do PT... E nós não somente cumprimos a Emenda nº 29, como regulamentamos a Emenda nº 29, como garantimos o crescimento dos recursos para a saúde. Pouco antes de Dilma sair, eles votaram na Câmara, por unanimidade – por unanimidade! –, que 20% da Receita Corrente Líquida da União deveriam ir para a saúde já em 2018. E, agora, sem mais nem menos, votam e querem votar ainda uma proposta de emenda à Constituição que acaba com toda a vinculação para a área de saúde...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...para a área de educação e para diversas outras áreas.

Mas, Sr. Presidente, além do mais, essa LDO é inconstitucional, porque não pode um projeto de lei se sobrepôr à Constituição do País. Se eles querem acabar com as vinculações, eles têm de aprovar uma proposta de emenda à Constituição, como é essa PEC 241, que está na Câmara e que nós vamos enterrar. O povo brasileiro não vai deixar que eles destruam as conquistas sociais que nós obtivemos ao longo dos últimos anos. Isso também repercute na educação. É uma completa inversão de prioridades praticada por esse Governo que se pauta por esse comportamento, um Governo que coloca em patamares semelhantes gastos com custeio e com investimento. Ou seja, essa PEC, se vier a ser aprovada, joga para o Congresso Nacional a tarefa de dizer como os recursos vão ser distribuídos, se vão mais para a saúde, se vão mais para a educação, embora, no final, a conta tenha de dar a mesma. O que o Governo gasta com a passagem de seus funcionários é tão importante na cabeça deles quanto o que o Governo gasta com a saúde da população brasileira.

A conta dessas mudanças será paga por todos nós, pelos mais pobres, pelos menos favorecidos, num retrocesso que mais parece uma vingança contra um dos pilares mais significativos erguidos pelos últimos governos, que foi o da inclusão social, o da democratização da oferta de serviços essenciais, principalmente no setor de saúde. Só para termos uma ideia do retrocesso dessa PEC, um levantamento realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro mostra que teríamos perdido mais de R\$500 bilhões em investimentos em saúde e em educação se uma lei como essa estivesse vigorando há dez anos.

Vejam bem, R\$0,5 trilhão teria deixado de ser aplicado. Essa é a proposta do Sr. Michel Temer. Em termos percentuais, quer dizer que teríamos perdido mais de 32% dos recursos da saúde e 70% dos recursos da educação que temos hoje.

Pois bem, Sr. Presidente, a Constituição da República, a Constituição cidadã está sendo brutalmente desrespeitada. A própria LDO já nasce agredindo a Carta Magna, porque, com essa famigerada PEC 241 – que foi e lutaremos para que não seja aprovada –, qualquer ação que signifique limitação de despesas fere a Constituição. Por isso, nós vamos entrar no Supremo contra essa LDO, aprovada, ontem, no Congresso



Nacional.

Pois bem, quero, portanto, aqui, deixar claro o nosso repúdio, a nossa insatisfação com aquilo que foi a orientação deste Governo que aí está para a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Queremos também convocar todos os militantes da área social, toda a população brasileira para, unidos, estabelecermos uma clara contraposição a essas tentativas deste Governo ilegítimo, ilegal, sem respaldo social, para tentar retirar direitos duramente adquiridos pela população brasileira. Não é à toa que eles estão, exatamente, implementando isso, após um golpe que estão dando, porque essa plataforma, esse programa jamais seria aprovado pela população brasileira em uma eleição livre, em uma eleição direta.

Por que não foram defender essa proposta nas eleições de 2014? Por que não concordam em fazer agora uma nova eleição para que a população possa dizer...

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... se quer que propostas como essas venham a ser adotadas para a população brasileira?

Pois bem, Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que agradeço a tolerância de V. Ex^a, reafirmo aqui que nós vamos lutar sem trégua nos próximos dias para impedir a consumação deste golpe, para impedir que este Governo, em se tornando permanente por dois anos, possa destruir o Brasil, possa condenar o nosso povo a viver como vivia antes que os Governos do PT tivessem conseguido chegar ao Governo Federal e implementado um projeto que foi reconhecido não só pela população brasileira em quatro eleições, mas pelo mundo inteiro.

Eles tinham que impor isso pelo golpe, porque, pelo voto direto, pela eleição livre, pela disputa dos corações e das mentes da população brasileira, eles não conseguiram. Foram derrotados quatro vezes pelo povo brasileiro e, por isso, lançaram mão do golpe, fantasiado de impedimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Líder Humberto Costa.

Agora, como oradora inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, companheiros e companheiras, primeiro, Senador Paim, quero agradecer a V. Ex^a por ter, através de permuta, garantido que eu falasse neste momento. Agradeço-lhe profundamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Farei o mesmo gesto para a Senadora Ana Amélia. Logo após o próximo orador, é ela que fala.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

Sr. Presidente, quero dizer que estou aqui, primeiro, para falar a respeito de algumas medidas que estão sendo anunciadas, nesses últimos dias, e publicadas pelos meios de comunicação do País. Todas elas, Sr. Presidente, pelo menos uma grande parte, não são simples medidas; são medidas extremamente graves, que mudam radicalmente, Senadora Lídice, o procedimento que vinha sendo adotado pelo Governo anterior. E são medidas muito preocupantes.

Aqui, nós ouvimos o Senador Humberto falar a respeito da votação, no dia de ontem, pelo menos do texto principal da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, que antecipa o conteúdo daquilo que está previsto no Projeto de Emenda Constitucional, a PEC nº 241, no sentido de que, a partir de 2017, ou seja, do ano que vem, será estabelecido, no âmbito do Poder Público Federal, um limitador para os gastos públicos. Esse limitador seria o montante gasto no ano anterior acrescido tão somente da inflação.

Essa medida, Sr. Presidente, caso seja aplicada, será das mais danosas que o País e que o povo brasileiro já viram. Mas não é apenas isso. Nós temos outras medidas sendo também adotadas pelo Governo Federal, como na saúde, como também foi dito aqui pelo Senador Humberto Costa.

Mas eu faço questão de abordar, rapidamente – mesmo porque hoje estaremos discutindo, logo mais, na sessão deliberativa, e devemos votar com o apoio incondicional da Oposição a este Governo interino, provisório, do Sr. Michel Temer –, a medida provisória que trata da prorrogação, por mais três anos, do Programa Mais Médicos.

É um programa que, efetivamente, apesar de todas as críticas dos conservadores, apesar de todas as críticas das corporações, tem se mostrado um dos melhores e mais eficientes na área da saúde. Mas esse



programa também já vem passando por problemas graves, através de atitudes deliberadas daqueles que estão à frente do Ministério da Saúde.

Outra medida, a que quero dedicar um tempo maior, Sr. Presidente, diz respeito a um dos últimos anúncios do Governo provisório do Sr. Michel Temer, que está modificando o programa de investimentos federais em aviação regional. Ele está modificando esse programa, que não foi escrito apenas com as mãos do Poder Executivo, mas que foi exaustivamente debatido aqui pelo Poder Legislativo.

Nós aprovamos, recentemente, a mudança da legislação estabelecendo um programa de aviação regional para o País, tratando, inclusive, de forma diferenciada, a Amazônia brasileira. Enquanto alguns Estados brasileiros, até a maior parte deles, creio eu, falam no transporte aéreo como uma opção de transporte, em boa parte da nossa região, a Região Amazônica, o transporte aéreo é a única possibilidade, a não ser para aquelas pessoas que dispõem de tempo para navegar durante semanas e semanas nos rios da Amazônia.

Pois bem, o programa, lançado ainda no ano de 2012 pela Presidenta Dilma, previa que 270 aeroportos regionais receberiam obras, passariam por obras de ampliação, de adaptação e de recuperação. Repito: 270 aeroportos. E a Presidente Dilma chegou até, em determinado momento, a querer aprovar um plano que contemplava 800 aeroportos, em decorrência do pleito de todos os Estados brasileiros. Mas entendeu-se, à época, que o melhor seria o plano ficar restrito a 270 aeroportos.

Muitos dizem: "o Brasil está vivendo uma crise econômica. Tudo tem que ser revisto." Não, Sr. Presidente! Para o plano de recuperação dos aeroportos regionais, que é parte do Plano de Aviação Regional, uma parte fundamental, diga-se de passagem, os investimentos previstos, da ordem de R\$7,3 bilhões, seriam recursos oriundos do Fundo Nacional de Aviação Civil, fundo este que não pode ser aplicado e utilizado para outro fim que não o do próprio desenvolvimento da aviação regional no País.

Pois bem, anunciou agora, recentemente, o Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Ministro interino Maurício Quintella Lessa, que não mais 270 aeroportos receberão investimentos do Governo Federal, mas, sim, somente 53 aeroportos. Somente 53 aeroportos! E vejam que os recursos são carimbados, são recursos arrecadados e cobrados dos usuários na própria tarifa aérea. Todos pagamos um tantinho lá que é dirigido para o Fundo Nacional de Aviação Civil. Diminuíram de 270 aeroportos para 53.

O meu Estado do Amazonas, Sr. Presidente, que tem o maior território do País... Dos 8,5 milhões de quilômetros quadrados de território que o Brasil tem, 1,5 milhão forma somente o Estado do Amazonas.

Ou seja, é um Estado grande, com somente 62 Municípios e muito distantes uns dos outros. E Municípios cuja única forma de acesso ou é por navegação ou por transporte aéreo. E sobre a navegação é isto que eu digo aqui: além de serem distâncias muito longas, nós temos o problema da vazante e da cheia. O Rio Madeira, agora mesmo, está com sua capacidade de navegação limitada, aliás limitadíssima. Então, ter aeroportos em Estados brasileiros como Amazonas, Pará, Acre, Roraima é fundamental, Sr. Presidente.

Mas vejam: no nosso Estado, estava prevista a recuperação, ou a construção, ou a adaptação de 25 aeroportos, em 25 cidades do interior, cujos investimentos estariam na ordem de R\$838 milhões. Com a nova decisão anunciada pelo Ministro interino Maurício Quintella, por decisão do Presidente interino Michel Temer, apenas quatro cidades – quatro cidades! – do meu interior receberam obras, Senadora Lídice: Coari, que é uma cidade base da Petrobras, que tem grande produção de petróleo e gás natural; Lábrea, Marã e Boca do Acre. Somente essas quatro cidades. De 25, reduziram para quatro cidades.

E não é apenas a aviação regional que perde com isso, Senador Paim! Sabe o que é? É a economia local, a capacidade de desenvolvimento localizado, porque, se um aeroporto está em obra, você tem trabalhadores, você tem equipamentos, você tem o comércio girando, o Município arrecadando mais, mas simplesmente cortaram, sem ouvir ninguém, sem dar notícia ao Parlamento. Tomamos conhecimento pela imprensa dessa notícia que é extremamente grave. E veja: não há nenhuma lógica.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Os aeroportos de Boca do Acre e de Coari estavam já na terceira fase de implantação; ou seja, no anteprojeto. O Município de Marã estava ainda na fase de estudo de viabilidade, e Lábrea, na fase de estudo preliminar. Então, dos quatro aeroportos que decidiram manter, apenas dois estavam na última fase. E nós temos vários Municípios e vários aeroportos na mesma situação desses dois, já na terceira fase do projeto, ou seja, em fase bem adiantada, e eles simplesmente cortaram com uma régua. Isso, Presidente Paim, é lamentável!

As pessoas, muitas vezes, não acreditam no que estamos dizendo, mas é por isso, por essas e por tantas outras que nós temos muita esperança em reverter esse processo de golpe que está em curso no País. E processo de golpe mesmo. Não adianta querer dizer que a Presidenta está sendo julgada por crime de responsabilidade, não! Não está sendo julgada por crime de responsabilidade.



(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A última pessoa que fez uma declaração... Aliás, vários fazem essa declaração. Várias são as Senadoras e os Senadores que dizem que a Presidente está sendo afastada pelo conjunto da obra e porque perdeu o apoio legislativo.

Mas vejamos o que disse o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o Ministro Gilberto Kassab, concedendo uma entrevista à imprensa, a Kennedy Alencar no dia de ontem. Veja, Senadora Fátima, o que disse o Sr. Kassab, e faço questão de ler exatamente as respostas que ele deu ao jornalista. Poderia resumir, mas prefiro ler na integralidade o que ele respondeu.

Perguntado pelo repórter se a Presidenta Dilma tinha cometido crime de responsabilidade por meio dos decretos e do Plano Safra ou se ela estaria perdendo o poder pelo conjunto da obra. E a resposta do Ministro Kassab, qual foi? Ele disse assim: “Olha, eu não quero entrar no mérito” – porque também foi questionado se ela era uma Presidenta boa ou ruim na época em que ele era seu Ministro – “eu não quero entrar no mérito se o Governo de Dilma era bom ou era ruim. Mas, em relação ao *impeachment* da Presidenta Dilma, eu fico com a segunda opção, ou seja, ela está sendo impedida pelo conjunto da obra, e não porque tenha cometido qualquer crime.”

E mais, olhem o que ele analisa. Ele disse: “Esse fato por si só traz um risco para os futuros presidentes”. Questionado que foi, ele confirmou: “Traz um risco, sim, porque, a partir daqui, a partir deste momento, nós viveremos um sistema de semiparlamentarismo. E, daqui para frente, o Presidente ou a Presidenta que não tiver pelo menos um terço de apoio do Congresso Nacional será impedido, da mesma forma como estão impedindo a Presidenta Dilma”. São palavras do Ministro interino de Ciência, Tecnologia, Inovação e das Comunicações, Gilberto Kassab. E disse que isso traz uma instabilidade muito grande para o Congresso Nacional.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Concederei, Senadora Fátima. Apenas para dizer: então, quem diz que é um golpe não é V. Exª, Senadora Fátima, não sou eu, não somos nós; são eles próprios, eles que estão viabilizando, eles que reconhecem que esse processo não é *impeachment*. E não é *impeachment* por quê? Porque é um processo que tem forma, mas não tem conteúdo. É um processo vazio. E a Constituição brasileira é clara. Ela diz que para um Presidente ou Presidenta perder o mandato tem que ter cometido crime de responsabilidade, e a Presidenta não cometeu crime de responsabilidade. Está sendo julgada politicamente. Estão transformando o Parlamento brasileiro, lamentavelmente, num colégio eleitoral. E num colégio eleitoral de exceção. Estão transformando o sistema político brasileiro num sistema, como disse Kassab, semiparlamentarista.

E tudo isso para quê? Para arrancar direitos do povo, para tirar direitos dos trabalhadores. É por isso que nós temos muita esperança ainda em virar esse jogo até o dia do julgamento aqui no plenário deste Senado Federal.

Senadora Fátima, com a benevolência do nosso Presidente, Senador Paim.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Vanessa, primeiro, quero parabenizá-la por mais um importante e consistente pronunciamento que faz. Segundo, quero aqui também me associar a V. Exª quando destaca aqui as palavras do Ministro Kassab; Ministro esse que foi Ministro do Governo da Presidenta Dilma, aliás à frente de uma pasta superimportante, como era o Ministério das Cidades; Ministro esse, Senadora Vanessa, que o Brasil inteiro viu por diversas vezes se derramar em elogios à gestão da Presidenta Dilma, principalmente destacando a iniciativa da Presidenta Dilma, ainda à época do governo do Presidente Lula, quando ela foi idealizadora de um dos programas de maior inclusão social no campo da habitação, que foi o Minha Casa, Minha Vida. Quantas vezes nós ouvimos o Ministro Kassab dizer do quanto a Presidenta Dilma era uma Presidenta preparada, uma Presidenta que dava continuidade ao governo do Presidente Lula, um governo voltado principalmente a cuidar dos mais pobres deste País. Esse Ministro, de uma hora para a outra, virou a casaca.

(Soa a campainha.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi um dos primeiros a trair, a passar para o lado de lá, para o lado golpista. Hoje inclusive é Ministro do Governo interino, do Governo biônico. Encerro dizendo, Senadora Vanessa, que são atitudes como essa, de incoerência, porque no mínimo essa a palavra que deve ser usada para as declarações do Ministro Kassab ontem ao jornalista Kennedy Alencar, são incoerências como essa que fazem com que a maioria do povo brasileiro tenha cada vez mais descrença e desconfiança e descrença pela maioria dos políticos. Muitos políticos, como o Kassab, fazem por merecer a rejeição do povo



brasileiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço e incorporo o aparte de V. Exª, Senadora Fátima.

Para concluir, Senador Paim, agradecendo a paciência, a benevolência e a compreensão de V. Exª, digo, Senadora Fátima, que não foi só a Presidenta Dilma que foi traída por essas pessoas, por esses partidos políticos; o povo brasileiro é que foi traído, pois colocou a Presidenta e eles estão tirando. Está sendo traída a Nação brasileira, porque não é apenas assumir o poder, colocar um no lugar da outra. Não é isso. É mudar o projeto político, é isso que está em jogo. Querem tirar os direitos dos trabalhadores, porque acham que trabalhador no Brasil tem direito demais, Senador Paim. Por quê? Porque eles estão diminuindo a remessa de lucros de países emergentes como o Brasil para os países-sede de suas empresas, grandes conglomerados transnacionais. O povo brasileiro está sendo traído.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E nós estamos trabalhando para, daqui até o dia do julgamento, mostrar isso à Nação. A Presidenta Dilma estará sentada aqui na próxima segunda-feira. Aqui ela não estará na condição de ré, aqui ela estará na condição de vítima. E eles sabem disso. Tanto sabem, Senador Paim, que, além de fugir da formação de provas, estão fugindo do debate, e só foge o covarde. Pessoas sérias, pessoas corretas não fogem; vêm, falam e enfrentam. É tudo o que eles não estão fazendo, eles estão fugindo. Está publicado em todos os jornais hoje. As lideranças partidárias, cumprindo uma ordem do Jaburu, ou seja, do interino Michel Temer, está cortando a palavra dos Srs. Senadores, dizendo que só vão falar os líderes partidários para que tudo ande rápido. Então, nem para enfrentar o debate eles têm coragem. O que nós podemos dizer? Mas, não tem problema, a Nação brasileira estará assistindo...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...e poderá ver quem é quem, Senador Paim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin.

Agora é a Senadora Fátima Bezerra para uma comunicação inadiável.

Como oradora inscrita, em seguida, a Senadora Ana Amélia, por permuta com a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Senador Paim, que ora preside os trabalhos, Srs. Senadores e Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado. Senador Paim, quero hoje aqui, na tribuna, registrar com imensa satisfação pesquisa recentemente realizada, pesquisa que foi coordenada pela Andifes, que demonstra com dados o quanto as políticas públicas implementadas nos últimos 13 anos contribuíram para aumentar significativamente a inclusão social por meio da educação.

Pesquisa da Andifes intitulada “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras” demonstrou, em sua quarta edição, que os governos do PT, de Lula e Dilma, conseguiram mudar o panorama de que só filho de rico tinha acesso à universidade pública. Uma verdade, Senador Paim, que perpetuou no País por mais de um século.

A partir de dados colhidos entre 130 mil alunos de 62 universidades federais, chegamos ao surpreendente resultado de que 66,19% dos alunos dessas instituições vêm de famílias com renda média de até 1,5 salário mínimo. E se considerarmos apenas as universidades do Norte e do Nordeste, esse percentual é ainda maior: sobe para 76,66%.

Portanto, a ideia de que universidade pública é coisa de rico ficou no passado, ficou no governo Fernando Henrique Cardoso, quando o percentual de pessoas originárias de famílias nessa faixa de renda de até 1,5 salário mínimo com acesso à universidade pública era de apenas 42,8%, tendo, inclusive, decrescido durante o seu governo.

Então, Senador Paim, é uma inclusão social extraordinária, 13 anos dos governos Lula e Dilma. O percentual, repito, dos jovens classe D e E, famílias que ganham até um salário mínimo, na universidade era de 42,8%; 13 anos de governos Lula e Dilma, nós passamos de 42,8% para mais de 66%. E na minha Região Nordeste, o percentual ainda é maior: quase 77%.

Outro dado importante, Senador Paim, é o dado que diz respeito à presença de negros e negras nas universidades. A presença dos negros e negras nos governos do PT praticamente triplicou, sendo hoje de 47%,



um percentual muito próximo ao de sua participação na sociedade, que é de 53%.

Contra fatos não há argumentos. Esses dados comprovam que os governos Lula e Dilma conseguiram efetivamente promover a inclusão social pela educação, beneficiando a parcela mais carente na nossa população e enfrentando a eterna dívida do Estado brasileiro com os negros deste País.

Esse resultado, Senador Paim, essa inclusão social pela porta da educação nos governos Lula e Dilma reflete o compromisso e o esforço dos governos do PT para dar a devida prioridade à área de educação e, por que não dizer, para colocar a educação no centro do projeto de desenvolvimento nacional.

Mas, por dever de justiça, eu quero aqui também mencionar a participação, o protagonismo dos estudantes, trabalhadores e gestores em educação, que, durante esses 13 anos, estiveram permanentemente mobilizados, que tiveram uma participação muito importante para a construção de políticas públicas, como o Reuni e a política de cotas, que foram essenciais para promover essa inclusão social no campo da educação.

Mas, Senador Paim, se, por um lado, temos que celebrar esses avanços sociais registrados durante os governos Lula e Dilma, não podemos deixar de destacar a nossa imensa preocupação com o fato de essas conquistas estarem, neste exato momento, seriamente ameaçadas se este Governo usurpador, biônico, interino do Sr. Michel Temer virar permanente, concretizando-se, assim, o golpe.

Digo isso, Sr. Presidente, porque, nesse último fim de semana, o ex-Ministro Aloizio Mercadante, em entrevista, chamava a atenção para o desmonte na área da educação – cem dias apenas. É um desmonte brutal. É um golpe atrás de outro no direito à educação do povo brasileiro. Mercadante, inclusive, disse – abre aspas: “Se no governo de Juscelino Kubitschek o País vivenciou um plano de metas com um avanço de 50 anos em cinco, no governo golpista e provisório de Temer assistimos ao desmonte de 10 anos em 100 dias” – fecha aspas.

E aqui vou dizer que desmonte é esse. Primeiro, orçamento destinado para a educação: o orçamento do Governo biônico para a educação no ano de 2017 simplesmente traz um corte de 45% nos investimentos e de 18% no custeio. Esse é o orçamento destinado para as universidades públicas e para os institutos federais da educação profissional e tecnológica. Repito: corte de 45% nos investimentos para 2017 e de 18% no custeio. Nós vamos lutar para reverter essa realidade, porque, se esse orçamento for, enfim, implementado, isso significará um ponto final no processo de reestruturação e expansão das universidades federais e escolas técnicas, especialmente no interior do País.

Eu quero lembrar aqui, Senador Paim, que, durante os governos Lula e Dilma, foram criadas mais de 18 universidades públicas. Nós entregamos, em 13 anos, mais de 420 novas escolas técnicas.

Mas vamos voltar ao desmonte, ao retrocesso que estão sendo esses cem dias do Governo golpista do Sr. Michel Temer na área da educação.

Quero aqui falar novamente do Pronatec, do qual tive a oportunidade, quando Deputada Federal, na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, de ter coordenado todo o trabalho de discussão. Mais de 12 milhões de jovens, homens e mulheres, tivessem acesso a esse programa, que é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Portanto, essas pessoas se prepararam melhor para adentrar o mercado de trabalho.

Pois bem: esse programa está suspenso. Isso é um crime! Isso é um crime contra a Presidenta Dilma! É um crime contra a juventude brasileira! É um crime contra milhares de homens e mulheres que precisam de políticas públicas como essa para se prepararem melhor para o mercado de trabalho.

Ano de 2016. O Ministro Mercadante já havia deixado pronta a oferta de dois milhões de vagas no Pronatec, em parceria com os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com as universidades, em parceria com o Sistema S, orçamento assegurado... E até agora nada!

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Simplesmente, o programa continua suspenso.

O Pacto Nacional, Sr. Presidente, pela Alfabetização na Idade Certa... Tudo pronto. No ano de 2016, esse Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que se destinava à formação de cerca de 300 mil professores em todo o País, programa esse tão importante para enfrentar um problema com que o nosso País convive ainda, que é a questão da alfabetização na idade certa, na medida em que o Brasil convive ainda com uma realidade em que uma em cada quatro crianças não aprende a ler antes dos oito anos de idade. Daí a importância do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, também suspenso pelo Governo interino.

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para concluir, Sr.



Presidente, peço só mais um pouquinho de tempo.

O Programa Ciência sem Fronteiras foi reduzido. Outro crime cometido contra a juventude, a juventude pobre. Isso porque o Governo interino do Sr. Michel Temer reduziu as bolsas. Por exemplo: os alunos pobres, com essa modificação que houve no Ciência sem Fronteiras, não terão mais a oportunidade que estavam tendo, nos governos Lula e Dilma, de fazer um curso lá fora.

O Fies também foi duramente atingindo. Reduziram os investimentos, na medida em que querem transferir custos operacionais para as instituições de ensino. E, ao transferir esses custos operacionais para as instituições de ensino, eles vão flexibilizar, para que esses custos possam ser repassados para os estudantes. Isso é uma injustiça! Aliás, nesse sentido, para impedir mais essa injustiça, eu apresentei, junto com a Senadora Angela, uma emenda para proibir esse repasse às mensalidades.

Mas enfim, Sr. Presidente: é o desmonte do Fórum Nacional de Educação, é o desrespeito ao Conselho Nacional de Educação, é o portal de diplomas, que foi simplesmente desmobilizado, é o Programa Olimpíada de Matemática... Ou seja, são cem dias de um governo sem legitimidade popular. Portanto, só isso pode explicar, de repente, um ataque brutal às políticas públicas na área de educação, que foram essenciais para promover a inclusão social dos jovens durante esses últimos anos.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Infelizmente, Sr. Presidente, enquanto tínhamos, nos governos Lula e Dilma, na área da educação, uma gestão de perfil democrático, uma gestão que dialogava com os professores, com os estudantes, com os gestores... Uma gestão que foi capaz de protagonizar, junto com a sociedade, o Plano Nacional de Educação, a desvinculação da DRU, o Fundeb, a expansão das escolas técnicas, a expansão do ensino superior... Hoje, com cem dias, o que é que nós estamos vendo, Senador Paulo Paim? Uma gestão de perfil autoritário, uma gestão conservadora, uma gestão, repito, que, em cem dias apenas, desfere ataques e mais ataques ao direito à educação do povo brasileiro.

E não para por aí, Sr. Presidente...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...porque, se a PEC 241, já enviada ao Congresso Nacional, que tem por objetivo congelar gastos nas áreas sociais por um período de 20 anos, se essa PEC vier a ser aprovada, isso significará uma pá de cal no novo Plano Nacional de Educação pelo quanto ela vai inviabilizar as metas do novo Plano Nacional de Educação.

Portanto, eu concluo, Senador Paim, dizendo que essa PEC 241 não pode ser aprovada pelo Congresso Nacional. Ela não pode congelar o direito à educação dos jovens, dos homens e mulheres deste País.

Essa PEC não pode avançar, porque, se ela avançar, isso significará um retrocesso brutal no direito do povo brasileiro à educação. Por isso nós continuaremos aqui, até o último dia, lutando incansavelmente...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...para derrotar esse golpe, travestido de pedido de *impeachment*, contra a Presidenta Dilma, pelo que ele tem de infâmia, pelo que ele tem em termos de violar a democracia, pelo que ele tem de desrespeito à Constituição.

Nós iremos lutar até o último momento, para que um Governo que não tem um voto sequer não ouse destruir os avanços e as conquistas que o povo brasileiro teve no campo da educação.

Lutaremos até o fim, Senador Paulo Paim, contra o golpe e na defesa da democracia da Presidenta Dilma.

Por fim, Senador Paim, peço que dê como lido o registro que faço sobre a Olimpíada, que se encerrou nesse final de semana, pelo protagonismo, pela beleza que ela teve, parabenizando os nossos atletas pelas suas histórias de superações e de vitórias.

E eu não poderia, aqui...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... deixar de parabenizar duas pessoas que foram essenciais para que as Olimpíadas não só viessem para o Brasil, mas também para que elas se realizassem com o sucesso que tiveram, que são o Presidente Lula e a Presidenta Dilma.



DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SR^a. SENADORA FÁTIMA BEZERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO. (Vide item 2.1.2 do sumário)

(Inserido nos termos do art. 203, do Regimento Interno.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Michel Temer foi eleito com 54 milhões de votos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra.

Senador Ana Amélia com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Michel Temer foi eleito com 54 milhões de votos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Medeiros, V. Ex^a, em seguida, poderá fazer um aparte à Senadora Ana Amélia. Sei que ela vai lhe conceder.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Em cem dias não dá para consertar uma bomba de Hiroshima.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Paim, nosso Presidente desta sessão vespertina, caros colegas Senadores, Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu estou aqui agora me acostumando, Senador Medeiros, Senador Raupp, a uma repetição de uns argumentos que precisam ser ditos com voz muito alta, para que as pessoas possam compreender a queixa e também as invencionices de uma narrativa que vai, cada dia, caindo por terra.

Primeiro, diziam aqui e repetiam que o Bolsa Família seria derrubado pelo Governo atual. Não só o Bolsa Família foi fortalecido, como teve um reajuste – que havia sido dado pela Presidente afastada, de 9% – e passou para mais de 12%. E não falaram mais em acabar com o Bolsa Família.

Depois disseram que, em dois meses, o Presidente interino, o Temer, havia demitido três Ministros, quando eu, aqui na tribuna, lembrei que Dilma, no primeiro ano de mandato, em 2011, demitiu sete Ministros no primeiro semestre. Esse assunto também morreu.

E assim, sucessivamente, os temas vêm vindo, e a gente vai derrubando um por um, porque não há razão lógica em vir aqui falar em golpe, quando o maior injustiçado pelos crimes cometidos, por uma gestão irresponsável, é representado por mais de 12 milhões de desempregados. Todos os programas sociais são importantes, e ninguém ignora a relevância deles, como é o caso do Bolsa Família, mas todos sabemos reconhecer a fragilidade de uma argumentação que precisa aqui ser dita em voz alta, gritada, várias vezes, parece que para convencer as pessoas de que o que estão dizendo é mesmo verdade.

Eu não me canso disso, mas isso está me provocando um exercício de tolerância para ouvir e para respeitar. O choro é livre. É o *jus sperniandi*. É exatamente o exercício que têm e que lhes resta, nessas últimas horas de um processo que eu desejo – e a sociedade – que termine na próxima terça-feira.

Quando a dona de casa vê o marido perder o seu emprego, ou quando vai à feira ou à quitanda comprar as coisas e vê que a inflação subiu muito e que ela não compra as mesmas coisas com o mesmo dinheiro, esse é o reflexo da irresponsabilidade administrativa.

Quando ela vê o marido perder o emprego, ou o filho não conseguir o Pró-Uni, ou o Fies, essa é a consequência de um governo que gastou muito, mas muito mais do que podia, e fez tudo isso sem a devida autorização legal do Congresso Nacional.

O Tribunal de Contas da União – cujo Procurador Júlio Marcelo é uma das peças mais importantes para confirmar, pelo estudo técnico, a violação da Lei de Responsabilidade Fiscal – tem dados assustadores em relação às contas de 2015. São muito mais graves do que nós imaginamos. E esses dados precisam vir à tona, para a sociedade brasileira.

Chega de repetir tantas vezes uma mentira, para que ela se torne verdade. Não é dessa forma que nós praticamos democracia. Eu respeito... Aliás, eu, como os 81 Senadores, recebi uma carta da Presidente afastada. E eu respondi a carta no mesmo dia, em tom de respeito. Eu não sei se os outros colegas Senadores responderam à carta da Sr^a Dilma Rousseff. Eu respondi; respondi, porque eu até desejaria – porque é a primeira mulher Presidente do nosso País – que ela tivesse acertado. Mas ela não acertou.

E, hoje, os candidatos que sobrevivem na campanha eleitoral do Partido da Presidente afastada se afastam dela como o diabo da cruz. Lá em São Paulo, Fernando Haddad, candidato a reeleição, não quer nem ouvir falar. Até disse que golpe é uma palavra muito forte, muito radical para ser dita. Veja só o cuidado que o prefeito da maior cidade brasileira está tendo nessa relação. Pelo menos tem uma retórica política para contextualizar o que está acontecendo, porque ele sabe, e as ruas se manifestaram.



Será que esta Casa está, por conta e risco, tomando uma decisão estapafúrdia, sem pensar, sem analisar? Não é possível que nós, aqui, sejamos toda hora chamados de golpistas. Eu já repeti: sou golpista, porque estou do lado de todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que estão dando guarida, cobertura ao processo que estamos aqui realizando: um julgamento político, com a cobertura da legalidade, da Constituição, a ampla defesa à Presidente, mais de 200 horas numa comissão muito trabalhosa, comandada, com muito brilho, pelo Senador Raimundo Lira. O Relator fez um relatório extraordinariamente qualificado, fundamentado... Tudo isso e a natureza desse julgamento.

E não me venham falar de traição. Ministros que ontem estavam no governo e hoje votarão contra a Presidente afastada não devem ser cobrados por traição. Traição maior foi feita contra o povo brasileiro, que, em 2014, acreditou em tudo aquilo que foi dito, como uma pregação de que o governo seria maravilhoso. E foi um desastre, pela ganância desenfreada, pela desordem nas contas públicas, por tudo que aconteceu no País. Aqueles programas muito festejados ficaram apenas no papel, e os jovens nas filas, buscando emprego ou buscando uma vaga no Prouni ou no Fies. O Pronatec foi desmantelado, arruinado; a economia, a inflação, o juro alto... Então, nós estamos tendo que recolocar as coisas como elas são.

E, aí, dizem que nós fugimos do debate, simplesmente porque nós entendemos que também a sociedade brasileira... Ela, que acompanhou 220 horas de inquirição para 40 testemunhas, Senador José Medeiros! V. Ex^a e eu estávamos lá: 40 testemunhas!

Agora virão mais seis de defesa e duas de acusação. Por que é que há duas de acusação? Porque nós queremos economizar a paciência dos brasileiros neste processo, nós queremos poupar os brasileiros desse cansaço, porque foram mais de 200 horas de oitivas para 40 testemunhas indicadas pela Defesa. Então, o que nós queremos? Racionalizar o trabalho, nada a ver com Temer. Nós temos que cumprir o nosso dever aqui porque temos um mandato, não é o mandato do Temer. É o mandato que eu tenho dos eleitores do Rio Grande do Sul, ou o Senador do Mato Grosso, ou do Mato Grosso do Sul, ou de Rondônia, dos Estados que forem. Essa é a resposta e a satisfação que nós temos que dar à nossa consciência, aos nossos eleitores e à sociedade brasileira, que foi à rua nos cobrar uma atitude para reagir a esse estado de coisas – o maior índice de corrupção no País.

Eu gostaria até que o Senador Pedro Simon aqui estivesse, porque li uma entrevista dele, no Correio Braziliense, na segunda-feira, que disse, a manchete é uma frase muito típica do Senador Pedro Simon: “Pelo amor de Deus, ela é culpada”. A palavra do Senador Simon, um Senador por muitos mandatos, Governador do Rio Grande, Ministro de Estado, respeitado por todos nós, um homem de ética e conduta ilibadas, disse em alto e bom som nesta entrevista que vale ser lida e relida. Nunca, nunca houve um grau e um volume de corrupção tão elevados em nosso País, ao ponto de terem destruído a Petrobras.

Lá em meu Estado, o Rio Grande do Sul, destruíram um sonho fantástico que era o polo naval, as empresas ruíram, os empregos foram embora. Fala-se muito na educação. Eu estive duas vezes com o Ministro da Educação, Mendonça Filho. Em 2014, com pleno interesse eleitoreiro, o governo criou os cursos de Medicina. E um deles seria no Rio Grande do Sul, mais de um, em São Leopoldo. E fizeram um edital.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós estamos em 2016, dois anos se passaram e nada foi resolvido, Senador Pedro Chaves, e o senhor conhece o que estou falando. Editais que deveriam ter muita transparência e não foram resolvidos, foram criadas mais complicações. E agora o Ministro Mendonça Filho está resolvendo os problemas do curso de Medicina de Ijuí, na região noroeste do Rio Grande do Sul, que é muito importante. Nos próximos dias deve encontrar uma solução para uma expectativa criada em 2014. Por que será em 2014? Que ano foi 2014? O ano da reeleição. E disse a Presidente afastada: “Vamos fazer o diabo para ganhar a reeleição.” O diabo foi feito e o preço nós estamos pagando, por tudo aquilo que foi prometido e não foi cumprido. A boa-fé da sociedade brasileira foi lesada. Essa foi a grande ameaça, a grande fraude em que a sociedade brasileira se sentiu enganada.

Com muita alegria, concedo o aparte ao Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito rapidamente, Senadora Ana Amélia. V. Ex^a fez um roteiro claro do que aconteceu. Pelo Brasil inteiro, foram feitos puxadinhos. Algumas universidades foram verdadeiros barracões. Eu conto isso porque, a minha cidade, há muitos anos, Rondonópolis, pretende ter uma universidade. Apesar do *campus* todo estruturado, certa vez, vim à Casa Civil saber por que nunca saía de lá. E falaram: “Olha, essa é uma decisão política. E, neste momento, o Presidente vai fazer lá para o Sertão, para o Semiárido. É uma questão de estratégia.” Então, não tinha nada a ver com a técnica. Atropelaram tudo e colocaram lá. Acontece que uma universidade não se torna universidade apenas por se chamar universidade. Isso foi o que aconteceu com muita coisa: simplesmente nomearam. Há



um monte de puxadinho, desde a saúde até a educação. Agora, neste momento, nós temos que organizar tudo. Falando já de outro assunto, Senadora Ana Amélia, amanhã nós começamos o processo de votação do *impeachment*. Eu queria parabenizá-la primeiramente pela sua atuação na Comissão do Impeachment. Sempre muito técnica, V. Ex^a acaba de dizer que fez uma carta respeitosa à Presidente Dilma. Eu não tenho dúvida de que, sim, dessa forma é que ela será tratada aqui. Agora, como ré – que é – também vai ser tratada. Não com desrespeito. Mas ela é uma Presidente ré e aqui vai ser tratada como tal. Agora, quero trazer um alerta aos meus pares, Senadora, porque há um boato muito grande nos corredores de que a Presidente virá aqui fazer um discurso e, logo em seguida, renunciará, pois ela estaria capitaneando votos para ser inocentada então. Depois da renúncia, ela seria inocentada, já que não se alcançariam os 54 votos. Assim, ela poderia ser candidata, em 2018, à Senadora da República. Primeiro, eu creio que causaria muito constrangimento tê-la aqui como Senadora, juntamente com os outros pares. Segundo, eu lamento muito porque aí, com certeza, ela iria tirar a vaga de um grande Senador da República, que é o Senador Paulo Paim. No mais, tomara que isso seja só boato, que não se concretize e que possamos terminar este pesadelo que agora estamos enfrentando. Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Medeiros. Eu vou concluir, Senador Paulo Paim. De fato, eu tenho lido, nas redes sociais, essa história da renúncia. Mas, a meu juízo, ela não tem lógica, ela não se sustenta minimamente na lógica. Então, se alguém quer se transformar aqui em vítima de um processo legítimo e democrático, de um processo político, não é dessa maneira, porque a renúncia é uma admissão da culpa. Então, eu não acredito nessa hipótese.

Também acho que nós devemos caminhar para modernizar o sistema de Governo brasileiro. Não sou favorável ao parlamentarismo, absolutamente. Mas acho que o *recall* é uma forma de você também fazer uma avaliação mais popular, mais democrática, de julgar os políticos, os maus políticos, os governantes.

Quero também, para terminar, Senador Medeiros, lembrando do seu Estado, o Mato Grosso, dizer que, entre as dívidas que o Governo tem na área social, algumas dizem respeito aos assentamentos da agricultura familiar. Eu sou de um Estado em que esse tema é muito caro. Sou hoje Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e nós fizemos uma audiência pública, requerida por V. Ex^a, para tratar do assentamento de Itanhangá. Esse assentamento tem de 20 a 25 anos. Ele nasceu lá e se transformou, pelo seu tamanho, no Município de Itanhangá, fruto de um assentamento. Pasmem os nossos telespectadores: esse assentamento, até hoje, a maior parte dos ali assentados...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... não tem a regularização fundiária, a titulação da terra que foi designada para ele. E aquelas terras que, há 20 ou 30 anos, valiam muito pouco, hoje são terras muito valorizadas. E por que não titular a terra? Por que não dar segurança jurídica a esses trabalhadores, a esses sem-terra, que estão esperando, há quase uma geração, pelo seu título de terra, para ter uma segurança jurídica? Nenhuma operação eles podem fazer, porque não têm aquilo que é fundamental, no documento fundiário, que é o título de propriedade.

Eu quero só trazer esse tema, lembrando a relevância que teve a audiência pública de Itanhangá, no Mato Grosso, que eu tive a honra de presidir, na revelação e no que foi contado ali pelos protagonistas, pelos assentados, pelo líder dos assentados, que mostrou claramente o descaso do Governo em relação à questão da regularização fundiária no País e também o descuido com essas pessoas que foram jogadas ali sem nenhuma condição de infraestrutura, de educação, de escola, de nada. “Virem-se.” Largaram ali e disseram: “Virem-se.” Essas pessoas agora, com seu o trabalho e com a sua coragem, construíram a sua casinha, mas não têm nenhuma segurança, porque a titulação de terra não veio ainda.

Esperamos que esses problemas todos sejam mostrados também à sociedade brasileira.

Muito obrigada, Senador Paim.

Obrigada, Senador Medeiros, por seu aparte.

Obrigada aos telespectadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, permita-me só que eu complemente a preocupação do Medeiros. Nós que estamos na vida pública há tanto tempo, para mim, não importa quem seja. Eu sempre digo que, em uma eleição como a que teremos em 2018, há duas vagas e que os dois melhores cheguem lá, seja quem for. E aí eu estou tranquilo...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... quanto disputa eleitoral e à confiança que eu tenho no povo gaúcho. Não importa quem sejam os candidatos –



podem existir 50 –, que os dois melhores sejam eleitos, seja homem, seja mulher.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só quero dizer o seguinte: em 2018, o Senador Paim e eu somos candidatos à reeleição. Eu não estou autorizada e não tenho procuração de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É fato e é real.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... mas já estou aproveitando para fazer aqui e reafirmar esse anúncio.

Obrigada, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu só faço o alerta, Senador, porque, com a Senadora Serys, não deram a vaga para ela. A minha preocupação é com sua vaga.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Serei candidato de qualquer jeito – pode escrever aí –, com vaga ou sem vaga.

Passo a palavra agora ao Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Sem revisão do orador.) – Caríssimo Sr. Presidente, Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, o nosso boa-tarde.

Hoje estou usando a tribuna para louvar a minha querida cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que, depois de amanhã, completa 117 anos.

Vou contar um pouquinho da história de Campo Grande.

Em meados de 1872, José Antônio Pereira formou uma comitiva composta de cinco pessoas. Ele saiu à procura de campos para criar gado e matas para lavoura, rumo ao sul de Mato Grosso. Após meses de caminhada, José Antônio Pereira chegou à confluência de dois córregos, conhecidos como córregos Prosa e Segredo. Construíram um rancho coberto de buriti, derrubaram uma pequena mata que existia entre os dois córregos, prepararam a terra para o plantio de milho e arroz e, alguns meses depois, regressaram para Minas Gerais para buscarem a sua família.

Após meses de afastamento daquela localidade, chega José Antônio Pereira, com uma numerosa caravana de 11 carros de bois, carregados de víveres, mudas e sementes e um lote de gado de cria, acompanhado de sua esposa, filhos, genro, sobrinhos e amigos, num total de 62 pessoas.

Após seu regresso, preservando a área que havia delimitado para a sede do arraial, determinou as posses das primeiras fazendas. Novas caravanas foram chegando. O entusiasmo dos primeiros habitantes contagiava a todos, pois diariamente chegavam mais pessoas para aumentar as atividades do povoado. Atendendo ao apelo dos habitantes, no início de 1889, chegou o mestre José Rodrigues Benfca, que abriu a primeira escola da nova terra.

No dia 26 de agosto de 1899, o Presidente do Estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Pedro Alves de Barros, assinou decreto que elevou à condição de vila a pequena paróquia de Campo Grande. Para nós, campo-grandenses, esse decreto representa a certidão de nascimento de nossa cidade, e o dia 26 de agosto é o dia em que comemoramos seu aniversário.

Naquele longínquo 26 de agosto de 1899, os 600 habitantes da recém-emancipada Vila de Campo Grande não comemoraram sua emancipação. Parece estranho, porque era a emancipação e não comemoraram. Por que não comemoraram? Porque eles não souberam do fato. Não havia rádio, telefone ou telégrafo. O serviço postal regular só seria instalado por lá no ano seguinte. Qualquer documento enviado de Cuiabá, que era a capital do Estado, tinha de navegar pelos rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai para chegar a Corumbá, outros dias para singrar o Rio Miranda e mais dias subindo, a cavalo, a Serra de Maracaju para, só então, alcançar a pequena Vila de Campo Grande.

Aqueles campos férteis e vastos, outrora partilhados por índios paiaguás, caiapós, guaicurús, terenas e caiuás, transformavam-se lentamente em fazendas, dando início ao processo de produção de carnes e de grãos que o Estado de Mato Grosso do Sul vivencia hoje. Foi ali, meus caros telespectadores, na confluência de dois córregos, Prosa e Segredo, que se instalaram as primeiras famílias, que se levantaram as primeiras casas e se plantaram os primeiros sonhos de uma cidade que se ergueu apesar das dificuldades, das distâncias e dos desafios.

Sr. Presidente, eu nasci em Campo Grande, numa vila chamada Vila Carvalho, um bairro operário e bucólico, que fica muito próximo dos córregos Prosa e Segredo, onde foi fundada a cidade de Campo Grande. Nas águas desses córregos pesquei e me banhei milhares de vezes, ainda quando suas águas eram cristalinas e piscosas e a velha Maria Fumaça passava nas suas imediações duas vezes por dia, levando e trazendo sonhos.

Tive a felicidade de ver a cidade se levantando pelas mãos de um povo batalhador e ordeiro, que veio de ge, de Minas, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Nordeste e também de países como a Bolívia, Paraguai, tugal, Espanha, Armênia, Turquia, Síria, Líbano e Japão. Gente que compartilha em paz, na mesma roda ou



mesa, as comidas regionais, como o tereré, que é o chimarrão gelado, o chimarrão, a chipa – o nome é chipa, mas, na verdade, é o pão de queijo –, o sobá, que é a comida tradicional japonesa, massas, quibe e muito churrasco com mandioca.

Homens e mulheres, no início do século passado, viram surgir grandes conquistas de nossa terra. Citamos neste sentido as estradas boiadeiras, ligando o sul de Mato Grosso com São Paulo e Paraná, o correio e o telégrafo, as edificações do Exército, bem como a chegada festiva dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na manhã do dia 31 de agosto de 1914, conectando Campo Grande com outras capitais e cidades importantes do Brasil. Infelizmente, a estrada de ferro tornou-se uma verdadeira sucata, um tipo de transporte importantíssimo e de retorno extremamente rápido.

Gente que apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932 e fez de Campo Grande a capital dos rebelados, num sonho que durou menos de três meses. Pessoas que, como eu, participavam ativamente dos *footings* aos domingos, nas ruas centrais da Cidade Morena, como é chamada Campo Grande, que se divertiam no Relógio da Rua 14 de julho, ouviam as músicas nacionais e internacionais, principalmente as polcas paraguaias que brotavam das águas coloridas da fonte luminosa da Praça Ari Coelho de Oliveira, ou que iam ao Estádio Belmar Fidalgo, torcer pelo Comercial ou pelo Operário e, depois, davam uma discreta passada pelo clube mais tradicional de Campo Grande, o Rádio Clube, ou pelos bares Cinelândia, Bom Jardim e um bar chamado Gato que Ri. Até diziam: Gato que Ri, bolso que chora, porque eram muito caras as refeições naquele local. Que, à noite, assistiam a bons filmes nos cinemas Alhambra, Santa Helena e Rialto.

Gente que até hoje não se esquece de fazer uma visita gastronômica ao Mercado e à Feira Central, na esplanada da ferrovia, palco de muitas histórias de encontros e despedidas. Gente que, em 1977, realizou afinal, por meio da Lei Complementar nº 31, o desejo de ser dona de seu próprio destino, criando o Estado de Mato Grosso do Sul.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Pessoas que viram o asfaltamento da BR-163, que liga Campo Grande a São Paulo, Cuiabá, que viram o café, o milho, a soja e o gado se espalharem pelo cerrado, que viram o crescimento da agroindústria e do turismo.

Gente que realizou a antiga aptidão do pequeno povoado de José Antônio Pereira e o transformou num vibrante polo de desenvolvimento do Centro-Oeste que é hoje Campo Grande. Gente que no seu dia a dia construiu essa história.

Parabéns, Campo Grande, por seus 117 anos de vida e tantas outras histórias. E parabéns, campo-grandenses, por terem construído e continuarem construindo cotidianamente essa capital que é orgulho de todos os campo-grandenses e sul-mato-grossenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Pedro Chaves, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Pedro Chaves, V. Exª falou muito bem de seu Estado, mandou uma mensagem muito bonita. Portanto eu o parabenizo, sobretudo pelo trabalho que V. Exª tem desenvolvido aqui nesta Casa.

Passo agora a palavra ao Senador Valdir Raupp. E exatamente eu queria falar que o Senador hoje é aniversariante. Portanto, merece todos os nossos cumprimentos, os cumprimentos desta Casa, de todos aqueles que trabalham, assessores, funcionários, consultores. Naturalmente, transmitir aos ouvintes da Rádio Senado e da TV Senado e dizer mais uma vez que hoje é o aniversário do Senador Valdir Raupp. Portanto, os nossos parabéns.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, pelas palavras, pelas congratulações, pelo carinho, pela lembrança. Da mesma forma, estendo estes agradecimentos ao povo do meu Estado, ao povo de Rondônia, que tem, durante todo o dia, desde ontem à noite... À meia-noite, na virada do meu aniversário, eu estava na sessão do Congresso, até quase três da manhã, e já comecei a receber os parabéns ali na sessão do Congresso, também dos meus amigos de Rondônia. Lá se conta uma hora a menos, então às 11h da noite em Rondônia, eu já estava fazendo aniversário aqui em Brasília, por causa da diferença do fuso horário.

Então o nosso muito obrigado ao querido povo de Rondônia e a todas as Srªs e Srs. Senadores e servidores da Casa que durante todo o dia me felicitaram. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no último domingo, dia 21, tivemos o encerramento dos jogos da Olimpíada na cidade do Rio de Janeiro. Foi a primeira vez que uma cidade sul-americana organizou as



competições, e creio que podemos dizer agora, depois de duas semanas intensas, que o evento foi um grande sucesso. Houve problemas, é certo, e algumas questões ainda pedirão uma reflexão mais aprofundada nos próximos meses, mas acredito que todos reconhecemos que os jogos foram muito bem-sucedidos.

Do ponto de vista atlético, não há dúvida de que mais uma vez os Jogos Olímpicos se afirmaram como o grande encontro esportivo do planeta. Tivemos a oportunidade de ver de perto os maiores e os melhores em todas as modalidades em que houve competições.

Nomes conhecidos confirmaram as expectativas de excelência que os acompanham sempre, em todos os certames, e novos heróis olímpicos despontaram, já trazendo esperanças para os próximos anos.

Sabemos que os Jogos Olímpicos são muito mais do que competições atléticas. Os ideais de confraternização, de cosmopolitismo, de união e paz mundial que guiaram o seu surgimento no final do Século XIX continuam vigendo, e hoje mais do que nunca precisamos deles.

Creio que podemos dizer com orgulho, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, que soubemos oferecer ao mundo essa experiência de confraternização e festa ao longo desses dias de jogos. Tenho certeza de que todos os estrangeiros, atletas e público que passaram pela cidade do Rio de Janeiro ou por outras cidades Brasil afora tiveram a oportunidade de experimentar, filtrada pelo jeito brasileiro, especialmente o carioca, a riqueza do convívio com a diversidade. Temos nossos problemas e nossas dificuldades certamente, mas nossa cultura, em alguma medida, facilita o encontro e a convergência. Não seria exagero dizer que está, assim, em consonância com o espírito olímpico.

Valeu à pena, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sabemos que o custo é alto, os investimentos foram pesados, e muito do que foi investido na festa não terá retorno. Ainda discutiremos longamente sobre o legado dos jogos para o Brasil e para o Rio de Janeiro, mas hoje, ainda sob o impacto da grande festa, quero dizer que sim, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, valeu à pena, como valeu à pena.

Não temos como mensurar o efeito positivo no espírito dos brasileiros, e dos cariocas em particular, da satisfação de ter proporcionado ao mundo uma festa tão bonita e tão bem sucedida, sobretudo depois do enxame de dúvidas e de ceticismo que nos envolveu, cada vez mais espesso nos dias que antecederam o início das competições. Muita gente não acreditava, muita gente dizia que daria errado, principalmente os pessimistas, mas os otimistas, Sr. Presidente, já nasceram certos, os pessimistas já nasceram errados. Os pessimistas erraram mais uma vez quando disseram que os jogos do Rio, das Olimpíadas do Rio de Janeiro seriam um fracasso, um fiasco. Eles erraram. Os pessimistas erraram. Os otimistas, assim como eu, acertamos. Mas esse efeito é palpável na alegria das pessoas e no justo orgulho, que foi crescendo ao longo das duas semanas e atingiu o seu máximo na festa de encerramento.

Não podemos esquecer ou diminuir o valor simbólico, um tanto imponderável, é verdade, mas nem por isso irreal, do esporte no mundo contemporâneo. Não devemos menosprezar o papel que desempenha nas sociedades contemporâneas e as energias que move. A satisfação que sentimos com os jogos, sobretudo com o fato de os termos organizado com sucesso, tem um significado simbólico muito importante para nós. Isso merece ser guardado como um elemento importante para a futura avaliação.

Quero destacar, enfim, já para concluir, Sr. Presidente, o bom desempenho dos atletas brasileiros.

Ficamos abaixo da meta projetada, que era a de nos colocarmos entre as dez maiores potências esportivas, pelo número de medalhas. Não obstante, tivemos o melhor resultado em Olimpíadas de todos os tempos. Ficamos em 13º lugar, com 19 medalhas, 7 delas de ouro. Pelo critério do número de medalhas de ouro, ficamos em segundo lugar nas Américas, atrás apenas dos Estados Unidos. Mais do que isso, Sr. Presidente, para além das medalhas, muitos atletas brasileiros ficaram entre os oito ou dez melhores em suas modalidades, mostrando uma grande e significativa evolução em seus desempenhos desde a última Olimpíada, em Londres, há quatro anos. Em 17 modalidades, os atletas brasileiros tiveram melhor desempenho do que em 2012. Em 13, os resultados nunca foram tão bons em toda a história olímpica brasileira.

Concluo, Sr. Presidente, senhoras e senhores, congratulando-me primeiramente com todos os responsáveis pela organização dos jogos, que represento aqui nas pessoas do Sr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico do Brasil, e do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, do nosso Partido, que nos orgulha pelo trabalho que fez no primeiro mandato e agora, nesse segundo mandato que está caminhando para o final. O Prefeito Eduardo Paes brilhou não só nesse evento das Olimpíadas, como tem brilhado durante todo o tempo.

Deixo aos nossos heróis olímpicos, os atletas responsáveis diretos pelos belos espetáculos que tivemos a oportunidade de apreciar ao longo das duas semanas de jogos, um especial parabéns e um sincero agradecimento. Seu exemplo de esforço e de superação de limites comprova a imensa plasticidade da natureza humana e nos faz alargar os horizontes do que é possível. A todos eles, brasileiros e estrangeiros, deixo aqui minha admiração e meu muito obrigado.



Sr. Presidente, que venham as Paraolimpíadas, que logo, logo chegarão ao Rio de Janeiro. Que venham, daqui a quatro anos, os Olimpíadas de Tóquio, porque o Brasil vai continuar brilhando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Concordo com V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, em relação a todas essas considerações, quando descreveu detalhadamente o sucesso das Olimpíadas realizadas no Rio de Janeiro.

Mais uma vez parablenizo V. Ex^a e o povo de Rondônia pelo seu aniversário.

Passo a palavra agora à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srs. Senadores, coincidentemente, falarei também um pouco sobre Olimpíadas, para saudar o nosso País, para saudar o Brasil, porque não é apenas, como disse o Senador Valdir Raupp, um megaevento esportivo. É muito mais do que isso.

É a realização de um grande encontro de nações que tem, neste momento, a simbologia do encontro da paz.

Mas a Olimpíada foi realizada no Brasil sob fortes desconfiças de que não poderia ser realizada com sucesso. Muitas foram as vozes que se expressaram na imprensa, no Brasil e fora deste, anunciando todos os absurdos que poderiam acontecer no Brasil no período da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Poucos acreditaram que o Brasil daria ao mundo esse espetáculo majestoso que foi a abertura dos jogos no Maracanã e também o seu encerramento, demonstrando toda a criatividade, toda a capacidade da música, da dança, da coreografia, das artes, toda a capacidade do povo brasileiro e de seus artistas, dando uma demonstração também da cultura popular do Brasil.

Esse espetáculo todo foi também realizado, Sr. Presidente, com conquistas na área dos esportes. Se é verdade que não ficamos no patamar da meta desejada, também tivemos o maior índice, o maior número de medalhas que já obtivemos até então em uma Olimpíada.

Para mim, Senador Paim, o que chama a atenção – sou uma Senadora que, como Parlamentar, meu caro Presidente, atuei muito e atuo na área do turismo; fui Presidente da Comissão de Turismo e Desporto na Câmara dos Deputados – é que estava havendo no Brasil um verdadeiro silêncio, uma verdadeira tentativa de transformar em algo invisível a conquista da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e, finalmente, das Olimpíadas, realizadas no nosso País. Quem foi que as trouxe? Quem conquistou isso?

Não tenho dúvida de que, já à época, existiam também as aves de mau agouro que viam isso com uma péssima ideia. Mas o Presidente Luiz Inácio da Silva acreditou nisso. Acreditou, lutou, conseguiu fazer aprovar isso nos fóruns internacionais, trouxe isso para o Brasil. Respondeu àqueles que colocavam mau-olhado nos eventos e nessa ação com uma frase cunhada pelo escritor carioca Nelson Rodrigues: “O Brasil tem de perder seu complexo de vira-lata.” Isso se transformou e se popularizou depois justamente nessa frase repetida muitas vezes pelo Presidente Lula, para dizer que o Brasil saberia responder ao desafio de realizar a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Esse espetáculo foi organizado, todo ele, durante o período do Governo da chamada Presidente afastada, da Presidente Dilma Rousseff. O atual Governo tem apenas três meses de existência, de existência temporária. Portanto, chama-me a atenção o fato de que a mídia nacional não tenha dito uma só palavra a respeito disso. Aliás, o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, deu uma entrevista a um jornal de fora do Brasil, o *El País*, da Argentina, para finalmente reconhecer que o Presidente Lula teve uma participação importante e a Presidente Dilma também.

Acho que isso é ruim na história do Brasil, porque nós precisamos reconhecer o que cada um fez, perder esse sentimento, que é um sentimento de colocar a disputa sempre, em todos os momentos, acima dos fatos e acima principalmente do interesse nacional.

Pois bem, quero saudar pelas Olimpíadas realizadas no Brasil o povo brasileiro. Conquistamos 19 medalhas. O Brasil registrou, portanto, sua melhor *performance* na história dos Jogos Olímpicos. Conquistamos ouro no futebol, o que nunca havíamos conquistado; no vôlei masculino; no judô, com Rafaela Silva; no salto com vara, com Thiago Braz; no boxe, com o baiano Robson Conceição; na vela, com a dupla Kahena Kunze e Martine Grael; e no vôlei de praia, com a dupla Alison e Bruno. As seis medalhas de prata ficaram para Felipe Wu, no tiro esportivo; para Isaquias Queiroz, na canoagem, para nosso orgulho, da Bahia; para Isaquias Queiroz e Erlon Silva, na canoagem; para Diego Hypólito, na ginástica artística; para Arthur Zanetti, nas argolas; e para a dupla Ágatha e Bárbara, no vôlei de praia. Já os seis bronzes foram para Isaquias Queiroz, na canoagem; para Mayra Aguiar e Rafael Silva, no judô; para Arthur Nory, na ginástica de solo; para Poliana Okimoto, na ratona aquática; e para Maicon Andrade, no taekwondo.

Não posso deixar de mencionar, como já mencionei aqui, de forma especial, o que é motivo de alegria

para o povo da Bahia: os resultados obtidos pelos nossos atletas que, com suas histórias de vida, marcam e representam também a história de muitos dos atletas das nossas Olimpíadas e que fizeram de sua participação no esporte, na verdade, um marco de superação das dificuldades de suas vidas.

Robson Conceição, que ganhou a medalha de ouro no boxe, medalha inédita para esse esporte, que tem a cara dos bairros populares da cidade de Salvador, que já tem também um grande campeão que já foi Deputado Federal, o querido Popó, querido do povo da Bahia e de todos nós, é um exemplo de que, quando há oportunidade, pode-se mudar o destino de um jovem ou de uma criança de origem pobre do bairro de Boa Vista de São Caetano, que conheço bem. Conheço seus dramas, suas alegrias. Tive a oportunidade de, quando Prefeita, poder ajudar de forma especial o povo de Boa Vista de São Caetano. Chama-se Boa Vista de São Caetano por que o bairro de São Caetano tem uma parte em que dá para avistar toda a Baía de Todos-os-Santos, uma das vistas mais privilegiadas de nossa cidade.

Robson é um exemplo do que pode alcançar um jovem negro e pobre que consegue sair do triste destino que nós aqui investigamos na CPI de assassinatos de jovens.

Outro exemplo de garra do povo baiano, do povo brasileiro é Isaquias Queiroz...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vou finalizar, Sr. Presidente.

Ele foi medalha de bronze e prata duas vezes, único do Brasil a ganhar três medalhas em uma só Olimpíada – foi o primeiro atleta a conquistar esse feito. Natural de Ubaitaba, Sul da Bahia, começou a remar ainda pequeno contra as correntezas da vida nas águas do Rio de Contas. Aos dez anos, perdeu um rim após levar uma queda, mas isso não foi suficiente para impedir que ele realizasse seus sonhos.

Assim como Isaquias e Robson, também a carioca Rafaela Silva ganhou suas medalhas recebendo alguma ajuda dos programas do Governo, como o Bolsa Atleta, do Ministério do Esporte, entre outros. Isaquias, por diversas vezes, revelou em suas entrevistas que iniciou no programa Segundo Tempo – um dos pioneiros o programa Segundo Tempo – que é um programa do governo de Lula e do Governo de Dilma realizado pelo Ministério dos Esportes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero deixar o meu aplauso para os medalhistas e para todos aqueles que encarnaram o espírito olímpico e se entregaram à luta das suas medalhas. Eu quero parabenizar os brasileiros que foram voluntários desse grande evento. Eu quero homenagear de forma especial as meninas do futebol que deram garra e força. Infelizmente, não conseguimos a medalha tão desejada, mas quero deixar o meu abraço especial e a minha admiração a essa grande atleta baiana Formiga que, aos 38 anos, participou de sua sexta Olimpíada e encerra sua brilhante carreira com duas pratas conquistadas. Entretanto, não conseguiu agora, nessa Olimpíada, fazer isso, mas Formiga é uma guerreira, uma expressão dessas mulheres, atletas, jovens negras que fazem também dessa sua participação uma superação permanente.

Vamos aguardar, Sr. Presidente, com a mesma expectativa, a realização das Paralimpíadas de 7 a 18 de setembro, esperando que o nosso País tenha um desempenho semelhante, esperando que nós possamos também manter os programas iniciados pelo governo de Lula e pelo Governo de Dilma na área do esporte e que favoreceram muito para que hoje nós pudéssemos ter o desempenho que tivemos nessas Olimpíadas. A manutenção de uma política de inclusão social nos esportes é essencial para que nós possamos ter novas Olimpíadas e, no desafio das Olimpíadas do Japão, obter muito mais do que obtivemos até então.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Srª. Lídice da Mata, o Sr. Raimundo Lira, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu faço um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Nós vamos começar, daqui a pouquinho, a Ordem do Dia, e é fundamental a participação de todos. Nós vamos ter matérias importantes a apreciar. Uma delas é a medida provisória do Mais Médicos, que precisa ser apreciada, porque, amanhã, nós começaremos aqui, no Senado Federal, sob a Presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o julgamento da Senhora Presidente da República. E essa sessão de julgamento vai se estender certamente até o dia 29, 30 ou quem sabe 31. Portanto, eu faço um apelo para que os Senadores, por favor, venham ao plenário.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, não foi nada combinado, mas a minha fala se inicia exatamente por essa MP, porque, na próxima segunda-feira, 29, a Medida Provisória nº 723, que prorroga o prazo do Mais Médicos por três anos, perde a validade.



Eu faço coro à solicitação de V. Ex^a, porque, caso essa MP do Mais Médicos não seja votada, automaticamente, os profissionais estrangeiros que vieram para o Brasil há três anos para atuar no Mais Médicos perdem o direito de aqui ficar e atender a nossa gente. Cerca de 2 mil profissionais podem deixar o País no próximo dia 30 de agosto. E o número deverá aumentar a cada dia conforme os contratos forem vencendo. Senadora Lídice da Mata, a estimativa é a de que, até 7 de janeiro, 7 mil profissionais, a maioria de cubanos, devem deixar o Brasil se nós no Parlamento não votarmos esta medida provisória que está na pauta de hoje.

Esse programa foi criado em 2013 pela Presidenta Dilma e possui atualmente 18.240 profissionais estrangeiros que atendem a em torno de quase 70 milhões de brasileiros – há quem diga que, mais precisamente, são 63 milhões – que são, na maioria, pessoas consideradas pobres.

É a saúde chegando às comunidades indígenas, aos quilombolas, ao Sertão nordestino, às favelas e ao interior do meu Rio Grande, por exemplo. São 4.058 cidades que recebem atendimento dos médicos estrangeiros. Através desse programa, a Reserva Indígena Trocará no Estado do Pará conta pela primeira vez com médico exclusivo. A presença do médico cubano ajudou a diminuir os índices de mortalidade entre os indígenas através dos cuidados de saúde e acesso a remédios. Sr. Presidente, são ao todo 34 distritos sanitários especiais indígenas atendidos pelo Mais Médicos. Somente nas comunidades indígenas, são mais de 300 indígenas atendendo a esse povo.

E repito: não são só indígenas. No meu Estado do Rio Grande do Sul, 1.081 profissionais levam saúde aos que mais precisam. Antes da chegada do Mais Médicos a Pelotas, no sul do Estado, o posto Cohab Pestana contava com apenas um profissional durante um turno uma vez por semana. Era o que a prefeitura conseguia oferecer, pagando R\$35 a hora trabalhada. Mesmo a oferta de emprego com concurso, com salário de R\$1,6 mil, não atraía candidatos. Agora, essa cidade, essa região, que contava com um único médico, conta com 26 médicos no programa federal, 19 deles cubanos – passou de um para 26.

Segundo dados da pesquisa mais recente feita pela Faculdade de Medicina da USP, com o apoio do Conselho Federal de Medicina, o Brasil atualmente possui 432 mil médicos registrados. Isso corresponde a 2,11 médicos por cada 1.000 habitantes, aproximando o Brasil dos países como Japão, que tem 2,2 médicos por 1.000 habitantes; Canadá, 2,4; ou Estados Unidos, 2,5. A grande questão, Sr. Presidente, revelada pela pesquisa é que a distribuição desses médicos no Território Nacional ainda é desigual. A formação de médico sempre esteve concentrada nos grandes centros urbanos. Com o Programa Mais Médico, esse quadro está começando a mudar por conta de que agora os médicos estão indo para o nosso interior.

Fica claro que os médicos se formavam nos grandes centros e por ali ficavam, sendo que todos preferiam trabalhar em especialização. É até compreensível do ponto de vista profissional e da remuneração, pois eram especializados. Eles entendiam que, assim, tinham retorno mais adequado, e nós não tínhamos mais incentivo para formar médicos capacitados no interior.

O Mais Médicos não trouxe só médicos do exterior, não trouxe só médicos de outros países para distribuir no Brasil. O programa abriu 6 mil novas vagas de medicina no Brasil, tanto de universidades públicas como de universidades privadas.

Sr. Presidente, na época em que os primeiros médicos estrangeiros pisaram em solo brasileiro, lembro-me das críticas que receberam. Até nos próprios aeroportos, as pessoas eram destratadas, mas devo lembrar que o Programa Mais Médicos surgiu dando prioridade à contratação de médicos brasileiros. As inscrições foram abertas por ordem aos médicos com registro no Brasil, aos brasileiros formados, mas eles não aceitaram aderir a esse programa em um primeiro momento. Enfim, Sr. Presidente, o que interessa é que o programa deu certo. Por isso, essa medida provisória tem que ser votada no dia de hoje.

Esses médicos estrangeiros, no início, não foram entendidos, mas, felizmente, hoje há uma unanimidade, nacionalmente, em relação ao Programa Mais Médicos.

Sr. Presidente, agora, a dias do seu precipitado fim, o que vamos dizer a esses milhões e milhões de brasileiros que estavam acostumados a ser atendidos por um médico do programa sobre o qual ora estou discorrendo? Vamos dizer a eles que simplesmente acabou o programa? Acabou, porque o Governo não se preocupa com os programas que atendem a população? Espero que não, Sr. Presidente.

Estou convicto de que, hoje, aprovaremos aqui essa medida provisória, porque não se trata de uma questão de situação ou de oposição, mas, sim, de uma maneira de salvar vidas.

Sr. Presidente, gostaria ainda de informar o grau de satisfação do Programa Mais Médicos junto ao cidadão brasileiro. Dados da Universidade Federal de Minas Gerais mostram que os usuários do Mais Médicos têm nota média 9, em uma escala de 0 a 10, ao Programa Mais Médicos, iniciado em 2013. Sr. Presidente, essa pesquisa ouviu 14 mil usuários de 600 Municípios e ainda revelou que 85% deles dizem que o atendimento é melhor e que melhorou muito, muito, muito. Mais de 90% disseram não ter nenhuma dificuldade para



entender as orientações dos médicos. Esses médicos, segundo eles, são cuidadosos, com olho no olho, têm o cuidado de dialogar com o paciente e de atender todos com muito carinho. Aqui estou falando, Sr. Presidente, de médicos brasileiros e também de médicos que vieram do exterior.

O brasileiro quer um médico que cuide dele, que o respeite, que lhe dê atenção. Se ele é brasileiro ou não, não importa; ele pode ser brasileiro, cubano, espanhol, italiano, americano. Enfim, o que nós queremos é médico para toda a nossa gente. O importante é que eles recebem saúde, um direito tão básico à nossa sobrevivência; recebem mais qualidade de vida; recebem a atenção devida.

Sr. Presidente, para concluir a minha fala, eu quero dizer também que eu estou muito preocupado com um assunto que está deixando principalmente a população do Rio Grande muito, muito preocupada. Falo da situação da saúde pública do SUS, dos hospitais públicos, das Santas Casas, dos hospitais beneficentes e filantrópicos. Inclusive, Sr. Presidente, tenho recebido diversas mensagens das câmaras de vereadores, das associações de bairro, das prefeituras e das Assembleias Legislativas, como recebi hoje, não só do Rio Grande, mas também do Estado de Minas Gerais. O problema tem se agravado muito nos últimos meses. Estou falando aqui da questão do SUS, da saúde. Tenho acompanhado a situação com atenção e tenho conversado com as pessoas, sejam pacientes, sejam profissionais que atuam nessa área de suma importância. O fechamento de hospitais, o cancelamento de cirurgias eletivas e a diminuição de leitos e de atendimento em pronto-socorro, infelizmente, têm-se tornado comum no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Quero destacar a luta liderada pela Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes, Religiosos e Filantrópicos do meu Rio Grande, presidida por Francisco Ferrer, que é também Diretor do Hospital Pompéia, da minha cidade natal, Caxias do Sul.

Conforme a entidade, os valores da tabela do SUS estão defasados em torno de 60%. Desde 2004 o valor não é atualizado.

O Governo Federal, Sr. Presidente, e em especial o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pela crise no Estado – e reconheço que é uma grande crise, pois os servidores públicos chegam a estar ganhando R\$750 por mês –, têm atrasado constantemente os repasses para os hospitais.

Com a crise econômica, milhões de pessoas migraram dos planos de saúde particulares – que já não são grande coisa – para onde? Para o SUS. E isso aumentou ainda mais o problema.

Agora, o Governo está ventilando a ideia de um plano de saúde popular, e nós já sabemos o que vai acontecer: vão cobrar do cidadão; atendimento mínimo, mínimo, mínimo; e vão jogar o problema para o SUS resolver.

Notícias dão conta de que três em cada dez planos de saúde não pagam nem 1% da dívida que têm com o SUS. Os dados de 2001 para cá foram tabulados a partir de planilhas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, órgão regulador e responsável por exigir esse valor de volta ao SUS.

A cobrança ocorre, Sr. Presidente, todas as vezes em que a agência, por meio de cruzamento de dados do Ministério da Saúde, verifica que um paciente foi atendido na rede pública para um serviço que poderia obter na rede suplementar – ou seja, dentro do que foi contratado com o seu plano de saúde, mas quem atende é o SUS.

Senhores e senhoras, recentemente, tivemos uma greve dos servidores do Hospital São Vicente de Paulo, na cidade de Osório, lá no meu Rio Grande, e a Prefeitura acabou assumindo a administração do hospital a pedido da população. Osório é uma cidade que, por ter parque eólico, recebe ICMS referente à geração de energia, e por isso conseguiu assumir o hospital do Município. Mas a maioria dos Municípios não consegue.

Em má situação financeira, a Urcamp (Universidade da Região da Campanha) decidiu fechar o hospital de Bagé, também lá no meu Estado. A Secretaria da Saúde diz não ter previsão para pagar e para o hospital voltar. O hospital da Urcamp atende moradores de oito Municípios, e 77% dos atendimentos são feitos pelo SUS.

O Hospital Pompéia, em Caxias do Sul, tem mais de R\$1 milhão a receber do Estado. Apesar da crise, o hospital tem conseguido manter o atendimento pelo SUS, mas não se sabe por quanto tempo.

O repasse por parte do Estado para cobrir atendimento de urgência e emergência, UTI, gestantes de alto risco e traumatologia está atrasadíssimo.

A Federação das Santas Casas do Rio Grande afirma: O Governo do Estado deve R\$1,4 bilhão para 250 entidades do Estado. Os hospitais dizem já ter demitido 6 mil trabalhadores e atrasado os salários de mais 18 mil trabalhadores; 5 mil trabalhadores estão sem receber férias; cerca de 3,5 mil leitos foram fechados; mais de 4 milhões de procedimentos deixaram de ser realizados, quase 15% do total só em 2015. De cada dez instituições, seis dizem ter dívidas com o corpo médico. Tabela de valores do SUS está congelada desde 2004.

Oito hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul decidiram se unir a outras instituições para pedir o bloqueio das contas da União. O motivo, Sr. Presidente, é este que estou aqui relatando – estou agora



terminando. Em todo o País cerca de 50 hospitais entraram com essa mesma ação. Os pedidos contemplados nessa ação, fundamentalmente, estão, primeiro, no bloqueio das contas da União, no que tange a essa relação deficitária mensal e também uma indenização dos últimos cinco anos com relação a esse déficit. Entraram com a ação a Santa Casa de Porto Alegre, o Hospital São Lucas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a Santa Casa de Pelotas, o Hospital Bruno Born, de Lajeado, o Hospital da Caridade de Ijuí, o Hospital Santa Cruz, de Santa Cruz do Sul, o Hospital São Vicente de Paulo, de Passo Fundo, e o Hospital Pompéia, de Caxias do Sul.

Sr. Presidente, o Presidente da Federação da Santa Casa do meu Estado nos disse que a intenção da ação é beneficiar as outras Santas Casas do País. Logrando êxito nesse processo judicial, a intenção é chamar o Ministério da Saúde para uma discussão maior que envolva 1.754 Santas Casas no Brasil.

Outra informação a ser registrada aqui, para terminar, Sr. Presidente, é que uma reunião em defesa das Santas Casas e hospitais filantrópicos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul pressionou, e perguntou, questionou, não somente ao Governo gaúcho, também à União, qual a resposta. Sr. Presidente, ao fim da atividade, Parlamentares e representantes dos hospitais e dos trabalhadores entregaram, na Casa Civil, a chamada “Carta de Socorro”, dirigida ao Estado e à União.

Quero prestar minha solidariedade a todos os profissionais da área da saúde, que fazem o possível e o impossível para atender a nossa população no Rio Grande e no Brasil. Imaginem os senhores a pressão que esses profissionais sofrem por terem que, muitas vezes, cumprir jornadas duplas de trabalho em diversas entidades, ver que falta material para atender à população, faltam vagas, faltam leitos. Estamos tratando de vidas, com seres humanos, ou seja, existem situações que não podem ser proteladas, pois podem resultar na perda de um ser humano, na perda da vida.

Sr. Presidente, fica aqui os meus cumprimentos a todos os médicos, sejam brasileiros ou não, que, muitas vezes, têm seus salários atrasados por meses e meses. Da mesma forma, minha total solidariedade à população, que é a maior prejudicada.

A Câmara dos Deputados aprovou a renovação, por três anos, do Programa Mais Médicos, que foi um projeto implantado ainda no Governo Dilma. Agora chega ao Senado através dessa MP.

Com isso, Sr. Presidente – e só faço a minha fala na última frase –, esta Casa tem a obrigação de manter o Programa Mais Médicos, que está na pauta para ser votado no dia de hoje.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância. Agradeço muito a V. Ex^a. Fiquei aí desde as 14h, presidindo até agora. Estava preocupado porque não ia conseguir falar, mas V. Ex^a entendeu, foi generoso, e fiz o meu pronunciamento.

Obrigado, Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Jorge Viana.

Em seguida, o Senador Moka.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar – e já colaborei tomando algumas providências junto à Secretaria da Mesa –, que pudéssemos apreciar, tão logo começemos a Ordem do Dia, o Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2016.

Trata-se de uma matéria da maior importância na relação Brasil e China. Hoje nós o aprovamos na Comissão de Relações Exteriores – fui o Relator. Ele diz respeito à entrada do Brasil na Rede Internacional do Bambu e do Rattan. É uma organização multilateral formada por governos de países... Tem sede na China. É resultado de uma mensagem da Presidente Dilma, a Mensagem nº 379, de 13 de novembro de 2014, em que ela, depois de uma solicitação do Governo chinês, encaminhou uma proposta de entrada do Brasil no Inbar, que é o instituto que leva o nome da organização que reúne os países produtores de bambu e de rattan. É a única organização multilateral que tem sede na China, ligada às Nações Unidas. Daí a importância do Governo chinês.

Acabei de fazer uma viagem à China. Estive no Inbar, na sede do instituto. Hoje, com satisfação, aprovamos, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, esse projeto de Decreto Legislativo nº 20. Solicito a V. Ex^a que possa apreciá-lo ainda hoje e que, assim, façamos o comunicado ao Executivo. O Executivo fará a devida contribuição brasileira e, com isso, o Brasil se associa ao Inbar, essa organização que é tão importante na relação China e Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Quero agradecer a sugestão que o Senador Jorge na faz. A matéria está pronta. Não há objeção de nenhum Senador. Nós vamos apreciá-la, sim, como propõe x^a.



O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, em função da sessão do Congresso Nacional, não foi possível apreciarmos uma matéria que é muito importante para o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, em especial para a cidade de Corumbá. Na verdade, é um financiamento que o Município faz, através do Fonplata.

Sr. Presidente, apenas para registrar, conforme a Nota nº 97/2016, da Secretaria do Tesouro Nacional, folha 22, Secretaria-Geral da Mesa, e a Mensagem nº 81, de 2016, o nome oficial do Fonplata é Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

Então, Sr. Presidente, conforme o entendimento que foi feito com V. Ex^a, esse projeto que já foi aprovado na CAE, com parecer favorável por unanimidade, ficou de ser votado hoje e V. Ex^a garantiu que ele seria o primeiro item da pauta, como um projeto extra, uma vez que ele tem o regime de urgência e tem a concordância da Mesa Diretora.

Então, Presidente Renan, esse é o requerimento que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Waldemir Moka, a matéria está sobre a mesa e vamos priorizar a sua apreciação, a matéria que trata do empréstimo de Corumbá.

Agradecemos a V. Ex^a pela sugestão.

Ordem do Dia.

Eu queria colocar para os Senadores e para as Senadoras que, durante o mês de setembro, nesse esforço para compatibilizarmos o funcionamento do Senado com a realização das eleições municipais, nós teremos sessão deliberativa no dia 8.

Hoje, pela manhã, fiz um anúncio e falei que pautaríamos o reajuste do Judiciário para o dia 6, mas como há perspectiva de uma viagem à China e nós poderemos não realizar o que prometemos, que é a realização dessa sessão no dia 6, por sugestão do Senador Jorge Viana, nós deixaremos essa sessão para o dia 8, dia seguinte ao feriado. Então, na semana de 5, 6, 7, feriado nacional, 8 e 9, sexta-feira, nós teríamos no dia 8 sessão deliberativa do Senado Federal, quinta-feira, excepcionalmente.

Na semana seguinte, em função do calendário da Câmara dos Deputados, nós teremos sessões deliberativas nos dias 12 e 13, segunda e terça-feira, porque a Câmara também convocou exatamente sessão deliberativa para os dias 12 e 13. Se houver necessidade de convocação do Congresso Nacional, nós faremos a convocação, Senador Alvaro Dias, Senador José Medeiros, Senador Waldemir Moka, para esses dias, 12 e 13 de setembro.

Na semana seguinte, da segunda, dia 19, e a sexta, dia 23, nós faríamos sessão deliberativa no dia 21, que é a quarta-feira.

Na semana seguinte, que vai do dia 26 ao dia 30 – sábado é dia 1º e domingo dia 2º –, nós não faríamos sessão deliberativa.

Senador Anastasia, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Somente uma indagação: na semana que vem, na próxima, após a conclusão do processo de impedimento, terça ou quarta-feira, haveria sessão deliberativa?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Esta semana não haveria sessão deliberativa. A primeira sessão deliberativa depois do julgamento seria no dia 8, quinta-feira, um dia depois do feriado nacional.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Garibaldi Alves Filho e Senador Medeiros.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, mas logo depois do feriado? O senhor acha viável?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Porque seria, excepcionalmente, a única sessão da semana. Então nós faríamos, Senador Garibaldi, uma opção. Ao invés de realizarmos no dia 6, um dia antes do feriado, realizaríamos um dia depois do feriado, que é dia 8. Apenas para que nós não marquemos essa sessão do reajuste do Poder Judiciário sem a garantia de que eu estaria aqui presente na Presidência do Senado, senão pareceria que eu havia marcado uma sessão e viajaria, ou seja, havia marcado para não realizar a sessão.

É essa a ponderação que faço: para nós, excepcionalmente, fazemos a sessão na quinta-feira.

Senador José Medeiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, eu estou ouvindo aqui, a maioria não está entendendo. Eu sou muito franco, Sr. Presidente.



No dia 8, logo após o feriado, é difícil as pessoas se deslocarem para cá. Não é por nada, é devido ao calendário eleitoral. Todos estarão se dedicando, naturalmente, às campanhas municipais naquela semana. Então por que a gente não faz 12, 13 e 14? Vem para cá, um único voo – economia inclusive de passagem –, e fica 12, 13 e 14. Esse é o apelo que eu faço a V. Ex^a. Claro, V. Ex^a é quem decide.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu estou propondo apenas nós escolhermos um dia na semana de 5 a 9 para fazermos uma sessão deliberativa. Esse dia poderia ser no dia 6, terça-feira, ou no dia 8, quinta-feira, um dia depois do feriado.

É evidente que eu estou sugerindo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, eu creio que teremos dificuldades de quórum, tanto no dia 6 quanto no dia 8, porque a semana está comprometida pelo dia 7, obviamente.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O dia 6, Sr. Presidente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, há um ditado que diz: “Manda quem pode e obedece quem tem juízo!”

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria ponderar para nós fazermos isso em comum acordo. Então, nesta semana de 5 a 9 nós faríamos sessão deliberativa no dia 8, depois do feriado.

Eu queria, mais uma vez, comunicar aos Senadores que, portanto, nós teríamos sessão deliberativa no dia 8, quinta-feira; no dia 12, segunda-feira; no dia 13, terça-feira; e no dia 21, quarta-feira. O Senado funcionaria todos os dias de segunda a sexta, mas nós só teríamos sessões deliberativas nessas datas.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu queria retomar a sugestão que o Senador Paim fez, Sr. Presidente. Por que não 12, 13 e 14?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Porque nós não deliberaríamos nessa semana de 5 a 9.

Talvez os nossos argumentos, por mais sinceros que fossem, não justificariam nós passarmos essa semana sem deliberar, o que vai acontecer na semana que antecede a eleição, ou na semana da eleição.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Eu concordo com V. Ex^a, Sr. Presidente. Eu acho que ficamos uma semana sem deliberação, porque esticamos o feriado de 7 de setembro... Eu acho que é uma coisa ruim, pega mal. Então, que nós façamos pelo menos uma sessão deliberativa, acho que seria de bom tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos ter, nesse período, Senadora Fátima, medidas provisórias vencendo. E eu, se tiver que viajar à China, com certeza no dia 8 eu estaria já de volta aqui – ou seja, nós pautaríamos uma sessão para realizar. Se eu pautar essa sessão, como fiz de manhã, para o dia 6, certamente nós não vamos realizá-la, ou pelo menos com a minha presença aqui, na Presidência do Senado Federal.

É essa ponderação que eu gostaria de fazer aos Senadores.

Ordem do Dia.

Eu peço aos Senadores que venham ao plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria propor um acordo hoje, de procedimentos, com o Líder Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Por favor.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Nós temos três medidas provisórias, e há uma medida provisória aqui que interessa a todos, que é a do Mais Médicos – nós topamos passar por cima daquele acordo, interstício, e votá-la no dia de hoje. Eu sei que existe, por parte do Líder também, o interesse de votar a DRU e a DRE. Dá para votar o primeiro turno. Nós temos posição contrária, mas votaríamos o primeiro turno.

O nosso apelo é para incluir a Defensoria e os ACSs, os Agentes Comunitários de Saúde, porque, se fizermos isso, poderemos ter um acordo de procedimento – não fazer falas longas, para poder cobrir toda a pauta.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, é esse o apelo que eu faço ao Líder do Governo e a V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lídice da Mata. Em seguida, o Senador



Aloysio Nunes Ferreira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu até concordo com o acordo, mas há um requerimento de minha autoria sobre a mesa, propondo a inversão de pauta do item 9, que é justamente o item que trata do reajuste da Defensoria Pública, para o item 1. Então, como se casa esse encaminhamento, eu estou registrando que há esse nosso requerimento, e nós votaríamos as medidas provisórias logo depois. Como um primeiro item, votaríamos a Defensoria Pública.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, também para me associar ao Senador Lindbergh e à Senadora Lídice – a medida provisória do Mais Médicos e, além do projeto de lei da Defensoria Pública, que fosse incluído também o PL 210, que trata dos agentes comunitários de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ricardo Ferraço, com a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O Senador Ferraço caiu aqui, mas o Senador Lindbergh não tem culpa, eu sou testemunha.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Sem revisão do orador.) – Ele estava muito perto, mas não teve culpa – dessa vez, não.

Sr. Presidente, nós temos uma Ordem do Dia. Eu queria chamar a atenção de V. Exª para que nós pudéssemos seguir a Ordem do Dia. Eu estou vendo aqui requerimentos para inversão, para votarmos esse ou aquele projeto, mas eu acho que o sentido que faz é nós perseguirmos a ordem como está distribuída.

Esse é o apelo que faço a V. Exª, manter a Ordem do Dia como foi devidamente distribuída para o conjunto dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Faremos isso, Senador Ferraço.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer a V. Exª que a matéria do defensor ainda é uma matéria bastante polêmica. Acho que não é caso de votarmos agora – vai levantar polêmica, haverá várias intervenções. Se quisermos fazer uma sessão que transcorra sem maiores discussões, acho melhor deixarmos essas matérias para um momento posterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Ordem do dia.

Vamos começar, como sempre fazemos, apreciando...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim, Sr. Presidente. Por favor, pela ordem.

Há o nosso requerimento sobre a mesa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vai ser votado ou não?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vai ser votado o requerimento? Estamos propondo a inversão do item 9 da pauta para o item 1. O item 9 é o da Defensoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É que a Mesa não decidiu ainda e, há pouco, eu falava aqui com a Senadora Gleisi, porque não recebemos as informações dos recursos que foram apresentados na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, a inversão desta pauta estaria contaminada em função da inexistência da decisão da Mesa Diretora com relação à tramitação da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Sem revisão do orador.) – Eu presidi a CAE nesse item específico, porque a Senadora Gleisi, a nossa Presidenta, era a relatora. E, naquela Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, não houve nenhum recurso, nenhum. O que tivemos, Sr. Presidente, foi um questionamento, no início da sessão do Congresso Nacional, feito pelo Senador Ronaldo Caiado, às 11h56, e já tinha sido feita a votação e a conclusão do processo na CAE, inclusive com a presença do Senador Ronaldo Caiado intervindo e votando contra, o que é legítimo. No que diz respeito ao rito na CAE, não houve nenhum recurso. O único recurso feito foi com relação à vista. E o autor, o Senador Ataídes, recorreu ao Plenário da CAE e o Plenário decidiu.

Portanto, Sr. Presidente, quanto à CAE, não há nenhum recurso pendente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Há, sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Claro que há.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Claro que há.



O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O discurso é com relação... É no plenário do Congresso Nacional. É esse o recurso.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Claro que há, foi apresentado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós temos sobre a mesa duas questões de ordem que foram apresentadas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Uma pelos Senadores Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado e Tasso Jereissati e outra pelo Senador José Aníbal. Essas questões de ordem ainda não foram respondidas, porque estávamos aguardando as informações da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só queria lembrar que o tema está aqui no Plenário do Senado Federal. O que discutimos aqui foi que iria à CAE para discutirmos e olharmos os impactos econômicos. Na verdade, a matéria nunca saiu daqui, está em urgência aqui e ela foi apreciada na CAE. Então, podemos votar.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Vou falar a verdade, Sr. Presidente. A CAE deu 30 minutos, o que é contrário ao Regimento, de adiamento de votação, digo, para pedido de vista; 30 minutos, caso que só pode existir em casos de calamidade pública. E, assim mesmo, fizeram e fizeram a votação de uma forma que ninguém entendeu que votação foi feita e depois que o Presidente determinou que as comissões fossem encerradas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Sem revisão do orador.) – Essa questão de ordem, Sr. Presidente, é que está sobre a mesa. V. Ex^a, na condição de Presidente do Congresso Nacional, deu início à Ordem do Dia e, independentemente da decisão de V. Ex^a de iniciar a Ordem do Dia – e, regimentalmente, quando a Ordem do Dia é iniciada por V. Ex^a, as comissões permanentes devem paralisar os seus trabalhos –, independentemente de a Ordem do Dia ter sido iniciada por V. Ex^a, lamentavelmente, a Comissão de Assuntos Econômicos continuou deliberando, não considerando a Ordem do Dia e a decisão de V. Ex^a.

É essa a questão de ordem que há sobre a mesa, em que nós organizamos, de maneira detalhada, a cronologia, com fatos objetivos, em relação a essa questão, que não pode ser banalizada. Imagine, o Presidente do Congresso brasileiro inicia a Ordem do Dia e as comissões permanentes fazem cara de paisagem, não admitindo e não reconhecendo a hierarquia e a prioridade da Ordem do Dia. É essa a questão de ordem que há sobre a mesa e que eu peço a V. Ex^a que, no momento certo, oportuno, tempestivo e adequado, possa decidir, antes de deliberarmos sobre essa inversão de pauta que não faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É exatamente por isso que eu estou pedindo um tempo para recebermos as informações da comissão e para que, em cima dessas informações, nós possamos decidir as questões de ordem.

A inversão da pauta neste momento retiraria do processo essa lógica de nós aguardarmos o recebimento das informações para, em seguida, decidirmos.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Eu compreendo V. Ex^a no que diz respeito à questão do tempo para decidir as questões de ordem, mas gostaria que essa matéria fosse apreciada hoje, até por um acordo que nós fizemos no plenário.

Quando V. Ex^a determinou que as comissões deveriam ser encerradas, nós não tínhamos quórum ainda sequer no Senado Federal, na sessão do Congresso. Portanto, não havia sido iniciada a Ordem do Dia. E V. Ex^a determinou isso às 11h56min. Eram 11h58min quando nós estávamos votando a matéria. Está aqui, nas notas taquigráficas que nós pegamos. Portanto, nós não tínhamos como suspender a votação. Até chegar o seu comunicado à Comissão, houve esse interregno de tempo.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não! Não! Sr. Presidente ...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu queria que garantisse a minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu cheguei lá e fiz o comunicado.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, eu queria que garantisse a minha palavra.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora ...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Por favor, Senador é Aníbal, V. Ex^a chegou na Comissão gritando, dizendo que estava... Falou alto. V. Ex^a falou alto, dizendo que



o Presidente havia suspenso e nós estávamos votando a matéria.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não! Não! Não! A senhora colocou em votação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não! O Senador Pimentel havia aberto a votação.

Mas, tudo bem, nós vamos discutir isso na contradição da matéria.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Colocou em votação, uma votação atabalhoada e votação aprovada.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu gostaria muito que o senhor colocasse essa discussão em plenário e que nós garantíssemos que essa matéria fosse votada hoje, porque ela não precisava ir para a CAE. Ela estava em regime de urgência neste plenário – e está. Foi para lá para se fazer um debate e fizemos o debate. Então, eu gostaria que aquilo que nós combinamos na sessão passada pudesse ser mantido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Humberto Costa e Senador Ataídes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Eu vou falar aqui para repetir argumentos que já tive oportunidade de colocar na semana passada e os argumentos que foram ditos aqui. Em primeiro lugar, foi feito um acordo por condescendência nossa, da oposição, para que houvesse uma reunião da CAE para averiguar se aquelas informações sobre o impacto financeiro da aprovação daquele reajuste eram o que era alegado pela relatora e também pelos defensores públicos.

Mas não havia nenhum compromisso de que houvesse qualquer votação, inclusive, porque essa matéria já se encontrava para ser votada aqui. Os argumentos que surgiram lá devem ser utilizados para respaldar a decisão das pessoas aqui.

Portanto, como pediu a Senadora Gleisi, eu até posso rever o pedido da mudança da pauta, desde que V. Exª garanta que hoje nós votaremos essa matéria. V. Exª teria o tempo necessário para se apropriar dos recursos e da questão de ordem, poderia respondê-la e, de imediato, no momento em que se chegasse a esse ponto, nós faríamos a votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Enquanto isso, tocamos a Ordem do Dia.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, eu não consigo entender o porquê do desespero do PT para a aprovação desse projeto.

Presidente Renan, na Comissão de Assuntos Econômicos...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – ... os defensores.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dos defensores.

Muito obrigado, Senadora. Muito obrigado, agradeço a V. Exª.

Sr. Presidente, esse projeto, ontem, na CAE, teve dois defeitos. Primeiro, eu pedi vista com base no art. 132, §3º, que me concede cinco dias, ou 24 horas. Mas o Presidente, naquele momento, Senador Pimentel, a quem eu tenho muito respeito e admiração, com base no art. 336, inciso I, parece-me, decidiu que o pedido de vista seria tão somente por 30 minutos. Mas esse pedido de vista de 30 minutos é só no caso de calamidade pública, e o Presidente negou o meu pedido de vista de 24 horas. Eu pedi uma questão de ordem e também foi negada. Portanto, Sr. Presidente, foi a primeira falha desse projeto, uma questão regimental.

Segundo: essa decisão só saiu 30 minutos depois que a Ordem do Dia já havia sido estabelecida por V. Exª, Sr. Presidente. É o art. 336, inciso I, se não me falha a memória; ou seja, não cabe o art. 336, inciso I, neste caso.

Portanto, Sr. Presidente, eu espero que V. Exª não coloque esse projeto hoje em julgamento.

Muito obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente, eu pedi faz tempo e estou em pé.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em seguida, V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ... tive a preocupação de estar no plenário, na sessão do Congresso Nacional, quando V. Exª havia iniciado a Ordem do Dia, às 11h53min. V. Exª passou a palavra ao Deputado Simão Sessim, e eu tive a oportunidade de ar a questão de ordem a V. Exª, uma vez que, naquele momento, a Ordem do Dia já estava sendo discutida



na sessão do Congresso e a Comissão de Assuntos Econômicos estava discutindo para votar esse projeto de lei.

V. Exª foi direto, determinou que todas as comissões fossem encerradas. E ainda teve o cuidado de lembrar no relato, dizendo:

Eu queria só lembrar às comissões que estão funcionando simultaneamente com a realização da sessão plenária do Congresso Nacional que nenhuma deliberação será levada em consideração, porque não pode haver deliberação de comissão na mesma hora em que realizamos a Ordem do Dia do Congresso Nacional.

Então, Sr. Presidente, essa é uma matéria que sempre prevaleceu na Casa, e não é agora que vai ser quebrada essa regra, que já é sagrada. Ou seja, não precisava sequer ter solicitado informação a V. Exª, bastava buscar o horário em que se iniciou a Ordem do Dia do Congresso Nacional e a hora em que a matéria foi votada na Comissão de Assuntos Econômicos. Já é suficiente. Ou seja, não tem como querer demonstrar que o horário de 11 horas e 58 minutos antecedeu o de 11 horas e 53 minutos. Então, é uma questão óbvia, lógica e, como tal, Sr. Presidente, não tem por que a matéria ter cumprido a sua tramitação na Comissão Especial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente, por favor.

Eu aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Regina Sousa, com a palavra V. Exª.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Sem revisão da oradora.) – Eu acho que seria mais sincero, sensato o Governo dizer aqui que não quer dar o reajuste da Defensoria, porque está provado que o Governo não quer dar o reajuste da Defensoria. Por que eu não sei, porque a Defensoria é o menor reajuste, é 0,15% de impacto. Já votamos um monte de reajuste, ninguém levantou essas questões.

Então, seria sincero, sensato, decente dizer aqui que não quer. E o porquê também. Deve ser porque fizeram as contas erradas, está no *Valor Econômico*, calcularam errado, uma matemática básica, mas erraram em R\$15 bilhões, a bagatela de R\$15 bilhões.

Agora, descontar nas costas da defensoria é que não é possível, já deu para os outros. Eu quero ver como vai ser a discussão aqui do reajuste do teto dos magistrados. Quero ver qual vai ser a justificativa para votar, porque eu sei que são a favor. Uma boa parte aí dos que estão sendo contra a Defensoria é a favor do teto dos magistrados. Quero ver qual é a desculpa.

Defensores que estão aí, vamos lutar para aprovar, porque, depois, se passar o *impeachment*, se eles lograrem êxito nas eleições, serão oito anos sem reajuste. Eu passei, como bancária, oito anos sem reajuste nenhum no Governo FHC.

Então, vamos ser sinceros. Fizeram uma manobra aqui para levar de novo para a CAE, porque nem precisava. E a gente caiu como uns patos. E não era para ir, porque já estava aqui em regime de urgência. Então, é indecente se não votarmos isso aqui hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu estava aqui pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Senadora Vanessa tem precedência.

Com a palavra V. Exª.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Por quê, Sr. Presidente?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Por que pedi primeiro, Senador Omar.

Muito obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, eu quero aqui, inclusive pedindo a atenção dos nossos pares, lembrar: eu estava em meu gabinete ouvindo a proposta inicial do Senador Lindbergh, que foi o primeiro a falar na abertura da Ordem do Dia de hoje. Ele, em nome da Liderança da Minoria, porque tem essa delegação, sugeriu aqui que fizéssemos um acordo, Sr. Presidente, para que pudéssemos avançar na pauta, votando, inclusive, um tema extremamente polêmico, que é a DRU.

Não foi fácil construirmos dentro da minoria essa possibilidade, mas diante da negociação de colocarmos na pauta a votação do projeto da Defensoria Pública, Sr. Presidente, nós concordamos, manteremos. E o Mais dicos, obviamente, terá que ser votado hoje, e aí não há polêmica. Mas, obviamente, nós aceitaríamos acordo de procedência e poderíamos hoje votar a medida provisória. Votaríamos a DRU, com nosso



posicionamento contrário, obviamente, mas votaríamos, iniciando com a Defensoria Pública.

Veja, Sr. Presidente, acho que a Senadora Regina, dessa forma simples que fala, diz tudo. Ela diz tudo, Presidente Renan. Porque eu estava ontem na reunião da comissão e, quando a reunião concluiu, eu imediatamente fui à sessão do Congresso Nacional. Cheguei ao Congresso Nacional e não havia quórum ainda. Então, se não havia quórum, não havia sido aberta a Ordem do Dia. Não havia sido aberta a Ordem do Dia!

Então, eu gostaria que V. Exª nos ajudasse na busca de acordo com a situação, com o Líder do Presidente interino, Sr. Michel Temer, para que pudéssemos avançar na pauta, votando a DRU, votando medidas provisórias, mas iniciando com a Defensoria Pública, porque, Sr. Presidente, não é um projeto novo, é um projeto que estava naquele pacote em que todos foram aprovados. Só faltou a Defensoria Pública.

O impacto do reajuste do Poder Executivo supera R\$50 bilhões; o impacto do Poder Judiciário supera R\$11 bilhões; o impacto da Defensoria Pública, R\$100 milhões – R\$100 milhões, Senador Renan!

Então, vamos votar, fazer justiça. Aí penso que teremos um bom acordo e poderíamos avançar na pauta. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Omar Aziz. Em seguida, Senador Telmário Mota.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM. Sem revisão do orador.) – Eu não entendi a precedência que a Senadora Vanessa teria, até porque aqui há igualdade, não é?

Mas, se eu estivesse na Comissão – e eu saí da comissão para dar quórum à sessão do Congresso –, eu teria votado a favor do reajuste da Defensoria Pública da União, como vou votar a favor aqui em plenário.

Mas eu queria dizer que a questão não é se votou às 11h50, às 10h50. A questão é que alguns não querem votar para aprovar e outros querem votar para aprovar. Essa é a grande questão!

Acontece que – e aí eu quero dizer ao meu querido amigo Líder Aloysio – quem mandou esse projeto para cá foi o Executivo. Quem não pode com o pote não segura na rodilha! Quem mandou para cá foi o Executivo. O que nós não podemos fazer é mudar os valores, aumentar despesa para a União.

Agora, o Executivo tem que acabar com essa brincadeira de mandar para cá reajuste e, chegando aqui, nós Senadores ou Deputados termos que resolver o problema deles. Se eles não aguentam o acocho, não é o Congresso Nacional que vai resolver o problema deles, até porque a Liderança do Governo na Câmara poderia ter retirado esse projeto, a pedido da Casa Civil, para readequar e não o fez. Passou pela Câmara, chega ao Senado, eu não sou a palmatória do mundo, vou votar a favor do reajuste da DPU. E o resto para mim é questão de semântica, de horários. Eu não estava na CAE, fiquei na CAE, mas a pedido de V. Exªs fui à Câmara dar presença para que houvesse quórum.

Então, se não querem votar reajuste, a iniciativa do projeto de reajuste da Defensoria Pública da União não é do Congresso Nacional – deixo bem claro à população brasileira –, é da Presidência da República!

E, se o Presidente não quisesse mandar para cá, pediria a seus Líderes para retirarem esse projeto, mas não o fez, embora tenha tido tempo suficiente. Da mesma forma, em relação ao Judiciário e a qualquer outro reajuste que chegue aqui. Então, houve tempo suficiente para ter sido feito isso na Câmara.

Ao chegar ao Senado, nós Senadores é que vamos resolver o problema que foi causado pelo Executivo? Não está certo, Senador Ataídes. Vamos votar, e vamos votar a favor do reajuste. Vou votar a favor de tantos quantos reajustes chegarem ao Senado. Não terei iniciativa de fazer projeto para reajustar, até porque o Executivo é quem tem essa prioridade, e não o Legislativo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas queria dar um esclarecimento.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu havia pedido primeiro, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Apenas queria lembrar ao Senador Omar Aziz que a iniciativa desse projeto de lei de reajuste dos subsídios dos defensores não é do Poder Executivo, não é do Presidente da República, e, sim, do Defensor Geral da União, assim como a iniciativa do projeto de reajuste do teto do Judiciário é do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Queria apenas dar esse esclarecimento. Esse não é um projeto de iniciativa do Presidente da República, e, sim, do Defensor Público-Geral.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Telmário, ao senador Capiberibe, ao Senador Acir Gurgacz, ao Senador Lindbergh e à Senadora Fátima Bezerra.



Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação a esse assunto, eu queria dar razão ao Senador Omar e à Senadora Regina.

Senador Aloysio, V. Exª tem todo o nosso carinho, todo o nosso respeito, mas olhe as notas taquigráficas, quando houve o acordo aqui para o projeto ir para a CAE. V. Exª disse assim: “Eu não quero propor a retirada da urgência...”

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não me ponha nisso, não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... mesmo porque a retirada de urgência implicaria pedido de vista na CAE e poderia postergar a votação.”

Eu apenas sugiro que V. Exª, Senadora Gleisi Hoffmann, convoque uma reunião, mesmo que seja extraordinária e informal, para se tirarem algumas dúvidas, apenas isso.

Aqui está a fala do Líder do Governo. Essa é a proposta. Aí chega o PSDB, com todo o respeito ao Senador Ataídes, que tem independência e autonomia, e decide pedir vista. Quer dizer, o Líder pediu que esse processo voltasse à CAE, que não se tirasse a urgência para não haver vista e até que fosse informal. Agora, já estão colocando mais formalidade.

Então, tenho certeza absoluta de que o existe aqui é uma vontade, que eu não sei onde está nascendo, porque o Líder concorda, mas os outros coligados, principalmente do Democratas e do PSDB, resolvem não querer dar o aumento, que é mais do que justo. Não há nenhum impacto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... não há efeito cascata. É o menor aumento para todas essas pessoas.

Agora, deveriam dizer assim: “Olha, para o advogado dos pobres, é zero. Agora, para o advogado dos ricos, tudo.” Aí nós vamos entender que o pobre, aquele que vai de ônibus, de bicicleta buscar o seu advogado, não tem advogado, não. O advogado dele deve ganhar pouquinho para ele desistir, para ir para outra categoria. Registro que 40% dos advogados desse segmento estão mudando, porque o salário está muito baixo.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Então, eu acho que, hoje, o Democratas e o PSDB estão dizendo aqui: “Advogado de pobre não tem salário, não tem salário. O salário é baixo...”

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... mas, em relação ao advogado do rico, nós votamos a favor.” É isso que está acontecendo.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Eu estarei pronto para discutir com o Senador Telmário a respeito dessa estranha concepção de justiça social que ele acaba de expor. Mas o que eu quero dizer é que, quando chegar a hora, vou expor, da tribuna, o meu ponto de vista e o ponto de vista do Governo, que, aliás, coincide com o meu.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão de equidade. Esta Casa aprovou o reajuste do Judiciário, dos servidores públicos do Judiciário, e a Defensoria Pública faz parte da Justiça. Sem defensor, sem advogado, não há Justiça. E aqui houve um acordo para que se votasse. Eu insisto que V. Exª atenda ao pedido dos Líderes para que possamos votar e conceder esse reajuste, que é o último que falta para o grupo Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero sugerir que comecemos a votação pelas autoridades. Há autoridades para votarmos. Então, sugiro que, entre essas discussões, esses debates, nós possamos abrir o painel; que o senhor interrompa o debate para começarmos a avançar nos trabalhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lindbergh e Senador José Aníbal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do



orador.) – Sr. Presidente, eu propus aqui um acordo. Infelizmente, não adiantou muito.

Então, nós temos que começar a nossa Ordem do Dia e temos dois requerimentos de inversão de pauta. Simples: vamos votar os requerimentos – a inversão de pauta, no caso da Defensoria, e a inversão de pauta no caso dos agentes comunitários de saúde. É dessa forma que nós temos que começar a nossa Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senado não vota outra coisa, senão aumentos, todo dia. O Senador já acrescentou outro, um pessoal da saúde – não sei quem ele mencionou aí –, e amanhã vai acrescentar outro.

Nós estamos ficando reféns dessas corporações. Nós não conseguimos fazer entrarem aqui dentro os brasileiros, principalmente os que estão desempregados. Não é possível isso!

Mesmo na nossa pauta, nós ficamos reféns. Fica um punhado ali apoiando, outro punhado exaltando, e nós não conseguimos fazer o que é preciso fazer. A DRU nós não fazemos; aquilo que é preciso para que o Brasil saia dessa crise desastrosa em que o Lula, o petismo nos colocou.

E vêm aqui agora fazer discurso demagógico, populista, rasteiro, do “nós contra eles”, “eles contra nós”, de pobres contra ricos; tudo conversa! Tudo ideologia vulgar e barata. Nós temos que votar matérias que interessam ao País definitivamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Senador José Aníbal podia começar rompendo com o Governo Temer.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Essas propostas vieram desse Governo. V. Exª, então, rompa com o Governo!

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Não, senhor! Foi da Defensoria que veio!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nem bem o Governo provisório (*Fora do microfone.*) começou e o PSDB, infelizmente, volta a assumir o papel de carrasco dos servidores públicos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou com a palavra!

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Do povo brasileiro inteiro!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou com a palavra agora!

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Do povo brasileiro inteiro!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou com a palavra agora. O senhor me respeite!

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vocês, petistas!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou com a palavra. Depois, o senhor fala. Mas eu volto a dizer...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Mas mentira não pode falar todo o tempo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nem bem o Governo provisório começou, golpista, o PSDB...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a exemplo do que já fez no passado, volta a assumir o papel de carrasco dos servidores.

Eu quero dizer aqui que, ao defender propostas como a voltada para a Defensoria Pública da União e para os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate a endemias, Senador Renan, nós estamos pensando exatamente nos brasileiros e brasileiras.

E, principalmente, nos brasileiros e brasileiras mais simples, que precisam, por exemplo, da atuação importante dos defensores públicos, que cumprem um papel decisivo na defesa da cidadania do povo mais simples, do povo mais excluído ainda de muitos e muitos direitos por este Brasil afora.

Com relação aos agentes comunitários de saúde, quero também dizer que estamos aqui para fazer justiça na categoria de mais de 250 mil pessoas, uma categoria humilde, mas que exerce um papel fundamental



no contexto da saúde pública, inclusive do povo mais pobre deste País.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero acrescentar, Senador Renan, que o Projeto de Lei 210, que trata dos agentes comunitários de saúde de combate a endemias, não diz respeito a reajuste salarial, mas tão somente de garantir-lhes benefícios trabalhistas, como é o adicional de insalubridade previsto na CLT, de garantir benefício previdenciário, para que possam contar no tempo de aposentadoria deles o período de 1991 a 2006, quando se deu a regulamentação da profissão deles. Trata-se, por exemplo, de estabelecer prioridade para que essa categoria tenha direito ao Minha Casa, Minha Vida, até porque, no regulamento que trata da profissão dos agentes comunitários de saúde de combate a endemias, diz-se que eles devem morar próximo exatamente da área onde atuam.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, para concluir, Senador Renan, o projeto trata também da capacitação que será feita pela própria União, através das escolas de formação que o Ministério da Saúde tem.

Portanto, não se trata aqui de maneira nenhuma de mordomia, mas de um ato de justiça, tanto para os agentes comunitários de saúde como para a Defensoria Pública da União. Por isso, somamo-nos aos que aqui pedem a aprovação hoje desses dois projetos de lei.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vou conceder a palavra ao Senador José Medeiros, em seguida, vamos começar a Ordem do Dia.

Eu queria só comunicar ao Plenário que essa discussão sem objetividade, sem conversa, sem negociação, está inviabilizando algumas matérias que são importantes. Uma delas é a continuidade do Mais Médicos,...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... que é uma medida provisória que vai se extinguir nesses próximos dias. Temos a DRU, que também é uma matéria muito importante para o Brasil, e a execução orçamentária, o equilíbrio fiscal dependem, também, muito dela. E temos duas outras medidas provisórias igualmente importantes.

Portanto, Senador José Medeiros, logo em seguida, vamos começar a Ordem do Dia.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, comungo com V. Exª, que, ontem, conduziu a sessão do Congresso também nesta mesma linha. E acho muito importante, porque há momentos em que se fala muito, muita gente fala em defesa do País, mas, no momento em que está tratando de temas importantes, quer fazer o discurso rasteiro, o discurso pequeno.

Mas, dito isso, Sr. Presidente, depois de ouvir aqui alguns Senadores, estou convicto de que não vem presente melhor para o Partido dos Trabalhadores, do que o processo de *impeachment*.

Sinto a alegria nos olhos. É aquela história: enquanto uns choram; outros vendem lenços. Enquanto Dilma chora, os companheiros vendem lenços aqui. Sinto que estão, a cavalheiro, distorcendo tudo o que até há poucos dias falavam aqui.

Fui testemunha do momento em que discutíamos o aumento dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União. Bateram contra, chamavam de pauta bomba. Pois bem, no apagar das luzes, a Presidente Dilma fez um acordo com os funcionários públicos e o Presidente Michel Temer começou a atender.

Começaram a acusá-lo de que estava gastando demais. E agora ficam fazendo demagogia aqui. Também sou a favor: ou se atende todos ou não se atende ninguém. Agora, o que não dá é para ficar ouvindo esses discursos demagógicos de quem, ontem, era contra o servidor.

Muito obrigado. Início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) –

ORDEM DO DIA

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, V.



Exª vai decidir sobre as questões de ordem. Queria fazer a contradita da questão de ordem. No momento, eu precisava só expor as questões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Queria só comunicar que nós vamos ter... Esta, na verdade, é a última sessão deliberativa até o julgamento, que começa amanhã, às 9h. Se nós não avançarmos objetivamente na nossa pauta, nós não vamos deliberar.

Na nossa pauta, nós temos matérias, Senador José Agripino, importantíssimas: a DRU, a Medida Provisória do Mais Médicos, duas outras medidas provisórias. Temos de discutir esse assunto do reajuste da Defensoria quando chegarmos a esse item da pauta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só quero a oportunidade de fazer a contradita. Então, Presidente, quando chegar no momento da pauta. V. Exª já está com esse...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Mas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Garanto a V. Exª a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas V. Exª tem de colocar o requerimento em votação. O Plenário tem de ser derrotado aqui. Há um requerimento que, antes de começar a Ordem do Dia, tem de ser votado. Nós propusemos acordo; não houve acordo. Então nós queremos a votação do requerimento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Lindbergh está determinando, Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Esta Casa tem Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Esse é o Regimento Interno.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Aguardo o requerimento de inversão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Pela ordem.) – Gostaria de fazer um apelo a V. Exª, porque a Comissão de Infraestrutura já remeteu para a deliberação do Plenário duas indicações, uma para a ANTT e outra para o DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como sugere o Senador Garibaldi Alves, antes de começarmos as matérias que estão especificadas na nossa pauta legislativa, vamos apreciar, como sempre fazemos, a indicação da **Mensagem nº 77**, que teve como Relator o Senador Vicentinho Alves, da Srª Elisabeth Alves da Silva Braga, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) (**Parecer nº 749/2016**)

As Senadoras e Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faço um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa para que venham ao plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, apenas para uma orientação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Nós vamos seguir a Ordem do Dia? É isso o que estou entendendo, após as autoridades?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos seguir a Ordem do Dia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Após as autoridades?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós começaremos votando o item 1 da pauta,...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – São quantas as autoridades que temos hoje?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... que é o Projeto de Lei do Senado nº 389.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – São quantas as autoridades que temos a votar?



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Duas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está sobre a mesa, Presidente Renan, o requerimento de um voto de solidariedade à República italiana, em razão da tragédia provocada pelo terremoto, na noite passada, com mais de 70 mortos. Gostaria que V. Ex^a submetesse à votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós votaremos o requerimento indicado por V. Ex^a, Senador Lasier. *(Pausa.)*

Se todos já votaram nós vamos...

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Otto Alencar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai encerrar? Estou querendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. Nós vamos ter outras votações nominais.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu falo na próxima, Sr. Presidente, quando houver espaço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Votaram SIM 44; e NÃO, 8. **(Vide item 2.2.1 do sumário)**

Houve 2 abstenções.

Está, portanto, aprovado o nome da Sr^a Elizabeth Alves da Silva Braga para exercer o cargo de Diretora da ANTT.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Parecer nº 750, que teve como Relator o Senador Valdir Raupp, que trata da Mensagem nº 65, pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Charles Magno Nogueira Beniz, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero comunicar aos Senadores que ontem nós, na sessão do Congresso Nacional, aprovamos a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Nós não concluímos a apreciação dos destaques. Falta apenas a apreciação de dois destaques, mas o Congresso Nacional cumpriu o seu papel, porque, como todos sabem, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece diretrizes para o Orçamento que será mandado ao Congresso Nacional no dia 31. Portanto, a sessão, verdadeiramente, cumpriu o seu papel.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje é dia 24 de agosto, e dia 24 de agosto de 1959 foi o dia do suicídio do Getúlio. Nós vamos começar tragicamente no mês de agosto, amanhã, dia 25, o julgamento da Presidente Dilma. Também foi em agosto, no dia 25 de agosto, que Jânio Quadros renuncia e que Brizola começa a sua cadeia da legalidade.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, com a carta-testamento do Getúlio, cuja atualidade é impressionante. Momentos distintos da história, várias questões se comunicam. Getúlio Vargas, no dia 1º de maio de 1954, dobrou o salário mínimo. Isso causou um grande impacto nas elites empresariais do País que se voltaram contra ele. Em 1953, Getúlio Vargas criou a Petrobras. Nós temos também com a Presidenta Dilma esta discussão: a discussão do salário mínimo, do pré-sal que querem entregar às multinacionais a preço de banana, a discussão uma política externa ativa e da falta de compromisso das elites brasileiras com a democracia.

Eu queria, Sr. Presidente, três minutos para ler a carta-testamento de Getúlio Vargas, porque isso não



pode passar em branco hoje aqui no Senado Federal. É uma carta que, volto a dizer, é muito atual.

Carta-testamento de Getúlio Vargas:

Mais uma vez, as forças que os interesses contra o povo coordenaram novamente, se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, me insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei um regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se a dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras, e mal começa esta a funcionar a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária, que destruí os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de cem milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo a vosso lado. Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

(Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1954, Getúlio Vargas)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Foi um profeta: adivinhou que iam quebrar a Petrobras.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, não é questão de ordem, mas eu queria contraditar o Senador Lindbergh, meu amigo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas a carta foi Getúlio que escreveu; não tenho nada a ver com isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Sem revisão do orador.) – Mas eu não vou contraditar Getúlio, não; vou contraditar V. Ex^a.

Realmente, ele fundou a Petrobras, e Dilma a quebrou. V. Ex^a leu o texto como se estivesse lendo a Bíblia. Eu fiz reverência, fiquei emocionado, é a carta de Getúlio. Getúlio disse que saiu dessa vida para entrar para a eternidade pelo sacrifício que fez, e V. Ex^a leu o texto como se a experiência de Getúlio fosse a experiência de na e de Lula. Adverti V. Ex^a o que dizia D. Dadá, minha mãe: "Experiência é igual dentadura: só cabe na boca dono". Essa é a de Getúlio.



Uma segunda coisa que eu quero falar: ele saiu dessa vida para entrar na eternidade, e uns sairão da vida pública para entrar na cadeia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Só para lembrar também que Getúlio Vargas, de fato, fundou a Petrobras, e Dilma Rousseff afundou a Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora) – Apesar de estar aqui o tempo inteiro, eu tive que atender a uma pessoa no cafezinho e perdi a primeira votação. Portanto, gostaria de registrar o meu voto. Já votei nesta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 45; NÃO, 09. **(Vide item 2.2.2 do sumário)**

Duas abstenções.

Está, portanto, aprovado o nome de Charles Magno Nogueira Beniz para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT.

Será feita a comunicação ao Presidente da República.

Item 1 da pauta...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Eu acho que esse pedido de financiamento da cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, Fonplata, não tem resistência nenhuma – pelo menos, com todo mundo, foi por unanimidade. É uma votação simples para começar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Começaremos pelo **Projeto de Resolução nº 47**, que autoriza o Município de Corumbá a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata, no valor total de até US\$40 milhões.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicado na forma regimental. **(Vide item 2.2.3 do sumário)**

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a redação final, nós declaramos encerrada a discussão da redação final e passamos à votação da redação final.

Os Senadores e Senadoras que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a todos os Líderes que compreenderam. Esse empréstimo, se não fosse votado até o dia 2 de setembro, teria que começar tudo de novo. É um projeto que vai dar uma redenção à cidade de Corumbá, uma cidade histórica no meu Estado do Mato Grosso do Sul. Então, em nome do povo corumbaense, eu gostaria de agradecer a todos as Senadoras e os Senadores que tornaram possível que Corumbá pudesse fazer esse financiamento pelo Fonplata.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio e Senadora Simone Tebet, na juência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do



orador.) – Sr. Presidente, hoje, na Comissão de Relações Exteriores, sabatinamos três Embaixadores, designados para a Áustria, Turquia e Alemanha.

Deliberamos também, a partir de um relatório do Senador Jorge Viana, a respeito de um acordo internacional da maior relevância, do qual o Brasil é signatário, relativo à participação de uma organização internacional que reúne produtores de bambu. O Senador Jorge Viana fez uma exposição que mostra a extraordinária presença do bambu no País e o potencial que tem como atividade econômica no Brasil e todo o interesse que teríamos em ingressar nessa organização. Então, solicito a V. Exª que, no programa de hoje, deliberemos sobre essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso com satisfação.

Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, manifesto-me no mesmo sentido do Senador Moka, agradecendo aos Senadores.

Eu apenas queria lembrar que Corumbá não pertence a Mato Grosso do Sul, pertence ao Brasil, porque é a capital do Pantanal, maior planície de água doce do mundo, um patrimônio de todos nós. E esse recurso, apesar de ir para a cidade e preservar o patrimônio histórico, sem dúvida nenhuma, contribui para que possamos preservar o Pantanal sul-mato-grossense, o Pantanal brasileiro.

É o agradecimento que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Projeto de Lei do Senado nº 389...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Amorim e Senador Otto Alencar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para justificar que, nas duas votações anteriores – da Srª Elizabeth, da ANTT, e do Sr. Chaves, do DNIT –, eu não estava presente, porque eu estava no Ministério da Integração, exatamente tratando das questões da seca, especialmente no Estado de Sergipe.

Então, eu peço que registre na Ata.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a solicitação de V. Exª.

Senador Otto Alencar

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria ressaltar e elogiar a iniciativa do Senador Ricardo Ferraço com relação ao projeto que nós vamos votar agora, um projeto de lei complementar que versa sobre aumento de despesa de pessoal no último ano do mandato, assim como o aumento de despesa com pessoal até o final do mandato do titular respectivo. Eu acho esse projeto de fundamental importância.

Tem-se verificado nos Municípios baianos – e deve ser em outros Estados também – que, no último ano de governo, na perspectiva de não ter vitória ou perder as eleições, por total falta de responsabilidade, um ou outro Prefeito – são poucos – nomeiam por concurso público, aumentando a folha de pessoal a um quantitativo que ultrapassa o limite de pessoal.

O limite de pessoal é de 54%. Temos Municípios na Bahia com 68%, 70% de comprometimento de índice de pessoal com a receita corrente líquida.

O relator foi o Senador Antonio Anastasia, que fez um relatório primoroso.

Portanto, queria parabenizar a ambos e estou encaminhando a favor da votação, porque é uma matéria super importante para o momento que estamos vivendo no Brasil, para contenção de despesas nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradecemos a V. Exª.

Queria só comunicar à Casa que a discussão dessa matéria já se encerrou. Nós a fizemos no dia 13 de julho. Portanto, a votação não requer mais discussão da matéria, cuja discussão no Senado já se encerrou.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, gostaria de encaminhar pela Minoria, se V. Exª permitir. Não é um debate, apenas um encaminhamento pela Minoria. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Projeto de lei, **Item 1 da pauta**, que altera a Lei Complementar nº 101, de 2000, para vedar o aumento das despesas de pessoal no último ano do mandato e após o final do mandato do titular do respectivo Poder.

Parecer do Senador Anastasia favorável.

A discussão da matéria, em turno único, encerrou-se na sessão deliberativa de 13 de julho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem, sidente.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valadares, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para justificar minha ausência nas duas votações anteriores pelo mesmo motivo apresentado e justificado pelo Senador Eduardo Amorim, o Ministério da Integração.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para encaminhar, Sr. Presidente, pela Minoria. Para encaminhar pelo Bloco da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Presidência esclarece que, não havendo objeção do Plenário, colocará em votação em globo o Projeto e a Emenda nº 1 de Plenário, que teve também parecer favorável do Senador Anastasia.

Votação em globo do Projeto e da Emenda nº 1, de parecer favorável.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, estou pedindo para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas V. Ex^a já está colocando em votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não. Tenho que anunciar a matéria para, em seguida, encaminhar a votação. Não posso inverter essa ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Entendi. Peço desculpas. Perfeitamente. Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a para encaminhar a votação.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente. Sr. Presidente, deixe-me encaminhar dali?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro quero aqui lembrar, fazer uma retrospectiva de quão rico foi o debate sobre a matéria. De fato, a discussão está encerrada, porque, no dia em que estivemos em plenário, fizemos um debate extenso sobre o assunto.

Aqui, no meu entendimento, no nosso entendimento, não há questões de mérito político, e sim questões técnicas, porque não estamos tratando de absolutamente nada que seja relacionado à política e, sim, à gestão dos Municípios brasileiros, dos Estados e da União.

Até disse isso porque na oportunidade, não tivemos somente um debate, mas pudemos questionar tanto o Relator como o autor da matéria, Senador Ricardo Ferraço, a respeito de várias dúvidas que tínhamos em relação ao projeto.

Eu confesso, Sr. Presidente, a V. Ex^a, que aquele debate apenas ampliou e consolidou a opinião que apresentamos contrária à aprovação dessa matéria, por uma razão muito simples: primeiro, porque a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei nº 101, de 2000, já trata, já prevê questões extensas e detalhadas sobre o limite dos gastos com pessoal, como por exemplo, limite de percentuais em relação à receita corrente líquida – 50% para os Municípios, 50% para a União e 60% para Estados e Municípios – e regras rígidas sobre o impacto nos exercícios subsequentes e na folha de inativos, de modo que já existe um conjunto de regras que permite um controle adequado dos gastos com pessoal.

O projeto que está apresentado, para que V. Ex^{as} tenham, Senador Otto, uma opinião clara, se estivesse aprovado, nós não poderíamos ter aprovado um projeto de lei que aprovamos recentemente, que tratava do reajuste dos servidores do Poder Executivo da União, de forma escalonada. Esse reajuste ultrapassará o mandato vigente. Então, se essa lei já existisse, se esse projeto fosse lei hoje, nós não poderíamos ter aprovado o projeto que aprovamos.

Agora, vejam bem, por que é que nós aprovamos um projeto de lei garantindo reajustes escalonados para os servidores? Primeiro, por levar em consideração a situação econômica delicada por que passam as finanças públicas. Segundo, pela necessidade não somente de uma recomposição salarial por conta do processo inflacionário, mas também para uma adaptação de várias categorias do serviço público federal. Isso porque nós temos, infelizmente, ainda hoje, muita distorção. Determinadas categorias que cumprem uma mesma função em um ministério, comparativamente a outras que têm a mesma função em outro ministério, têm salários completamente diferentes, sem nenhuma justificativa plausível. Quem é servidor público ou quem sabe como funciona o serviço público sabe que isso que nós estamos falando aqui é a realidade, não só



na União, mas nos Estados e Municípios também.

Portanto, Sr. Presidente, por conta disso, porque entendemos, primeiro, que já há regras rígidas – rígidas! – que devam ser cumpridas pelos gestores, pelos chefes do Poder Executivo dos três níveis, é que nós entendemos que essa regra nova não seria necessária, pelo contrário, ela engessaria a atividade e a possibilidade de o serviço público trabalhar mais a longo prazo ...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... com um planejamento no sentido de garantir, quando necessário, o reajuste para os servidores públicos.

Por isso, nós encaminhamos, Sr. Presidente, nós manifestamos nossa opinião contrária à aprovação desse projeto. Repito: não há nenhuma questão política. Há somente questões relativas ao mérito. Repito porque temos um exemplo vivo, um exemplo recente: aprovamos por unanimidade no plenário desta Casa, assim como a Câmara dos Deputados, reajuste dos servidores públicos federais, um reajuste escalonado que irá até o ano de 2020. Caso esse projeto fosse lei não poderíamos ter aprovado projeto dessa forma.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – As Senadoras e Senadores já podem votar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Bancada do PT...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Para orientar a bancada, eu concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Pelo fato de nós não termos reunido a nossa Bancada para discutir esse tema e haver opiniões divergentes na nossa Bancada sobre o projeto, nós liberamos a Bancada para votar conforme a sua convicção.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, para encaminhar pela Liderança do Governo, por delegação do Líder Aloysio e do PSDB, igualmente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Anastasia para encaminhar a votação.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, como o tema foi discutido na semana passada, a posição do PSDB é favorável ao projeto de autoria do Senador Ricardo Ferraço e de minha Relatoria, tendo em vista que, com todo o respeito à posição da eminente Senadora Vanessa Grazziotin, o projeto aperfeiçoa a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na realidade, é uma omissão, uma lacuna do texto original que estava a permitir exatamente a concessão de benefícios de reajustes em mandatos distintos daquele que o titular do Executivo vigorava. Então, na realidade, o que acontece? Na prática, é que o novo prefeito, o novo governador e o novo Presidente, quando tomar posse, já encontra uma situação posta inviabilizando seus projetos. Nada impede que ele conceda o reajuste no seu período, no seu mandato, mas não poderia conceder o benefício, como se diz popularmente, com o chapéu alheio para ser pago por terceiros em outras condições.

Então, a meu juízo, a juízo do nosso Partido há um aperfeiçoamento da lei e, por isso mesmo, nos termos colocados no Parecer deve ser aprovado e foi aperfeiçoado com a emenda de autoria do Senador Lindbergh, que está aqui, que foi acolhida por nós antes da votação e, portanto, abre a exceção para a reposição de pessoal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Cumprimento V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Senador Moka, como vota o PMDB?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente, entendendo exatamente o que explicou o Senador Antonio Anastasia. Na verdade, preenche realmente uma lacuna. Mais do que isso, o projeto do Senador Ricardo Ferraço vai evitar que prefeito ou governador em fim de mandato possa conceder aumento para que um novo prefeito ou novo governador herde uma conta, um salário que ele já não tem mais condição de cumprir. Então, em função disso, achando que isso é salutar e isso vai disciplinar, vai evitar que se faça cortesia com chapéu alheio, o PMDB vota “sim”.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para encaminhar.



Sem revisão do orador.) – Deixa só eu explicar aqui uma situação.

Nós tínhamos discutido há um mês – não é Senador Ferraço? – e tínhamos a maior boa vontade de evoluirmos nesse projeto.

A Senadora Vanessa Grazziotin, que é Vice-Líder da minoria levantou com razão uma dúvida e um questionamento sobre vários casos e, agora estamos discutindo defensoria, em que foi estabelecido, por exemplo, desde a época do Presidente Lula, aumentos que passam para três anos, aumentos programados, aprovados pelo Parlamento. Nesse caso isso estaria proibido. A partir da discussão da Senadora Vanessa, nós conversamos com a nossa assessoria técnica, com várias pessoas da assessoria e houve uma mudança no entendimento, de forma que, como é um tema aberto, nós da Liderança da Minoria também estamos, como o Senador, liberando a Bancada, mas eu peço aqui o voto contrário, seguindo a orientação da Senadora Vanessa, que estudou o assunto, se preparou sobre o assunto, discutiu com a assessoria e fez com que a gente revertisse a posição. Então, encaminhando da mesma forma que Humberto Costa, a gente libera, mas eu peço voto contra o projeto seguindo a orientação da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiro, Sr. Presidente, queria registrar minha votação favorável a Charles, do DNIT, na segunda votação.

Segundo, já falei com meu Líder aqui e, como servidor público federal, eu não posso concordar como está o projeto sem ter a exceção daquele tipo de ajuste, por exemplo, que morre no último ano do Governo. Se houvesse uma exceção do ajuste programado, dentro da exceção que a colega Vanessa Grazziotin colocou, eu votaria favoravelmente. Mas como não há, como se generaliza, então eu quero registrar, respeitando o meu Líder Moka.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Já comuniquei a ele o meu voto contrário a esse projeto, da forma que está sendo encaminhado. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, é tão somente para dizer que o PSB dará o voto “sim”, encaminha o voto “sim”, e parabeniza o autor da matéria e o Senador Ricardo Ferraço pela emenda que apresentou, que, sem dúvida alguma, contribui para o ajuste fiscal que todos nós brasileiros estamos buscando.

Que as administrações, não só a nível federal, a nível estadual e também a nível municipal deem o exemplo e não façam gastos que poderão repercutir nas administrações futuras.

Por isso, o nosso voto é “sim”. Agradeço a V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Bancada do PT liberou, bem como a Bancada da Minoria também, mas eu quero aqui declarar meu voto contrário. Eu acho que ajuste fiscal não pode ser feito sob a lógica de criminalizar a vida funcional de servidores, de impor prejuízos. Portanto, declaro meu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Eu quero, antes de qualquer coisa, cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço. Esta matéria é meritória e eu não a entendo como ajuste fiscal. É o contrário, é responsabilidade fiscal.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente! O DEM é “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O DEM vota “sim”.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Na prática, Sr. Presidente, é exatamente isso.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O que nós estamos é...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Pela ordem, eu concedo a palavra ao Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria, primeiro, parabenizar ao Senador Ricardo Ferraço pela coragem de fazer o enfrentamento pela responsabilidade fiscal, principalmente nos Municípios, já que é uma prática corriqueira de colocar um débito presente para que futuros gestores possam pagar. Então, eu queria parabenizar pela iniciativa do Senador e também dizendo que acompanho o voto “sim”.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PR também vota “sim”, entende que isso representa uma moralização, principalmente porque



o projeto prevê que é em ano eleitoral. Ou seja, para que o Executivo não deixe uma herança maldita para o seu sucessor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Cumprimento o Senador Wellington Fagundes.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. Eu faço um apelo aos Senadores...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lasier.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só queria registrar que, sendo convencido pelo Senador Ricardo Ferraço, que me demonstrou que é possível um governante dar os aumentos até o final do seu mandato, revi o meu voto, concordando com V. Ex^a, inclusive, e votando “sim” ao projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu considero esse projeto de suma importância. Ele aperfeiçoa a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma conquista deste País. Um governante não pode deixar dívidas para os próximos governantes pagarem. Isso é algo muito fácil de fazer: um governante faz dívidas e joga para os próximos pagarem. Então, eu considero que é um aperfeiçoamento importante. Parabenizo aqui o Senador Ricardo Ferraço pela proposição. O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Antes, porém, eu quero registrar, com satisfação, a presença honrosa, no plenário do Senado Federal, do Deputado Leonardo Picciani, Ministro dos Esportes do Governo Federal. Cumprimento V. Ex^a pela exuberância das Olimpíadas que realizamos no Brasil.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 56; NÃO, 7. **(Vide item 2.2.4 do sumário)**

Nenhuma abstenção.

Estão, portanto, aprovados o Projeto e a Emenda nº1 de plenário, de parecer favorável.

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, registra o voto do Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Só registrar o meu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação do Senador Lindbergh. Votação da redação final.

As Senadoras e Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final. **(Vide item 2.2.4 do sumário)**

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, quero apenas fazer uma correção: acho que me equivoquei e acabei votando “não” neste projeto. E eu sou francamente favorável ao projeto do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará...

Item 2 da pauta.

Nós já, também, esgotamos a discussão desta matéria.

Projeto de Lei do Senado nº 204, do Senador José Serra, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, Sr. Presidente, não quero votar isso hoje?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos votar. É o segundo item da pauta e a discussão e encerrou.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, nem começou a discussão. Foi feito um acordo, o Relator Paulo Bauer leu o relatório e ficou para discussão depois.

Eu estou achando que V. Exª está querendo impedir de votar a DRU, só se for isso. Porque se nós entrarmos... Esse tema é extremamente polêmico...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, é que a informação foi dada equivocadamente. Esse é o **item 3 da pauta**... Aliás, esse é o item 2 da pauta e nós passaremos, portanto, ao item 3 da pauta, cuja votação já está encerrada; é a Proposta de Emenda à Constituição nº 31.

Eu peço desculpas ao Senador Lindbergh Farias e às Senadoras e agradeço muito ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Estou eu aqui ajudando aqui, Sr. Presidente.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem. Se estivesse no plenário, teria votado com a função do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O parecer é favorável, do Senador José Maranhão.

A discussão da matéria em primeiro turno encerrou-se na sessão deliberativa de 17 de agosto.

Passa-se à votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, encerrou-se, mas, já que foi suspensão, nós podemos novamente discutir, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não. A discussão está encerrada. V. Exª pode encaminhar a votação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vamos votar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos encaminhar contra a votação dessa PEC. Eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores e das Senadoras para o fato de que ela traz um elemento novo, que é a criação da Drem (Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios). Nós não conseguimos medir o impacto disso na vida dos Estados. Uma consequência nós já vimos: um impacto muito negativo nas universidades estaduais, que vão ser muito atingidas. Outros que vão ser atingidos: fundos de pesquisa, fundos de ciência e tecnologia, fundos de assistência social, fundos de cultura. Então, eu chamo a atenção aqui para este fato novo: o impacto da Drem nos Estados.

Eu acho que o melhor seria se o Governo tentasse aqui negociar um acordo para se votar a DRU e tirar a Drem. Nós poderíamos deixar essa discussão para o próximo ano, porque, de fato, ninguém sabe direito o que vai acontecer em Estados e Municípios com essas desvinculações.

Outro ponto é que estamos prestes a entrar no debate sobre a reforma da Previdência. Infelizmente, no debate da reforma da Previdência, as propostas que têm aparecido por parte deste Governo interino penalizam os mais pobres, entre elas: acabar com a vinculação do salário mínimo ao benefício previdenciário – 70% dos aposentados brasileiros recebem um salário mínimo, e o que eles querem, na verdade, é pagar menos de um salário mínimo –; e aumentar a idade. Alguns falam em 65 anos para homens e mulheres, outros chegam a falar em 70 anos.

Por que estou falando isso? Porque a DRU impacta muito a Previdência. Foi montado, pela Constituição, um sistema de seguridade social, que tem um recolhimento de benefícios previdenciários, mas há Cofins e Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Então, se fizermos uma DRU de 30% neste momento, na véspera da discussão da reforma da Previdência, eles vão vir com aquele discurso: “Ah, a Previdência é deficitária. É preciso fazer uma regra.” Na verdade, nós sabemos que o que está por trás da reforma da Previdência é a retirada de direitos dos mais pobres.

Então, nós vamos encaminhar contra essa PEC. Eu volto a dizer: quero chamar a atenção dos senhores. Nós somos Senadores, representantes dos Estados, representantes da Federação. Nós estamos criando um instrumento para colocar nas mãos dos governadores, mas nós não sabemos do impacto ainda do que vai acontecer lá na ponta. Já falei aqui de algumas coisas: universidades estaduais, fundos de pesquisa, que, sem sombra de dúvida, vão ser prejudicados.

Nós da minoria encaminhamos o voto contra essa PEC, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Medeiros, Senador Humberto Costa, na sequência, Senador Reguffe, Senador Moka.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Os Municípios brasileiros passam por um momento terrível. Nessas eleições, inclusive, em vários Municípios, por exemplo, de Mato Grosso, prefeitos desistiram de ir à reeleição.

E desistiram por quê? Porque está difícil ser prefeito. Prefeito, hoje, é quase um preso em potencial, porque os recursos são muito poucos. Tudo que fizemos para facilitar as administrações municipais é importante.

É bom lembrar... Eu estou vendo esse cavalo de batalha em torno da Drem, mas é bom lembrar que a Drem não tem impacto sobre os fundos constitucionais, como a educação. Essas coisas estão ali elencadas na Constituição. A Drem não vai mexer com educação, com saúde, com as receitas já vinculadas.

Essa desvinculação facilita e vai ajudar a que as prefeituras, a que os prefeitos possam ter uma manobra melhor para tocar os seus Municípios. Isso aí vai impactar de forma positiva as administrações.

Hoje, a saúde... Eu falei dos prefeitos, mas os secretários de saúde... Achar secretário de saúde hoje está difícil; é também quase um preso em potencial.

Então, o Senado Federal, que já deu uma contribuição, já vem dando contribuição para o Brasil, eu não tenho dúvida, vai ajudar a União e vai ajudar os Municípios também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Humberto Costa, com a palavra V. Exª para encaminhar a votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já tive oportunidade, no debate dessa emenda à Constituição, de externar que essa proposta de fato veio encaminhada ainda no governo da Presidenta Dilma Rousseff – que, aliás, continua como Presidente da República. E essa proposição sofreu, aqui no Senado Federal, duas modificações importantes: primeira, nós retiramos qualquer possibilidade de que houvesse desvinculação de recursos dos fundos constitucionais do Norte e do Centro-Oeste; a segunda é que foi feito aqui um acordo para que o montante dos recursos desvinculados não fossem aqueles 30% que vieram na proposta original. Houve um acordo para que mantivéssemos isso em 25%, quando a proposta que vigorava até o ano passado previa 20%. Isso, inclusive, foi uma iniciativa da então oposição. Agora, na condição de integrantes de um Governo interino, eles retornam a proposição para uma desvinculação de 30% do Orçamento, e com isso nós não podemos concordar. Esse é o motivo de votarmos contra a DRU.

Com relação à desvinculação dos recursos estaduais e dos recursos municipais, dos recursos municipais não tem qualquer significado, porque na verdade as grandes vinculações que nós temos nos Municípios são da saúde e da educação. Na medida em que ficou garantido que não se vai mexer nisso, não há problema.

Agora, realmente, alguns Estados têm legislações específicas para definir o que são os seus 12% para a saúde, o que são os seus 25% para a educação, o que careceria, realmente, de uma melhor avaliação para ver se essa proposição não vai retirar alguns recursos. Eu me lembro do caso do Espírito Santo, que tem um fundo específico para o ICMS no que diz respeito à exportação. Isso interfere diretamente no cálculo dos recursos para a saúde, por exemplo.

Então, seria importante ver se isso vai abrir espaço para algum tipo de impacto na redução desses recursos.

Por essa razão, a Liderança do PT encaminha o voto “não” a essa emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Reguffe, com a palavra V. Exª.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu voto será contrário a essa PEC, por coerência – eu era contra no Governo Dilma, e continuo contra no Governo Temer. Agora, ainda aumenta a possibilidade de desvinculação de 20% para 30% do Orçamento. Não considero isso positivo; penso que o Poder Executivo tem que respeitar o Poder Legislativo, respeitar a lei orçamentária anual votada, senão, daqui a pouco, não vai precisar votar lei orçamentária. Se o Governo pode simplesmente desvincular e gastar onde quiser aquele recurso, sem autorização legislativa, na minha concepção, daqui a pouco, não vai precisar mais ter lei orçamentária.

A criação do orçamento público data da Inglaterra de 1215, já falei aqui. O rei gastava demais, alguém tinha que impor um controle nos gastos do rei, e, a partir de então, o rei, para fazer qualquer gasto, tinha que pedir autorização ao Parlamento inglês.

No Brasil, simplesmente se criou, primeiro com o Fundo Social de Emergência, depois com a DRU, a desvinculação das Receitas da União... E agora querem estender isso para os Estados e Municípios, simplesmente dando uma carta em branco para o Governante poder gastar o que quiser, onde quiser – antes, não, e, agora, até 30% do Orçamento.



(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Então, por respeito à Lei Orçamentária Anual e ao cumprimento desta lei, meu voto é contra; e por coerência – eu era contra no Governo Dilma e continuo contra no Governo Temer.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, conforme V. Exª colocou, já se encerrou essa discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Estamos em fase de encaminhamento da votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Encaminhamento, vamos votar, então, o encaminhamento, Sr. Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O Bloco PSD/PP vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O Bloco vota “sim”.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma confusão. Ela não retira dinheiro da DRU, não há perda de dinheiro – o que há é uma desvinculação, você desengessa o orçamento, e temos que dizer que 70% do orçamento é engessado. Na verdade, o governador e o prefeito têm 30% porque, muitas vezes, há dinheiro em uma rubrica e falta em outra para atender alguma necessidade do Município. Não é possível que um prefeito ou um governador não possa ter a liberdade de fazer a opção. Ele fica, às vezes, com aquele dinheiro engessado em uma rubrica, sendo que ele tem uma necessidade urgente de recurso e não pode tirar, porque o orçamento está completamente engessado.

O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, que não fique nenhuma dúvida, nem nenhuma confusão sobre a aplicação de dinheiro da DRU – “Ah! A DRU vai mexer no orçamento!” A quantidade de dinheiro é a mesma, o que a DRU faz é garantir prioridade de Governo.

Nós votamos ontem a LDO, e a LDO garantiu o teto de reajuste de gastos, de um ano para o outro, correspondente à inflação. Aí vêm aqueles que são oposição hoje com o argumento de que vai faltar dinheiro para a saúde, para a educação. Pelo contrário, exatamente. Até porque essas verbas são engessadas não vai faltar nada. Você vai fazer a correção, de ano para ano, do valor gasto no ano corrigido pela inflação. Se faltar – e na DRU não estiver aprovado –, aí você pode não complementar aquilo que pode ser prioridade de Governo, nas questões fundamentais de educação e de saúde. A DRU, portanto, garante prioridades de governo. Leia-se, inclusive, na educação e na saúde. Não votar essa DRU é desmanchar o discurso daqueles que fazem hoje a oposição estão pronunciando.

Pelo contrário, para garantir prioridades efetivas de governo é que o Democratas vota, de forma convicta – como votou anteriormente –, a favor da Desvinculação das Receitas da União, no percentual de 30%.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Capiberibe. Em seguida, o Senador Aloizio Nunes Ferreira, a Senadora Lídice da Mata, a Senadora Vanessa e o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O Senador Valadares aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – E o Senador Valadares.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faço um apelo que possamos sintetizar o encaminhamento para votarmos essa matéria. A nossa pauta é extensa. Nós temos muitas outras matérias importantes que precisam ser apreciadas hoje.

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considero que há um divórcio entre a sociedade e a gestão pública, uma desconfiança em relação à gestão pública, uma desconfiança em relação à representação política. Isso é fato.

Na medida em que se desvincula a receita, é necessário que se esclareça quais são as que vão ser vinculadas, já que se garante que saúde e educação permanecem, que não serão tocadas, mas haverá uma desvinculação. O que há no País é uma má governança. Esse é o grande problema.



Não considero necessário que se desvincule receita. A gente teria é de modernizar minimamente a gestão pública no País. Há uma gastança desordenada. O clientelismo político continua, as folhas de pagamento, as terceirizações exageradas, que são uma maneira de encobrir os gastos para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Há uma série de outros fatores sobre os quais seria fundamental que nos debruçássemos. No entanto, nós estamos desvinculando receitas.

Sou contrário à desvinculação. Fui contrário no Governo da Presidente Dilma e vou continuar contrário neste momento, porque considero que nós vamos dar um tiro no escuro e talvez mexer com recursos que vão fazer muita falta à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero encaminhar essa matéria, em nome do Governo, para, em primeiro lugar, reiterar aquilo que já disse em outra oportunidade e que foi repetido agora pelo Senador Agripino e outros colegas nossos.

Não há nessa proposta de emenda constitucional nada, rigorosamente nada, que retire um tostão sequer do orçamento da saúde, da educação, nem na União, nem nos Estados, nem nos Municípios. É claríssimo! Não há nenhuma dúvida quanto ao texto da emenda constitucional. Essas receitas são absolutamente preservadas.

Aliás, diga-se de passagem que tanto a União quanto os Estados e Municípios têm aplicado, historicamente, mais do que o piso mínimo constitucional nessa área da saúde. De modo que basta ler, com o mínimo de isenção, o texto dessa proposta de emenda constitucional para verificar que não há nenhuma repercussão sobre redução eventual de gastos nessas áreas.

O fato é que os governos que se sucederam, desde o Presidente Fernando Henrique, sempre, sempre, sempre têm recorrido a medidas semelhantes a essa – Fernando Henrique, Lula, Dilma –, o que atesta que nós precisamos trabalhar no sentido de fazermos uma reforma fiscal profunda no Estado brasileiro.

Enquanto isso não for feito, nós temos que viver desse tipo de expediente, que é absolutamente necessário, sem o que as administrações ficarão rigorosamente inviabilizadas.

Portanto, o Governo vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lídice da Mata.

Em seguida, vamos conceder a palavra à Senadora Vanessa e ao Senador Cássio Cunha Lima.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para declarar o meu voto.

Eu não considero que este é um ponto de princípio inabalável. Acho que, no entanto, na medida em que a DRU, no formato que tem hoje, mesmo sem impactar os Municípios, permite hoje, sim, uma possibilidade de prejudicar os fundos constitucionais do Norte, do Nordeste, assim como permite também impactar os fundos que dizem respeito à ciência e tecnologia, nos Estados e nas universidades estaduais, por precaução, portanto, eu manterei o meu voto “não”.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da mesma forma que fez a Senadora Lídice, eu quero primeiro reconhecer que de fato esse tem sido o instrumento utilizado por todos os governantes e por todas as administrações pública, no mínimo, desde o ano de 1994. Então, isso é fato. Entretanto, quando fazemos um levantamento de como as coisas foram conduzidas nas administrações de Lula, de Dilma, em relação às anteriores, percebemos que houve uma diferença significativa. Inclusive, a retirada da saúde e da educação veio exatamente ali.

Entretanto, Sr. Presidente, há um aumento de percentual, de 20% para 30%, que vai incidir sobre as contribuições. Mas isso por si só é muito grave. Qual é o objetivo da DRU? Desvincular receitas que são vinculadas. E desvincular receitas que são vinculadas para fazer o que com os recursos? Para fazer caixa, superávit primário, para pagar os serviços e juros da dívida pública brasileira. É exatamente esse o grande objetivo.

Então, veja, quais são as áreas importantes que perdem com isso? A área de segurança. Quantos pronunciamentos nós já ouvimos aqui sobre a necessidade, inclusive emenda constitucional, de garantir recursos para a segurança? Ele tira recursos da cultura, do meio ambiente, da Previdência – e isso é muito grave. Boa parte da Previdência, uma parte importante, é mantida com recursos de contribuições, e haverá liberdade para o Poder Público desvincular esses recursos da Previdência.

Então, por essas razões, Sr. Presidente, e exatamente porque estamos diante de um Governo que já disse para o que veio, e espero que seja por mais alguns poucos dias somente. Já disse para o que veio. E veio para quê? Para fazer uma política de contenção drástica, em que os prejudicados serão a maioria das pessoas que



mais necessitam do braço e do apoio do Estado brasileiro.

Por isso, também quero encaminhar o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desde já, manifesto a posição do PSDB, que naturalmente é pelo “sim”.

O PSDB vota “sim”, em primeiro lugar, por um princípio de coerência. O instrumento de Desvinculação de Receitas da União foi criado durante o período do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mesmo à época em que estávamos na oposição, nós outros do PSDB, por coerência, concedemos ao Governo do Presidente Lula a DRU, concedemos ao Governo da Presidente à altura, Dilma Rousseff, a DRU. Portanto, não há razão para hoje mudarmos de posição, como estamos assistindo neste Plenário à mudança de posição de alguns Senadores que não faz muito tempo estavam votando favoravelmente à DRU porque simplesmente eram Governo. Agora que passam a ser oposição mudam o entendimento numa atitude absolutamente incoerente.

A DRU é um instrumento de Gestão Pública que vem sendo utilizado já há muito tempo, que perpassou o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – relembro –, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da Presidente Dilma Rousseff, e, portanto, não há razão objetiva para que nós retiremos desta etapa do Governo do Presidente em exercício Michel Temer essa Desvinculação da Receita da União.

Ocorre que estamos votando a DRU com uma novidade, e quero louvar aqui a iniciativa do Senador Dalírio Beber. O Senador Dalírio vem fazendo um trabalho notável neste Senado, representando o Estado de Santa Catarina ao lado do nosso companheiro Paulo Bauer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – E Dário Berger.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... e de Dário Berger também, preocupado com os Municípios e com os Estados. E, por coerência, dentro de um Estado federado estende-se a Municípios e Estados a ferramenta de que a União já dispõe.

Nós somos uma federação. Ora, por analogia, se a União, que é um ente federado, dispõe dessa ferramenta de gestão, que é a Desvinculação das Receitas da União, qual é o argumento plausível para não se estender aos Estados e aos Municípios a mesma ferramenta? Não há lógica para isso. Eu já fui, com muita honra, Governador da Paraíba e lutava muito para que nós pudéssemos ter esse instrumento, e não dispúnhamos desse instrumento.

Hoje, os Estados que atravessam profundas e sérias dificuldades passarão a tê-lo. E não há, para concluir, qualquer ameaça aos fundos constitucionais. Os fundos constitucionais estão absolutamente preservados. São argumentos falaciosos, que não correspondem aos fatos, que não estão em sintonia com a realidade.

Portanto, com muita coerência, com absoluta coerência, com respeito àquilo que vem sendo feito no Governo, independentemente se hoje somos Governo e ontem fomos oposição, não importa, durante todo esse período o PSDB votou a favor da DRU e não seria agora que votaríamos contra.

Até mesmo quando os nossos adversários governavam o Brasil, como foi o caso do Governo do Presidente Lula, da Presidente Dilma, nós votamos a favor da DRU. Não seria agora que nós votaríamos contra. E estamos apenas estendendo aos Estados e aos Municípios, pela iniciativa louvável do Senador Dalírio, essa ferramenta de que a União já dispõe há muito tempo.

O PSDB, com coerência política, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Cumprimento V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Benedito de Lira.

Na sequência, Senador Valadares. Senador Lindbergh e Senador Humberto.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu me pergunto por que essa dificuldade no que diz respeito a discutir e votar a DRU. Porque antes nós votamos essa mesma matéria, nos governos anteriores, sem maiores discussões. Comenta-se muito a possibilidade de se tirar dinheiro da Previdência, da saúde, da educação, mas isso absolutamente não corresponde à verdade, porque estou vendo aqui, Sr. Presidente, que se preservam os recursos da Previdência, os recursos da educação. E, logicamente, com os recursos da saúde ninguém mexe. É um compromisso do Governo do Presidente Michel não mexer nessas áreas sociais. Há muita conversa e poucas ações.

Pois bem, então, Sr. Presidente, considerando inclusive essa extensão para os Municípios, os Estados e Distrito Federal, eu não tenho por que, não vejo razões nem motivação para... O meu partido votará “sim”,



porque é um instrumento necessário para a gestão dos recursos públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valadares.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR indica o voto “sim”, mas, por coerência, queremos aqui alertar que realmente foi discutido aqui, há pouco tempo, quando se propunha 30%, 20%, e chegamos à conclusão de 25%. Hoje estamos votando 30% para o Governo.

Outra preocupação é a questão da Cide também. Isso pode ensejar que o Governo também diminua o repasse da Cide aos Estados e Municípios.

Nós vamos encaminhar o voto “sim”, dando um voto de confiança ao Governo, mas com algumas interrogações se o Governo depois não vai retirar recursos de Estados e Municípios.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, posso falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Agradeço.

Sr. Presidente, já tive a oportunidade de me manifestar a respeito dessa proposição ali, da tribuna, e mostrei o seguinte: desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até esta data, estamos votando pela Desvinculação de Receitas da União, agora com acréscimo da Desvinculação das Receitas dos Estados e dos Municípios, sem nenhuma possibilidade, perspectiva ou permissão para que a União, os Estados e os Municípios possam atingir, nessa desvinculação, os recursos destinados à educação, à saúde, à Previdência e aos fundos constitucionais, como explicou, de forma tão didática, o Senador Aloysio Nunes.

Por isso, Sr. Presidente, o PSB tem sete Senadores. Dois estão com o PT na divulgação, a meu ver, deste erro, deste equívoco, de vez que o Governo passa, mas o País permanece. Nós podemos ter divergências políticas, e as divergências podem ser extravasadas de outro modo. Mas deste modo eu acho que querer convencer a mim, a qualquer Parlamentar, seja do Governo ou da oposição, de que isto aqui vai prejudicar os setores a que me referi é conversa para boi dormir.

E não me convencerei jamais de que, em uma proposta como essa, que antes já passou por aqui e na qual votei tantas vezes, em governos anteriores, agora, não vou votar, porque é de Michel Temer. É o Brasil que está em jogo, são os prefeitos, são os Estados, são os Municípios, que estão bloqueados em muitas das suas prioridades, porque teimamos com essa vinculação desnecessária.

Por isso, Sr. Presidente, voto “sim”, de forma consciente, e libero a Bancada para aqueles que pensam de forma diferente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, só para encaminhar, o PDT voto “sim”.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, é muito interessante...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PDT vota “sim”.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito interessante esse debate, e vejo muita gente aqui que defende o Governo dizer o seguinte: “Olha, não tem nada a ver com desvinculação de educação e saúde.” Só que os senhores têm que se lembrar que existe a PEC 241, que fala justamente disso, é o principal projeto desse Presidente interino.

A PEC 241 o que é? Desvinculação de receitas, de saúde e educação, do Governo Federal, estadual e municipal. Eles querem agora a vinculação com a inflação.

Então, esse debate aqui, Sr. Presidente, é extremamente atual. Temos uma preocupação grande, porque essa PEC 241 vai penalizar os mais pobres, que precisam da educação pública e da saúde pública. Tenho repetido insistentemente os números. Se essa PEC 241 existisse há 10 anos, o orçamento da educação cairia de R\$103 bi, que foi esse o orçamento em 2015, para R\$31 bi; cairia de R\$102 bi na saúde para R\$65 bi.

Então, espero que esses que estão vindo à tribuna para dizer o seguinte: “Olha, não há desvinculação nenhuma na receita nesse projeto da DRU!”, que votem contra a PEC 241. É verdade, que, tanto na DRU, quanto nessa Drem, não há mais educação e saúde. A educação saiu em 2009, através de uma decisão do Presidente Lula, depois da mobilização de vários atores da educação brasileira. E a saúde saiu depois daquela Emenda Constitucional nº 86.

Agora, volto a alertar os senhores, vamos ter impacto em Estados e Municípios. Por exemplo, as



universidades estaduais estão fora disso, porque é outro fundo. Elas, sim, vão ser muito penalizadas. Fundos de ciência e tecnologia, fundos de cultura. É muito nova essa desvinculação nas mãos de Estados e Municípios sem que nós, Senadores, que somos representantes da Federação, saibamos o impacto.

Mas, encerro meu pronunciamento, pedindo a esses Senadores, que garantiram que não há desvinculação, que votem contra a PEC 241, porque a PEC 241 acaba com a vinculação... Acaba, Senador Aloysio, V. Ex^a balançou a cabeça negando. Estou aqui... (*Risos.*)

A vinculação constitucional...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não acaba, não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Acaba.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos abrir o painel, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu mostro claramente. Hoje está escrito na Constituição que 18% do Orçamento tem que ser investido em educação; nos Estados, 25%; nos Municípios, 25%. Ele acaba com isso, acaba com essa vinculação para ser apenas a inflação. E isso vai ter um efeito, na minha avaliação, destruidor, em especial na saúde pública, porque vamos ter o envelhecimento da população. No entanto, as verbas para a saúde pública vão estar congeladas.

É isso, Sr. Presidente.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Humberto Costa.

Estou chegando, estou chegando.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O Senador Dalirio, em seguida.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria apenas aqui comentar e contestar as colocações que foram feitas pelo ilustre Líder do PSDB, quando nos acusou de incoerência e afirmou que eles, sim, eram os grandes coerentes.

Primeiro, nós não estamos sendo incoerentes, porque, em verdade, estávamos dispostos a votar a DRU, desde que fosse respeitado o acordo que foi feito, por meio de uma proposição da oposição que condicionou votar a DRU a nós reduzíssemos a desvinculação de 30% para 25% daqueles recursos do Orçamento. Se tivesse havido a manutenção daquele entendimento, nós votaríamos. Segundo, falar de coerência um partido que criou a CPMF, que usou a CPMF para o financiamento de políticas sociais durante certo tempo e mais a frente, em 2008, colocou-se contra e não votou favoravelmente à CPMF, criando, portanto, o maior vazio de recursos que a área da saúde já viveu nos últimos tempos, não é bem um grande exemplo de coerência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Apenas para resgatar um pouco da história recente sobre a tramitação desse projeto de desvinculação de receitas da União. Houve, por parte do próprio Governo, no ano passado, o pleito no sentido de que o Congresso Nacional aprovasse a desvinculação. Ou seja, desse continuidade à oferta desse mecanismo para que a União pudesse ter mais facilidade na gestão financeira.

Nós apresentamos uma emenda constitucional, no ano passado, exatamente com o propósito de fazer com que o benefício alcançasse os Estados e os Municípios brasileiros. E a Presidente Dilma, quando se manifestou, na abertura do ano legislativo deste ano, disse que queria oferecer aos Estados e Municípios também o direito da desvinculação de receita, para permitir que Estados e Municípios tivessem o mesmo mecanismo que dispõe a União. Ou seja, se a União, durante mais de 22 anos, dispôs desse mecanismo, eu acho que é justo que nós também acreditemos na capacidade e na responsabilidade de governadores e prefeitos de fazerem a boa gestão.

A desvinculação não descompromete o governador e os prefeitos municipais do cumprimento das suas obrigações. Ou seja, o dinheiro desvinculado pode ser totalmente vinculado depois às ações de saúde, educação e outras atividades de responsabilidade das administrações municipais.

Portanto, quero crer eu que os Senadores deverão estar sensíveis àquilo que vivem os prefeitos e os governadores em função das dificuldades financeiras que têm para a gestão e o cumprimento de suas obrigações. Mas, sobretudo, que nós mostremos coerência ao recebermos, na marcha dos prefeitos aqueles que vêm reclamar, que vêm pedir socorro. Que nós neste momento, quando podemos fazer algo em prol deles, façamos e aproveemos esse mecanismo também em favor de Municípios e Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Fátima Bezerra e, logo em seguida, nós

nos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Telmário Mota.



A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em 2010, quando nós aprovamos a Emenda nº 59, encaminhada, à época, pelo Presidente Lula, que tirou a DRU da educação, nós consideramos aquilo um grande avanço. Da mesma forma, consideramos um retrocesso essa proposta da DRU, inclusive, estendida aos Estados e Municípios.

Então, quero deixar claro aqui que, por uma questão de coerência, na época em que a proposta foi encaminhada pela Presidenta Dilma, eu fui contra, como sou contra agora. Discordo de ampliar o percentual de 25 para 30%, repito, e estender para os Estados e Municípios. Some-se a isso o que já foi mencionado aqui, a PEC 241, que tem por objetivo congelar os gastos nas áreas sociais, acabando com a desvinculação de receitas em áreas fundamentais como educação e saúde. Sr. Presidente, considero, sem dúvida nenhuma, que essa medida vem, cada vez mais, impor prejuízos ao povo brasileiro em áreas, repito, essenciais como saúde, educação. Não é verdade que, ao estender para os Estados, as universidades não serão atingidas. Serão, assim como diversos outros fundos constitucionais.

Então, o nosso voto é “não”.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Dário Berger, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, eu queria informar a V. Exª que, nas três primeiras votações, eu estava em outra missão fora. E, se aqui eu estivesse, votaria favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Dário Berger.

E Senador José Aníbal, na sequência.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, eu aproveito também essa oportunidade. Como prefeito que fui, durante 16 anos consecutivos, não tive o privilégio de conquistar essa desvinculação das receitas para que eu pudesse ter mais agilidade dentro do processo administrativo municipal. Na verdade, eu acho que nós, como legisladores, temos que facilitar a vida do gestor, porque a Administração Pública funciona no princípio da confiança, e essa desvinculação para Estados e para os Municípios não exime os prefeitos e governadores das suas responsabilidades; muito pelo contrário, dá a eles uma oportunidade de simplificar métodos e processos e aplicar os recursos de forma mais eficiente naquilo em que precisa ser aplicado.

Afinal de contas, os prefeitos, e governadores, e presidentes da República são legitimados pelo voto popular. Eles são os legítimos representantes da comunidade e têm que agir com responsabilidade nos seus respectivos Municípios e nos seus Estados. Portanto, eu acho que essa desvinculação para Estados e para Municípios é um grande avanço, facilita sobremaneira as administrações estaduais e municipais, e contribui para que a gente possa ter um desempenho mais adequado não só da União, mas também dos Estados e dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para tranquilizar quem está nos assistindo. Houve diversas falas, querendo jogar uma cortina de fumaça aqui, dizendo que os fundos constitucionais serão atingidos. Não serão! No projeto original que a Presidente mandou, que está lá na Câmara, realmente continha isso aí, mas foi retirado. Nisso que nós estamos votando aqui, não há pato nenhum, está totalmente preservada a questão da educação e da saúde. Na verdade, eu não entendo, por que se fica, que nem um pinga d'água, batendo-se nessa tecla.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 56; NÃO, 13. **(Vide item 2.2.5 do sumário)**

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovada a DRU em primeiro turno.

Eu consulto aos Senadores se poderemos dispensar os interstícios e realizar hoje mesmo o segundo

***no.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Vamos, Sr. Presidente, nos terminar isso hoje.



A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, Sr. Presidente. Nós sugerimos no início da sessão... A não ser que retomemos aquele acordo de votar o projeto de lei que garante o reajuste para o pessoal da Defensoria Pública da União, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – O Democratas concorda, Sr. Presidente, com a dispensa de interstício.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O Democratas concorda.

Eu quero cumprimentar os Senadores pela votação da DRU. O Senado há muito estava empenhado na aprovação dessa matéria, que é uma matéria brilhante que surgiu por iniciativa do economista Raul Velloso e serve, na prática, para garantir eficiência à execução orçamentária. Eu mesmo, para que todos saibam, como Senador da República, desde 1994, já tive a oportunidade de ser três vezes no Senado Federal relator da DRU, com muita satisfação. E acho hoje, mais do que nunca, que, desde 1994, Senador José Aníbal, nós deveríamos estender os procedimentos da DRU para Estados e Municípios, o que fazemos agora.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Reafirmo aqui a sugestão feita pelo Senador José Agripino, para que pudéssemos fazer esse segundo turno de votação. Nós temos votado tantas outras matérias que, quanto a esta, ficou patente aqui hoje uma evidente maioria parlamentar bem construída favoravelmente à manutenção da DRU e agora à introdução da Drem. E isso, ao contrário de muito do que foi dito aqui, não é mecanismo para privar a educação e saúde de receitas, até porque essas são vinculadas, mas é um procedimento que facilita a gestão da administração, seja federal e agora estadual e municipal. Portanto, poderíamos fazer esse gesto e tentarmos votar já o segundo turno hoje.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu concordo em votar o segundo turno da DRU hoje, mas eu também sou favorável a votar o projeto dos defensores da União. Nós temos um acordo com essa categoria já de muito tempo. E também queria pedir para priorizar o item 5 da pauta, que é de interesse da Confederação Nacional de Municípios, da Associação Mato-Grossense dos Municípios, que fala sobre o ISS a ser pago no Município de origem.

Então, esse é um projeto importante que vai gerar receita para os Municípios, e eu acredito que nós deveríamos priorizar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A matéria constará da Ordem do Dia do dia 8 de setembro.

Eu quero aproveitar a oportunidade e dizer aos Senadores e às Senadoras que nós estamos convocando desde já sessões deliberativas para o dia 8 de setembro, 12, 13 e 21, de modo a compatibilizar o funcionamento do Senado Federal, Senador Benedito, com a realização das eleições municipais.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, essa do dia 21 não poderia ser na segunda-feira para liberar a semana, para que os Senadores possam estar nas suas bases?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, Senador Flexa, é que, nessa decisão, anteriormente, não tínhamos como aproximar todas as datas. E nós tivemos que conversar com alguns Líderes e elegemos essas datas que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Porque dia 21 é uma quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... não são, sem dúvida alguma, as melhores, mas são as possíveis de convocação.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Gleisi.

Senador Aloysio, na sequência.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu pedi a palavra, porque quero ler uma nota...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Só um minutinho.

(Intervenção fora do microfone.)



A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Encaminhar o quê? Da Defensoria? Não, se for para encaminhar o acordo da Defensoria, eu prefiro que o Senador Aloysio Nunes fale antes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou fazendo consultas aqui entre as Lideranças dos Partidos que compõem a Base do Governo para saber se há entendimento sobre essa matéria. Eu já disse, e repito, que estou pronto para votar quando for necessário, quando V. Exª determinar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é conhecida a posição do PSDB em relação a quais são as prioridades do Brasil neste instante. E, na nossa avaliação, certamente, não são aumentos novos que vão ajudar o Brasil a encontrar o caminho do equilíbrio das suas contas. Nada contra nenhuma categoria. Há aqui hoje uma proposta de entendimento, e política é feita de entendimentos. Eu, em especial, tenho respeito enorme pela atividade dos defensores, temos uma posição política que não é contra, absolutamente, repito, nenhuma categoria, mas, sim, a favor da necessidade de promovermos ajustes das contas públicas. Há aqui uma proposta da oposição no sentido de facilitar, permitir que seja votada a DRU, uma necessidade para a União, além de a DRE que vem junto também para Estados. Eu conversava aqui com o Presidente Agripino e gostaria de ouvir também o Líder Caiado, mas o PSDB liberará a sua Bancada e a pauta para que seja colocada e votada a DRU e para que seja colocado também em votação o reajuste dos defensores públicos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Cumprimento o Senador Aécio Neves e cumprimento todos os Líderes que participaram desta negociação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senador José Pimentel.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar esse clima de concórdia que, de repente, se estabeleceu no plenário do Senado para sugerir e pedir o apoio aos nossos colegas para que possamos concluir a votação, a qual me referi, sobre as autoridades, o acordo relatado pelo Senador Jorge Viana e também uma matéria que me parece muito importante, que é um acordo sobre monitoramento de satélites Brasil e China. V. Exª sabe que o Brasil e a China têm entendimentos nesta área desde o tempo em que o saudoso Senador Luiz Henrique era Ministro da Ciência e Tecnologia. Esse acordo vai na linha da implementação e do desenvolvimento dessas relações, que são muito benéficas para o Brasil e para a China. Então, se concordarem, nós gostaríamos também de votar essa matéria.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Gleisi e Senador Pimentel.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu queria só aproveitar esse clima de harmonia e esse acordo que nós estamos fazendo aqui para as votações para solicitar que pudéssemos incluir uma matéria que está na Ordem do Dia, também com regime de urgência, que se refere aos agentes comunitários de saúde que estão aqui. Então, eu queria consultar os nossos colegas Parlamentares se nós também não podemos fazer esse acordo e votar hoje essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Pimentel e Senador Amorim, na sequência.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho clareza de que, se não votarmos hoje essa emenda à Constituição que exige quórum qualificado, talvez o façamos só após o primeiro turno das eleições. Por isso, sou um daqueles que são favoráveis ao acordo, em cuja construção eu ajudei, para que quebrems o interstício e votemos hoje o segundo turno.

Ao mesmo tempo, esse projeto da Defensoria Pública da União, que já está na pauta há um certo tempo, faz parte desse acordo. O Governo, hoje, particularmente o PSDB e o DEM, não tem o compromisso de votar no mérito, mas nós vamos trabalhar no plenário para obter os votos necessários para aprovar.

Como é momento de composição, eu estou aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, fazendo esse acordo, sem prejuízo dos outros itens que aqui estão sendo trabalhados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também concordo, em nome do PSC, que possamos incluir, neste entendimento, os agentes de saúde e os



agentes de endemia. São profissionais esquecidos pelos governos, são profissionais que não têm um salário digno, são profissionais que não têm o mínimo, muitas vezes, para trabalhar, mas são os únicos profissionais deste País que são obrigados a conhecer, profissionalmente, todas as famílias brasileiras. Os agentes de saúde têm uma similaridade muito grande com os defensores públicos. Os defensores, na verdade, defendem o pobre e o esquecido deste País, Sr. Presidente, e os agentes de saúde têm uma missão muito similar. Então, o PSC também defende, neste entendimento, que os agentes de saúde sejam incluídos, assim como a Defensoria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores também faz aqui um apelo...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou com a palavra.

Sr. Presidente, o PT se soma a esse apelo e reitera, portanto, que, além de votarmos o projeto que trata da Defensoria Pública da União, possamos também incluir o Projeto de Lei nº 210, Senador Renan, do qual já falei aqui hoje. São 250 mil agentes comunitários de saúde em todo o País. O projeto, Senador Renan, não trata de reajuste salarial, mas de benefício previdenciário e trabalhista e da questão de formação, de capacitação. A própria Liderança do Governo também já expressou sensibilidade. Enfim, o nosso apelo é para que tanto o projeto da Defensoria Pública da União como também o projeto de lei dos agentes comunitários de saúde sejam incluídos no acordo que está sendo discutido neste exato momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio e, em seguida, Senador Romero Jucá.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Presidente, sensibilidade para o assunto é claro que eu tenho. A minha preocupação é saber o impacto desta medida sobre os Municípios, porque, com exceção do Estado do Ceará, onde, desde o tempo do Governador Jereissati, que criou, aliás, esse programa, que é um programa altamente meritório, são os Municípios que arcam com essa despesa. E existe uma controvérsia jurisdicional hoje a respeito da extensão – digamos assim – da exposição ao risco de saúde a que estão submetidos esses agentes, conforme as diferentes atividades que eles desempenham.

Eu pediria algum tempo para poder examinar melhor esse assunto. Eu acho que não seria prudente nós, que fazemos juras de amor aos Municípios, neste momento, atribuímos aos Municípios mais uma despesa. O Senador Cidinho, aliás, levantou este assunto na última vez em que o tema esteve em pauta: quem é que vai pagar depois. É o caso de dar mais uma conta para o Município pagar neste momento? Parece-me que não é prudente. É a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Romero Jucá. Na sequência, Senador Aécio e Senador Tasso Jereissati.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, primeiro, eu quero registrar o nosso reconhecimento à importância do trabalho dos agentes comunitários, pelo qual nutrimos respeito. Isso é uma questão inequívoca. Não é isso que está em discussão.

Eu não sei quem é o Relator desta matéria, mas eu queria só fazer uma observação, pois eu acabei de chegar. Nós aprovamos aqui há poucos dias uma Proposta de Emenda Constitucional que diz que é proibido criar encargo para Estados e Municípios sem definir fonte de receita, fonte de recursos com que possam enfrentar a despesa. Eu sou favorável a essa conta. Eu não sei quem vai pagar a conta. Então, eu pergunto: esse é um encargo para a União, para Estados, para Municípios? Há encargo? Não há encargo? Acho que seria importante o esclarecimento. Nós somos a favor dos agentes comunitários de saúde, mas é importante que, na votação, fique claro efetivamente se tem conta e quem paga a conta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há, não só neste plenário, mas eu acho que em qualquer parte do Brasil, nenhum cidadão que possa se posicionar contrariamente aos agentes comunitários de saúde. No nosso caso do PSDB, em especial, com maiores razões ainda, porque foi o então Governador Tasso Jereissati quem criou esse programa, que depois foi repetido em várias outras regiões do País. O programa dos agentes comunitários de saúde está no DNA do PSDB. Obviamente, nós vamos avaliar todos os impactos desta proposta em termos de insalubridade, de reajustes.

Eu quero retornar à proposta que me foi feita e falo agora em nome do PSDB. Nós estamos dispostos a relatar aqui este acordo para que a DRU possa ser votada e para que o reajuste dos defensores possa ser submetido ao Plenário. E nós estamos dispostos, avaliando esses impactos – quem sabe até no próximo dia 8 estar aqui em condições de deliberar sobre essa matéria, responsavelmente. Não podemos fazê-lo, porque



não temos ainda sequer noção do seu impacto na conta dos Municípios brasileiros.

Seria, portanto, adequado se V. Ex^a pudesse, consultando os outros Líderes, conduzir, para que nós possamos, nesta sessão – repito: antes de termos um período de dificuldade de quórum –, votar a DRU, essencial ao País. E a contrapartida é a liberação para que possamos votar aqui o reajuste dos defensores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu não poderia deixar de me manifestar sobre este tema, já que foi no nosso governo no Estado do Ceará que foi criado, em 1987, a figura do agente comunitário de saúde.

Esse programa teve início numa seca, quando nós transformamos flagelados da seca, aqueles que iam para o programa de bolsa de alimentos para a seca, aqueles que eram líderes comunitários, em agentes da comunidade para diminuir a mortalidade infantil. Nós conseguimos o recorde de diminuir a mortalidade infantil no Estado do Ceará em 67%, em dois anos, quando o Ceará foi premiado pela ONU como o melhor trabalho já feito de redução da mortalidade infantil. Fazendo justiça, em seguida, o Presidente Collor, à época, viu esse programa e, através do seu Ministério da Saúde, com o Ministro Alcení Guerra, que esteve no Ceará comigo, pegou esse programa e implantou esse programa no Brasil inteiro. Então, eu não poderia deixar de fazer essa menção e de lembrar também que, muitas vezes, no Ceará, quando nós começamos a fazer esse programa, fomos duramente criticados pelo PT, àquela época, que era contra o programa, porque o considerava um programa eleitoral e que nós estávamos usando de influência econômica para aliciar agentes da comunidade para o nosso Partido, para a nossa visão. Neste momento, eu não posso deixar de lembrar e rememorar isso, porque tenho visto aqui vários Senadores e Senadoras do PT falando nisso como se fosse um programa que tivessem aplaudido desde o início. Não foram. Foram críticos, e críticos veementes, desse programa. Era isso que eu queria salientar.

Eu também sou a favor da transparência. Concordo com a posição colocada pelo Presidente Aécio Neves para que nós votemos no dia 8, com toda a transparência e clareza, para que todos nós possamos ter consciência dos resultados, dos números e de suas consequências, com certeza – posso garantir, e todos os agentes de saúde do Brasil sabem – com a nossa luta em favor de que seus anseios sejam alcançados.

Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é bom que se diga que a construção desse acordo não começou agora. Eu tenho, desde a semana passada – o Senador Aloysio Nunes me procurou também –, conversado e construindo o diálogo, porque está claro aqui que não há condições de ser votado o segundo turno da DRU sem um acordo; só com calendário especial. E era uma questão que para nós era muito controversa, porque, de fato, é um tema muito importante, é um tema muito polêmico. E nós estávamos discutindo, desde o começo, os dois temas: tanto os agentes comunitários de saúde quanto a Defensoria.

Confesso, Senador Tasso, que, em uma primeira reunião, na segunda-feira, a ideia desse acordo não prosperou, porque havia gente que dizia: “Mas vamos facilitar a votação do segundo turno da DRU neste momento?” Houve um debate, que não foi um debate simples, até chegarmos a esse acordo.

Eu quero dizer o seguinte: nós estamos dando um passo aqui que não é um passo pequeno, da nossa parte. Não é um passo pequeno da nossa parte votar e facilitar a votação desse calendário especial. Por isso, eu faço este apelo. Nós estamos, de fato, fazendo uma construção aqui, da nossa parte, e eu pediria, da mesma forma – é claro que não estava fechado o acordo, Senador Aloysio –, para discutirmos em cima dos dois pontos: dos agentes comunitários de saúde e da Defensoria.

Por isso, eu queria fazer um apelo. Nós encerraríamos esta fase dos nossos trabalhos no Senado votando essas duas questões e votando esse segundo turno da DRU. É esse apelo que eu faço.

Volto a dizer aos senhores: não é fácil o passo que estamos dando. Não é um passo simples, Senador Aloysio. Por isso, peço também a compreensão da nossa reivindicação em relação aos agentes comunitários de saúde.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu queria devolver o apelo.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É claro que quem faz a pauta é



o Senador Renan Calheiros, nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio, Senador José Agripino, Senador Valadares...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ...e Senador Aécio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Conversei agora há pouco com o Senador Flexa, que é o Relator dessa matéria e manifestei-lhe uma preocupação quanto à redação da norma que define quem são os beneficiários potenciais deste adicional de insalubridade. Se V. Exª pautar na próxima sessão deliberativa que tivermos, votaremos tranquilamente, com os esclarecimentos que obtivermos. Aí, um votará a favor, outro, contra, mas poderemos votar sem nenhum tipo de reserva.

Então, vamos marcar essa data, Líder Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Se for em uma data marcada com o acordo de todos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria sugerir, Senador Lindbergh, para fazermos esse acordo de procedimento, que coloquemos essa matéria na primeira sessão deliberativa que haverá, que será no dia 8.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, o PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – E, aí, faremos um acordo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ...e concluiremos a votação.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – O PSDB, Sr. Presidente – bem rapidamente –, foi, aqui, consultado em torno de um acordo em relação à questão da Defensoria e a DRU, e demos nossa palavra positiva. Se V. Exª marcar a data e sugerir que seja no dia 8, estaremos de acordo para votarmos a questão dos agentes de saúde. Inclusive, saudamos o apoio que vem tendo, agora, e não tinham no passado, os agentes comunitários de saúde.

Portanto, tranquilizando o Senador Tasso, pioneiro desta matéria, e o Relator Flexa, do PSDB, apenas queremos definir o impacto disso, a abrangência desse acolhimento, agora, absolutamente natural. Da nossa parte, votamos dia 8 e, hoje, concluímos a votação da DRU e concluímos a votação da Defensoria.

Acho, Senador Lindbergh, absolutamente razoável esse entendimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Humberto Costa, Senador Flexa, na sequência, Senador Valadares, Senador José Agripino.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, quero dizer...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...que, em nome do PT, se a proposta for votarmos hoje a Defensoria Pública e a DRU, e, no dia 8, votarmos esse projeto que trata da insalubridade, adicional dos agentes comunitários de saúde, somos favoráveis a essa proposição e a esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pelo PSB, Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valadares, Senador José Agripino.

Por favor!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não quero ser redundante, mas foi construído esse acordo aqui na conversa que tivemos no plenário agora. Com relação a votar a DRU, ou a votamos hoje, ou será difícil encontrar uma oportunidade com a quantidade de presentes pelos próximos 15 dias, e quem vai pagar o pato disso tudo é a governabilidade, é a Nação.

Então, em torno do interesse do País, vamos fazer um acordo para votar a DRU, pactuar quebra de interstício e votar a matéria de interesse dos defensores públicos, que a minha Bancada também, segundo o senador Ronaldo Caiado, terá liberação para que cada qual vote conforme a sua orientação.

Agora, o que me preocupa é aquilo que falou o Senador Romero Jucá: é o mandamento constitucional



que obriga que, criadas as despesas de Municípios, se identifique a fonte pagadora. Daqui até o dia 8, evidentemente, vai se encontrar a resposta adequada para esse fato e se votará também uma matéria que foi da iniciativa do Senador Tasso Jereissati e que, criado no Ceará, tomou conta do Brasil e, hoje, é um programa nacional que o Brasil todo aplaude.

Estamos inteiramente de acordo com o pacto de procedimento que acabo de anunciar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valadares. Vamos agilizar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Estou com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu já havia pedido também.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Estou com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª já concedeu a palavra...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, o PSB...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Infelizmente só posso conceder a palavra a um de cada vez.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Sem revisão do orador.) – Só pode ser assim. O Presidente tem razão.

Presidente, o PSB é favorável integralmente a esse acordo aqui anunciado, com o apoio de diversos partidos, no sentido de que votemos hoje a DRU e a Defensoria Pública, ficando a questão dos agentes de saúde para o dia 8, conforme sugestão de V. Exª. É a nossa ideia, a nossa aprovação, ao acordo feito.

Agradeço.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, permita-me, por favor.

Quero aqui, mais uma vez, esclarecer, Senador Renan, que o projeto de lei não trata de reajuste salarial. O Senador Flexa, que foi o Relator, sabe disso. Foi retirado, sim, o item do projeto de lei que tratava do reajuste salarial. O projeto de lei diz respeito tão somente à questão do benefício previdenciário, que é o tempo de aposentadoria. O Minha Casa, Minha Vida quer estabelecer uma regra simples para que eles tenham prioridade no programa, até para atender o próprio perfil profissional deles, porque o regulamento exige que eles morem perto dos locais onde atuam. Assim como a questão da formação, da capacitação e da insalubridade. Por favor, quero aqui mais uma vez esclarecer. Isso está na CLT. Eles são celetistas. Portanto, não é questão de décimo terceiro, de FGTS, mas de insalubridade. Eles são celetistas. Isso está na CLT.

Então, quero dizer aqui que o projeto é extremamente responsável. O projeto, em nenhum momento, está apontando, Senador Renan, para a criação de despesas sem fontes.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um projeto que, na verdade, tem o caráter de...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... regulamentar – vou concluir já –, de incluir benefícios que lhes são assegurados por lei: a questão da formação e a questão, portanto, da moradia.

Então, fica aqui o meu apelo, Senador Renan. É claro que o projeto da Defensoria Pública da União é fundamental, é muito importante que a gente aprove, é um ato de justiça. Fica aqui o meu apelo em nome dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias de todo o Brasil, para que nós possamos, também, incluir, ainda na sessão de hoje, a aprovação do Projeto de Lei nº 210.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Renan!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Queria fazer um apelo para avançarmos na sessão. Nós agora temos um acordo a cumprir. Nós vamos votar a DRU, em segundo turno, e vamos votar a Defensoria Pública, que é uma matéria que exige quórum qualificado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Vamos embora, Sr. Presidente, vamos votar, vamos votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos votar. Vamos simplificar. Na oportunidade,



nós daremos a palavra a....

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Os Agentes Comunitários de Saúde ficarão para a primeira sessão deliberativa, que acontecerá no dia 8 de setembro.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Muito bem, Presidente. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Terei muita satisfação de, no dia 8, colocar essa matéria em apreciação, pela justeza dela.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª me concedeu a palavra. Posso usá-la?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu apelo a V. Exª para nós ouvirmos o Relator da matéria, que é o Senador Flexa Ribeiro. Todos falaram e o Relator não falou ainda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Mas nós já fizemos um acordo de encaminhamento. Se nós delongarmos esta sessão, nós vamos acabar sem votar a Defensoria, sem votar a DRU e sem votar a medida provisória do Mais Médicos, uma medida provisória também importante.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Vamos votar, Sr. Presidente. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Proposta de Emenda à Constituição nº 31, que altera as Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a Desvinculação de Receitas da União e estabelecer a Desvinculação também de Receitas de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Discussão da proposta, em segundo turno. *(Pausa.)*

Houve um acordo de procedimento.

Portanto, não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

Passa-se à votação da Proposta de Emenda à Constituição, em segundo turno.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A oposição vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Os Senadores e Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A oposição vota “não”.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O PSDB encaminha “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PSDB encaminha “sim”.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu havia solicitado a palavra pela ordem naquele momento, mas nós encaminhamos para um acordo e achei importante não fazê-lo.

Eu quero, na realidade, Sr. Presidente, ler uma nota da nossa Bancada, da Bancada do PT aqui no Senado, sobre a proposta de plebiscito, em resposta a uma nota, também uma deliberação da Executiva Nacional do nosso Partido.

A Bancada do PT no Senado respeita, porém discorda da decisão da Executiva Nacional do Partido, a qual se posicionou contrariamente à convocação de um plebiscito para consultar a população brasileira sobre a realização antecipada de eleições e a reforma política eleitoral.

Em nosso entendimento, a grave situação política do País, submetido a um golpe parlamentar que cassa o voto de 54,5 milhões de eleitores com o intuito de promover um programa político extremamente regressivo, impõe medidas corajosas que busquem promover a pacificação da Nação, por meio do resgate da soberania do voto popular, fonte primeira e legítima do poder democrático. Assim, a Bancada do PT no Senado Federal concorda com a corajosa e democrática decisão da Presidenta Dilma Rousseff que, pensando no bem do Brasil, decidiu, caso seja reintegrada ao cargo do qual foi ilegitimamente afastada, convocar o povo para decidir os destinos do País.



Como a Presidenta, daremos nosso apoio irrestrito à convocação de um plebiscito, com o objetivo de consultar a população sobre a realização antecipada de eleições, bem como sobre a reforma política e eleitoral, bandeira histórica do nosso Partido.

A Presidenta confia no povo brasileiro e na democracia. Nós também.

A democracia não é apenas o lado certo da História. A democracia é a única saída para o Brasil.

Bancada do PT no Senado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Mas o PT foi contra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente! Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer o seguinte. Eu tenho um carinho muito grande pela Defensoria. A Defensoria da União é diferente. Evidentemente, o meu Estado do Mato Grosso do Sul tem uma das Defensorias mais organizadas do País. Tenho orgulho de, quando Deputado Estadual, ser autor das emendas que deram aos defensores a mesma autonomia que já tinha o Ministério Público.

Então, quero dizer que o PMDB ficou satisfeito com o acordo que foi produzido aqui pelos líderes, saúda o acordo e tenho certeza de que no dia 8 de dezembro também... E aí, como médico, eu sei o valor que tem um agente comunitário de saúde. Tenho certeza de que esses agentes comunitários de saúde farão o trabalho que já fazem há muito tempo. Principalmente num País em que hoje grassa a dengue, a zika e a consequência da zika, que é a microcefalia, é muito importante a presença dos agentes comunitários de saúde.

Então, eu saúdo o acordo em nome do PMDB. E o PMDB vota “sim”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente! Pela ordem, Presidente!

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, o Bloco da Resistência Democrática vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Democratas votam “sim”.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Peço aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao Plenário. Nós vamos ter pelo menos mais duas votações nominais.

Senador José Aníbal.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Gostaria que registrasse o meu voto “sim” nas duas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará as manifestações de V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O PDT encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PDT encaminha o voto “sim”.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela oportunidade de fazer um registro aqui.

Quando o Senador Tasso Jereissati, Governador do Ceará, criou esse programa, ele criou com o espírito de uma ação comunitária, lideranças locais, inseridas na comunidade e comprometidas com ela, que ganhariam para isso um determinado recurso mensal.

Eu acho que esse espírito deve ser preservado, senão daqui a pouco nós vamos transformar o Agente Comunitário de Saúde em uma carreira funcional com várias hierarquias, com isso e com aquilo, e vai perder esta seiva de relação com a comunidade, de compromisso com a comunidade. Não é algo para ser aparelhado. É algo que é praticamente autogerido pelas comunidades e por isso mesmo tem que ter o amparo, as proteções devidas, mas sem que isso incorra na criação de uma carreira profissional, para preservar o espírito original que foi o sucesso do programa. Está aí! Nós temos que ter muita atenção ao votar essa matéria, senão podemos estar desvirtuando uma ideia que tem tido muito sucesso ao longo dos anos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Presidente, pela ordem!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, quero primeiro, como Relator do projeto dos agentes de saúde em meios rurais, eu quero tranquilizar os meus pares e parabenizar o Senador Tasso Jereissati, porque o programa foi criado quando ele exerceu o primeiro mandato de Governador, foi disseminado exitosamente por todo o Brasil e tem um papel importante na prevenção das doenças.

O Senador José Aníbal colocou aqui uma preocupação que o projeto já acata, Senador José Aníbal. Para ser agente comunitário de saúde, obrigatoriamente ele tem que habitar a comunidade onde ele vai exercer a sua atuação.

Então, essa preocupação com relação ao projeto não existe.

Conversando aqui, Presidente, estamos de acordo com o que foi acertado. Vamos votar em segundo turno a DRU, vamos votar a questão dos defensores públicos, e, no dia 8, como primeiro item de pauta, como V. Ex^a já anunciou, nós vamos votar o projeto dos agentes de saúde e de endemias rurais. E teremos tempo, de hoje até o dia 8, para dirimir, Senador José Aníbal, qualquer dúvida que porventura ainda persista em relação ao relatório.

Então, estamos à disposição. É uma categoria que merece e tem, com certeza absoluta, o apoio de todos os Senadores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Por favor, pela ordem, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de cumprimentar, Excelência, a oposição e a situação por esse acordo maravilhoso que aqui foi feito. Eu queria cumprimentar a nossa querida Senadora Fátima Bezerra por essa luta pelos agentes comunitários de saúde; cumprimentar o Senador Tasso Jereissati, que iniciou esse programa tão importante. Eu, que sou esposo de uma enfermeira com 32 anos de profissão, acompanho bem a questão da saúde. Sinto-me muito orgulhoso desse acordo para, no dia 8, podermos dar uma solução adequada a esse importante programa.

Além disso, gostaria de cumprimentar todos os defensores públicos da União pela organização, pela garra, pela presença constante aqui, sempre ordeira e sempre com um sorriso no rosto. Hoje a gente vira uma página, que diminui e acaba em definitivo com uma injustiça na área pública federal. Então, sinto-me muito orgulhoso e satisfeito do acordo aqui formulado. Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 54; NÃO, 15. **(Vide item 2.2.5 do sumário)**
Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovada a DRU, em segundo turno.

A matéria vai à promulgação. **(Vide item 2.2.5 do sumário)**

A Presidência convocará sessão solene do Congresso Nacional para promulgação da emenda constitucional.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Presidente Renan, por gentileza, eu gostaria de pedir a V. Ex^a o registro em ata da minha votação para o PLS 389, cumprimentando o autor, Senador Ricardo Ferraço, que foi votação nominal; e também a indicação do Diretor do DNIT Charles Magno. Então, gostaria de que V. Ex^a fizesse constar em ata.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará as manifestações de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Projeto de Lei da Câmara nº 32, da Defensoria Pública da União, que dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.

Há, sobre a mesa, pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, que teve o Senador Telmário Mota como Relator, e da CAE, que teve a Senadora Gleisi Hoffmann como Relatora.

Os pareceres serão publicados na forma regimental. **(Pareceres nºs 753/2016-CCJ e 754/2016-CAE - Vide item 2.2.6 do sumário)**

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 548, de 2016.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a não quer fazer como no outro ponto, já abrir o painel e abrir a inscrição? Porque depois tem a MP do Mais dicos. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O Senador Aloysio pede a palavra para discutir a



matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É importante a gente abrir enquanto tem a discussão também, Sr. Presidente; eu sugeriria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Estão inscritos já os Senadores Aloysio Nunes, Humberto Costa, Ronaldo Caiado, Ricardo Ferraço e o relator...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Anastasia também se inscrevendo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O Senador Telmário, o Senador Anastasia, a Senadora Simone Tebet...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, ao lado do Caiado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lídice da Mata, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Fátima Bezerra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria fazer um apelo tanto ao Senador Aloysio, que está na tribuna, quanto aos Senadores que estão inscritos para discutir a matéria. Indago a todos se poderíamos abrir o processo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não há necessidade de abrir o painel. É acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não precisa, não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Aliás, só corrigindo. Essa matéria é um Projeto de Lei Ordinária. Como há um acordo de procedimento para sua apreciação,...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É simbólica a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... a votação não será nominal. A votação será simbólica.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso. Simbólica.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria propor ao Senador Aloysio – não sei se é possível – fazer um acordo de procedimento de três ou quatro para cada lado, porque tem a medida provisória do Mais Médicos. Se pudéssemos fazer um acordo nesse sentido seria bom, de limitar o número de intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – O senhor vai abrir o painel, Presidente?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Não tem painel. Vai ser votado simbolicamente.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Então, por acordo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Como Relator. Com revisão do orador.) – Posso ir, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, não tenho nenhuma reserva, pelo contrário, à profissão do defensor público. Já fui defensor público quando iniciei minha vida profissional na volta do exílio. Naquela época, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo comportava, entre as suas atividades, essa advocacia chamada advocacia para os pobres, aqueles que não têm recursos para pagar advogado. Fui procurador do Estado de São Paulo, lotado na Defensoria Pública, na assistência judiciária, e me empenhei a fundo no cumprimento das minhas atribuições. Nunca deixei de acompanhar com rigor as audiências dos réus que patrocinava.

Quantas e quantas vezes, diante da negativa de delegados de polícia de guardarem, nas suasarceragens, presos para os quais eu obtinha ordem de *habeas corpus*... Quantas e quantas vezes não entrei numa delegacia de polícia para cumprir ordem de *habeas corpus*?

É um recurso que o pobre, que é a pessoa desmunida de recursos, precisa ter efetivamente para poder ter acesso à justiça. De modo que não há aqui da minha parte nenhum tipo de restrição, pelo contrário. Acho uma profissão importante. Eu, quando Ministro da Justiça, promovi o primeiro concurso para recrutar defensores públicos da União, de modo a recrutar profissionais para essa carreira, que havia sido criada pela Constituinte.

Estamos discutindo hoje, Sr. Presidente, a fixação dos subsídios que serão pagos a esses profissionais.

E aqui claramente temos, do lado da Defensoria Pública, uma reivindicação: eles querem se equiparar Ministério Público. É isso. São uma carreira jurídica, como as carreiras jurídicas enumeradas na Lei nº 11.358,



de outubro de 2009, ao lado do procurador da Fazenda Nacional, dos advogados da União, dos procuradores federais e dos procuradores do Banco Central do Brasil. São carreiras jurídicas que receberam do Congresso Nacional o mesmo tratamento remuneratório poucos dias atrás. Poucos dias atrás, nós, no Congresso, aprovamos uma série de projetos de lei que reajustam o subsídio dessas carreiras jurídicas que, nos termos da lei que citei, são carreiras, digamos assim, da mesma natureza, que pertencem ao mesmo corpo de profissionais que os defensores da União.

Acontece que os defensores públicos não querem ficar nesse tipo de classificação. Eles consideram que devem ganhar a mesma coisa que o Ministério Público. É isso. Esse é o argumento. Isso tem uma consequência bastante significativa do ponto de vista dos subsídios a serem pagos. Vejam os senhores que, se aceitarmos a reivindicação formulada por S. Ex^a o Defensor Geral, um defensor público da União, que hoje ingressa no serviço público com R\$17,3 mil, poderia ingressar na carreira, se for adotada essa proposta, com cerca de R\$28 mil ou R\$29 mil. Essa é a proposta. Por quê? Porque o promotor ganha a mesma coisa. É a lógica das isonomias, que a Constituição, aliás, proíbe. A Constituição Federal proíbe a equiparação de carreiras em termos de vencimentos; existe uma vedação expressa na Constituição Federal. No entanto, os defensores acham que têm que ser tratados exatamente da mesma forma, do ponto de vista salarial, que os promotores públicos: a isonomia; essas isonomias que são um peso, que compõem uma estrutura atrasada, uma estrutura arcaica, uma estrutura da qual nós devemos nos livrar e que, no entanto, volta o tempo todo, especialmente nas carreiras jurídicas.

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – E por uma razão muito simples: é que, na verdade, Sr. Presidente, todos nós somos oriundos do mesmo estrato social, cursamos as mesmas faculdades, temos os mesmos valores, frequentemente temos parentes nessa ou naquela profissão da área jurídica. Isso leva a um peso e a uma influência enorme que essas profissões têm sobre o Congresso Nacional. É um dado da sociologia política; é inescapável. E as coisas acontecem e vão acontecendo num grau absolutamente demencial.

Vejam o que acontece com o teto, o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Por uma série de decisões – que, no meu entender, são ilegais – do Conselho Nacional de Justiça, hoje não é mais necessária a obediência à Constituição para a fixação dos vencimentos da magistratura federal e nem da magistratura estadual. Por quê?

Porque há o entendimento de que, aumentado o teto, automaticamente, sem a necessidade de lei, os subsídios dos magistrados dos Estados e da União são reajustados no mesmo valor. Então, Sr. Presidente, advogo o tratamento, o reajuste efetivo dos vencimentos dessa carreira, mas de uma maneira compatível, em primeiro lugar, com a disponibilidade de recursos. Dirão: “Não haverá muita despesa pública, a despesa pública não será de grande monta.” Mas, senhores, quando o Congresso Nacional legisla em matéria de subsídios, em matéria de pagamento aos agentes públicos, tem que levar em conta a vida profissional, o mundo que está lá fora, e não o mundo que está aqui dentro, o mundo que enche as nossas galerias.

Vejam o quanto ganha um professor universitário que se submete ao concurso de ingresso, que tem título de mestrado, que é doutor, ganha hoje R\$8 mil com o ingresso na universidade. Essa é a realidade do serviço público brasileiro.

Vejam, um Marechal do Ar, um Almirante, hoje, ganha R\$11,8 mil. Esse é o subsídio pago a um profissional altamente capacitado que dirige equipamentos de um grau de elaboração tecnológica que somente está ao alcance das pessoas com profunda formação. Esses ganham R\$11,8 mil e não podem fazer greve, não vêm aqui às galerias, não nos abordam no corredor. Essa é a realidade do País, um País que tem milhares, que tem milhões de desempregados hoje, um País que está vivendo a maior crise econômica da sua história republicana.

Portanto, Sr. Presidente, eu advogo a correção, sim, desses subsídios, mas de uma maneira razoável. Não me parece razoável que um jovem ou uma jovem recém-saída da universidade, que passa por um concurso – que seguramente é um concurso difícil, mas não é mais difícil que o concurso de doutoramento de professores que dão aula na universidade e que ganham R\$8 mil quando entram – possa iniciar sua vida profissional com R\$28 mil, que é o que ganhará um defensor público em 2019, se for aprovado esse projeto. Por isso, Sr. Presidente, eu vou votar contra. Votando com minha consciência, votarei contra essa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para discutir. Sem isenção do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu respeito a fala do Senador Aloysio, mas



aqui se trata de uma justiça. Trata-se de uma justiça porque, sem nenhuma dúvida, os defensores públicos, até na demanda, Senador Pimentel... A demanda de trabalho deles é muito maior do que a de um promotor público. A demanda hoje, Senadora Simone Tebet – V. Exª que foi prefeita, que é uma excelente advogada –, sem nenhuma dúvida, a demanda de um defensor público é muito maior do que a de qualquer outro que esteja no mesmo nível de um juiz, de um promotor etc.

Esse é um lado. E são pessoas tão preparadas quanto estas, quanto um juiz, quanto um promotor. Eles são tão preparados que, de dois anos para cá, em função de o salário deles estar achatado, 40% deles já ocuparam cargos de promotores ou de juizes, em busca naturalmente de melhora profissional, e poderiam estar hoje prestando esse serviço relevante à sociedade mais carente do nosso País.

Essa justiça que se quer fazer com os promotores tem um impacto tão insignificativo, não tem nenhum efeito cascata, não tem absolutamente nada.

Senador Antonio Anastasia, que conhece bem, que foi governador, eu queria aqui só dar um exemplo para V. Exª. Hoje 17 Defensorias estaduais, Senadora Rose, ganham mais do que os defensores públicos federais. Imaginem! Imagine, Senador Otto, da nossa querida Bahia, hoje os defensores públicos federais ganham menos do que os defensores públicos estaduais. E essa equiparação, Senadora Regina, já chegou nos Estados. No meu Estado de Roraima, Senador Caiado, o defensor público ganha tanto quanto o promotor público. É uma justiça. É verdade.

É verdade que se você for fazer uma equiparação salarial com um professor, com um delegado, com um juiz, vai ser menos, mas não é por isso que nós vamos dizer que o defensor tem que ganhar menos. Infelizmente, o professor é, sem nenhuma dúvida, a escada do desenvolvimento do País e da humanidade, mas ele não é o defensor público que senta na frente do juiz. É uma questão de escala, de concurso. São pessoas também superqualificadas e que estão nesse patamar.

Portanto, sem nenhuma dúvida, hoje esta Casa vai ter uma oportunidade de fazer uma grande justiça, uma justiça que não vai ter nenhum impacto dentro do Orçamento da União. É uma coisa, Senador Lasier, tão pequena, tão irrisória, mas tão compensatória para um povo que está sempre de braços abertos para aqueles que mais necessitam da Justiça, que são as pessoas carentes. Aquele que está normalmente abaixo do nível de pobreza, aquele que muitas vezes, Senador Cristovam, não tem dinheiro para pagar o ônibus, aquele que muitas vezes não tem recurso para pegar um táxi.

V. Exª sabe, Senador Pimentel, que eu sou testemunha disso, porque o primeiro defensor público do meu Estado – ele foi defensor-geral – é meu irmão, e muitas vezes ele mete a mão no bolso, Senador Eduardo Braga, para ajudar as pessoas até a voltarem para suas casas.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Não quero dizer que por isso eles tenham que ganhar mais, não, é questão de justiça. É um trabalho brilhante, que democratiza a Justiça brasileira, dá oportunidade de o mais simples ter acesso à Justiça. E esta Casa jamais iria cruzar os braços, Senador Magno, para aqueles que atendem à maioria dos mais necessitados. V. Exª que milita principalmente nas igrejas conhece a rigor, muito próximo. V. Exª que conduziu muitas CPLs sabe o quanto é necessário e o quanto o pobre precisa desse amparo, dessa Justiça igualitária. Sem nenhuma dúvida, é a Defensoria Pública que proporciona isso.

Em nome da Michele, que está ali...

Muitas vezes, Michele, vi o seu rostinho aqui, com muita humildade, batendo de porta em porta, conversando com cada Senador, pedindo essa justiça. Em seu nome...

(Interrupção do som.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Em seu nome, eu espero que esta Casa hoje, com a sensibilidade dos nossos Senadores, que aqui estão, na grande maioria, pelo voto popular, pelo voto do necessitado, faça justiça. Que você volte para sua casa, junto com os defensores públicos, com mais amor, com mais determinação, com mais vontade, com mais garra, para fazer justiça para o povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Com a palavra V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que faço parte de um dos grupos que nesta Casa sempre se preocupa com o equilíbrio fiscal, com excesso de gastos, com salários muito altos em algumas categorias e bem baixinhos em nossos professores e outras categorias. Fico assustado com os últimos aumentos que nós concedemos



sabendo que vamos passar um período de gravíssimo desequilíbrio fiscal por conta de irresponsabilidades passadas e que, se não cuidarmos bem, serão também irresponsabilidades futuras.

Concordo inteiramente com a posição do Senador Ricardo Ferraço em relação ao reajuste dos salários, lá no topo, dos nossos ministros. Agora, me parece estranho, quando se trata dos defensores públicos, aqueles que são os advogados do setor público que cuidam dos pobres – e como governador eu vi o papel que eles tiveram aqui e têm aqui no Distrito Federal e em cada Estado –, quando o reajuste deles soma um valor tão pequeno, nós ficamos dando um passo atrás. Nós deveríamos ter evitado reajustes antes, mas nesse caso específico, depois de todo esse caos que a gente criou e que vai estourar mais adiante, eu voto favorável, sim, à justiça com os defensores públicos.

Se fôssemos trabalhar em conjunto, talvez até não se justificasse. Mas aí precisa de uma reforma mais profunda da política salarial de todo o setor público brasileiro. Está muito errado o nosso sistema de remuneração, e o Senador Aloysio falou bem quando comparou, mesmo, os defensores com os professores e com os policiais de alguns Estados.

Mas não vamos corrigir tudo isso e todos os nossos erros em cima dos defensores. Eu não digo dos pobres defensores, eu digo dos defensores, que são poucos e não podem ser tratados diferentemente dos outros. Eu votarei favorável.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – São apenas 600 pessoas, só para lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Humberto Costa, com a palavra V. Ex^a.

Nós vamos seguir a seguinte ordem: estão inscritos para discutir a matéria Humberto Costa, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Senador Antonio Anastasia, Simone Tebet, Fátima Bezerra, Eduardo Amorim...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, deve ter algum engano. V. Ex^a pode recorrer às notas taquigráficas, eu fui o quarto ou o quinto que V. Ex^a leu na sequência.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – E em sequência ao Caiado, eu pedi a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Para dizer a verdade, o nome do Senador Ronaldo Caiado nem está inscrito. Eu vou inscrever agora.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu me penitencio e peço até desculpa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – José Pimentel também, Sr. Presidente.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente, logo em seguida ao Caiado. Nós fizemos a inscrição juntos e eu queria que V. Ex^a considerasse.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu vou considerar, mas lamentavelmente V. Ex^a também não estava inscrita. Culpa do Bandeira! (*Risos.*)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu vou passar a me vestir de amarelo, todos os dias, com uma borboleta vermelha assim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Talvez eu não cometa mais esse equívoco e essa omissão com essa indumentária de V. Ex^a. (*Risos.*)

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, primeiramente, eu quero dizer que, sem prejuízo dos nossos Senadores e Senadoras do PT que pediram a palavra, como alguns dos nossos Senadores precisaram temporariamente sair, eu falo também em nome deles, já que a posição da nossa Bancada foi uma posição unânime no sentido de votarmos favoravelmente esse projeto.

Na verdade, essa proposição é tão somente uma regulamentação da emenda constitucional que foi votada e aprovada no Congresso Nacional e que regulamentou atividades, definiu formas de estruturação organizacional da Defensoria Pública da União. E, naturalmente, essa proposta de regulamentação envolve o estabelecimento de uma carreira e o estabelecimento de uma remuneração.

É natural que esses servidores venham, mais à frente, propor uma equiparação integral com o teto da magistratura, o teto do Ministério Público, mas é bom dizer que, neste momento, não é isso que vai ocorrer. Nós vamos ter um processo gradual de crescimento das remunerações até atingirem um patamar, em 2018, se não me engano, de R\$33 mil, que é hoje o teto do Supremo, do Ministério Público, do Poder Legislativo, do Poder Executivo.

Porém, como nós sabemos que muito provavelmente será votado o teto proposto recentemente pelo Supremo e pelo Ministério Público, continuará a haver uma diferença entre os defensores públicos e essas



outras categorias e, certamente, ao longo do tempo, essa categoria vai buscar essa equiparação.

Nós consideramos que é um pleito justo. E nós que, ao longo do tempo, procuramos implementar no País uma política inclusiva em todos os seus aspectos não poderíamos deixar de implementar uma política inclusiva também no que diz respeito ao direito da população de acesso à Justiça.

Em verdade, esses valores que estão aí colocados, as medidas de que esse projeto trata foram objeto de negociação com o Governo da Presidenta Dilma. Tudo isso estava previsto no orçamento proposto para o País, nas negociações que nós realizamos, e, como tal, não é nada que surgiu daqui, nem nada novo, nem nada que não esteja definido dentro da capacidade financeira da União. Então, nós queríamos ressaltar isso.

E, por último, por último mesmo, eu queria dizer que é justo, de fato, que esses profissionais que têm sido uma sustentação importante para as populações carentes que, muitas vezes, precisam buscar a Justiça para a preservação ou a promoção dos seus direitos...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... possam dispor disso, o que é muito importante.

Eu tive a oportunidade de comparecer à DPU de Pernambuco e vi uma reunião que eles fazem mensalmente com as pessoas que foram beneficiadas ou que estão prestes a ser beneficiadas. São sempre causas muito importantes. Provavelmente, as pessoas não teriam acesso à sua defesa ou à promoção de qualquer tipo de busca do seu direito se não houvesse a possibilidade de um defensor público encabeçar os seus pleitos. Então, eu vejo isso como mais uma razão para apoiarmos.

Logicamente, a nossa expectativa é que o povo brasileiro cresça e se desenvolva, que a renda se amplie e que ninguém precise, daqui a algum tempo, de um defensor público para defender suas causas.

(Interrupção do som.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Mas, enquanto houver necessidade de ações inclusivas também nessa área, é fundamental que nós tenhamos uma Defensoria Pública forte, que possa estar em condições de cumprir a sua missão institucional.

Por isso, nós votamos “sim” a esse projeto.

Obrigado, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, pela ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lídice e Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, nós fizemos um grande acordo para que pudesse haver essa votação, que não será nominal. Eu queria, portanto, fazer um apelo.

Estou inscrita, mas estou disposta a abrir mão da minha inscrição se todos concordarem em fazer a votação e falar no encaminhamento por poucos minutos, talvez 30 segundos, manifestando a posição, declarando o voto e partindo para frente, porque nós ainda temos que votar a medida provisória do Mais Médicos, e esses defensores estão aqui há semanas esperando pelo nosso voto.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, só para registrar o meu voto favorável em relação às autoridades que foram colocadas em votação. E gostaria de revelar também o meu voto favorável em relação aos defensores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará as manifestações de V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

Eu queria, rapidamente, propor aos Senadores que, enquanto respeitamos a ordem de oradores que está sobre a mesa, para que possamos avançar nessa discussão, nós façamos a inversão das matérias que precisam ser apreciadas.

Essa matéria dos defensores públicos não precisa de votação nominal. Como há um acordo de procedimento...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. *Fora do microfone.*) – Vamos votá-la logo.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone.*) – Vamos votar logo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos votá-la logo,



Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós temos duas medidas provisórias que precisam ser votadas. Em seguida, nós temos uma matéria que chegou da Comissão de Relações Exteriores, e também seria importante que fosse votada. Nós garantiríamos a continuidade da sessão para discussão.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu acho que seria um bom encaminhamento.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Simone Tebet.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos votar logo o da Defensoria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vamos votar logo, Presidente. Eu estou inscrito e aceito votar logo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu também. Eu também estou inscrita e abro mão para que possamos...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Eu também, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu abro mão também, Presidente. Eu abro mão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... agilizar a votação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Também abro mão, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Senadora Simone Tebet.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois que se encerrarem as votações, vamos para a tribuna e continuamos falando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que, entre o discurso e a votação, a Defensoria Pública prefere a votação imediata. Eu declino também da minha inscrição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Sem revisão do orador.) – Eu também estou inscrito, Sr. Presidente, mas eu declino da minha inscrição, não sem antes, porém, dizer que vou votar contrariamente.

O que está em jogo aqui, Sr. Presidente, com a vênica das minhas colegas Senadoras, não é o mérito do trabalho dos defensores públicos federais; é a oportunidade em que esses aumentos estão sendo dados. Um defensor público, em início de carreira, entra ganhando R\$17 mil; vai passar a ganhar R\$30 mil. Eu não considero adequado e compatível que, neste momento, nós possamos dar esse aumento.

Portanto, votarei contrariamente...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos a voto, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... mesmo respeitando e mesmo reconhecendo o papel da Defensoria Pública na promoção cidadã.

Manifesto, logo, meu voto contrário, porque considero esse projeto intempestivo, e, portanto, não merecerá meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Quero só pedir para lembrar ao Plenário que nós temos, logo em seguida à votação dos defensores – que eu acho que, por unanimidade, ninguém falará e votará, o que eu acho uma homenagem justa à categoria pela espera –, nós temos o Mais Médicos e o Cadastro Ambiental Rural, cujo prazo acaba hoje. Então, temos que votar essas duas matérias hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é lógico que vou na sequência dos colegas, mas é importante que seja colocado aqui, para ficar nessas notas taquigráficas do Senado Federal, que se está criando uma tese maniqueísta de achar que o cidadão brasileiro, que está preocupado com ajuste fiscal; o Parlamentar que está preocupado com a situação da crise econômica; o País vive, com o caos instalado na economia, milhões de desempregados; aquele que – e, sem dúvida,



é responsabilidade desta Casa – reflete sobre essas prioridades... Açam que a prioridade deve ser apenas atender aos servidores públicos. Isso é uma inversão completa.

Foi colocado aqui pelo Senador Aloysio Nunes que um defensor, ao entrar na sua carreira, já recebe R\$17 mil; vai para R\$18 mil. Um professor universitário, na área da saúde, um médico, professor titular, pós-graduado, com vários trabalhos apresentados de pesquisa, 40 horas de trabalho na Universidade Federal de Goiás – como em outras universidades –, aposenta-se, e o salário final de aposentadoria é de R\$17 mil. Aposentadoria!

O médico, hoje, que atende 40 horas, entre 7 mil a 8,6 mil por mês.

Então, Sr. Presidente, ou esta Casa futuramente vai assumir uma posição de rever tudo isso, ou, senão, o objetivo do País será um só: querer ser servidor público. Acabou! Porque quem inicia uma profissão hoje, seja advogado, médico, engenheiro, agrônomo, veterinário, seja arquiteto, com um salário inicial de R\$18 mil, com uma progressão garantida dessa?

Então, Sr. Presidente, não é contra a, nem contra b, mas temos que fazer justiça nesta Casa. É a saúde vivendo um caos instalado, e estamos aqui pousando de caixinha de bondades para o setor a, o setor b, o setor c, e a educação e a saúde nesta situação calamitosa.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que, por coerência, dentro daquilo em que iniciamos a luta, dentro de um modelo do PT que derrubamos, e vamos encerrar isso na terça-feira, este modelo precisa ser mudado, a estrutura do Estado não é para beneficiar categorias, mas o cidadão brasileiro. E garanto a V. Ex^a que o cidadão pobre e humilde é muito bem atendido por um advogado que ganha R\$17 mil e teria oportunidade de ter dois para o seu atendimento.

Como tal, encerro as minhas palavras, dizendo que a minha posição é em favor do País. Quem vai pagar essa conta é o povo brasileiro. Ao se aumentar a nossa dívida e o déficit fiscal, temos que tomar dinheiro emprestado, gerar juros, correção monetária, inflação e, com isso, desemprego no final das contas.

Este modelo aí, que está sendo seguido agora, pelo atual Governo, é o mesmo que o PT fez durante 13 anos. Olha o resultado! Não vou nesse jogo demagógico de maneira nenhuma e muito menos eleitoral. Vou contra, minha posição será contrária a qualquer reajuste de salário de servidor que tenha estabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Kátia Abreu e Senador Otto Alencar.

A SR^a KÁTIA ABREU (PMDB - TO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu também gostaria, Sr. Presidente, a exemplo do Senador Aloysio Nunes Ferreira, sem avaliar mérito, sem avaliar capacidade, também concordar com o momento inoportuno para aumento de salários em geral, independentemente da carreira, independentemente daquelas categorias que aqui estão, enquanto não entendermos que esta Casa está caminhando independentemente do Presidente do Partido, estamos caminhando aqui todos os dias para as votações corporativas daqueles que têm condição de ficar aqui uma semana, dez dias, como foi dito aqui, que têm como vir para cá de avião, em detrimento daqueles que estão no interior do Brasil, quer seja empregados, quer seja ganhando uma miséria, e esta Casa sendo consumida pelas corporações salariais todos os dias.

Quero, com todo respeito às categorias, também aqui reafirmar o absurdo e o comparativo entre médicos, professores, profissionais liberais, em detrimento das categorias do Estado. É impossível, Sr. Presidente, que possamos continuar seguindo desta maneira.

Quero também registrar o meu voto contrário a qualquer, não só a este, aumento de salário, inclusive o de Parlamentares. Quero votar contra o aumento de salário de qualquer natureza aqui, nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Otto Alencar e Senador Tasso Jereissati, na sequência.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votamos ano passado, o ajuste fiscal do ex-Ministro Joaquim Levy, que foi um desastre. Retiramos do operário, do calo da mão, do suor da testa. No seguro-desemprego, no abono salarial, no seguro-defeso de pessoas que ganham salário mínimo. O ajuste foi em cima do salário mínimo.

Agora, o Governo não pode, de maneira nenhuma, dobrar-se, fazer genuflexo, à pressão de corporativismos, para dar aumento salarial; tomar dinheiro emprestado, para pagar aumento salarial, sem nenhum incremento de receita. Essa conta não vai fechar. Enquanto o Governo Federal achar que é mais portante refinanciar a dívida, para pagar custeio operacional, aumento salarial, e não fizer ajustamento, o



Brasil vai para a bacia das almas.

Vou votar contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, queria aqui fazer coro às vozes que aqui se levantaram, para dizer que nós não temos – eu pessoalmente – condições de votar a favor do aumento de funcionalismo de alto nível neste momento. Quero falar do apreço que tenho pelos defensores públicos. De novo, fui dos primeiros governadores, nos anos de 90, a instituir a Defensoria Pública; devo ter sido um dos três primeiros governadores a instituí-la, no Estado do Ceará.

Mas, evidentemente, nós estamos numa situação delicada. Vou dizer aqui, Presidente Renan, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, que estamos reféns das corporações. Nós não resistimos a nenhum grupo organizado que venha a este Senado Federal, que se plante em nossas portas e que fique reivindicando seus salários, seu aumento de salários. Nós estamos totalmente reféns e acovardados diante desses grupos.

Ou nós assumimos uma posição altiva pelo País, sem pensarmos no imediato, num resultado imediato, ou nós estaremos ajudando a levar este País para um futuro incerto, num curto prazo, para um futuro cada vez mais incerto. É impossível não se visualizar a encrência em que nós estamos metidos. Nós estamos falando – e votamos já – de um déficit público de R\$170 bilhões – R\$170 bilhões!

Isso tem de ser financiado. É um volume de recursos que o Governo não tem e vai aos bancos pedir o financiamento. Aumentam-se os juros, aumenta-se o desemprego, porque se diminui a produção da indústria e do comércio; aumenta-se o número de desempregados. Nós temos, hoje, já 12 milhões de desempregos no País.

Nós temos de fazer uma opção nesta Casa. Nós vamos defender 12 milhões de desempregados que mal têm renda para prover a sua família com alimentação ou defender funcionários públicos de talento, que merecem salários, mas que neste momento podem, perfeitamente, suportar um sacrifício de um ou dois anos sem reajuste salarial? Isso é claro.

Qual é a nossa opção? Qual é a opção desta Casa? É a demagogia de quem está dizendo que está defendendo o salário de um defensor, porque o defensor defende o pobre, ou está defendendo o salário de uma elite que deveria ser muito bem remunerada, e já é muito bem remunerada, mas pode ter um sacrifício?

Nós não podemos esquecer esses 12 milhões de desempregados que serão mais se esse déficit público continuar. Se fosse só o aumento do defensor público, nós poderíamos estar aqui discutindo, mas é um princípio. O Brasil não pode gastar; o Brasil não tem condições de ficar aumentando a sua despesa, porque senão a piora da vida dos mais pobres vai crescer de uma maneira vertical, levando este País ao caos social. É essa a questão que estamos defendendo agora.

Nós defendemos um princípio. Nós não podemos dar nenhum aumento salarial que não seja uma questão de emergência nos próximos meses. E mais, Presidente Renan, conclamo V. Ex^a, como Presidente desta Casa, a fazer uma resistência contra o corporativismo, senão o corporativismo vai nos engolir, e nós vamos virar um mero brinquedo em cima da pressão do corporativismo. Essa é uma questão fundamental: ou nós combatemos o corporativismo ou ele nos destruirá a curto prazo.

É isso que eu tinha a colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Aníbal.

Senadora Rose, na sequência.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Eu queria só fazer uma consideração antes da palavra. Nós todos abrimos mão das nossas falas em função da votação ágil, por haver outras votações. Todos estão fazendo uso da palavra e, neste momento, na mesma direção.

Queria que V. Ex^a considerasse a minha fala, porque eu gostaria de falar sobre o assunto específico. V. Ex^a vai me conceder a palavra?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – Vai manter a inscrição de todos, é isso?

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Não estou propondo isso não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando eu sugeri aqui que pudéssemos avançar para um segundo turno de votação da DRU, eu fiz animado pelo painel. Tivemos 56 votos favoráveis, sete a mais do que seria necessário para aprovar a emenda constitucional.

Eu considero que a votação de ontem, que já indicou para o Orçamento do ano que vem um teto, e a ação de hoje da DRU são duas votações importantes na convergência para encarar os desafios do ajuste



das contas públicas. Elas estão devastadas. Não há nada que tenha sobrado. Foram as empresas públicas, os fundos de pensão, os bancos, as autarquias e o setor público de modo geral. Isso tem um ônus, um custo extraordinário.

Eu fico toda hora pensando num filme que vi recentemente Alemanha, Ano Zero, que é sobre a Alemanha em 1947, um país ainda totalmente em ruínas. Mas eles conseguiram se levantar; eles foram duros no ajuste. Claro que lá eles tinham provocado uma tragédia mundial, mas foram duros, e hoje estão na situação que estão.

Nós aqui, parece que toda vez em que estamos diante de um grande desafio, reunimos energias, como reunimos lá atrás em 1994, aprovamos um plano, o Brasil teve rumos, aprovamos várias coisas na sequência, o Brasil mudou. Agora, nós descarrilhamos feio, e estamos, de novo, hoje, aqui, agora às voltas com aumentos para as corporações. Quer dizer, é uma no cravo e outra na ferradura. Parece o sistema da Constituinte, uma concessão de lá e outra de cá. Ao fim e ao cabo, a Constituição cidadã não pôde ser sustentada pelas receitas. De lá para cá, o Brasil só fez a receita crescer, receita de impostos, receita de tributos, receitas de toda natureza e despesas.

Neste caso aqui, Presidente, em 1997, o defensor público ganhava R\$649,16. Agora, o que se pretende é elevar o seu salário para R\$28 mil. De 1997 para julho de 2016, os R\$28 mil significam um aumento de 839,7%, aumento real. É um caso para ser estudado em escola de economia. Como é que um País, que está com as contas públicas arruinadas promove um aumento de 839%, Sr. Presidente?

Eu me envergonho disso, como Parlamentar e como cidadão. E imagino que isso vai abrir caminho para, de novo, retomarmos a matéria de aumentos de salários que temos aí já colocados, para o Supremo, para a Procuradoria-Geral... E não há sossego nisso. Tudo isso indica que a crise vai se agravar. É grave imaginar isso, Sr. Presidente.

Nós estamos aqui fazendo reuniões e decisões que entram pelas madrugadas, e o ajuste das contas públicas não aparece. Conseguimos reunir energia para duas votações indicativas de que temos desejos de chegar lá, mas só o desejo não resolve. Não se faz limão... Todo mundo conhece o ditado. Nós estamos aqui de novo tentando fazer omelete sem quebrar ovos. Não vamos conseguir. Já no mês de setembro, nós temos um novo e grande embate: votar não só o teto para o Orçamento do ano que vem como a reforma na Previdência. Entretanto, parece que já se quer fazer acordo de que pode até se considerar isso, desde que se aumente o Supremo Tribunal Federal, que se aumente a Procuradoria-Geral e quem mais aparecer.

Eu acho, Presidente, que devíamos refletir muito sobre isso. Eu não voto esse aumento em hipótese nenhuma.

Como o Senador Tasso Jereissati disse aqui, é preciso que o defensor público seja preservado e prestigiado, mas é preciso que o Brasil seja recuperado. Para isso, nós precisamos de um tempo. Não é possível que nós não possamos sustentar uma posição contrária a esses aumentos até março, abril do ano que vem, para vermos o resultado do nosso trabalho parlamentar a favor do Brasil e dos desempregados! Nós não podemos votar aumento pra desempregado, mas nós podemos criar condições para a credibilidade e para a volta do investimento que vai reduzir o número de desempregados.

Do jeito que está, Presidente, eu fiquei, de um lado, gratificado com a votação da DRU – havia a preocupação de que não chegássemos à maioria necessária –, mas, ao mesmo tempo, fico completamente desalentado com a votação seguinte, que é um aumento de 839%. É quase inacreditável.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Está escrito aqui. Faça os números, são números, eu vou lhe dar o quadro. Números são números e quem briga com eles quebra a cabeça. Eu não vou brigar com eles, pois não quero quebrar a cabeça e, sobretudo, não quero quebrar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu queria requerer votação nominal, Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, V. Exª fez um acordo conosco. V. Exª fez um acordo, eu só quero lembrar isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu queria requerer votação nominal, porque há muita controvérsia no Plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Votação nominal? Sr. Presidente, isso aqui é quebra de acordo. Sr. Presidente, isso é um desrespeito conosco.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, no acordo, não tem votação nominal.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, isso é um desrespeito conosco.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Isso é uma provocação e um desrespeito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Foi feito um acordo, Sr. Presidente. Nós só aceitamos a redução do prazo para votar esta matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não haverá votação nominal. Eu já avisei isso antes.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Sr. Presidente. Respeitar o acordo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu ouvi com atenção; eu ouvi inclusive o Senador Telmário; eu ouvi, com muita atenção, as palavras do ex-Governador do Ceará, Tasso Jereissati; eu ouvi todas as palavras com muita atenção. Eu espero que, neste momento, com toda a situação brasileira, onde estamos e como chegamos a ela, não seja o defensor público o único responsável por isso. Eu ouvi V. Exª com muita atenção. Eu quero dizer o seguinte. A Constituição Federal, Senador Aníbal, garante à população carente o direito de ter acesso à Justiça por meio da Defensoria Pública. Sabe quantos defensores há no Brasil? São 600, com um público-alvo em torno de 120 milhões.

Nós estamos sempre aqui tentando corrigir alguma coisa que não deu certo, não funcionou. Há pouco tempo, não tínhamos que dar aumento nenhum. Esta Casa, da noite para o dia, apareceu com aumento, e todos votamos. É verdade, Senador Tasso...

(Soa a campanha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – V. Exª, como já foi escolhido por mim no coração, há muitos anos, como Presidente da República, sabe que é verdade que há muitos erros a serem corrigidos. A situação da Previdência, que está aí, é uma soma de erros de gestão. Eu me lembro, Sr. Presidente, de que, quando votamos o piso do salário do professor, um mísero salário, a noite inteira, ouvimos a cantilena de que nós íamos quebrar as prefeituras todas, porque os professores não podiam ganhar mais um pouquinho.

Eu concordo que, se continuarmos assim, Senador Aníbal, sem regras, sem limite, sem planejamento de gestão, sem números a serem oferecidos, realmente, atendendo a corporações, nós iremos acabar com o Brasil, que já está meio acabado.

(Soa a campanha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu queria dizer o seguinte: chegamos até aqui, porque um compromisso foi feito. Não quer dizer que isso é uma porteira aberta para empurrar o Brasil ladeira abaixo, absolutamente. Depende desta Casa, sempre dependerá dela. Então, nós vamos sentar e conversar, falar seriamente sobre o Brasil que precisa ser construído a partir do *impeachment* e quando o Presidente Michel Temer se efetivar na Presidência, mas vamos conversar sobre tudo, sobre todas as matérias que são votadas aqui, sobre todas as outras que são empurradas nas comissões, sem justificativa nenhuma. Vamos falar sobre mexer em fundos, sobre subsídio para aviação, vamos falar sobre tudo. Eu concordo plenamente que nós precisamos ter uma conversa muito séria sobre o Brasil, mas hoje, infelizmente, nós precisamos cumprir a palavra empenhada com essa categoria que aqui está.

(Soa a campanha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – E eu estou junto. Eu não estou falando como Líder do Governo, estou falando apenas como uma Senadora comum – Líder de Governo aqui é o Senador Aloysio, que fez o seu pronunciamento muito brilhante, extremamente consistente e coerente.

Neste momento, nós temos que passar por esse Rubicão e votar essa matéria, que já foi colocada em votação, com o compromisso de todos nós. Poderíamos, lá atrás, antes de votar aumento de servidor público, Senador Caiado, não ter votado nenhum aumento, porque era essa a prática pragmática do Governo...

(Soa a campanha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – ... em relação a reformas, ajustes, equilíbrio econômico, equilíbrio al, tudo que precisava fazer no País, tudo.



(Soa a campanha.)

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Agora, neste momento, despejar em cima do defensor, que já está esperando, há um longo tempo, que se cumpra a palavra empenhada, não sou a favor, mas sou a favor de que, daqui para frente, todo e qualquer aumento a ser dado a qualquer categoria passe por uma discussão prévia dentro desta Casa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É que esse projeto é de iniciativa do Defensor Público-Geral da União, não é de iniciativa da Presidência da República e não há acordo com o Governo nesta matéria. Eu, como Líder do Governo, encaminhei contra essa matéria, para deixar isso bastante claro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 548, de 2016.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Voto contra, Sr. Presidente. Gostaria que V. Exª registrasse meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Aprovada a matéria, contra os votos do Senador Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado... *(Palmas.)*

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu posso não ter os três Senadores para o meu apoio, mas eu não fiz acordo de votação simbólica. Como tal, eu peço verificação de votação, Sr. Presidente. Eu posso não ter o apoio, posso não ter a votação, mas cabe a mim essa prerrogativa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já passou, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Partido dele estava representado aqui, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Nunca fizemos acordo. O acordo é de votar, mas nunca fizemos acordo de votação simbólico.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Presidente, vamos votar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, já tinha passado o tempo. A votação está superada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador Agripino fez o acordo, que é do DEM, Sr. Presidente. Isso é provocação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu posso não ter o apoio, mas essa prerrogativa não existe. Não existe votação simbólica. Ninguém caça a prerrogativa de um Senador.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A votação já foi concluída, Sr. Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Tenho respeito a todos. O que não admito é tirar a prerrogativa... Eu posso não ter o apoio, Sr. Presidente...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já terminou a ação.



(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Vamos votar o item seguinte, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, vamos entrar no próximo ponto.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Vamos votar o Mais Médicos. Vamos adiantar o processo, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer um registro em um minuto, pois ficamos calados aqui.

Fico muito sensibilizado com muitos Senadores, que, de uma hora para outra, pegaram a bandeira da responsabilidade fiscal. Estou falando isso, porque estávamos aqui no Governo da Presidenta Dilma. Não o Senador Tasso, que sempre falou mesmo lá, mas eu via tanta gente aqui votando em tudo que é pauta bomba. De uma hora para outra, é esse discurso todo.

Eu quero aqui anunciar já que temos posição contrária ao aumento do Supremo e da Procuradoria-Geral da República, porque achamos que é equivocado neste momento não só por questões fiscais, mas por uma questão de desigualdade. Em um momento em que o Governo está apresentando uma série de projetos que penalizam os aposentados, os mais pobres, votar nisso é errado neste momento.

Agora, vale dizer que, no caso dos defensores, Sr. Presidente, foi discutido em bloco, com várias outras categorias. Veio aqui o Ministro do Planejamento deste Governo dizer que era compatível. O Senador Aloysio Nunes tem uma posição diferente, mas o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Líder André Moura, defendeu. Então, esse caso do defensor, na nossa avaliação, era um caso diferente, completamente diferente do Supremo e da Procuradoria-Geral da República.

No mais, para encerrar, Sr. Presidente – sei que vamos ter a votação do Mais Médicos, a votação da redação final –, eu encerro a minha fala aqui dizendo que acho que o Governo, o PMDB, o PSDB, eles têm que se reunir, têm que entrar no divã para achar uma solução para os seus problemas, porque vale dizer que a meta fiscal de R\$170 bilhões foi uma decisão do Governo do Michel Temer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não há problema algum em votarmos a redação final.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Está decidida essa questão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Calma, Senador! Sinceramente, não dá para escutar esse discurso político todo aqui e ficar em silêncio. Não dá para escutar isso.

Eu encerro dessa forma a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A matéria vai à sanção e será feita a comunicação à Câmara dos Deputados. **(Vide item 2.2.6 do sumário)**

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados:

- Projeto de Lei de Conversão nº 16, que *prorroga o prazo de dispensa de que trata o art. 16 da Lei 12.871, Programa Mais Médicos (proveniente da Medida Provisória 723, de 2016)*; e
- Projeto de Lei de Conversão nº 19, que *altera a Lei 12.651, para dispor sobre a extensão dos prazos de inscrição do Cadastro Ambiental*. **(Vide item 2.1.3 do sumário)**

As matérias foram incluídas na Ordem do Dia por acordo.

E a Medida Provisória 722, recebida ontem, dia 23, não será lida, porque recebida fora do prazo especificado pelo Senado Federal com relação à tramitação aqui de matérias vindas da Câmara dos Deputados. Portanto, vamos passar à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 16, que *prorroga o prazo de dispensa*



de que trata o caput do art. 16 da Lei nº 12.871, Programa Mais Médicos (proveniente da Medida Provisória nº 723).

O Relator da matéria foi o Senador Humberto Costa e o Relator revisor, o Deputado Jorge Solla, favorável à medida provisória e Emenda nº 11, na forma do projeto de lei de conversão.

Antes de submeter a matéria à apreciação do Plenário, a Presidência presta alguns esclarecimentos. Foram apresentadas à medida provisória 28 emendas. O projeto de lei de conversão foi aprovado na Câmara no dia 22 de agosto. O prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional. O projeto de lei de conversão foi lido no Senado, oportunidade em que passou a sobrestar a pauta.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Eu concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado. Com a palavra V. Ex^a.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Humberto Costa, que é o Relator da medida provisória.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa medida provisória que vai ser relatada pelo Senador Humberto Costa propõe única e exclusivamente o seguinte: que os médicos que vieram para o Brasil não precisam ser avaliados. Isso não existe, Presidente. Nenhum médico brasileiro formado aqui vai exercer a medicina em nenhum outro país do mundo se não estiver de acordo com as normas legais do país, submetendo-se àquelas condições prévias de ser testado, ser avaliado e saber se o seu currículo é compatível com aquilo que também eles fazem em cada um dos países, ou seja, cada país tem características maiores na área da clínica médica, na área da maior incidência de patologias. Então, a revalidação de um diploma significa exatamente dizer que esse médico tem as condições mínimas necessárias para poder sentar diante de um paciente e atendê-lo.

O que é que essa medida provisória está dizendo? Que esses médicos vieram para o Brasil e agora poderão ficar mais três anos sem serem reavaliados. Isso é um gesto contra a garantia do paciente ao sentar à frente do médico porque o grande problema que temos hoje é que, veja bem, no Estado de São Paulo hoje, além do médico se formar numa universidade federal ou particular, lá em São Paulo, a grande maioria está exigindo se ele realmente foi aprovado pela Associação Médica de São Paulo, em que existe já uma prova, como na OAB, para saber se aquele advogado ou aquele médico tem as qualificações mínimas. Ora, nós que já temos um currículo estipulado pelo Ministério da Educação, que já temos toda aquela orientação feita, aqui no Brasil estamos agora avançando para essa reavaliação pós-faculdade. Agora, vem um cidadão e ele vai exercer a Medicina aqui sem que saibamos se ele tem um mínimo necessário.

Outra coisa importante é a defesa nossa em relação a esse assunto, Sr. Presidente. Eu gosto muito de ser didático nas coisas. O Governo do PT, ao fazer o Mais Médicos... Veja a injustiça: no Mais Médicos, como médico, eles receberam 9,35% do valor do convênio com Cuba. Então, os médicos receberam R\$248 milhões distribuídos por todos 3 mil médicos. O governo de Cuba recebeu R\$2,279 bilhões – o governo de Cuba, por intermediar a venda de serviço médico. O médico cubano ganhou R\$248 milhões, três mil médicos; o governo cubano R\$2,279 bilhões. Então, essa operação aqui... Eu tenho certeza absoluta de que na hora em que a Lava Jato avançar, vai ver que isso aqui é outra operação. Isso aqui não tem nada a ver com saúde para a população. Isso aqui tem uma operação semelhante a tantas outras que foram também fabricadas com países da África, com países do Caribe e da América Latina.

Essa é a realidade que estamos vivendo hoje e, como tal, Sr. Presidente, por uma questão de coerência, como formação médica que tenho, como também auxiliar da área de ensino na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, eu não poderia votar favorável à entrada de médicos no Brasil sem que eles sejam reavaliados, até por respeito ao cidadão brasileiro e ao paciente que necessita cada vez mais de qualificação na área da saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, essa medida provisória é de extrema importância. Ela foi enviada ao Congresso Nacional ainda pela Presidenta Dilma e foi aprovada na Câmara dos Deputados, na Comissão Especial, porque tem um enorme alcance social.

Alguns argumentos que foram aqui colocados, eles não se sustentam. Primeiro, esses profissionais são profissionais muito bem formados. Os brasileiros que não têm ranço ideológico e já tiveram oportunidade de ir a Cuba ou conhecer o sistema de saúde cubano sabem muito bem do que eu estou falando. Segundo, esses profissionais não são profissionais que não são fiscalizados. Eles são fiscalizados pelo Ministério da Saúde, quem dá a eles o registro para poderem exercer a profissão é o Ministério da Saúde, eles são acompanhados por tutores vinculados a universidades, e, como tal, nós temos visto que o resultado disso tudo, primeiro, é a melhoria da população.



Esse é um programa que, nas pesquisas de opinião que já foram feitas junto aos usuários do SUS, tem mais de 90% de aprovação dos usuários do Sistema Único de Saúde. Portanto, essas pessoas têm a condição de avaliar melhor do que muita gente que fica só no discurso o que é que houve de efeito prático na vida de cada um deles.

Em breve, nós vamos ter a divulgação de pesquisas que foram feitas para definir o impacto sobre os indicadores de saúde, e esse impacto é gigantesco – tanto que muita gente fala dentro de quatro paredes, mas não vai lá discutir com os prefeitos qual foi a repercussão do programa, não vai às comunidades quilombolas para saber, não vai aos assentamentos de reforma agrária, às periferias das grandes cidades, às aldeias indígenas, onde nunca se viu médico ser colocado. Hoje, com o Programa Mais Médicos, essa população é plenamente assistida.

Não se trata de nenhum convênio com Cuba. O convênio que foi estabelecido é com a Organização Pan-Americana da Saúde, que é uma instituição vinculada à Organização Mundial da Saúde, que por sua vez é vinculada à Organização das Nações Unidas. Portanto esse é um discurso ideológico que não responde ao que são as necessidades da população brasileira. Eu, por exemplo, não vejo hoje nenhum movimento para que esse programa seja extinto, porque as pessoas sabem que esse programa hoje é parte fundamental da vida de milhões e milhões de brasileiros.

Eu só espero que o atual Governo mantenha a sua posição de considerar esse programa prioritário. Fiquei preocupado, porque essa semana surgiram algumas especulações na imprensa. Um jornal divulgou uma nota dizendo que se estava preparando o fim do programa, que se iria oferecer asilo diplomático para médicos que são cubanos e fazem parte do programa. Eu acho que isso seria um verdadeiro absurdo.

E mais: acho que a principal constatação de que o programa dá certo é também o fato de que até hoje as questões, as denúncias de mau atendimento, de erros médicos ou de qualquer coisa nessa linha foram em número absolutamente mínimo, no que diz respeito à atuação e ao trabalho desses profissionais.

Portanto, Sr. Presidente, na condição de Relator desta matéria, eu peço a aprovação desta Casa para essa medida de prorrogação do Programa Mais Médicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O parecer do Relator é favorável.

Senadora Regina Sousa, com a palavra V. Ex^a.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Sem revisão da oradora.)

– Eu acho que só se coloca contra o Programa Mais Médicos quem nunca foi, nunca visitou um Município do interior onde ele existe.

Se for feita uma pesquisa entre a população assistida pelo Mais Médicos, você vai ver que dá 90% a 95% de aprovação, porque foi um tratamento diferente, um tratamento humanizado.

É gostoso ouvir o depoimento das pessoas. Eu ouvi um depoimento de uma senhora de uma cidade do meu Estado. Ela disse assim: “Minha filha, antes, o médico vinha aqui e eu não entendia nada o que ele dizia, porque eu sou surda. Esse médico...” – era um cubano, por acaso – “...esse médico, viu que eu sou surda. Ele sai da cadeira dele e bota do meu lado e fala no meu ouvido. Eu entendo tudo o que ele diz, apesar da língua enrolada.”

Então, esse é um depoimento que é impagável e a questão do Revalida é que, se os médicos fizessem o Revalida, eles iriam adquirir o direito de trabalhar onde eles quisessem. E a gente estava precisando dos médicos lá onde a gente chama de cafundó do Sertão. E os brasileiros não queriam ir. Agora, estão até querendo. Já melhorou bastante a participação dos brasileiros, mas eles não queriam ir, porque, quando eles se formam o papai já montou um consultório ou uma clínica, então, ele não se interessa em ir para o interiorzão, cuidar do povão pobre que precisa de assistência.

Então, eu acho que essas pessoas que são contra precisam visitar o Sertão onde os médicos estão instalados.

E como falaram em Lava Jato, quero dizer que a Lava Jato realmente vai chegar para muitos, já está chegando para muitos, para uns e outros. E hoje há uma declaração de um procurador da Lava Jato que eu preciso ler. Ele diz textualmente, diante dessa briga entre Gilmar Mendes e Sergio Moro, das cretinices que estão sendo denunciadas:

O sentimento comum na força-tarefa hoje é de que eles foram usados para derrubar a Presidente Dilma Rousseff e, agora que o *impeachment* está quase consolidado, estão sendo descartados. [Ele diz:] “Éramos lindos até o *impeachment* ser irreversível. Agora que já nos usaram, dizem chega”.

Essa é uma peça muito boa para a Defesa amanhã.
Muito obrigada.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Renan.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Roberto Muniz, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria aproveitar só para registrar um momento importante na minha vida.

Em 1997, eu fui prefeito da cidade Lauro de Freitas e todas as vezes que fazia as reuniões com o meu secretário de saúde, ele queria que contratassem mais médicos. Sabe para quê? Para colocarmos mais médicos nos hospitais, nos centros médicos. E aí tivemos a oportunidade de encontrar o Embaixador de Cuba e estava iniciando ainda a questão do Programa Saúde da família.

Eu tive a oportunidade de ser o primeiro prefeito a fazer um convênio com os médicos cubanos. Trouxe apenas três, em 1997. O senhor imagine quanta porrada eu levei na imprensa! Eram três médicos só. Eu trouxe um para fazer um programa de geriatria, outro para fazer um programa de epidemiologia e outro para o Programa Saúde da Família. Eram especialistas. Mas todo mundo dizia: “Se quer fazer saúde, tem que ir aos Estados Unidos.” Aí começamos a implantar também a questão dos agentes comunitários de saúde, o Programa Saúde da Família.

A presença dos médicos cubanos me surpreendeu. Pedi a eles para fazer um diagnóstico dos problemas de saúde no Município à época.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eles disseram: “Sabe qual é o seu maior problema, Prefeito? Não está na saúde. É a falta de educação do povo.” O povo era analfabeto. Tivemos que fazer um programa de combate ao analfabetismo para enfrentar problemas de saúde.

A comunidade médica ainda pressionava muito contra pessoas que eram contratadas. Eles não atuaram como médicos à época, mas, simplesmente, como consultores.

A discussão chegou a tal nível que o debate foi para a imprensa, para as páginas dos jornais, e eu tive o apoio do presidente da União dos Prefeitos da Bahia. À época, 97 Municípios não tinham médico. A situação no Brasil ainda é assim. Existem muitas comunidades que não têm acesso a um médico.

Eu fico muito feliz pela oportunidade que a vida me dá de poder, 20 anos depois, vir aqui dizer que eu não estava errado e que os governos que implantaram esse programa, que hoje está sendo referendado pelo Governo atual, também não estavam errados. Precisamos fazer políticas ativas no nosso País. Precisamos dar continuidade a programas que são importantes e que são absorvidos pela população como algo positivo.

Então, Presidente, quero encaminhar a minha votação a favor dessa MP.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também quero aqui parabenizar o Senador Humberto pelo relatório e dizer, Senador Renan, que o Programa Mais Médicos é um programa aprovado pela maioria do povo brasileiro em razão do seu caráter social. O programa, Senador Renan, não se voltou apenas para a questão do provimento, o que se justifica, na medida em que havia uma carência muito grande de médicos pelo Brasil afora, especialmente pelo interior do Brasil e pelo interior da nossa região, a chamada Região Nordeste. Mas é bom lembrar que o Programa Mais Médicos, além do provimento, ou seja, além de garantir a presença do médico para quem mais precisa, cuidou também dos investimentos.

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – À época, foram muitos investimentos na rede básica de saúde.

Além disso, Senador Renan, há outra ação, talvez a mais importante, que está voltada para a formação. Refiro-me à interiorização dos cursos de Medicina.

Eu tenho uma alegria enorme, por exemplo, porque em 2013, ao lado da então reitora da Universidade Federal do meu Estado, lutei para que o Rio Grande do Norte entrasse na primeira fase do Mais Médicos. E conseguimos.

E hoje, Senador Renan – digo aqui com muita alegria –, nós temos a Escola Multicampi de Ciências Médicas sabe onde? Lá no Seridó, no Rio Grande do Norte; no Trairi, no Rio Grande do Norte; Caicó, Currais Novos e Santa Cruz. Nós já estamos com a terceira turma selecionada, Senador Renan, que está cursando Medicina.

Ainda ontem a reitora anunciou o início da construção da parte das instalações físicas onde vai ser a escola, a residência, bem como estão em curso, já, as tratativas para a incorporação dos hospitais regionais Currais Novos e de Caicó à Ebserh, que vão servir de campo de estágio para os estudantes lá da Escola Iticampi de Ciências Médicas do Seridó. E a grande beneficiada será a população, que passará a ter...



(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... uma assistência à saúde qualificada. Ou seja, o curso de Medicina, portanto, formando aqueles jovens, que se sentirão, até por serem da região, Senador Renan... Mais da metade dos que foram selecionados, para V. Exª ter uma ideia, são jovens da região. Então, esses jovens se sentirão mais vocacionados a permanecer na região onde estão estudando. Vão cursar, concluir e, portanto, servir a sua gente.

Acrescento que, além da UFRN, a Universidade Federal do Semiárido, em Mossoró, a outra região, região oeste, este ano, já começou também, através do Programa Mais Médicos, nós já temos a primeira turma de Medicina.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um programa muito meritório, uma das ações mais exitosas,...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... mais importantes do governo da Presidenta Dilma, e esse programa tem que continuar. Daí nós esperarmos a aprovação, à unanimidade, aqui pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Eu queria dar uma palavra rápida, porque fui indagado sobre isso.

O Governo é favorável, sim, a essa medida provisória. Houve um pedido de prorrogação do prazo pela Frente Nacional dos Prefeitos, pela Associação Brasileira de Municípios e pelo Conselho Nacional de Saúde, que estariam preocupados com a eventual descontinuidade dos serviços.

E eu, pessoalmente, Sr. Presidente, quero dar um depoimento. Visitando cidades do interior de São Paulo e mesmo da Grande São Paulo, da Região Metropolitana da Grande São Paulo, um depoimento sobre a dedicação desses profissionais, os profissionais cubanos, que, às vezes com dificuldade de expressão em português, vão, atendem as pessoas, são atenciosos, desdobram-se para dar o atendimento que as pessoas esperam deles, de modo que é um programa que considero meritório. Sobre ele deveremos fazer um balanço sobre o que é possível corrigir na sua estrutura, no seu funcionamento, mas isso não impede que aproveemos agora esse programa, porque é um programa fundamentalmente positivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Votação dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito da matéria.

Discussão do projeto de lei de conversão da medida provisória e das emendas, em turno único. *(Pausa.)*

Votação do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, nos termos do texto aprovado e encaminhado pela Câmara dos Deputados.

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o projeto de lei de conversão, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas. **(Vide item 2.2.7 do sumário)**

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei de Conversão nº 19, que altera a Lei 12.651, para dispor sobre a extensão dos prazos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma medida provisória extremamente sucinta. Ela propõe exatamente alteração na *(Fora do microfone.)*

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos de inscrição no Cadastro Ambiental e adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

Na verdade, Sr. Presidente, ela ficou restrita apenas ao seu §2º do art. 59. Ou seja, o CAR já foi prorrogado Medida Provisória nº 707, que se transformou na Lei nº 13.295. O Cadastro Ambiental Rural, então, já foi prorrogado até 31 de dezembro de 2017. O que estamos alterando? Estamos alterando a lei que definia um



prazo para que o produtor rural pudesse aderir ao Programa de Recuperação Ambiental, o chamado PRA. Como este também venceu na mesma data do vencimento do Cadastro Ambiental Rural, já que a 707 prorrogou o prazo do Cadastro Ambiental Rural até 31 de dezembro de 2017, esta medida provisória está dizendo que o prazo estipulado, então, para o produtor rural aderir ao Programa de Regularização Ambiental fica também adiado até 31 de dezembro de 2017. Essa é exatamente a medida provisória, que, indiscutivelmente, atende a todos os Estados.

É um problema generalizado, uma deficiência, hoje, das estruturas do Incra para poder dar celeridade a esse Cadastro de Regularização Ambiental, ao CRA. Com isso, Sr. Presidente, o setor tem trabalhado fortemente para que, cada vez mais, melhore essa sua definição de área, de limitação, de confrontação; todos querem a regularização o mais rápido possível.

Essa medida provisória ficou restrita apenas a essa prorrogação, que é fundamental para que, com qualquer déficit que exista na sua propriedade, ele possa aderir a um Programa de Regularização Ambiental, conforme aprovamos na Lei Ambiental, que foi fundamental para todo o setor e, ao mesmo tempo, normatizar uma matéria e um projeto que é o mais moderno de todos os países. O Código Florestal nosso é referência. Em nenhum país do mundo – nenhum – há algo semelhante ao que aprovamos e que o produtor rural preserva no nosso País. Sejam os biomas, sejam as matas ciliares, sejam, indiscutivelmente, as áreas de reserva com inclinação, o Brasil é, hoje, uma referência no mundo como um País que sabe proteger a sua flora e a sua fauna.

Por isso, Sr. Presidente, congratulo todos os colegas e peço a votação favorável a esse projeto de conversão na medida provisória.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Paulo Rocha, com a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Sem revisão do orador.) – Conforme o relato do Senador Caiado – e é uma matéria já bastante discutida e debatida por nós no Parlamento brasileiro –, acho que deveríamos entrar imediatamente com a aprovação.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores encaminha o voto “sim”, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas e tão somente para fazer um adendo. No projeto relatado, na medida provisória, quando o Senador Ronaldo Caiado fala em aumentar também o prazo do PRA há uma explicação. É que o produtor, para fazer o PRA, precisa, necessariamente, ter feito já o CRA. Então, não há como você não prorrogar o PRA,...

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... até porque sem fazer o CRA vai demorar. Prorrogou-se o CRA, então você tem de, necessariamente, prorrogar o PRA. As pequenas propriedades foram as que mais tiveram dificuldades para fazer o CRA. Claro que o médio e o grande produtor já o fizeram.

Acho que é fundamental. O Brasil vai ter um raio X de corpo inteiro de todo o seu território, de todas as suas propriedades. Portanto, quero congratular-me com o relator e, evidentemente, votar favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Pressupostos constitucionais.

As Senadores e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito da matéria.

Discussão do projeto de lei de conversão da medida provisória e das emendas, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera mais discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. **(Vide item 2.2.8 do sumário)**

Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2016 (nº 139, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997.

O Relator da matéria foi o Senador Jorge Viana. Seu parecer será publicado na forma regimental. **(Parecer**

755/2016-CRE - Vide item 2.2.9 do sumário)

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à promulgação. **(Vide item 2.2.9 do sumário)**

Projeto de Decreto Legislativo nº 492, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto do protocolo complementar para o desenvolvimento conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China ao acordo-quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015.

A matéria depende de parecer da CRE.

Designo o Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir parecer, em substituição à CRE. Com a palavra V. Ex^a.

PARECER nº 756/2016-PLEN

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Como eu já tive ocasião de me manifestar no início desta sessão, este acordo vai na linha, na sequência de uma cooperação já bastante antiga entre o Brasil e a República Popular da China.

Isso vem ainda do tempo em que o nosso saudoso Luiz Henrique foi Ministro de Ciência e Tecnologia e iniciou as tratativas e os primeiros passos foram dados naquela época. De lá para cá, essa cooperação foi sempre muito intensa e muito produtiva para os dois países, para o desenvolvimento científico e tecnológico dos dois países, com a finalidade de utilização da ciência e tecnologia, especialmente na área espacial, para a promoção do desenvolvimento, para o avanço da ciência e para a paz.

Por isso, Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Relações Exteriores é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada. **(Vide item 2.2.9 do sumário)**

A matéria vai à promulgação.

Há, sobre a mesa, requerimento da comissão especial destinada a examinar o projeto que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, solicitando que o prazo para apresentação de emendas à matéria seja estendido até 30 de setembro, fixando-se, conseqüentemente, novo calendário para a tramitação da proposição. **(Requerimento nº 633/2016- Vide item 2.2.11 do sumário)**

Prorroga o prazo da Comissão do Código de Aeronáutica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação dos Requerimentos nºs 625, 626, 627 e 629, dos Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Antonio Carlos Valadares, Roberto Requião e Lídice da Mata, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar de missão oficial.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para representar o Senado Federal, na condição de Presidente, em visita oficial à República Popular da China, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno. Comunico que estarei ausente do País no período de 30 de agosto a 6 de setembro de 2016. Senador Renan Calheiros. **(Requerimento nº 634/2016- Vide item 2.2.12 do sumário)**

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento do Senador Ataídes Oliveira.

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para acompanhar o Exm^o Senhor Presidente da República em missão oficial à República Popular da China, nos termos do artigo 39, inciso I, do Regimento Interno. **(Requerimento nº 635/2016- Vide item 2.2.13 do sumário)**

Comunico que estarei ausente do País no período de 30/08 a 06/09 de 2016.

Senador Ataídes de Oliveira.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado.

Requerimento nº 630, do Senador Roberto Requião, que solicita, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado, licença dos trabalhos da Casa para participar da 9ª Sessão Plenária da Eurolat, em Montevideu, Uruguai, entre os dias 19 e 23 de setembro do corrente ano. E comunica, nos termos do art. 39, que estará ausente do País entre os dias 18 e 23.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 632, do Senador Hélio José, que, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, solicita licença dos trabalhos da Casa para participar da reunião da Comissão de Energia e Minas do Parlamento Latino Americano e Caribenho — Parlatino, em Santiago do Chile.

As Senadoras e Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Não havendo mais nada a tratar, eu queria só lembrar aos Senadores que nós teremos sessão deliberativa no dia 8, no dia 12, no dia 13 e no dia 21. É um esforço do Senado Federal e do Congresso Nacional para compatibilizar o seu funcionamento com a realização das eleições municipais no Brasil.

Eu queria lembrar aos Senadores e ao País que amanhã, às 9 horas, começará o julgamento do *impeachment* da Presidente da República e que esse julgamento poderá se estender até o dia 30 ou 31 – 29, 30 ou 31.

Amanhã, nós começaremos com a oitiva das testemunhas. Cada um dos Senadores presentes poderá fazer indagações, perguntas às testemunhas. Logo em seguida, segunda-feira, às 9 horas, nós teremos o depoimento da Senhora Presidente da República, que ficará para responder também às perguntas dos Senadores e Senadoras que desejarem fazê-las.

Em seguida, nós vamos ter o período de discussão, quando os Senadores poderão discutir o parecer por até 10 minutos. Em seguida, teremos um prazo para defesa, um prazo igual para acusação, e só ao final é que teremos a decisão no julgamento.

Eu encerro a Ordem do Dia e convido esse amigo querido, Senador Paulo Paim, para presidir a continuidade da nossa sessão.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só uma pergunta. Hoje seguiu aos nossos gabinetes – pelo menos ao meu gabinete – que fossem formuladas por escrito perguntas a serem dirigidas na sessão do *impeachment*. Eu não entendi. Não sei se isso foi... Terá que ser por escrito, é isso? A pergunta foi essa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – As perguntas terão que ser feitas diretamente pelos Senadores que estiverem presentes à oitiva de testemunhas e ao depoimento da própria Presidente da República.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Quando terminarem as oitivas, pelo tempo que durar, haverá um recesso, uma coisa assim, um dia, alguma coisa de paralisação?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, é que se aprovou um critério no sentido de que até segunda-feira, às 9 horas, nós tenhamos todas as testemunhas ouvidas. Se isso não acontecer na quinta e não se concluir na sexta-feira, a sessão continuará no sábado e no domingo, de modo a que na segunda-feira, às 9h, nós tenhamos já concluído essa parte de oitivas das testemunhas de defesa e das testemunhas de acusação.

Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Mais uma vez, convoco sessão para o dia 8, no dia seguinte ao feriado de 7 de setembro, com a pauta já anunciada. Essa sessão, logo pela manhã, tinha sido convocada para o dia 6, mas atendendo aos pedidos de vários Líderes partidários nós marcamos essa sessão deliberativa para o dia 8.

Eu transmito a Presidência dos nossos trabalhos ao Senador Paulo Paim.

(O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Reguffe com a palavra, como orador inscrito.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Distrito Federal está vivendo mais uma grande crise, uma crise que envolve o Poder Legislativo do Distrito Federal, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, com envolvimento de Deputados Distritais. Não se sabe até agora, não se sabe o que está por trás dessas denúncias, e isso é muito triste para a Capital da



República, para aqueles que aqui vivem, para aqueles que amam esta cidade.

Todos nós que temos responsabilidade pública no Distrito Federal, a bancada dos Senadores aqui, tenho certeza de que também na Câmara dos Deputados, temos a obrigação, neste momento, de fortalecer as investigações, de fortalecer o Ministério Público do Distrito Federal, que está fazendo uma investigação sobre esse caso. Não se pode querer intimidar, de forma nenhuma, aqueles que estão fazendo a investigação desse caso. É muito importante que tudo desse caso, dessas gravações, dessas denúncias, seja investigado a fundo e que todos aqueles que, ao final, tiverem alguma responsabilidade em desvio de dinheiro público sejam efetivamente punidos. Isso é o que a população do Distrito Federal, é o que o contribuinte do Distrito Federal merece.

Então, todos aqueles que têm responsabilidade pública, neste momento, têm obrigação de dar força ao Ministério Público do Distrito Federal e territórios, que está fazendo essa investigação, que não sofre – pelo menos é a informação que nós temos – nenhuma influência política e que está fazendo uma investigação que eu reputo muito importante.

Porque é preciso que ela vá até o fim e que, então, caso não seja comprovada a culpa, a pessoa seja declarada inocente, mas que todos aqueles que tiverem algum tipo de envolvimento e de responsabilidade nesse desvio de dinheiro público sejam efetivamente punidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Reguffe.

Estou acompanhando naturalmente pela imprensa, aqui em Brasília, e acho também que é da maior gravidade. V. Exª tem toda a razão. Culpado, culpado; inocente, inocente.

Agora, é preciso ir a fundo nessa questão. É inclusive dinheiro da saúde, pelas informações que percebi na imprensa, que estaria sendo desviado.

Não estou aqui acusando ninguém, mas quero assinar embaixo do seu pronunciamento.

Meus cumprimentos.

Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, se o senhor puder me permitir, poderei falar sentada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exª pode falar sentada, da tribuna, aqui da Presidência. A palavra está com V. Exª.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Quero parabenizar o Senador Reguffe pelas suas preocupações, pelo comprometimento com toda essa orgia com o dinheiro público, que evidentemente requer uma apuração.

Não sabemos até onde vamos estender o grau de punição que estamos todo dia colocando nas leis em relação a um comportamento dessa natureza, mas o povo já não merece mais que possamos ficar apreciando atitudes como essas e abuso em cima do dinheiro público que trata da saúde do cidadão. Isso fere a dignidade da Nação inteira, aconteça onde estiver acontecendo. Parabenizo V. Exª sempre.

Eu queria também destacar aqui a votação que foi realizada, Sr. Presidente, ontem, no Congresso, do texto base da LDO. Foi um momento importante, acabou definindo os parâmetros para a elaboração do Orçamento do próximo ano. Sabemos que o País se desorganiza bastante quando ele não tem, de maneira nenhuma, seu Orçamento votado. Isso aconteceu três anos antes da data de 2015. Quando nós também assumimos a Presidência, nos esforçamos, em conjunto com os outros Parlamentares, para darmos um Orçamento ao País.

Então, esse passo importante, realista, que foi realizado ontem, teve objetivos claros, definidos, para melhorar a nossa realidade fiscal, marcada hoje por enormes dificuldades, que estamos sempre destacando aqui dentro do plenário.

Votamos o texto principal da LDO, ficamos apenas com o Destaque nº 6 para votar, haja vista que os Destaques nºs 8 e 9, apresentados no plenário, que dizem respeito à ciência e tecnologia, foram objeto de entendimento de ser apenas um destaque, e foi acatado pelo relator, que trabalhou exaustivamente na peça orçamentária, o Senador Wellington Fagundes.

Então, votamos e ficamos apenas com esse destaque para votar numa próxima sessão – e espero que tenhamos a possibilidade de votar –, que falava exatamente sobre o livre remanejamento das despesas do Orçamento pelo Executivo e sobre a retirada da previsão de contingenciamento às verbas destinadas à ciência e tecnologia.

Acho que V. Exª se lembra disso: tempos atrás, tivemos uma conquista, livramos do contingenciamento Orçamento a área de ciência e tecnologia, que é tão importante para o desenvolvimento do País e para



setores que precisam da sustentação da base tecnológica.

Os números da LDO mantêm aquilo que nós já havíamos acordado e que eu quero lembrar: déficit de R\$139 bilhões para o Governo central (que compreende Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), esse déficit de R\$3 bilhões para estatais e de R\$1 bilhão para Estados e Municípios.

Portanto, a DRU que nós votamos hoje tem uma importância muito grande num País em crise, cujas consequências vão diretamente ao Estado e ao Município, porque essa lei retroage a janeiro deste ano. Por consequência, teremos oito meses de receitas que poderão acudir as dificuldades financeiras dos Estados e Municípios.

Nós destacamos também que a LDO de 2017 estabelece que os gastos primários de 2017 não sejam superiores às despesas de 2016, mais a inflação oficial. Isso foi um avanço, Sr. Presidente, numa situação de crise como esta. Quer dizer, nós estamos acertando um controle maior das despesas do ano que vem. A LDO de 2017 também indica uma inflação de 4,8% para o ano que vem, taxa de juros de 11,25% e o dólar a R\$3,81.

Não concordamos de jeito nenhum com a tese da oposição de que, ao incluir a limitação de gastos na LDO, o Governo estaria promovendo corte em setores essenciais como a educação, saúde, segurança e moradia. Aliás, ontem, no texto aprovado no plenário, nós destacamos a referência de que não serão alterados os limites constitucionais na área de educação e saúde, conforme nós já havíamos nos comprometido diante da Nação. Não teremos perda de investimentos nessas áreas tão importantes.

Essa peça que foi aprovada ontem, ao contrário do que está sendo dito, busca a eficiência do gasto em várias áreas, incluindo milhares de obras públicas paralisadas. Inclusive, na reunião com o Senhor Presidente da República Michel Temer, foram elencadas cerca de 1,5 mil obras em vários setores, por agrupamento, até R\$10 milhões o valor dessas obras, para essas obras paralisadas pudessem ser concluídas. Eu quero dizer que essas obras públicas paralisadas ou fora do prazo, em todo o País, elas estarão contempladas com essa primeira lista, com esse primeiro compromisso assumido pelo Presidente da República.

Por isso, a LDO estabelece que terão prioridade investimentos de infraestrutura. Quantas obras iniciadas, de drenagem, foram paralisadas e que ficam praticamente perdidas por causa da chuva, da desmobilização dos canteiros de obra por falta de pagamentos. Então, essas obras têm que ser recomeçadas. Há um prejuízo incalculável nisso. Essas obras que estejam concluídas em pelo menos 50% estão elencadas na LDO.

Estabelece também a criação de um cadastro público, na internet, para que o cidadão comum, a sociedade possa acompanhar as obras federais orçadas a partir de R\$50 milhões. Essa é a outra etapa que está prevista para 2017 e não da lista que eu mencionei aqui e que foi objeto de uma reunião com o Senhor Presidente da República, mostrando a transparência, a objetividade para que nós possamos ter a retomada de um mínimo de investimentos no País.

Ficou definido ainda na LDO que os investimentos federais em infraestrutura no ano que vem não poderão ser inferiores ao valor que foi investido em 2016, mais a inflação anual novamente.

Nós estamos, Sr. Presidente, quero frisar aqui, no caminho certo para a recuperação da necessária estabilidade e do crescimento sem sobressaltos e sem aquela imagem apoteótica de que tudo é possível. Se se anunciarem 6 mil creches no Brasil, e não se construírem 1,2 mil creches ao todo, desmonta-se um amparo de uma infraestrutura social absolutamente carente e necessária para as famílias que têm que ter seus filhos na escola, para que as mulheres possam trabalhar, as mulheres e os homens. Então, estamos falando aqui do caminho para a recuperação necessária de estabilidade e crescimento.

E eu quero frisar que outro passo igualmente importante será a aprovação das reformas estruturantes, como a previdenciária, porque nós deveremos dar início a um debate extremamente fundamental para que a gente possa chegar a essa reforma tão necessária e que, ao longo dos anos, foi postergada e não teve nenhuma permeabilidade na discussão, no trato da Administração Pública em relação ao Governo Federal e à população brasileira.

Portanto, quero agradecer a V. Ex^a por ter me permitido fazer esse pronunciamento e dizer que o País só vai crescer ordenadamente se todos os compromissos sociais e compromissos, inclusive, de investimentos forem mantidos na forma com que estamos colocando para o País. Toda crise, toda dificuldade, e as saídas possíveis dentro da realidade com a qual estamos convivendo.

Muito obrigada, Sr. Presidente, por ter me permitido fazer uso da palavra, inclusive, com o privilégio de fazê-lo sentada, por exaustão mesmo da votação até às 5h da manhã.

(Durante o discurso da Sr^a. Rose de Freitas, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senadora Rose de Freitas. Convido para fazer uso da palavra o Senador Paulo Paim.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Senador Reguffe, só um registro muito rápido, mas, primeiro, digo que amanhã começa, Senadora Rose de Freitas, eu diria, o debate final da questão do *impeachment* ou não da Presidenta. Eu confesso a todos que é uma grande tristeza para mim que estejamos atravessando este momento. Tenho certeza de que ninguém gostaria que isso estivesse acontecendo em nosso País, mas, sim, que a gente estivesse aqui votando os grandes temas de interesse do País, e não centrados simplesmente num tema que choca a todos nós.

A partir de amanhã, podem ter certeza, o mundo todo vai estar centrado aqui no Plenário. É só ver os representantes da imprensa livre internacional. Fala-se que teremos aqui, nesse período, mais de 700 representantes da mídia global, e global que eu digo, do Planeta, acompanhando o debate do *impeachment* aqui no Brasil.

O debate vai ser feito a partir de amanhã, mas eu faço questão de registrar a importância desses cinco dias: quinta; sexta; sábado, se necessário; segunda; terça; e até quarta, se for o caso, vamos até quarta.

Mas eu quero, Sr. Presidente, neste momento, fazer um registro aqui sobre a nossa Rádio Senado. E, ao homenagear a Rádio Senado, eu faço uma pequena homenagem à TV Senado, à Agência Senado, enfim, a todo o sistema de comunicação da Casa.

Sr. Presidente, eu cumprimento aqui a Rádio Senado pela reportagem “Terceirização. Avanço ou Retrocesso?”. A reportagem, que foi produzida pela jornalista Paula Groba, é finalista do Prêmio MPT de Jornalismo 2016. Concorreu com grandes emissoras do País, e a premiação vai acontecer agora na primeira semana de setembro. As reportagens, que serão premiadas pelo Ministério Público do Trabalho, abrangem temas como fraude nas relações do trabalho, passando pela terceirização, principalmente, discriminação de gênero, cor e pessoas com deficiência, trabalho escravo e trabalho infantil, irregularidades trabalhistas na Administração Pública.

A matéria especial fala sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, que está em análise aqui no Senado, sob a minha relatoria. Fiz inúmeras audiências públicas sobre esse tema, foram dezenas aqui no Senado, e viajei os 27 Estados debatendo essa questão do que é que representa a terceirização na atividade fim.

Em todos os Estados, a Agência Senado, a Rádio Senado e a TV Senado acabaram, de uma forma ou de outra, cobrindo esse debate. Foram em todos os Estados aprovadas cartas contra o PL 30. E ficou comprovado: de cada cinco mortes no trabalho, quatro é de empresa terceirizada; em cada dez acidentes com sequelas, oito são em empresa terceirizada; e, também, em cada cem ações na Justiça, oitenta são de empresas terceirizadas, e o salário em média é 30%, 40% a mais do que na empresa matriz.

Nesses eventos tivemos a participação de empresários, centrais sindicais, trabalhadores terceirizados e também os não terceirizados, estudiosos, Ministros, Parlamentares, eu diria todo o Poder Judiciário.

Realizamos, com a cobertura da mídia aqui do Senado, uma verdadeira cruzada pelo Brasil, percorrendo todos os Estados debatendo a terceirização. Esses debates foram fundamentais para o relatório que apresentarei, mostrando que a terceirização chega a ser análoga ao trabalho escravo. Aqui mesmo no Senado, por inúmeras vezes, tivemos que intervir para que os funcionários terceirizados da Casa pudessem – claro, de acordo com a direção aqui do Senado – receber o que tinham de direito. Porque o tal de “gato” fecha, vai embora e deixa os funcionários a não receber nada.

Agora mesmo, a empresa, graças à decisão tomada pelo Senado, que se retirou e deixou 400 trabalhadores sem indenização, mas, como o Senado tinha recolhido como caução em torno de R\$1 milhão, esse vai ser o dinheiro para pagar os terceirizados.

E até já tinham sido orientados a procurar o direito na Justiça, atrás de advogados. Iriam receber sabe quando? Nunca ou daqui a cinco ou dez anos.

Enfim, esses debates todos contribuíram para o meu relatório, que é contra a terceirização na atividade fim. E quero elevar a nível de primeiro escalão do mundo do trabalho os trabalhadores terceirizados. Os trabalhadores terceirizados vivem em situação – como eu disse – análoga à escravidão, com alto número de acidente de trabalho, baixos salários e poucos direitos. E a maioria das empresas interessadas não paga a Previdência ainda, e, se terceirizarem a atividade-fim, daí, sim, vão conseguir quebrar a Previdência. Queremos assegurar aos 13 milhões de terceirizados todos os direitos plenos que têm aqueles que não são terceirizados.

Mais uma vez, meus parabéns a todos os profissionais da Rádio Senado: técnicos, repórteres, editores, radialistas, enfim, aos profissionais que sempre levam à população temas de grande relevância nacional. E, nesse caso, a terceirização. Assim, eu cumprimento toda a equipe de comunicação do Senado: TV, Rádio – por esse prêmio agora – e naturalmente a Agência Senado e, por extensão, a própria Gráfica do Senado.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a. Esse é o registro que eu queria fazer na véspera de sessões públicas que teremos quinta, sexta, sábado e, provavelmente, segunda e terça até quarta.



O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Eu me somo a V. Ex^a ao parabenizar tanto a TV Senado e a Rádio Senado, quanto a Agência Senado, e também os servidores que trabalham nessas áreas, que fazem um trabalho tão importante não só para os mandatos de nós, Senadores, mas também para o próprio País, no sentido de levar o que está acontecendo no Senado da República, no Senado Federal, aos cidadãos brasileiros, para que os cidadãos brasileiros tenham, de forma transparente e com toda a nitidez, conhecimento do que está ocorrendo aqui no Senado da República. Então, queria fazer minhas as suas palavras de parabéns à TV Senado, à Rádio Senado e à Agência Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 46 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 132ª SESSÃO**EXPEDIENTE****Comunicações**

Expediente do Senador Humberto Costa, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação em Reuniões do Parlamento do Mercosul, realizadas em Montevideu, Uruguai, nos dias 11 e 12 de agosto de 2016, nos termos do Requerimento nº 587, de 2016.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A Presidência do Senado Federal recebeu Expediente do Senador Roberto Requião, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, relatando participação nas Reuniões da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, realizadas no dia 11 de julho de 2016, em Montevideu, Uruguai, conforme o Requerimento nº 493/2016;

O Requerimento vai ao Arquivo.



SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – Rede

GLBSD- Memo. 53/2016

À Publicação

Em _____

Brasília, 24 de agosto de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação de Líder

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência que os senadores das representações partidárias que compõem o *Bloco Socialismo e Democracia* indicam o **Senador Randolfe Rodrigues** para assumir a liderança de nossa bancada.

Respeitosamente,

Senadora Lúcia da Mata

Líder do Bloco Socialismo e Democracia

ANTÔNIO CARLOS
VALADARES

VANESSA
GRAZZIOTIN

CRISTOVAN
BUARQUE

Humberto Costa
Rubrica
Data: 24/8/16
Hora: 16:10



ORDEM DO DIA
quarta-feira, 24 de agosto de 2016

84

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Lindbergh Farias (34,69,72,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) Regina Sousa (40)</p> <p>Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,72,101) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,32)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (37,61)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (85,96) Davi Alcolumbre (89,99) Ataídes Oliveira (86)</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (15,56)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) José Aníbal (93)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (12,26)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,79) Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (60,79)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,97) Roberto Rocha (43,63)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (11,52)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58)</p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PS/PRB/PTC) - 11</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,83)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,82) Elmano Férrer (78,80) Eduardo Amorim (81)</p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,80)</p> <p>Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,82)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 2 Eduardo Amorim (81)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (92)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,83)</p>	<p>PMDB - 19</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,97) José Medeiros (10,18,27,98) Davi Alcolumbre (89,99) Hélio José (49,57,100) Ricardo Ferraço (85,96)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (34,69,72,101)</p>	



Discurso encaminhado à publicação

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, depois de 17 dias de muitas emoções e de muitas alegrias, o mundo se despede do Rio e dos Jogos Olímpicos. Nem São Pedro segurou suas lágrimas. Foram dias de muitas superações de nossos atletas, que trouxeram para casa brilhantes resultados. Nós obtivemos 19 medalhas, distribuídas em 7 ouros, 6 pratas e 6 bronzes. Este resultado deixou o Brasil na 13ª colocação do quadro geral de medalhas e primeiro no quadro geral da América Latina. Na última olimpíada, em Londres, em 2012, nós ficamos na 22ª colocação e tivemos 17 medalhas. Portanto, este resultado é um marco para o país pelo tamanho da competição. Países como China, Coreia do Sul, Itália, Hungria, Cuba e República Tcheca caíram no quadro geral de medalhas de ouro, em comparação com os resultados de Londres. Isto reflete a complexidade e grau da competição.

Boa parte dos resultados do país, Srs. Senadores, aconteceram por dois motivos, pelos investimentos dos governos do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff no esporte brasileiro, e pelo apoio da torcida, que de fato era um outro jogador (a) no campo, na quadra, no tatame ou na piscina.

No ano de 2005, Sr. Presidente, nós criamos o programa Bolsa Atleta, que garante condições mínimas para que nossos atletas se dediquem, com exclusividade ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas. Desde 2011, aumentamos os investimentos no programa. Na olimpíada de Londres, houve um investimento de R\$ 41,8 milhões, em 2.700 atletas. Já na olimpíada do RIO, investimos mais de R\$ 61,6 milhões, em 4.200 atletas. Em uma década, completada em 2015, o programa investiu R\$ 600 milhões, permitindo a cerca de 17 mil atletas se dedicarem aos treinamentos de alto nível. Nos primeiros 10 anos, o programa concedeu mais de 43 mil bolsas e, neste ano, são 6.152 atletas contemplados com investimento de R\$ 80 milhões.

Também tivemos a criação dos programas Segundo Tempo e Bolsa Pódio, este último em 2012. O programa Bolsa Pódio é a categoria mais alta do Bolsa Atleta e é destinada a esportistas com chances de medalhas em Jogos Olímpicos. O programa remunera os atletas com bolsa entre R\$ 5 mil a R\$ 15 mil e tem custo anual aos cofres públicos de R\$ 28 milhões/ano. Além disso, nós contamos com o apoio das Estatais, como Petrobras e Correios, e criamos, em 2008, o Programa de Alto Rendimento, do Ministério da Defesa. O programa oferece uma remuneração de R\$ 3,2 mil aos atletas e tem um investimento do governo federal de R\$ 18 milhões/ano.

Outro investimento do governo federal e do Comitê Olímpico Brasileiros foram nos Jogos Escolares da Juventude - maior evento esportivo estudantil do Brasil. Da delegação composta por 465 atletas do Time Brasil nos Jogos Olímpicos Rio 2016, nós tivemos 51 atletas que saíram dos jogos. Somente no atletismo, o Brasil contou com 19 atletas com passagem pelos Jogos Escolares da Juventude. Na natação, dez dos 33 atletas convocados já disputaram a competição estudantil, além de cinco dos 14 do judô. Basquete, ginástica rítmica, handebol, taekwondo e tênis de mesa são as outras modalidades que contaram com atletas dos jogos.

Todos esses esforços podem ser resumidos em uma única frase: 100% dos atletas que obtiveram medalhas, são apoiados pelo governo federal e, os investimentos nos últimos anos tem dado resultados para o país. Dos 465 esportistas do Time Brasil, 358 (cerca de 77%) recebem Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, programas criados pelo meu partido.

Eu fico muito feliz, Sr. Presidente, em ver esses resultados e ver que nossos programas de governo têm dado certo para o país. O Brasil melhorou seu desempenho em 29 modalidades, manteve os mesmos resultados em 3 e não foi muito bem em apenas 7, das 42 modalidades disputadas nos jogos. Também disputamos 71 finais, quase duas vezes a mais que em Londres, quando disputamos apenas 36. Ainda tivemos 23 modalidades entre as oito melhores do mundo. Ao todo foram 306 provas disputadas nos Jogos Olímpicos, sendo 136 disputadas por mulheres, 161 por homens e 9 mistas.

Também não podemos esquecer de mencionar o aumento da participação de mulheres nos jogos olímpicos. No Rio, tivemos 5.156 mulheres, de 11.428 atletas de 206 países. Se nós compararmos a Olimpíada na Cidade Maravilhosa com a Olimpíada de Moscou, onde iniciou um aumento expressivo da participação feminina nos jogos, podemos concluir que houve um aumento de 359%, ou seja, triplicou o número de mulheres nos jogos.

Também não podemos deixar de mencionar os 85 mil homens, que garantiram a segurança dos atletas, dos turistas e dos moradores da Cidade Maravilhosa, os quase 30 mil voluntários, que trabalharam com muito amor e zelo para a realização dos jogos.

Muitas imagens dos jogos, Srs. Senadores e Senadoras, ficaram em nossas mentes, como da fundista da Nova Zelândia Nikki Hamblin, que foi agraciada com a medalha de Fair Play esportivo do COI (Comitê Olímpico Internacional) por sua atitude ao ajudar Abbey D'Agostino, dos EUA, depois de uma queda da adversária em uma das 5 mil metros. Do britânico Mo Farah, que tropeçou, levantou e levou a medalha de ouro, na pro-



va dos 10.000 metros. Do mergulho de Shaunae Miller, de Bahamas, que ganhou a medalha de ouro, nos 400 metros rasos, e evitou que a americana Allyson Felix se tornasse a primeira mulher com 5 ouros no atletismo.

Da nossa judoca Rafaela Silva, que foi vítima de preconceito e garantiu a medalha de ouro. Do nosso baiano, Isaquias Queiroz, primeiro brasileiro com 3 medalhas em olimpíadas. Do nosso Maicon Andrade, que com uma história de vida impressionante, assim como milhares de brasileiros, superou as dificuldades e tornou-se medalhista nos jogos. Ele era servente de pedreiro de segunda a sexta e garçom aos sábados. Só aos domingos treinava taekwondo. E claro, das lendas do esporte Usain Bolt, do nadador Michael Phelps e da ginasta Simone Biles.

De fato, os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro vão deixar saudades. Saímos de alma lavada e mostramos ao mundo que um país da América Latina pode ser sede dos jogos. Com um custo baixo, se compararmos os investimentos feitos nas outras cidades sede da olimpíada. O Brasil também tem dado exemplo para Tóquio, próxima cidade sede dos jogos. Tóquio quer "arenas simples" em 2020 e pretende usar o modelo adotado pelo Rio de Janeiro.

Portanto, Sr. Presidente, podemos afirmar que o Brasil fez bonito! Fez um gol na gaveta, como dizem na linguagem do futebol!

E não sou eu quem está falando isto. O jornal britânico Financial Times, afirmou que os Jogos do Rio "superaram muito as expectativas em casa e no exterior". Já o jornal "Clarín", na Argentina, declarou que o "Rio encerrou os primeiros Jogos da América do Sul com uma festa histórica".

Sr. Presidente, não podemos jamais deixar de reconhecer o papel do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff nos jogos. Se coube a Lula a defesa e o papel decisivo para que o Brasil fosse o país escolhido para a realização das Olimpíadas, coube à presidenta Dilma e toda a sua equipe de governo, que tiveram o mérito, de forma incansável, de trabalhar para organizar e viabilizar as Olimpíadas na cidade maravilhosa, o Rio de Janeiro. Nós esperamos que os incentivos ao esporte brasileiro e aos nossos atletas continuem, para que em 2020, em Tóquio, tenhamos mais e mais recordes.

Muita Obrigada!

Senadora Fátima Bezerra

OLIMPÍADAS EM NÚMEROS

- 465 Esportistas do Time Brasil
- 358 recebem Bolsa Atleta e Bolsa Pódio, criado pela presidente Lula e pela presidenta Dilma.
- 100% dos atletas que obtiveram medalhas, são apoiados pelo governo federal.
- Melhor desempenho em 29 modalidades, de 42 modalidades.
- 75 finais, duas vezes a mais que em Londres.
- 23 modalidades ficamos entre os oito melhores do mundo.
- 306 provas disputadas - 136 disputadas por mulheres, 161 por homens e 9 mistas.
- 5.156 Mulheres, de 11.428 atletas de 206 países.
- 78 países medalhistas
- 85 mil homens garantindo a segurança dos jogos
- 32 Arenas Construídas
- 3 bilhões de espectadores na cerimônia de abertura
- 30 Mil Voluntários
- Investimento de 39 bilhões (44% público e 56% privado)



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados**SENADO FEDERAL****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 21, DE 2016**

(nº 492/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015.

AUTORIA: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

DOCUMENTOS:

- [Projeto Original](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Aprova o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo Complementar, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.



Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de agosto de 2016.

RODRIGO MAIA
Presidente



Mensagem nº 439

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao “Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior”, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015.

Brasília, 29 de julho de 2016.



EMI nº 00223/2016 MRE MCTIC

Brasília, 12 de Julho de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite de Observação da Terra CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015, assinado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rabelo, e pelo Diretor da Administração Nacional de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional da China, Xu Dazhe.

2. O protocolo em questão afigura-se essencial para a continuidade e expansão do Programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres – CBERS e para o êxito da cooperação com a República Popular da China no campo espacial.

3. No esforço conjunto para adquirir capacitação na área de observação da Terra a partir do espaço, Brasil e China deram início, por meio do "Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos Terrestres", assinado em 6 de julho de 1988, ao desenvolvimento conjunto de dois satélites de sensoriamento remoto. O Programa CBERS proporciona benefícios mútuos em termos de capacitação e acesso a tecnologias de ponta, transferíveis aos setores industriais dos dois países. No âmbito do acordo do Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) foram desenvolvidos 5 satélites: CBERS-1 (1999), CBERS-2 (2003), CBERS-2B (2007), CBERS-3 (2013) e CBERS-4 (2014).

4. O Programa CBERS representa contribuição ímpar à promoção do desenvolvimento tecnológico do setor industrial brasileiro. Esse desenvolvimento é exemplificado na crescente participação de conteúdo tecnológico brasileiro, que atingiu um índice de 50% nos satélites CBERS-3 e CBERS-4. O desenvolvimento do satélite CBERS-4A configura-se como importante, por um lado, por contribuir com o desenvolvimento tecnológico nacional na área espacial e, por outro, por dar continuidade à geração de imagens do território nacional, com isso reduzindo a dependência nacional de produtos gerados por satélites estrangeiros. Aponta, ainda, a continuidade dessa exitosa cooperação e o futuro desenvolvimento dos satélites CBERS-5 e CBERS-6, tema em discussão no âmbito do Plano Decenal de Cooperação Espacial Brasil-China 2013-2022.

5. No âmbito interno, as imagens geradas pelos satélites CBERS são utilizadas em programas como o PRODES e o DETER, de monitoramento do desmatamento na Amazônia, bem como, dentre outros, em aplicações voltadas para a vegetação, a agricultura, o meio ambiente, o gerenciamento hídrico, a cartografia, a geologia, o gerenciamento de desastres naturais e a educação sobre temas ambientais.

6. No âmbito multilateral, o Programa CBERS permitiu que Brasil e China lançassem, em 2007, a iniciativa "CBERS For África", por meio da qual são distribuídas



3

imagens satelitais, sem custo, a países do continente africano. A contribuição sino-brasileira em prol da disseminação de dados e do desenvolvimento de capacidades nessa área é reconhecida internacionalmente como modelo de cooperação e fortalece a posição brasileira de que os benefícios das tecnologias espaciais devem ser estendidos a todos os países, com especial atenção às necessidades dos países em desenvolvimento.

7. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra, Gilberto Kassab



**PROTOCOLO COMPLEMENTAR
PARA O DESENVOLVIMENTO CONJUNTO DO CBERS-4A ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
AO “ACORDO QUADRO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
SOBRE COOPERAÇÃO EM APLICAÇÕES PACÍFICAS DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPAÇO EXTERIOR”**

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (doravante denominados coletivamente “as Partes”),

Recordando o Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas do Espaço Exterior, Ciência e Tecnologia, assinado em Pequim, em 08 de novembro de 1994;

Recordando o Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em Brasília, em 21 de setembro de 2000;

Recordando o Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial 2013-2022 entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Nacional do Espaço da China (CNSA), assinado em Guangzhou, na China, em 06 de novembro de 2013;

Recordando a Carta de Intenções entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Nacional de Espaço da China (CNSA) sobre a Cooperação Relativa a Novos Satélites, assinada em Pequim, em 09 de dezembro de 2014;

Levando em consideração o Relatório de Trabalho que especifica os parâmetros técnicos e outros detalhes sobre a construção do CBERS-4A, aprovado em 20 de abril de 2015;

Considerando o desenvolvimento bem-sucedido do CBERS-1, CBERS-2, CBERS-2B, CBERS-3 e CBERS-4; e

Visando manter a continuidade do fornecimento dos dados dos satélites CBERS,

ACORDARAM O SEGUINTE:

ARTIGO I

As Partes construirão em conjunto um satélite CBERS-4A, para garantir o fornecimento contínuo de imagens CBERS, dentro de seus parâmetros técnicos e a divisão de trabalho especificados no Relatório de Trabalho aprovado.



ARTIGO II

No CBERS-4A, a divisão das tarefas de desenvolvimento e do montante de investimentos permanecerão idênticas às dos satélites CBERS-3/4: 50% (cinquenta por cento), respectivamente, para o Brasil e a China.

ARTIGO III

Os trabalhos de Montagem, Integração e Testes (AIT) do CBERS-4A serão realizados no Brasil, e este satélite será lançado da China por um Veículo Lançador Longa Marcha. Os custos de lançamento serão compartilhados como nos satélites CBERS-3/4: 50%, respectivamente, para o Brasil e a China.

ARTIGO IV

O CBERS-4A será lançado em 2018 e seu sistema de rastreamento, telemetria e controle (TT&C) será semelhante ao dos satélites CBERS-3/4.

ARTIGO V

As Partes designaram a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Nacional de Espaço da China (CNSA) como as entidades responsáveis pela implementação do Protocolo Complementar.

ARTIGO VI

O projeto de cooperação no âmbito deste Protocolo Complementar cumprirá os princípios gerais acordados entre o Brasil e a China para o Programa CBERS.

ARTIGO VII

Cada uma das Partes notificará à outra da conclusão das formalidades necessárias à entrada em vigor deste Protocolo Complementar, o qual terá vigência a partir da data da última dessas notificações, e permanecerá em vigor por um período de dez (10) anos.

Feito no dia 19 de maio em 2015 em Brasília, em duplicata, nos idiomas português, chinês e inglês, sendo todos esses textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR
DA CHINA



LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88
inciso I do artigo 49





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2016

(Proveniente da Medida Provisória nº 723, de 2016)

Prorroga o prazo de dispensa de que trata o caput do art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- Medida Provisória original
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista
- Parecer nº 26, de 2016-CN da Comissão Mista
- Sinopse de tramitação na Câmara



[Página da matéria](#)

Prorroga o prazo de dispensa de que trata o art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O prazo de dispensa previsto no art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, fica prorrogado por três anos.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, fica prorrogado, por três anos, o prazo do visto temporário de que trata o art. 18 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de agosto de 2016.

RODRIGO MAIA
Presidente



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
02/05/2016		Publicação no DOU
	09/05/2016	Emendas (6 dias após a publicação)
	29/05/2016	Prazo na CD (até 28º dia)
29/05/2016		Recebimento previsto no SF
30/05/2016	12/06/2016	Prazo no SF (42º dia)
12/06/2016		Se modificado, devolução à CD
13/06/2016	15/06/2016	Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD (43º ao 45º dia)
16/06/2016		Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de
	30/06/2016	Prazo final no Congresso Nacional (60 dias)
	29/08/2016	Prazo final prorrogado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2016

(Proveniente da Medida Provisória nº 724, de 2016)

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

AUTORIA: Presidente da República

DOCUMENTOS:

- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista
- Parecer nº 33, de 2016 - CN da Comissão Mista
- Nota técnica
- Sinopse de tramitação na Câmara



[Página da matéria](#)

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos de inscrição no Cadastro Ambiental Rural e adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59.

.....

§ 2º A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, devendo essa adesão ser requerida no prazo estipulado no § 3º do art. 29 desta Lei.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de agosto de 2016.

RODRIGO MAIA
Presidente



CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
05/05/2016		Publicação no DOU
	11/05/2016	Emendas (6 dias após a publicação)
	01/06/2016	Prazo na CD (até 28º dia)
01/06/2016		Recebimento previsto no SF
02/06/2016	15/06/2016	Prazo no SF (42º dia)
15/06/2016		Se modificado, devolução à CD
16/06/2016	18/06/2016	Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD (43º ao 45º dia)
19/06/2016		Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de
	03/07/2016	Prazo final no Congresso Nacional (60 dias)
	01/09/2016	Prazo final prorrogado



Mensagens do Presidente da República em exercício

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 82, DE 2016

(nº 461/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Côte D'Ivoire (Costa do Marfim).

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 461

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Côte d'Ivoire (Costa do Marfim).

Os méritos do Senhor Bruno Luiz dos Santos Cobuccio que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de agosto de 2016.



EM nº 00209/2016 MRE

Brasília, 11 de Julho de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Côte d'Ivoire (Costa do Marfim).

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO**

CPF: 723.080.288-15

ID.: 5947558 SSP/SP

1955 Filho de Luigi Cobuccio e Maria de Lourdes dos Santos Cobuccio, nasce em 16 de abril em Santos/SP

Dados Acadêmicos:

1977 Economia pela Universidade de Campinas/SP

1982 CPCD – IRBr

2010 CAE – IRBr: A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência

Cargos:

1983 Terceiro-Secretário

1987 Segundo-Secretário

1994 Primeiro-Secretário, por merecimento

2005 Conselheiro, do Quadro Especial

2011 Ministro de Segunda Classe, do Quadro Especial

Funções:

1984 Divisão do Pessoal, Assistente

1984-85 Departamento Econômico, Assistente

1985-90 Embaixada em Budapeste, Terceiro e Segundo-Secretário

1990-91 Divisão da América Meridional I, Assistente

1991-92 Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento de Assuntos Internacionais, Chefe de Gabinete

1993-97 Embaixada em Madri, Segundo e Primeiro-Secretário

1997-01 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Primeiro-Secretário

2001-03 Instituto Rio Branco, Assistente do Diretor

2003-06 Ministério da Integração Nacional, Assessor Especial

2006-08 Embaixada em Montevidéu, Conselheiro

2008-11 Embaixada em Paris, Conselheiro

2012- Embaixada em Libreville, Embaixador

Cargos docentes e outras atividades acadêmicas:

1984 Professor Assistente de Economia - IRBr

Publicações

2010 CAE - IRBr: A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência



Paula Alves de Souza

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



Aviso nº 538 - C. Civil.

Em 17 de agosto de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Côte d'Ivoire (Costa do Marfim).

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CÔTE D'IVOIRE (COSTA DO MARFIM)



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Fevereiro de 2016



DADOS BÁSICOS SOBRE A COSTA DO MARFIM	
NOME OFICIAL:	República da Côte d'Ivoire
CAPITAL:	Yamoussoukro (capital oficial) e Abidjan (sede do governo)
ÁREA:	322.462 km ²
POPULAÇÃO (est. 2014):	23,9 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (40%), cristianismo (30%) e animismo (30%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral: Assembleia Nacional (225 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Alassane Ouattara (desde maio de 2011)
CHEFE DE GOVERNO:	Daniel Kablan Duncan (novembro de 2012)
CHANCELER:	Albert Toikeusse Mabri (janeiro de 2016)
PIB NOMINAL (est. 2015):	US\$ 31,3 bilhões
PIB PPP (est. 2015):	US\$ 79,1 bilhões
PIB PER CAPITA (2015):	US\$ 1.319
PIB PPP PER CAPITA (2015):	US\$ 3.097
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	8,2% (est. 2015); 7,9% (2014); 8,7% (2013)
IDH (2014)	0,462 (172º entre 187 países avaliados)
EXPECTATIVA DE VIDA:	51,5 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015)	43,1%
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Sylvestre Aka Amon Kassi
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	130

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Côte d'Ivoire	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	198.456	153.179	182.421	268.330	99.480	102.411	110.675
Exportações	117.956	95.890	89.528	93.788	65.033	55.660	47.075
Importações	80.500	57.290	92.892	174.541	34.446	46.750	63.600
Saldo	37.456	38.600	-3.364	-80.752	30.587	8.911	-16.526

Informação elaborada em 12 de fevereiro de 2016 por Bruno Quadros e Quadros. Revisada por Artur Saraiva de Oliveira.



PERFIS BIOGRÁFICOS**Alassane Ouattara**
Presidente da República

Nascido em 1942, em Dimbokro, Alassane Ouattara graduou-se na Universidade de Drexel, Filadélfia, Estados Unidos. Obteve, adicionalmente, os títulos de mestre e doutor em economia pela Universidade da Pensilvânia.

Próximo ao ex-Presidente Félix Houphouët-Boigny, Ouattara trabalhou em diversas instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO).

Em 1988, tornou-se Governador do BCEAO, cargo que ocuparia até 1990, quando foi indicado Primeiro-Ministro da Côte d'Ivoire. Nesse período, em decorrência do estado de saúde de Houphouët-Boigny, chegou a desempenhar também funções presidenciais.

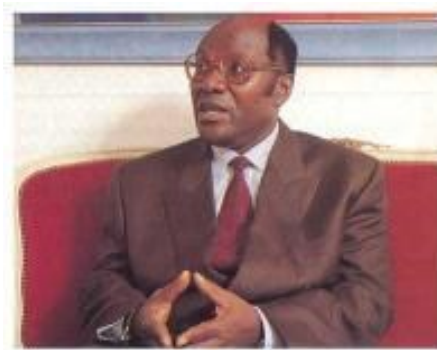
Após a morte do líder da independência marfinense, travou breve disputa com Henri Bedié, então líder do Parlamento, pela Presidência da República. Derrotado, não continuou como Primeiro-Ministro e ainda teve de assistir à aprovação de leis que restringiam os direitos políticos de pessoas que, à sua semelhança, não tinham os dois pais nascidos na Côte d'Ivoire, a chamada *ivoirité*. Decidiu, então, sair do Partido Democrático da Côte d'Ivoire (PDCI) para tornar-se a principal liderança do Agrupamento dos Republicanos (RDP). Contudo, foi impedido de concorrer nas eleições presidenciais de 1995 e 2000.

Em 2010, Ouattara venceu a controvertida eleição presidencial, mas sua posse no cargo, em 21 de maio de 2011, só se tornou possível em virtude da intervenção de potências ocidentais, uma vez que o resultado do pleito não foi reconhecido por seu principal adversário, o ex-Presidente Laurent Gbagbo. Em outubro de 2015, Alassane Ouattara foi eleito para seu segundo mandato presidencial.

Em fevereiro de 2013, reuniu-se com a Presidenta Dilma Rousseff, à margem da Cúpula da ASA, em Malabo, Guiné Equatorial.



Daniel Kablan Duncan
Primeiro-Ministro



Nascido em 1943, em Ouellé, cidade localizada no centro-oeste do país, Kablan Duncan foi Ministro das Finanças do gabinete liderado por Alassane Ouattara no início dos anos 1990. Tornou-se Primeiro-Ministro, quando da morte de Félix Houphouët-Boigny e da consequente saída de Ouattara da liderança do governo.

Importante político do PDCI, continuou nesse cargo até 1999, quando houve golpe militar. Exilou-se na França até o ano seguinte, quando voltou à Cote d'Ivoire.

Tornou-se Ministro dos Negócios Estrangeiros no início do Governo Ouattara. Foi indicado para Primeiro-Ministro em novembro de 2012.



RELAÇÕES BILATERAIS

Histórico

O Brasil reconheceu a independência da Côte d'Ivoire em 13 de agosto de 1960 e estabeleceu Embaixada em Abidjan em abril de 1969. Em março de 1971, a Côte d'Ivoire abriu Embaixada residente em Brasília. A partir de então, desenvolveu-se relacionamento bilateral relativamente denso, com diversas visitas de alto nível até o início da década de 1980.

A crise econômica que afetou ambos os países na década de 1980 e a deflagração de conflitos militares no país africano, porém, tiveram como consequência relativo distanciamento nas relações bilaterais. Ilustra esse enfraquecimento o fato de a última reunião da Comissão Mista entre os dois países ter sido realizada em 1987.

A despeito desse relativo retrocesso, as relações bilaterais permaneceram relevantes. O Brasil, de sua parte, manteve aberta sua representação diplomática em Abidjan mesmo nos momentos mais dramáticos das crises militares do país. Ademais, participou, entre 2008 e 2010, como observador, das reuniões do Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Acordo Político de Uagadugu, que buscou solucionar a instabilidade no país africano.

Em 2012, a Côte d'Ivoire participou da Conferência Rio+20, com delegação chefiada pelo então Primeiro-Ministro Jeannot Ahoussou Koadio. Mais recentemente, em fevereiro de 2013, à margem da Cúpula da ASA, em Malabo, a Presidenta Dilma Rousseff reuniu-se com o Presidente Alassane Ouattara.

Comércio bilateral

Entre 2006 e 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e a Côte d'Ivoire cresceu apenas 3,5%, de US\$ 107,0 milhões para US\$ 110,7 milhões. Em 2015, o intercâmbio registrou elevação de 8,1% em comparação com 2014. Ao longo desse período de dez anos, o saldo comercial bilateral alternou entre anos de déficits e de superávits para o Brasil.

As exportações brasileiras para a Côte d'Ivoire decresceram 34,8% entre 2006 e 2015, passando de US\$ 72,2 milhões (2006) para US\$ 47,1 milhões (2015). Em 2015, as vendas, novamente, diminuíram 15,4%. Essa retração foi motivada, principalmente, pela forte retração que se verificou nos embarques de farelo de soja do Brasil para o país africano (-74,4%).

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Côte d'Ivoire, em 2015, foram: (i) açúcar (valor de US\$ 17,9 milhões, equivalentes a 38,2% do total geral); (ii) carnes bovinas (US\$ 5,5 milhões ou 11,7% do total); (iii) papel kraft, em rolos



(US\$ 2,7 milhões ou 5,8%); (iv) farelo de soja (US\$ 2,5 milhões ou 5,2%); e (v) tratores "bulldozers" e "angledozer", de lagartas (US\$ 1,8 milhão ou 3,8%). Consta-se que a pauta ofertada é majoritariamente composta por produtos manufaturados (75%), seguidos dos básicos (25%).

Nos últimos dez anos, as importações brasileiras originárias da Côte d'Ivoire cresceram 82,8%, tendo aumentado, portanto, de US\$ 34,8 milhões, em 2006, para o nível de US\$ 63,6 milhões em 2015. As aquisições originárias da Côte d'Ivoire em 2015, novamente, cresceram 36,0%, se comparadas com a cifra do ano anterior. Esse crescimento deu-se, basicamente, em razão da elevação nas compras brasileiras de castanhas de caju (+177%).

Os principais produtos adquiridos pelo Brasil, oriundos da Côte d'Ivoire, em 2015, foram: (i) castanhas de caju (valor de US\$ 28,0 milhões, equivalentes a 44,1% do total); (ii) borracha natural (US\$ 22,3 milhões ou 35,1% do total); (iii) pasta de cacau, cacau em pó, e manteiga de cacau (US\$ 11,8 milhões ou 18,6%); (iv) produtos vegetais utilizados na alimentação humana (US\$ 689 mil ou 1,1%); e (v) borracha natural (US\$ 230 mil ou 0,4% do total). Os produtos básicos representaram 81% do total importado, ao passo que os semimanufaturados detiveram representatividade em torno de 19%.

Proibição das importações de cacau marfinense

Na área agrícola, a principal questão bilateral é a proibição ainda vigente das importações de cacau marfinense, suspensas desde agosto de 2012, em razão de problema fitossanitário, após dois carregamentos de cacau originário daquele país terem chegado ao Porto de Ilhéus infectados por insetos.

Em janeiro de 2013, missão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) esteve em Abidjan, onde manteve reuniões com autoridades marfinenses e operadores privados do setor cacauzeiro. Na oportunidade, os técnicos do MAPA indicaram medidas de ordem sanitária para a normalização das importações pelo Brasil. O lado marfinense indica que, desde então, as medidas propostas pelo MAPA vêm sendo adotadas pela Côte d'Ivoire.

Inicialmente caracterizado como questão de ordem fitossanitária, o embargo é atualmente percebido pelas autoridades marfinenses como suposto resultado de pressões protecionistas dos produtores nacionais brasileiros. Em reiteradas oportunidades, as autoridades marfinenses têm expressado inquietação com a continuada suspensão das importações de cacau originário daquele país e, sobretudo, com a falta de indicações, pela parte brasileira, quanto à sua retomada.



Investimentos

A empresa brasileira Junqueira Compressores ganhou licitação, em 2012, para atuar no mercado de gás natural veicular (GNV) da Côte d'Ivoire. As operações da empresa são feitas em parceria com a estatal petrolífera costa-marfinense (PETROCI). O êxito da Junqueira Compressores pode vir a ser canal de abertura para outras empresas brasileiras naquele país africano.

Em 2015, o governo da Côte d'Ivoire manifestou interesse em conhecer a experiência brasileira no processamento de mandioca. Estava programada missão oficial ao Brasil, que, no entanto, foi cancelada.

Cooperação técnica

A cooperação técnica entre Brasil e Costa d'Ivoire é juridicamente amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa do Marfim, celebrado em 27 de outubro de 1972 e promulgado em 7 de dezembro de 1973.

Em 2010, representantes da Embrapa cumpriram missão no país. Nessa ocasião, encontraram-se com autoridades da Presidência da República, do Ministério da Agricultura, Produção Animal e Recursos Haliêuticos e do Ministério de Minas e Energia, bem como com representantes de organismos internacionais, do setor privado local, de instituições de pesquisa e extensão e de instituições financeiras. As autoridades marfinenses apresentaram demandas nos setores de rizicultura, de produção de sementes e de pecuária de corte e leite. Manifestaram, igualmente, interesse pela mecanização da agricultura e da pecuária.

Contudo, a instabilidade política do país, caracterizada pela crise pós-eleitoral no final de 2010, impossibilitou ulteriores passos para concretização da cooperação entre os dois países. A normalização da situação política, ao longo de 2011, permitiu à ABC retomar as relações técnicas com este país e realizar missão em outubro de 2011, com vistas a identificar e elaborar projetos de cooperação. À luz dessa missão, foi identificado, juntamente com a Embrapa, um projeto na área de produção de semente de arroz, o qual ainda se encontra, atualmente, pendente de execução.

Além disso, representantes do Governo marfinense realizaram, em 2011 e em 2012, visitas ao Brasil. Nessas ocasiões, solicitaram ao Diretor da ABC cooperação técnica em novas áreas, a saber: formação profissional nas áreas de turismo, agricultura familiar e cooperativismo, pesca e aquicultura. Devido às restrições orçamentárias da ABC, não foi possível atender às referidas demandas, de modo que, em 2012 e em 2013, não foram realizadas atividades de cooperação técnica na Costa do Marfim.

No entanto, o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil (MPA), conforme acordado diretamente com seu homólogo marfinense, organizou missão àquele país,



com vistas a prospectar projeto de cooperação técnica e identificar oportunidades de negócio nas áreas de carcinicultura e de pesca. Como decorrência da referida missão, o MPA apresentou à ABC, em reunião realizada na sede da Agência no dia 19 de março de 2013, minuta de projeto de cooperação técnica na área de pesca e aquicultura a ser implementado na Côte d'Ivoire. Após a conclusão das negociações, o Documento de Projeto foi assinado em abril de 2014. Em seguida, o MPA transferiu para a ABC, por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Orçamentário, a primeira parcela do valor total do projeto, equivalente a R\$ 1.884.291,84, conforme extrato publicado na edição do DOU do dia 25 de junho de 2014. Em novembro de 2015, o Termo de Cooperação para a execução do projeto foi renovado, no entanto, não será necessário o envio da segunda parcela, pois será possível a execução do projeto com os recursos já disponíveis na ABC.

Em julho de 2014, o Ministro da Pesca e Aquicultura do Brasil, Senhor Eduardo Lopes, chefiou missão brasileira, composta por representantes do MPA e da ABC, à Côte d'Ivoire, a fim de participar de cerimônia de lançamento do projeto em epígrafe.

Em 2015, no âmbito do projeto "Desenvolvimento da pesca e da aquicultura na Costa do Marfim", foram realizadas duas atividades de capacitação (uma na Côte d'Ivoire e outra no Brasil) e uma atividade de monitoramento do projeto, e também foi contratado o coordenador do projeto, baseado em Abidjan, onde permanecerá por um ano.

Devido à reorganização ministerial ocorrida do segundo semestre de 2015, o Ministério da Pesca e Aquicultura voltou a integrar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sem ter havido, no entanto, qualquer prejuízo ao projeto.

Outra área em que o Governo brasileiro contribuiu positivamente, em atendimento à solicitação do Governo da Côte d'Ivoire, foi a do censo demográfico. O IBGE disponibilizou, em 2014, 20.200 computadores de mão (PDAs) para realização do recenseamento daquele país, que se responsabilizou pelo transporte dos referidos aparelhos de volta ao Brasil. Após a conclusão das negociações, procedeu-se à assinatura de Memorando de Entendimento e de Termo de Empréstimo, celebrada durante visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Côte d'Ivoire, Charles Koffi Diby, a Brasília, realizada entre os dias 3 e 4 de fevereiro de 2014.

Cabe mencionar, por fim, o interesse marfinense em beneficiar-se da experiência brasileira na implementação de programas sociais. Em outubro de 2013, a Ministra da Educação da Côte d'Ivoire, Kandia Camara, visitou o Brasil, para conhecer a experiência brasileira de concepção e gestão de programas de alimentação escolar sustentável.

Cooperação na formação de diplomatas



Embora não haja acordo de cooperação para formação de diplomatas entre o Brasil e a Côte d'Ivoire, a presença de diplomatas marfinenses tem sido significativa no Instituto Rio Branco (IRBr). No período de 1976 a 2015, seis diplomatas daquele país africano foram bolsistas do Curso de Formação do Instituto Rio Branco.

O Secretário-Geral da chancelaria marfinense, Embaixador Claude Dassys, visitou o Brasil, em maio de 2013, para conhecer a experiência do IRBr. Em reunião com seu homólogo brasileiro, o Embaixador Dassys solicitou cooperação, inclusive, para a construção das estruturas físicas da academia diplomática. O Brasil mostrou-se disposto a cooperar, explicando, no entanto, que não poderia se engajar no processo de construção de infraestruturas.

Em fevereiro de 2014, o Chanceler Charles Koffi Diby proferiu palestra no Instituto, quando de sua visita oficial ao Brasil.

Cooperação humanitária

Em 2012, foram realizadas diversas iniciativas de cooperação humanitária em favor da Côte d'Ivoire. O Brasil realizou contribuição de US\$ 200 mil, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoio a projeto de reconstrução de 180 casas para famílias de deslocados internos na região de Duékoué, uma das mais afetadas pela guerra civil que vitimou o país em 2010 e 2011. Outra contribuição, de US\$ 50 mil, por meio do ACNUR, foi empenhada para a assistência a refugiados liberianos no país.

Em 2012, o Governo brasileiro também efetuou doação de 2.700 kg de medicamentos e insumos hospitalares, em apoio emergencial ao Ministério de Saúde Pública da Côte d'Ivoire e à Organização Caritas para o combate à Úlcera Burili, endemia que afeta as regiões oeste e centro-oeste do país.

Contribuição brasileira à missão de paz da ONU

O Brasil contribui com sete militares para a Operação das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (ONUCI).

Empréstimos e financiamentos oficiais

A dívida da Costa do Marfim com o Brasil é de cerca de US\$ 10 milhões. O país alcançou o ponto de conclusão da Iniciativa para "Países Pobres Altamente Endividados" (Iniciativa HIPC) em julho de 2012. Durante reunião bilateral de renegociação de dívida, em novembro de 2012, acertou-se que a dívida receberia 86% de perdão. O restante, US\$ 1,26 milhão, seria pago em quatro parcelas



semestrais de US\$ 315,7 mil. O acordo foi enviado para apreciação do Senado Federal em maio de 2013 e encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos. O trâmite foi paralisado, após ter enfrentado oposição de alguns parlamentares e recebido pedido de vistas coletivo.

A reestruturação da dívida bilateral, esforço no qual o Brasil se inseriu, juntamente com os demais países credores no Clube de Paris, gerou na Côte d'Ivoire grande expectativa, como parte do esforço em sanear suas finanças e retomar os níveis de credibilidade nos mercados internacionais de que desfrutava antes da crise pós-eleitoral de 2012-2011 e da quase uma década de instabilidade institucional e violência política que a precedeu.

A dívida marfinense é a menor entre os países africanos dos quais o Brasil é credor. Além disso, o Brasil é o único credor, entre os participantes da Iniciativa HIPC no Clube de Paris, a não haver ainda perdoado os passivos marfinenses, o que impede a normalização da situação de Côte d'Ivoire no sistema financeiro internacional. A falta de aprovação no Senado obstaculiza o financiamento oficial brasileiro a empresas nacionais que poderiam estar exportando serviços e bens para Côte d'Ivoire.

Assuntos consulares

A rede consular do Brasil na Côte d'Ivoire é composta pelo Setor Consular da Embaixada brasileira em Abidjan. Não foram realizados consulados itinerantes naquele país africano em 2015.

A comunidade brasileira na Côte d'Ivoire é de cerca de 130 brasileiros, segundo dados de 2014. A maioria é composta por missionários de diversas ordens religiosas, em especial da Igreja Universal. Também há militares brasileiros a serviço das Nações Unidas, os quais compõem a Operação das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (ONUCI). Não há registro de cidadãos brasileiros detidos no país ou deportados em 2015.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre Brasil e Côte d'Ivoire, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e de pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em acordos multilaterais de que ambos os países sejam parte.



POLÍTICA INTERNA

Histórico

Antiga colônia francesa, a Côte d'Ivoire tornou-se independente em 1960. Até meados da década de 1990, o país esteve associado, no cenário africano, a um quadro de estabilidade política e de prosperidade econômica, no que ficou conhecido como o "milagre marfinense". Esse "milagre" foi proporcionado, entre outros fatores, pela forte liderança de Félix Houphouët-Boigny, pelo alinhamento à ex-metrópole e por política econômica liberal voltada à exportação de matérias-primas tropicais, como o cacau e o café.

Instituições e forças políticas

A Côte d'Ivoire é uma República semipresidencialista. À semelhança do que ocorre em outros países africanos de colonização francesa, existe o cargo de Primeiro-Ministro. Sua indicação, porém, não é feita pelo Parlamento, mas pelo Presidente, que concentra grande parte das funções do Poder Executivo.

O Parlamento é unicameral. A Assembleia Nacional (*Assemblée Nationale*) é formada por 225 deputados, eleitos para mandatos de cinco anos, por meio do voto direto e do sistema de maioria simples.

As eleições presidenciais de 2010

A instabilidade tem sido a marca da Côte d'Ivoire desde meados da década de 1990. A mais recente crise deu-se por ocasião das eleições presidenciais do final de 2010, quando o Conselho Constitucional do país reverteu decisão do Presidente da Comissão Eleitoral Independente e concedeu a vitória eleitoral ao então Presidente Laurent Gbagbo – integrante do *Front Populaire Ivoirien* (FPI). Alassane Ouattara – ligado historicamente ao *Parti Démocratique de Côte d'Ivoire* (PDCI) –, cuja vitória fora reconhecida pela comunidade internacional, só assumiu em abril de 2011, após conflito armado e intervenção de tropas francesas (Operação Licorne) e da ONU (Operação das Nações Unidas na Côte d'Ivoire – ONUCI).

O país, porém, permaneceu dividido. O processo de reconciliação nacional progride lentamente. O Governo tem sido acusado de pôr em prática uma "justiça de vencedores", visto que tem penalizado de maneira excessiva os partidários de Gbagbo. O antigo Presidente, aliás, encontra-se sob a custódia do Tribunal Penal Internacional (TPI), acusado de crimes de guerra.

Episódios de violência entre partidários dos dois campos políticos continuam: em dezembro de 2012, foram registrados ataques contra as Forças Armadas do país,



as quais, por sua vez, também são acusadas de atos de violência. O conflito, na verdade, alastrou-se para fora das fronteiras marfinenses: partidários de Gbagbo têm sido acusados de recrutar elementos na Libéria e em Gana.

O Presidente Ouattara tem sido alvo de críticas por setores da sociedade civil, insatisfeitos com a incapacidade de o Governo traduzir em ganhos sociais o crescimento econômico verificado a partir de meados de 2011. Além disso, Ouattara é criticado por não promover a reconciliação nacional, tema de controvérsias entre o mandatário marfinense e a ONUCI (Operação das Nações Unidas na Côte d'Ivoire). Nas eleições locais de abril de 2013, a FPI boicotou o pleito e a taxa de participação foi baixa (cerca de 30%), o que demonstraria o apoio que o partido de Gbagbo ainda goza em seu país.

De qualquer modo, foram registrados avanços no processo de Desarmamento, Desmobilização e Reconciliação (DDR), como o estabelecimento de uma autoridade nacional única para o tema. Muitos desafios, porém, persistem, entre eles, profissionalizar as Forças Armadas, bem como dotar o país de arcabouço jurídico adequado para pôr fim aos constantes conflitos pela posse da terra.

As eleições presidenciais de 2015

Em outubro de 2015, Alassane Ouattara foi eleito para seu segundo mandato presidencial, com 83,7% dos votos, contra os 9,3% obtidos por Pascal Affi N'Guessan, do FPI, partido do ex-Presidente Laurent Gbagbo.

Entre os fatores a influenciarem os rumos da política interna marfinense nos próximos anos estão o andamento do processo contra Gbagbo no TPI e a capacidade de o Governo Ouattara transformar o robusto crescimento econômico dos últimos anos em melhorias nas condições de vida do cidadão comum.



POLÍTICA EXTERNA

Introdução

Para compreender a política externa da Côte d'Ivoire, pode-se dividir a atuação do país em três eixos: (i) as relações com as potências ocidentais; (ii) as relações com os países africanos; e (iii) a atuação protagonista em organizações econômicas internacionais de matérias-primas exportadas pelo país africano (cacau e café, especialmente).

Relações com as potências ocidentais

Logo após a independência, a Côte d'Ivoire enfatizou o adensamento de suas relações com os países ocidentais, sendo Paris seu interlocutor privilegiado. Permaneceu sob o manto protetor da ex-metrópole, que ainda hoje mantém cerca de mil soldados nas imediações de Abidjan. Mesmo com a procura de novos parceiros a partir da década de 1990 e o relativo distanciamento ocorrido durante o governo de Gbagbo (2000-2010), a França é até hoje o principal provedor de ajuda financeira à Côte d'Ivoire.

É perceptível, desde o início do Governo Ouattara, a intensificação do relacionamento bilateral com Paris. Esse movimento é, em grande medida, resultado do apoio ostensivo francês a Ouattara durante a recente crise pós-eleitoral. Estados Unidos e Reino Unido foram dois outros países que, embora mais discretos, também apoiaram o atual Presidente.

Relações com a África

A política marfinense para a África se pautou, durante a "era Houphouët-Boigny" (1960-1993), pelos interesses franceses no continente. Adversários do Ocidente, e especialmente da França, eram também adversários da Côte d'Ivoire, como bem ilustra a hostilidade diante da República da Guiné à época do governo de Sékou Touré. No âmbito econômico, a Côte d'Ivoire, em decorrência de seu dinamismo, foi a grande fiadora da União Econômica e Monetária da Oeste Africano (UEMOA) instituição regional que possui moeda única, atrelada ao Euro.

A Côte d'Ivoire também faz parte da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O país exerceu papel ativo na crise do Mali, tendo apoiado a intervenção francesa, além de ter enviado tropas para apoiar missão da CEDEAO. A respeito da crise política na Guiné-Bissau, a Côte d'Ivoire tem apoiado o Governo de



transição. A CEDEAO, instituição atualmente presidida pelo mandatário marfinense, tem concedido ajuda financeira à Guiné-Bissau, como forma de mitigar os efeitos das sanções impostas por outros países e instituições internacionais.

Atuação em organizações econômicas internacionais

Por fim, a Côte d'Ivoire, enquanto importante produtor de café e maior produtor de cacau do mundo, atua ativamente em instituições como Organização Internacional do Café (OICAFÉ), Aliança dos Países Produtores de Cacau (COPAL) e, principalmente, Organização Internacional do Cacau (OICACAU). Em contraste com o período Gbagbo, os costa-marfinenses vêm demonstrando maior flexibilidade em relação às propostas dos países consumidores.

Operação das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (ONUCI)

Autorizada pela Resolução 1528 do Conselho de Segurança da ONU, em 2004, a ONUCI foi concebida para garantir a estabilização da Côte d'Ivoire, no contexto dos conflitos políticos e militares que se iniciaram naquele país africano a partir de 1999, com o golpe de Estado do General Robert Gueï, o qual derrubou Henri Konan Bedié.

Pela Resolução 2226, de 25 de junho de 2015, o Conselho de Segurança da ONU estendeu o mandato da ONUCI até 30 de junho de 2016, bem como autorizou a presença das tropas francesas que a apoiam. Em razão da melhoria da situação de segurança no país, as tropas da Missão passam, nos últimos anos, por redução progressiva e, atualmente, somam cerca de 5.000 militares e 1.500 policiais. O principal objetivo da ONUCI é a proteção de civis, além de iniciativas de desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR) e de reforma do setor de segurança (RSS).

Com a reeleição do Presidente Ouattara, em outubro de 2015, por meio de eleições pacíficas, a expectativa é de aceleração da retirada da ONUCI, inclusive com a possibilidade de saída completa das tropas ainda em 2016. Persistem, contudo, ameaças à plena estabilização da Côte d'Ivoire, como a repercussão interna do processo contra Laurent Gbagbo no TPI, a atuação de mercenários na fronteira com a Libéria, o amplo acesso a armamento em circulação na África Ocidental, as dificuldades no processo de DDR, a criminalidade urbana e a grave exclusão social.

Participação no Conselho de Segurança da ONU



A última vez em que a Côte d'Ivoire exerceu mandato eletivo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, na qualidade de membro não permanente, foi no biênio 1990-1991.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama econômico

Após sofrer retração de 4,4% em 2011, refletindo os efeitos recessivos dos conflitos pós-eleitorais de 2010, a economia do país recuperou-se rapidamente e atingiu notável expansão de 10,6% em 2012. O biênio seguinte continuou sendo caracterizado por forte ritmo de expansão e, assim, medido pela expansão do PIB, a economia sustentou taxa de crescimento de 8,7% em 2013 e de 7,9% em 2014. No que se refere ao ano de 2015, Côte d'Ivoire continuou em marcha de firme expansão econômica e, assim, logrou crescimento de 8,2%, índice que elevou o PIB nominal do país ao nível de US\$ 31,3 bilhões. Como resultado, o PIB per capita somou US\$ 1.319 no ano passado.

Agricultura

O setor agrícola, que emprega mais de 60% da população economicamente ativa, posiciona-se como o mais importante segmento da economia marfinense, sendo o país o maior produtor e exportador mundial de cacau bruto.

Petróleo e gás natural

A Côte d'Ivoire possui limitada capacidade de produção e refino de petróleo, mas suficiente para cobrir quase todo o consumo interno e gerar excedentes exportáveis. Suas reservas de petróleo estão estimadas em 100 milhões de barris, a maior parte *offshore*. No ano de 2014, a produção de petróleo foi estimada em 36 mil barris por dia, mas há indícios de que a recente entrada em operação de poços em águas profundas possa ter dobrado esta cifra.

Existe, em operação, uma refinaria em Abidjan, com uma planta de betume adjacente, ambas estatais. A refinaria é abastecida pela produção local, complementada por importações da Nigéria. O país é autossuficiente na produção de produtos petrolíferos refinados e é também um dos principais fornecedores para a região oeste do continente africano. A companhia estatal de gás e petróleo (PETROCI) revelou planos de construir uma segunda refinaria, com capacidade para



processar 60 mil barris por dia, a fim de incrementar o abastecimento no mercado de derivados do oeste africano.

Mineração

O ouro é o foco dos investimentos estrangeiros no setor de mineração da Côte d'Ivoire. Há larga presença de garimpos artesanais de ouro e de diamantes nos países.

O país também teria potencial para a exploração de ferro, bauxita, níquel, manganês e tantalita.

Comércio exterior

Ao longo dos dez anos compreendidos entre 2005 e 2014, as exportações de bens registraram variação de 79,2%, tendo em conta que passaram de US\$ 7,2 bilhões, em 2005, para atingir US\$ 13 bilhões em 2014. Em 2014, os principais mercados para as exportações da Côte d'Ivoire foram Países Baixos (10% de participação), Estados Unidos (8,4%), África do Sul (6,9%), França (6,2%), Nigéria (4,7%), Burkina Faso (4,4%) e Bélgica (4,4%). O Brasil, que ocupa posição discreta com 0,4% de participação, foi o 35º mercado de destino.

Os principais produtos exportados pela Côte d'Ivoire, em 2014, foram cacau (35,6% do total), combustíveis e lubrificantes (20,3%), frutas (7,7%), ouro e pedras preciosas (5,4%) e borracha e manufaturas (4,7%). A pauta das exportações mostra predominância de produtos básicos.

As importações da Côte d'Ivoire, por sua vez, cresceram 90,6% entre 2005 e 2014, portanto evoluíram de US\$ 5,9 bilhões, em 2005, para US\$ 11,2 bilhões, em 2014. Os principais países fornecedores da Côte d'Ivoire, em 2014, foram: Nigéria (participação de 21,8% no total), França (12,2%), China (8,8%), Bahamas (5,5%), Índia (5,0%), Estados Unidos (3,5%) e Alemanha (3,2%). O Brasil foi o 25º fornecedor de bens ao mercado marfinense, com participação de 0,6% no total das aquisições externas de Côte d'Ivoire.

Em relação à pauta das importações, foram os seguintes os principais importados pela Côte d'Ivoire, em 2014: combustíveis e lubrificantes (25,9% de participação no total), máquinas e aparelhos mecânicos (8,7%), veículos e autopeças (5,7%), embarcações flutuantes (5,7%), cereais (5,6%) e máquinas e instrumentos elétricos ou eletrônicos (4,5%). Percebe-se, assim, a predominância de produtos manufaturados e de alto valor agregado na pauta de importações da Côte d'Ivoire.

A balança comercial é, historicamente, superavitária. O único déficit registrado no período 2005-2014 foi em 2013, no valor de US\$ 399 milhões, o que pode ser considerado atípico. Nessas condições, em 2014, o superávit de Côte d'Ivoire em transações comerciais de bens foi de US\$ 1,8 bilhão.



Investimentos estrangeiros

Em decorrência dos laços históricos, a França é a maior investidora na Côte d'Ivoire. Os investimentos franceses totalizaram, em 2014, US\$ 797,2 milhões, assim distribuídos por setor: bancos e finanças (US\$ 252,7 milhões); eletricidade e gás (US\$ 121,5 milhões); construção e obras públicas (US\$ 107,4 milhões); agroindústria (US\$ 105,2 milhões); transportes e armazenamento (US\$ 75,9 milhões); comércio de veículos (US\$ 59,2 milhões); e telecomunicações (US\$ 31,4 milhões).

A China detém o segundo lugar, com US\$ 555 milhões investidos no país africano, em 2014. Desse total, US\$ 428,4 milhões referem-se à construção de represa hidrelétrica em Soubré, e US\$ 88 milhões dizem respeito à construção da rodovia Abidjan-Bassam.

Outros grandes investidores na Côte d'Ivoire são o Reino Unido (US\$ 148,1 milhões), a Índia (US\$ 110,5 milhões) e Singapura (US\$ 53,9 milhões)

Perspectivas

A última avaliação do FMI sugere que a Côte d'Ivoire continuará registrando sólidos avanços e, assim, o crescimento do país no atual biênio 2016-2017 deverá se dar em índice de aproximadamente 7% ao ano. Vale salientar que, nos últimos anos, o país tem logrado avanços gerais no que tange ao ambiente de negócios e à melhoria das condições de investimento, o que está contribuindo para dar sustentabilidade ao atual ciclo de crescimento que o país africano está vivenciando. Está contribuindo, igualmente, para a promoção do desenvolvimento humano e social naquele país, com a respectiva elevação dos níveis de renda.



ANEXOS

Cronologia histórica da Côte d'Ivoire

1960	Independência da Côte d'Ivoire, em 7 de agosto.
1993	Morre Felix Houphouët-Boigny, Presidente da Côte d'Ivoire desde a independência.
1994	Crise econômica na Côte d'Ivoire, com forte desvalorização cambial.
1999	Golpe de Estado na Côte d'Ivoire. O General Guei convoca eleições para o ano seguinte.
2000	Laurent Gbagbo ganha as eleições Presidenciais na Côte d'Ivoire.
2001	Tentativa de Golpe de Estado na Côte d'Ivoire, mas o movimento é controlado pelo Presidente Gbagbo.
2002	Nova crise política e conflito armado na Côte d'Ivoire, após tentativa de golpe de Estado contra o Presidente Laurent Gbagbo. A rebelião é comandada por Guillaume Soro.
2003	A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) envia cerca de mil e quinhentos soldados para ajudar na estabilidade do país africano.
2005	A Resolução 1633 do Conselho de Segurança das Nações Unidas concede poderes ao Primeiro Ministro Charles Banny para tentar pacificar o país, mas a medida sofre oposição do Presidente Gbagbo.
2006	Em reação à Resolução 1721 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que concede mandato adicional de doze meses ao Primeiro Ministro Banny, o Presidente Gbagbo mostra-se disposto a efetuar entendimentos diretos com as forças rebeldes.
2007	Com a intermediação do Presidente Compaoré, de Burkina Faso, o Presidente Gbagbo e o líder oposicionista, Guillaume Soro, assinam o Acordo de Uagadugu, com o propósito de pacificar o país e realizar novas eleições para Presidente. A data das eleições, contudo, vem sendo postergada desde 2008.
2010	Realização das eleições presidenciais. Início da crise política.
2011	Com intervenção de tropas da ONU e da França, Laurent Gbagbo é destituído do poder.
2015	Reeleição do Presidente Alassane Ouattara.



Cronologia das relações bilaterais

1960	O Brasil reconhece a independência da Côte d'Ivoire.
1969	A Embaixada brasileira é aberta em Abidjan.
1971	Côte d'Ivoire abre Embaixada residente em Brasília.
1972	O Chanceler Mario Gibson Barboza visita Abidjan. Na ocasião, são assinados diversos acordos.
1973	O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Côte d'Ivoire, Arsene Assoua Usher, visita o Brasil.
1975	O Chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira vai à Côte d'Ivoire.
1979	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura da Côte d'Ivoire; II Reunião da Comissão Mista Brasil-Côte d'Ivoire.
1983	Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro vai à Côte d'Ivoire; III Reunião da Comissão Mista Brasil-Côte d'Ivoire.
1987	O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Côte d'Ivoire, Simeon Ake, visita o Brasil; IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Côte d'Ivoire.
1997	O Ministro do Ensino Técnico e da Formação Profissional da Côte d'Ivoire, Komena Rolland Zapka, visita o Brasil com o objetivo de conhecer o modelo brasileiro de formação profissional na área de ensino técnico.
2001	O Ministro do Comércio, Eric Victor Kahe, da Côte d'Ivoire, vem ao Brasil para a 64ª Assembleia Geral do Conselho de Ministros da Aliança dos Países Produtores de Cacau (COPAL), em Ilhéus, Bahia.
2008	O Brasil participa da V Reunião de Acompanhamento do Acordo Político de Uagadugu
2010	Ministro da Agricultura da Côte d'Ivoire, Mamadou Sangafowa Coulibaly, visita o Brasil no contexto do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural. A EMBRAPA realiza missão na Côte d'Ivoire.
2011	O Brasil é representado na posse do Presidente Alassane Ouattara pelo Subsecretário-Geral Político III do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto.
2012	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Côte d'Ivoire, Jeannot Ahoussou Kouadio, para chefiar a delegação marfinense na Cúpula Rio+20.
2013	Visita ao Brasil do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Integração Africana da Côte d'Ivoire, Embaixador Claude Beke Dassys.
2014	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Integração Africana da Côte d'Ivoire, Charles Koffi Diby.



Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Data
Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	24/10/1972	27/10/1972	12/12/1972
Acordo Cultural e Educacional	27/10/1972	06/11/1973	10/12/1973
Acordo Comercial	27/10/1972	06/11/1973	06/12/1973
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	27/10/1972	06/11/1973	10/12/1973
Tratado de Amizade e Cooperação	14/09/1979	11/04/1986	05/06/1986

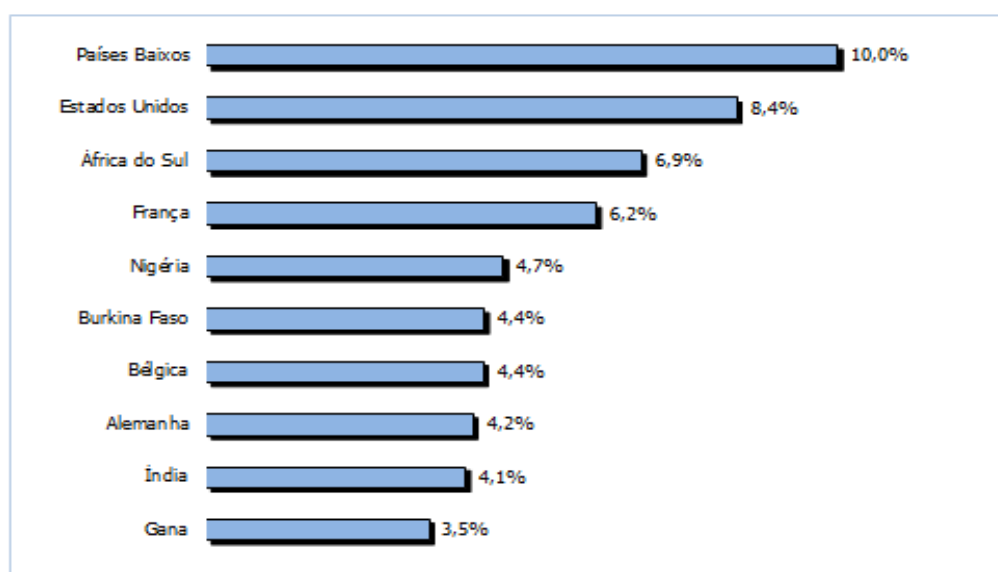


Dados econômico-comerciais
Direção das exportações da Côte d'Ivoire
US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Países Baixos	1.297	10,0%
Estados Unidos	1.089	8,4%
África do Sul	893	6,9%
França	800	6,2%
Nigéria	610	4,7%
Burkina Faso	570	4,4%
Bélgica	568	4,4%
Alemanha	547	4,2%
Índia	532	4,1%
Gana	457	3,5%
...		
<i>Brasil (35ª posição)</i>	<i>58</i>	<i>0,4%</i>
Subtotal	7.421	57,2%
Outros países	5.564	42,8%
Total	12.985	100,0%

Elaborado pela MRE/DEPEX/DC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais destinos das exportações

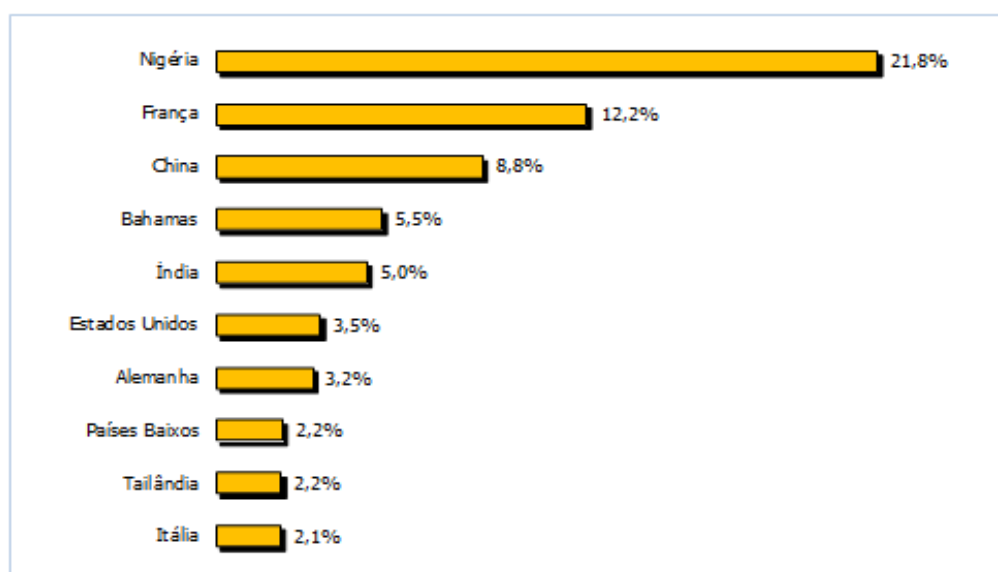


Origem das importações da Côte d'Ivoire
US\$ milhões

Países	2 0 1 4	Part.% no total
Nigéria	2.434	21,8%
França	1.364	12,2%
China	981	8,8%
Bahamas	613	5,5%
Índia	556	5,0%
Estados Unidos	386	3,5%
Alemanha	357	3,2%
Países Baixos	245	2,2%
Tailândia	243	2,2%
Itália	238	2,1%
...		
Brasil (25ª posição)	72	0,6%
Subtotal	7.489	67,0%
Outros países	3.689	33,0%
Total	11.178	100,0%

Elaborado pela MRE/DF/FRANC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNHUNGTAD/UNCTAD Trade Map, February 2016.

10 principais origens das importações

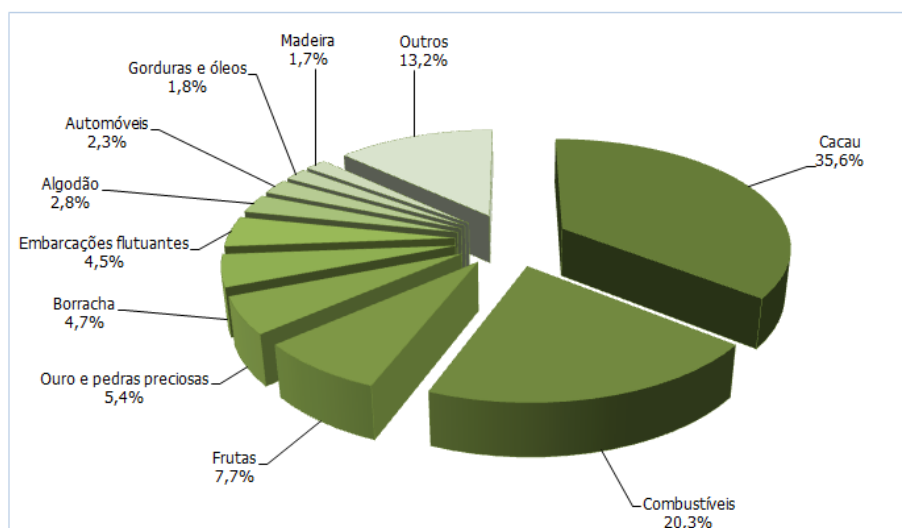


Composição das exportações da Côte d'Ivoire
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Cacau	4.627	35,6%
Combustíveis	2.635	20,3%
Frutas	1.001	7,7%
Ouro e pedras preciosas	703	5,4%
Borracha	612	4,7%
Embarcações flutuantes	583	4,5%
Algodão	358	2,8%
Automóveis	293	2,3%
Gorduras e óleos	238	1,8%
Madeira	225	1,7%
Subtotal	11.275	86,8%
Outros	1.710	13,2%
Total	12.985	100,0%

Elaborado pela MIREX/PRADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

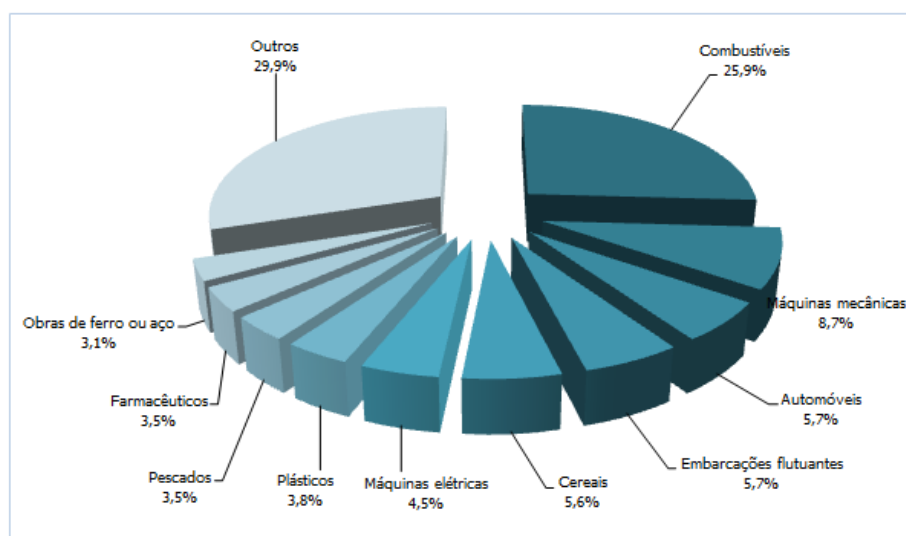


Composição das importações da Côte d'Ivoire
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 4	Part.% no total
Combustíveis	2.895	25,9%
Máquinas mecânicas	972	8,7%
Automóveis	642	5,7%
Embarcações flutuantes	637	5,7%
Cereais	630	5,6%
Máquinas elétricas	505	4,5%
Plásticos	423	3,8%
Pescados	391	3,5%
Farmacêuticos	388	3,5%
Obras de ferro ou aço	348	3,1%
Subtotal	7.831	70,1%
Outros	3.347	29,9%
Total	11.178	100,0%

Elaborado pelo MRE/DIRD/C - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, February 2016.

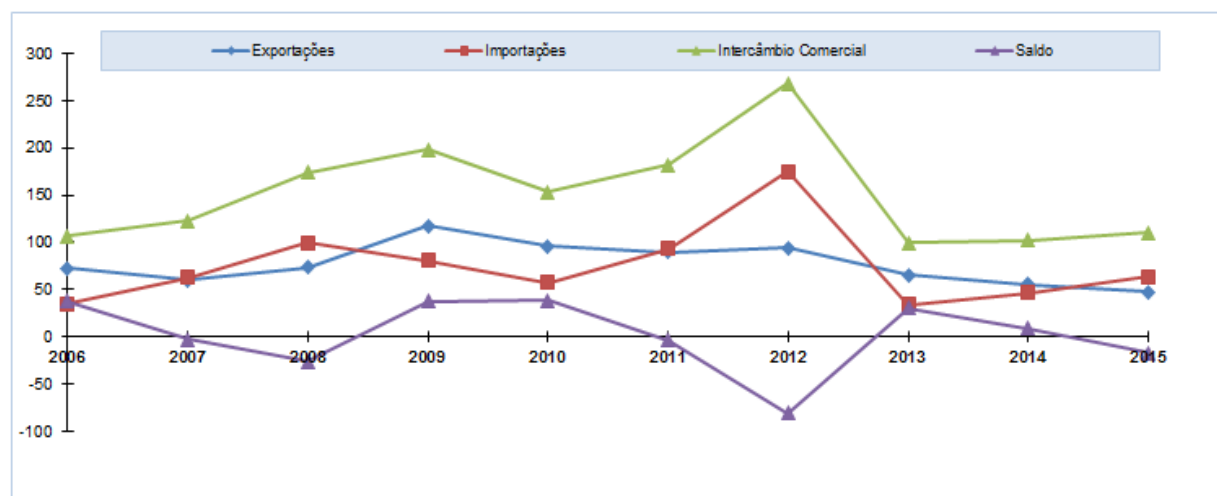
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Côte d'Ivoire
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	72	62,4%	0,05%	35	96,7%	0,04%	107	72,2%	0,05%	37
2007	60	-16,3%	0,04%	63	80,1%	0,05%	123	15,1%	0,04%	-2
2008	74	22,0%	0,04%	100	59,6%	0,06%	174	41,1%	0,05%	-26
2009	118	60,0%	0,08%	80	-19,5%	0,06%	198	14,2%	0,07%	37
2010	96	-18,7%	0,05%	57	-28,8%	0,03%	153	-22,8%	0,04%	39
2011	90	-6,6%	0,03%	93	62,1%	0,04%	182	19,1%	0,04%	-3
2012	94	4,8%	0,04%	175	87,9%	0,08%	268	47,1%	0,06%	-81
2013	65	-30,7%	0,03%	34	-80,3%	0,01%	99	-62,9%	0,02%	31
2014	56	-14,4%	0,02%	47	35,7%	0,02%	102	2,9%	0,02%	9
2015	47	-15,4%	0,02%	64	36,0%	0,04%	111	8,1%	0,03%	-17
2016 (janeiro)	2	-60,3%	0,01%	3	-5,0%	0,02%	4	-37,6%	0,02%	-1
Var. % 2006-2015	-34,8%		--	82,8%		--	3,5%		--	n.c.

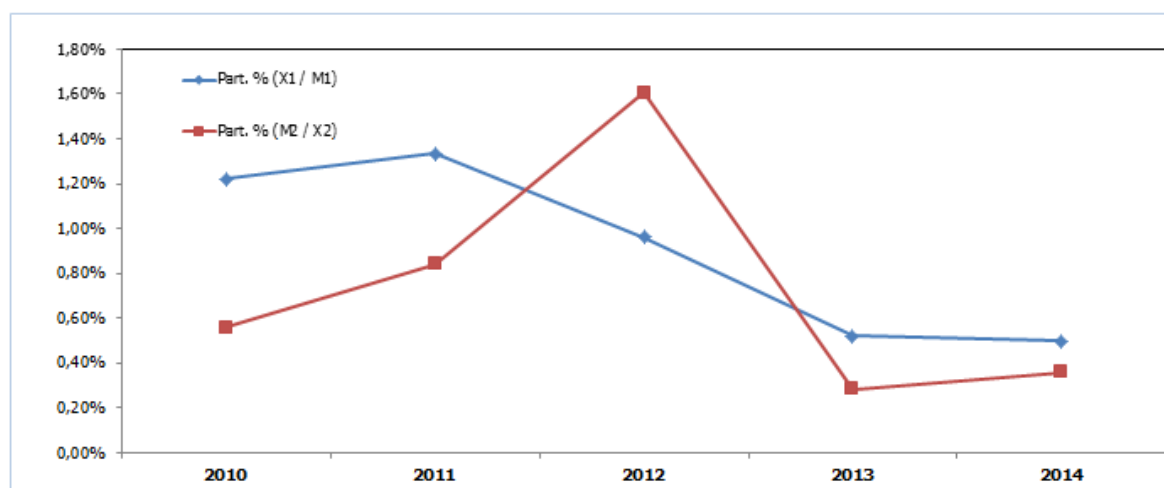
*Elaborado pelo MRE/DIPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no comércio da Côte d'Ivoire
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Côte d'Ivoire (X1)	96	90	94	65	56	-42,0%
Importações totais da Côte d'Ivoire (M1)	7.849	6.720	9.770	12.483	11.178	42,4%
Part. % (X1 / M1)	1,22%	1,33%	0,96%	0,52%	0,50%	-59,2%
Importações do Brasil originárias da Côte d'Ivoire (M2)	57	93	175	34	47	-18,4%
Exportações totais da Côte d'Ivoire (X2)	10.284	11.049	10.861	12.084	12.985	26,3%
Part. % (M2 / X2)	0,56%	0,84%	1,61%	0,29%	0,36%	-35,4%

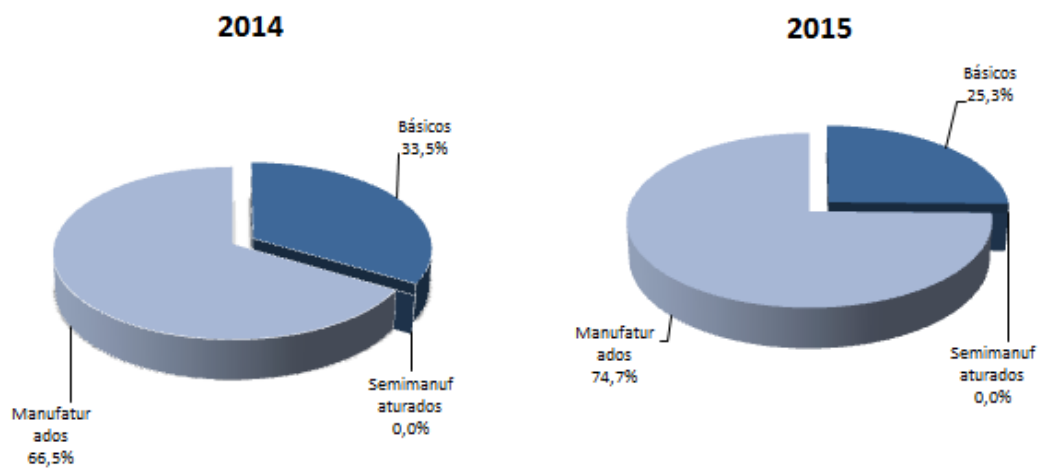
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do ANDIC/SECEX/Alfice Web e UNIVICT-ADITC/TradeMap. As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Côte d'Ivoire e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



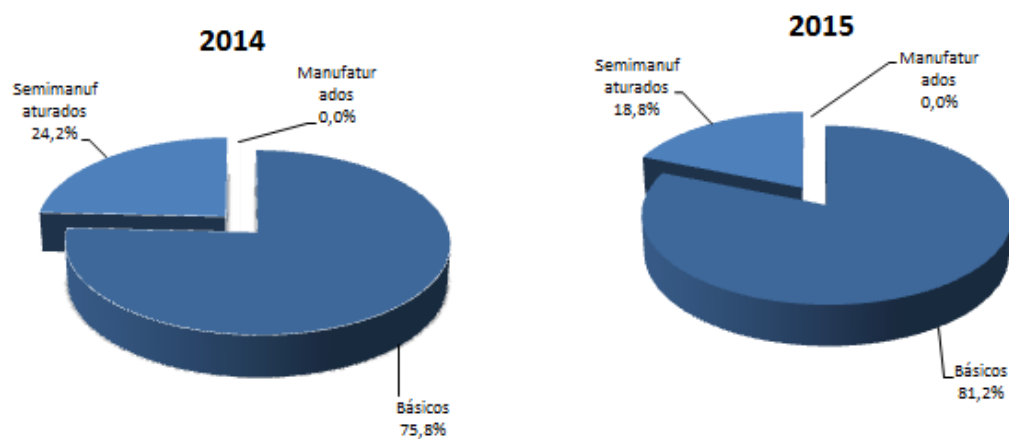
Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicemb, Fevereiro de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

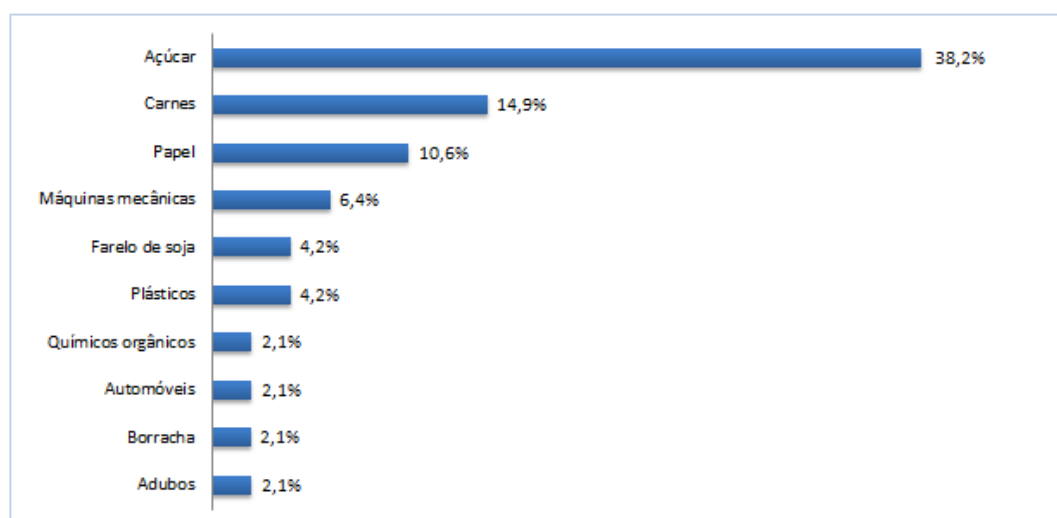


Composição das exportações brasileiras para a Côte d'Ivoire
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	32	49,2%	7	12,6%	18	38,2%
Carnes	8	12,3%	7	12,6%	7	14,9%
Papel	1	0,8%	2	2,8%	5	10,6%
Máquinas mecânicas	2	3,1%	9	16,2%	3	6,4%
Farelo de soja	0	0,2%	10	18,0%	2	4,2%
Plásticos	7	10,8%	4	7,2%	2	4,2%
Químicos orgânicos	3	4,6%	2	3,6%	1	2,1%
Automóveis	1	1,5%	2	3,6%	1	2,1%
Borracha	2	3,1%	2	3,6%	1	2,1%
Adubos	0	0,0%	0	0,1%	1	2,1%
Subtotal	56	85,6%	45	80,1%	41	87,1%
Outros produtos	9	14,4%	11	19,9%	6	12,9%
Total	65	100,0%	56	100,0%	47	100,0%

Elaborado pelo MF/MDIC/PRIDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

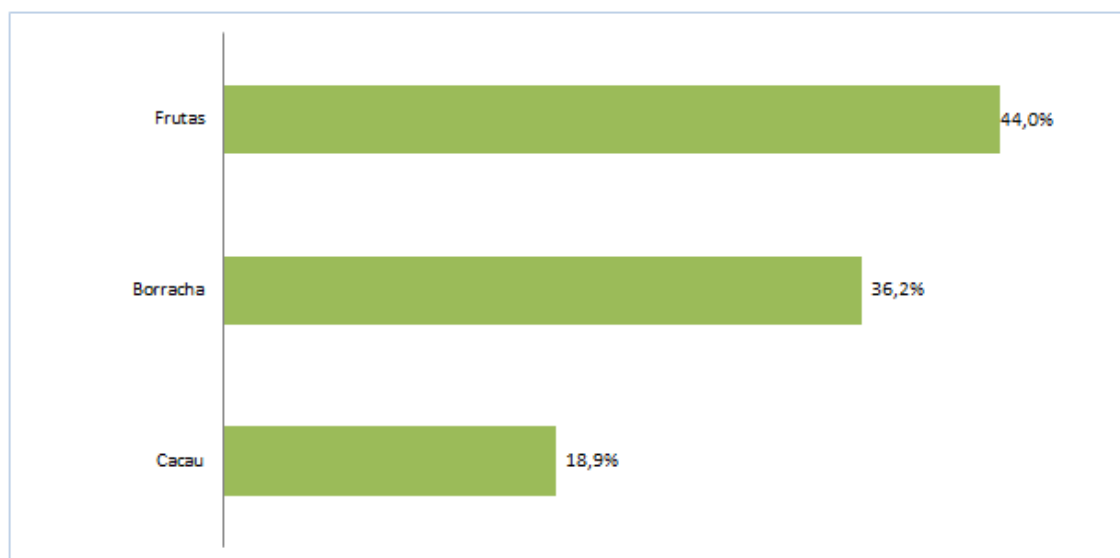


Composição das importações brasileiras originárias da Côte d'Ivoire
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Frutas	10	29,0%	10	21,4%	28	44,0%
Borracha	21	61,0%	24	51,3%	23	36,2%
Cacau	4	11,6%	11	23,5%	12	18,9%
Subtotal	35	101,6%	45	96,3%	63	99,1%
Outros produtos	-1	-1,6%	2	3,7%	1	0,9%
Total	34	100,0%	47	100,0%	64	100,0%

Elaborado pela MRE/DIRD/C- Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 83, DE 2016

(nº 462/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 462

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

Os méritos do Senhor José Marcos Nogueira Viana que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de agosto de 2016.



EM nº 00273/2016 MRE

Brasília, 10 de Agosto de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA**

CPF: 634.881.917-53

ID.: 9056 MRE

1960 Filho de Marcos dos Santos Viana e Lêda de Almeida Nogueira Viana, nasce em 10 de agosto, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1984 Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
 1985 CPCD - IRBr
 2006 CAE - IRBr, Negociações sobre Patentes Farmacêuticas entre o Brasil e os EUA no âmbito da OMC

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
 1992 Segundo-Secretário
 1999 Primeiro-Secretário
 2004 Conselheiro
 2007 Ministro de Segunda Classe
 2016 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1986-89 Instituto Rio Branco, Assistente e Assessor
 1990-92 Embaixada em Paramaribo, Terceiro-Secretário
 1992-95 Embaixada em Viena, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1995-98 Embaixada em Trípoli, Segundo-Secretário, Conselheiro, comissionado, e Encarregado de Negócios
 1998-99 Divisão da Europa I, Assessor
 1999-02 Ministério da Saúde, Assessoria Internacional, Chefe
 2002-02 Presidência da República
 2003-06 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário
 2006-08 Embaixada em La Paz, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
 2008-11 Consulado Geral em Boston, Cônsul-Geral Adjunto
 2011 Embaixada em Roseau, Embaixador

Condecorações:

2002 Ordem do Mérito de Brasília, Brasil, Comendador
 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

Publicações:

1984 Cooperação Internacional, Editora Salamandra/RJ
 2002 Intellectual Property Rights, the World Trade Organization and Public Health: the Brazilian Perspective, in Connecticut Journal of International Law, Spring 2002, volume 17, number 2



PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior



Aviso nº 539 - C. Civil.

Em 17 de agosto de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

Atenciosamente,

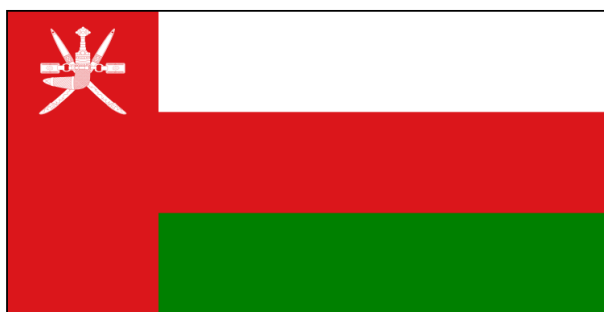
ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento do Oriente Médio

Divisão do Oriente Médio II

OMÃ**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Fevereiro de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE OMÃ	
NOME OFICIAL:	Sultanato de Omã
GENTÍLICO:	Omaniano ou omani
CAPITAL:	Mascate
ÁREA:	212.460 km ²
POPULAÇÃO:	4,22 milhões de habitantes, dos quais 2,3 milhões têm nacionalidade omaniana
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo 75% (Ibaditas 56%; outros seitas islâmicas 19%), hinduísmo 25%
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral composto por Majlis Al-Shura (Câmara Baixa com 84 membros eleitos) e Majlis Al-Dawla (Câmara Alta com 83 membros não eleitos)
CHEFE DE GOVERNO E CHEFE DE ESTADO:	Sultão Qaboos bin Said (também Ministro titular dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Defesa), desde 1970
CHANCELER:	Yusuf bin Alawi bin Abdullah (desde 1982)
PIB NOMINAL:	US\$ 62,94 bilhões (2015)
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA - PPP):	US\$ 171,37 bilhões (2015)
PIB <i>PER CAPITA</i> NOMINAL:	US\$ 14.887 (2015)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> :	US\$ 40.538 (2015)
VARIAÇÃO DO PIB:	4,69% (2013), 2,95% (2014), 4,36% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,793 (52ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	76,8 anos
ALFABETIZAÇÃO:	86,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	7,2%
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial omani (RO)
EMBAIXADORA DO BRASIL EM MASCATE	Mitzi Gurgel Valente da Costa
EMBAIXADOR DE OMÃ EM BRASÍLIA:	Khalid Said Salem Al Jaradi
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Cerca de 400 (estimativa de 2015)



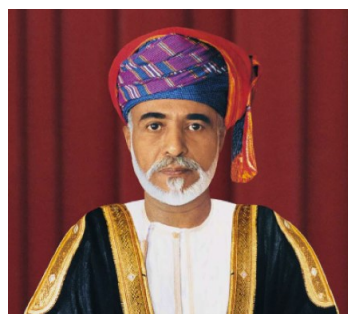
BALANÇA COMERCIAL BILATERAL – EM MILHÕES DE USD

Brasil → Omã	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Intercâmbio	98	133	114	163	873	1.131	1.171	1.102	656
Exportações	93	133	113	151	831	1.128	1.106	859	584
Importações	5	0,07	0,5	12	42	3	64	243	72
Saldo	88	133	113	139	789	1.125	1.041	616	512

Informação elaborada em 11 de fevereiro de 2016, por Pedro Meirelles Reis Sotero de Menezes. Revisada por Carlos Gonçalves de Oliveira em 17/02/2016.

PERFIL BIOGRÁFICO

Chefe de Estado e de Governo
Sua Majestade o Sultão Qaboos bin Said



Nasceu em 18 de novembro de 1940, em Salalah. Divorciado.

Com 16 anos foi enviado por seu pai para uma instituição particular de ensino na Inglaterra. Aos 20 anos entrou para a Royal Military Academy, em Sandhurst, na Inglaterra. Integrou, durante um ano, batalhão de infantaria britânico em operações na Alemanha. Ao retornar a Omã, em 1964, estudou por 6 anos em Salalah sobre o Islã e sobre a história de seu país e de seu povo.

Subiu ao trono em 23 de julho de 1970, após a deposição de seu pai, Said bin Taimur, considerado governante retrógrado e isolacionista. Com efeito, no último ano do Governo de Taimur, o Sultanato dispunha de 18 km de estradas asfaltadas, três escolas primárias, um hospital com capacidade para 12 leitos e uma frota com cinco automóveis.

Soube garantir o apoio das elites omanianas (notadamente, as grandes tribos do sul e do centro do país e as tradicionais oligarquias comerciais) para estabilizar e modernizar o país. Com apoio militar iraniano e britânico, venceu, em 1976, movimento irredentista marxista na província de Dhofar (iniciado em 1964), o que permitiu, posteriormente, a



implementação de esforço acelerado de desenvolvimento da infraestrutura do Sultanato. Em 2012, o Sultanato contava com 56 mil km de estradas asfaltadas, 1.430 instituições de ensino médio e fundamental, 61 estabelecimentos de ensino superior e 60 hospitais.

A partir de 1996, ano do lançamento de novo plano quinquenal, o Sultão viu-se desafiado pela necessidade de aprofundar o grau de desenvolvimento econômico e social do país, por meio da atração de investimento direto estrangeiro para os setores não-petrolíferos da economia e da privatização, ao mesmo tempo em que buscava incorporar setores tribais do interior do país ao processo político, sem prejudicar seu sistema de alianças tradicionais com as grandes famílias comerciais das cidades costeiras e com os dois principais ramos da família real, os Said e os Busaid.

Embora nunca tenha viajado ao Brasil, o Sultão Qaboos foi o anfitrião de jantar em homenagem ao Vice-Presidente da República, Michel Temer, e comitiva, durante a viagem oficial que a autoridade brasileira fez ao Sultanato, no período de 31 de março a 02 de abril de 2013.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Sultanato de Omã em 3 de junho de 1974. Em 30 de julho do mesmo ano, pelo decreto presidencial nr. 74.341, foi criada a Embaixada do Brasil no Sultanato, em caráter cumulativo, primeiramente com Embaixada em Jedá, depois com a Embaixada do Brasil em Riade.

A Embaixada do Brasil residente em Mascate foi criada em abril de 2008. A decisão de abrir a nova representação levou em conta a localização estratégica do Sultanato de Omã, na entrada do Golfo; a relevância econômica do país e o crescimento recente do comércio bilateral; os investimentos da Companhia Vale na construção de um moderno porto de águas profundas e de uma unidade industrial para a pelotização de minério de ferro na cidade de Sohar; e o potencial de Omã como país fornecedor de gás natural liquefeito para o mercado brasileiro.

Em termos de visitas bilaterais, a primeira visita oficial de Chanceler brasileiro ao Sultanato ocorreu em 2005, quando o Ministro Celso Amorim visitou Mascate caráter oficial, no contexto de seu périplo pela Península Arábica.

Em 2010, o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, visitou Omã, acompanhado de pequena delegação empresarial; em 2012, o Ministro do Desenvolvimento Social de Omã, Mohammed al Kalbani, visitou Brasília; também em 2012, o Ministro do Meio-Ambiente de Omã, Mohammed Salim Altobi, chefia a delegação de seu país à Conferência Rio +20 no Rio de Janeiro.

A visita do Vice-Presidente da República ao Sultanato de Omã, em 2013, constituiu o evento mais importante da história das relações diplomáticas entre os dois países, desde seu estabelecimento em 1974, e contribuiu para elevar o patamar de diálogo político entre os dois países ao mesmo nível de seus vínculos econômicos. Na ocasião, a autoridade brasileira foi recebida pelo Sultão Qaboos e pelo Vice-Primeiro Ministro Sayyid al Said. O Vice-Presidente teve ainda a oportunidade de visitar as instalações da Vale-Oman, em Sohar.

Com efeito, desde a referida visita, missão comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior visitou o Sultanato; o Governo omani decidiu realizar a entrega do Prêmio Qaboos bin Said para o meio-ambiente no Teatro Municipal do Rio de Janeiro (nov/2013), em cerimônia co-presidida pelo Vice-Presidente da República e a Ministra omani da Educação, Madiha al Shaibani; e Mascate decidiu organizar seminário de atração de investimentos em São Paulo (12-14 de maio de 2014).

No período de 26 de julho a 7 de agosto de 2015, o Governo de Omã realizou, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o evento "Dias Culturais



de Omã", oportunidade em que foram apresentados diferentes aspectos da cultura do Sultanato, como danças típicas, artesanatos, exposição fotográfica etc.

O carro-chefe da presença empresarial brasileira em Omã é o investimento da VALE. Em maio de 2008, a companhia brasileira assinou com o Governo omani acordo, no valor inicial de US\$ 1 bilhão, na construção de fábrica com capacidade de produção de cerca de 9 milhões de toneladas por ano. Novas inversões, também no valor aproximado de US\$ 1 bilhão, foram feitas pela empresa brasileira no país desde então.

Para maximizar a capacidade do centro de distribuição, a Vale construiu em parceria com a Sohar Industrial Port Company um porto de águas profundas. O Porto de Sohar está apto para receber navios de tipo Valemax, com capacidade de 400 mil toneladas, usados para transportar minério de ferro do Brasil para a costa do Sultanato de Omã.

Os investimentos assumiram o formato de joint-venture entre a mineradora brasileira e o Governo do Sultanato. A nova planta industrial, em operação desde 2011, foi construída como plataforma para a exportação de minério de ferro sob a forma de pellets para as indústrias siderúrgicas dos países do Oriente Médio e do Sudeste Asiático, definindo a opção estratégica da empresa em disputar mercados que, atualmente, respondem por somente 5% do seu faturamento. Os mercados médio-orientais crescem a taxas superiores à média mundial, o que impulsiona os investimentos da empresa na região. A Vale estuda, ainda, a possibilidade de instalar outras indústrias para beneficiamento de minérios em Omã, aproveitando-se da estabilidade política do Sultanato e das abundantes e baratas fontes energéticas do país. O investimento da Vale representa a maior inversão já realizada em setor econômico não-petrolífero em Omã.

A Vale também desenvolve projetos sociais em Omã, concentrados na região de Al Batinah Norte e destinados a promover o potencial das comunidades locais de maneira sustentável. Essas ações, levadas a cabo em parceria com a população local, almejam a construção de agenda social conjunta. No campo da agricultura, a Vale patrocinou convênio entre a Universidade de Viçosa, no Brasil, e a Sultan Qaboos University para estudo de aspectos fitopatogênicos da produção omani de limas, mangas e tâmaras. A companhia apoia também o setor pesqueiro local viabilizando recifes artificiais e boias de demarcação para a província de Liwa, em função da importância que os recursos haliêuticos têm para a região de Al Batinah. Visto que a capacitação para o mercado de trabalho é outra prioridade do povo daquela região omani, a empresa brasileira estabeleceu entendimentos com a ONG inglesa Outward Bound Oman para preparar para o ingresso no mercado de trabalho jovens de escolas públicas omanis. A instituição sem fins lucrativos Fundação Jussor constitui iniciativa conjunta entre a Vale e empresas locais (Orpic e Sohar



Aluminium) para o desenvolvimento sustentável da região de Al Batinah, tendo como missão alinhar as práticas de responsabilidade social empreendidas em território do Sultanato.

As operações da Vale em Omã geram cerca de 3.000 empregos diretos e indiretos, sendo mais de 60% mão de obra local.

Em função disso, as vendas brasileiras para Omã saltaram de USD 133 milhões em 2008 para USD 1,1 bilhão em 2013, um salto de 900% em quatro anos, transformando o Sultanato em nosso terceiro maior mercado de exportação na Península Arábica.

As similitudes dos posicionamentos diplomáticos dos dois países saltam aos olhos. Ambos os Governos desempenham papel estabilizador em seus entornos regionais, privilegiando o diálogo franco e construtivo e evitando nocivas práticas de divide and rule no relacionamento com vizinhos. As pautas de votação nas instâncias multilaterais são virtualmente coincidentes, o que denota sinergias de forma, substância e de filosofia nas respectivas ações externas nacionais.

A I Reunião da Comissão Mista Brasil-Omã ocorreu em Brasília, no dia 4 de fevereiro de 2016, sendo presidida pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Danese, e pelo Ministro do Comércio e Indústria de Omã, Dr. Ali Al Sunaidy. Foram realizados em São Paulo um encontro de negócios promovido pela Câmara de comércio Árabe-Brasileira e um seminário de negócios organizado pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Acompanhou a delegação governamental omaniana grupo de empresários daquele país, que realizou extensa agenda de negócios.

Assuntos Consulares

Não existem consulados honorários do Brasil no país. A seção consular da Embaixada brasileira em Mascate se ocupa dos assuntos relacionados à comunidade de brasileiros residente em Omã (aproximadamente 400 nacionais).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há informações sobre a existência de empréstimos e financiamentos oficiais brasileiros a credores soberanos em Omã.



POLÍTICA INTERNA

O Poder Executivo no Sultanato é exercido pelo Gabinete de Ministros (em número de 23), que responde coletivamente à autoridade incontestável do soberano. Acordos e tratados internacionais são aprovados e assinados pelo Sultão. O Sultão acumula os cargos de Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa, Ministro da Economia e Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Para organizar as atividades do Estado, o Sultão expediu, em 1996, o Estatuto Básico do Estado (Livro Branco), que garante, entre outras coisas, a estabilidade política e social do país e os direitos e liberdades individuais. O documento estabeleceu procedimento especial para a sucessão ao trono (o soberano não tem herdeiros) e criou o Conselho do Estado, o qual, com o Conselho Consultivo, forma o Conselho de Omã, órgão assessor com algumas funções de índole legislativa.

O Conselho de Estado (Majlis Al Dawla) atua como Câmara Alta e tem papel importante no desenvolvimento do país. Composto presentemente de 83 membros (o número de integrantes não pode exceder o número de membros do Conselho Consultivo), nomeados pelo Sultão, o Conselho se reúne quatro vezes por ano, ainda que possa ser convocado extraordinariamente. A escolha de membros recai, sobretudo, em antigos ministros, embaixadores, juízes superiores e altos funcionários públicos, bem como em empresários, personalidades dos meios científicos, culturais e acadêmicos e pessoas que prestaram relevantes serviços ao país. O Majlis Al Dawla examina matérias que lhe são submetidas, prepara estudos sobre o desenvolvimento e sobre a resolução de problemas, se manifesta sobre questões de coesão e unidade, revê projetos de lei sobre a estrutura governamental e pode propor emendas.

O Conselho Consultivo, criado em 1991, é formado por 84 membros, os quais são eleitos por três anos e representam as províncias do país. O eleitorado compreende, atualmente, 175 mil homens e mulheres, de idade igual ou superior a 21 anos. As mulheres podem ser candidatas a vagas no Conselho. O presidente do órgão é escolhido pelo Sultão, mas os dois vice-presidentes são escolhidos pelos membros do Conselho, em votação secreta. Compete ao Conselho examinar e formular legislação na área econômica e social, manifestar-se sobre questões que lhe sejam submetidas, participar da preparação dos planos de desenvolvimento e monitorar seu cumprimento, examinar questões relacionadas com os serviços de utilidade pública e examinar óbices ao comércio e ao funcionamento do setor privado, entre outros assuntos.

O Poder Judiciário é independente e exercido por intermédio dos tribunais. O Conselho Superior do Judiciário supervisiona o funcionamento



correto dos tribunais e corpos auxiliares. Como a religião do Estado é o Islã, a Sharia constitui a base da legislação nacional.

A religião predominante em Omã é a vertente ibadita do Islamismo, oriunda do kharijismo (“*aqueles que saíram*”) do século VII d.C. Sendo a seita oficial do Sultanato de Omã, o ibadismo tradicional prega que qualquer muçulmano poderá aspirar à liderança política da comunidade islâmica, por escolha comunitária, e não apenas os descendentes do califa (como defende o sunismo) ou os descendentes diretos de Maomé (como reza o xiismo).



POLÍTICA EXTERNA

A política exterior omani — de caráter pragmático, independente e pacífico — baseia-se numa visão realista do mundo e defende o equilíbrio de interesses, a tolerância para com opiniões contrárias e a procura de vantagens recíprocas como forma de promover o entendimento e a cooperação internacionais, inclusive durante períodos de conflito. No plano político, o Governo do Sultanato tem, consistentemente, enfatizado o desenvolvimento e a manutenção de boas e harmoniosas relações com os países vizinhos; o enfoque bilateral sem dogmatismo, mas tendo presente as realidades geopolíticas da região; e a procura da segurança, por meios pacíficos, do diálogo e da cooperação. Na área econômica, preconiza a abertura para o mundo, considerando as tradições marítimas do país. A política exterior é considerada moderada e, basicamente, pró-ocidental, mas sem fechar as portas à República Islâmica do Irã, por exemplo.

Omã fixou suas fronteiras terrestres e marítimas de maneira pacífica e mediante negociações com a Arábia Saudita (acordo em 1992), Iêmen (acordo em 1995) e Emirados Árabes Unidos (acordo em 1999).

Em 1970, apenas Grã-Bretanha e Índia mantinham representante diplomático em Mascate. O Sultão Qaboos, entretanto, desde que assumiu o poder, tem procurado ampliar as relações externas. No presente, o Sultanato mantém relações com 135 países, muito embora atribua prioridade a seu relacionamento com a Grã-Bretanha, Estados Unidos e países árabes e islâmicos.

Na área econômica, defende a economia de mercado como base para o seu desenvolvimento e aplica, consistentemente, os princípios estabelecidos pela Organização Mundial de Comércio (OMC). No âmbito do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), propugna a harmonização das economias, bem como a aproximação comercial e econômica com a União Européia. Como membro fundador da Associação da Orla do Oceano Índico para a Cooperação Regional, Omã procura melhorar as relações de comércio e investimentos com todos os seus integrantes, especialmente com a Austrália, Índia e Paquistão. De fato, é forte o relacionamento omani com a Ásia, adensado por constantes trocas de visitas de alto nível. A China representa o maior importador do petróleo de Omã, absorvendo 43% do volume total exportado do produto. A China é também o maior destino para as exportações omanis. Omã tem Acordo de Livre Comércio com os EUA desde 2006.

Omã foi a primeira nação da Península Arábica a estabelecer contatos diplomáticos com os EUA, na primeira metade do século XIX. Na época, o país já mantinha relacionamento histórico e estreito com a Grã-Bretanha e também França. O Sultanato, quando de sua independência ao



fim do protetorado britânico, assinou com a Grã Bretanha tratado de cooperação e amizade.

A Revolução Iraniana de 1979 e a Guerra do Golfo (1990-91) reconfirmaram a importância de Omã no tabuleiro geopolítico regional. Em 1980, Omã e os Estados Unidos assinaram acordo militar que permitiria aos últimos acesso às instalações das bases de Seeb, Masirah, Khasab e Thumrait, além dos portos de Mascate e Salalah. O acordo, renovado em 2001, autoriza o uso das bases apenas com aviso prévio e para propósitos específicos. As bases possuem instalações para a armazenagem de materiais de guerra e provimento de suporte logístico.

Durante a Guerra do Golfo (1990-91), tropas norte-americanas e britânicas usaram o território omani como plataforma para operações militares no Kuaite.



ECONOMIA

O Estado omani busca operar como condutor do processo de desenvolvimento econômico do país, por meio da execução de planos quinquenais, tendo o oitavo englobado o período 2011-15, voltados a diversificar a economia nacional e a atrair investimentos estrangeiros para o país. Os investimentos gerais do Plano montam a USD 32 bilhões no período supracitado, com recursos oriundos majoritariamente dos elevados preços do petróleo no mercado internacional. No setor industrial não-petrolífero, por exemplo, a expectativa das autoridades de Mascate é a de, com tais inversões, lograr taxas de crescimento anual da ordem de 15% até o ano de 2020.

É nesse contexto que se destaca o papel da joint venture VALE OMAN, o maior investimento estrangeiro no Sultanato fora do setor de hidrocarbonetos. O Governo local considera a iniciativa como exemplo exitoso das possibilidades de seu esforço de diversificação da economia nacional.

O Oitavo Plano Quinquenal atribuiu especial atenção ao desenvolvimento do setor pesqueiro do país. Com 3.165 km de costa oceânica, o Sultanato reuniria todas as condições para se transformar em grande exportador de pescado. Da mesma forma, Mascate espera transformar os portos de Sohar e Duqm em hubs de atração de diversos setores industriais, em especial de empresas processadoras de alimentos, com o que espera atrair ainda mais inversões de companhias brasileiras do setor.

Do ponto de vista da infraestrutura produtiva, o referido Plano previu a construção de nove terminais intermodais espalhados pelo território, que acompanharão os 1.061 km da futura linha nacional ferroviária. Os terminais integrarão o transporte ferroviário ao rodoviário, aéreo e marítimo, envolvendo tanto carga quanto passageiros. Os gastos com a construção desse sistema, denominado Rede Ferroviária Nacional de Omã ("Oman National Railway Network") montam a USD 15,6 bilhões.

A fim de aumentar a atratividade do Sultanato para investimentos estrangeiros, Omã decidiu tomar uma série de medidas, como ingressar na Organização Mundial do Comércio (2000), celebrar acordo de livre-comércio com os Estados Unidos (em vigor desde 2006) e aprofundar sua participação no esforço de integração econômico-comercial do Conselho de Cooperação do Golfo.



CRONOLOGIA HISTÓRICA DE OMÃ

1508	Mascate é ocupada pelos portugueses, que lá permanecem até que a cidade seja capturada pelos otomanos em 1659.
1741	Otomanos são expulsos e a atual linha de sultões é formada por Ahmed Ibn Said.
1833	Omã assina tratado de amizade e navegação com os EUA.
1891	Omã torna-se um protetorado britânico.
1951	Omã adquire independência formal.
1964	Petróleo é descoberto no território omani.
1964	Início de revolta separatista na Província de Dhofar, liderada pela Frente Popular de Libertação do Omã (PFLO).
1970	Príncipe herdeiro Qaboos bin Said depõe o Sultão, seu pai, e assume o poder.
1971	Forças Armadas omanis deixam de ser comandadas pelos ingleses.
1975	O país, até então conhecido como Mascate e Omã, adota o nome de Sultanato de Omã.
1975	O Governo omani, com o apoio do Irã, do Reino Unido e da Jordânia, derrota insurgentes de Dhofar.
1976	Omã é admitido na ONU.
1980	O Sultão permite aos EUA o uso da ilha Masira como base militar.
1981	Omã une-se a outras seis nações para formar o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG).
1996	O Sultão expede o Estatuto Básico do Estado (Livro Branco), para garantir, entre outras coisas, a estabilidade política e social do país e os direitos e liberdades individuais.
1997	O Sultão Qaboos decreta que as mulheres podem se candidatar às eleições e votar pelo Conselho Consultivo. Duas mulheres são eleitas para aquela instituição.
1999	Omã e seu vizinho, Emirados Árabes Unidos (EAU), assinam um acordo de fronteiras que definem a maioria de suas disputas de território.
2000	Omã é admitido na Organização Mundial de Comércio.
2000	(31 de dezembro) Seis países do Golfo Pérsico (Bareine, Kuaite, Omã, Catar, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos) assinaram pacto de defesa regional, no contexto do CCG.
2002	(novembro) Qaboos bin Said estende direitos de voto a todos os cidadãos com idade superior a 21 anos. Eleitores eram previamente escolhidos entre líderes tribais, intelectuais e empresários.
2003	(Outubro) Primeiras eleições para o Conselho Consultivo, o Majlis al-Shura, no qual todos os cidadãos maiores de 21 anos podiam votar.



2005	(Janeiro) Cerca de 100 islamistas suspeitos são presos. 31 omanis são condenados por tentar derrubar o governo, mas foram perdoados em junho subsequente.
2006	(Janeiro) Omã e os EUA assinam Acordo de Livre Comércio. O acordo é aprovado pelo Congresso dos EUA e pelo Sultanato em junho e julho, respectivamente.
2007	(Junho) - Ciclone Gonu, a mais forte tempestade a atingir o Golfo durante décadas, mata mais de 50 pessoas e interrompe a produção de petróleo.
2011	(Fevereiro) – No contexto da “Primavera Árabe”, manifestantes exigem empregos e reforma política em diversas cidades do Sultanato. Um manifestante é morto a tiros pela polícia. Sultão Qaboos reage prometendo empregos e benefícios.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-OMÃ

1974	O Brasil reconhece o Sultanato de Omã. No mesmo ano, estabelecem-se relações diplomáticas e cria-se a Embaixada do Brasil no Sultanato, em caráter cumulativo, com a Embaixada de Jedá.
1986	Transferência da Missão diplomática brasileira de Jedá para Riade.
2001	Presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), Paulo Sérgio Atallah, acompanhado do Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Riade, Affonso José Santos, visita Mascate
2005	O então Chanceler Celso Amorim visita Mascate em caráter oficial (fevereiro), no contexto de seu périplo pela Península Árábica. Primeira visita oficial de Chanceler brasileiro ao Sultanato.
2005	Sr. Mohammed Nasser Mansoor al-Khasibi, Secretário-Geral do Ministério da Economia, representa Omã na I Cúpula América do Sul – Países Árabes, realizada em Brasília.
2008	Embaixada residente do Brasil em Mascate é criada, pelo decreto presidencial nr. 6432 (14 de abril).
2008	Vale assina com o Governo omani acordo para a construção de uma usina de pelletização de minério de ferro (maio).
2008	Os então Ministros de Comércio e Indústria, Sr. Maqbool Ali Sultan, e da Economia de Omã, Sr. Ahmed Macki, visitam a Embraer e, em Brasília, encontram-se com o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge (novembro).
2009	A Embaixada brasileira residente em Mascate inicia suas operações, sob a chefia de um encarregado de negócios (20 de janeiro).



2010	Missão diplomática omani em Brasília passa a funcionar oficialmente (27 de janeiro).
2010	A Vale assina com a estatal Oman Oil Company (OOC) acordo de venda de 30% de participação na Vale Oman Pelletizing Company LLC, em valor de USD 125 milhões
2010	Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Omã, acompanhado de pequena delegação empresarial (18 de setembro).
2011	A primeira Embaixadora do Brasil em Mascate, Mitzi Gurgel Valente da Costa, apresenta cartas credenciais ao Sultão Qaboos bin Said (02 de março).
2012	O Ministro do Desenvolvimento Social de Omã, Mohammed al Kalbani, visita Brasília a convite da VALE, sendo recebido pelo Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Dr. Marcelo Cardona (31 de maio)
2012	O Ministro do Meio-Ambiente de Omã, Mohammed Salim Altobi, chefia a delegação de seu país à Conferência Rio +20 no Rio de Janeiro (junho)
2012	O primeiro Embaixador residente de Omã no Brasil, Khaled al Jaradi, apresenta cartas credenciais à Presidenta Dilma Rousseff (17 de setembro)
2013	O Vice-Presidente da República, Michel Temer, acompanhado de delegação, realiza visita de Estado a Omã, oportunidade em que foi recebido pelo Sultão Qaboos bin Said e pelo Vice-Primeiro Ministro Sayyid al Said. Durante a visita, o Vice-Presidente da República deslocou-se a Sohar, onde visitou as instalações da VALE OMAN (31 de março-02 de abril).
2013	Visita do Secretário de Comércio e Serviços do MDIC, Humberto Luiz Ribeiro, e comitiva a Mascate (05 de maio)
2013	Cerimônia de entrega do Prêmio Sultan Qaboos para o Meio-Ambiente, realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em cerimônia co-presidida pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, e pela Ministra da Educação de Omã, Madiha al Shaibani. (24 de novembro).
2014	Realização, em São Paulo, do Seminário sobre Investimentos em Omã. A abertura do evento foi presidida pelo Vice-Presidente da República, deputado Michel Temer (12 de maio).
2015	Realização, em São Paulo e no Rio de Janeiro, do evento "Dias Culturais de Omã", com a presença do príncipe Fatek Bin Timor Al Said, Secretário-Geral do Ministério da Cultura de Omã (27 de julho a 10 de outubro)
2016	Vinda ao Brasil de delegação governamental e empresarial chefiada pelo Ministro do Comércio e Indústria de Omã, Dr. Ali Al Sunaidy,



	para a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Omã (4 de fevereiro). A Delegação participa, em São Paulo, de evento de negócios promovido pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira e de seminário de negócios promovido pela FIESP e pelo Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Itamaraty, ambos no dia 3 de fevereiro. Durante a visita, o Ministro Al Sunaidy é recebido pelo Vice-Governador de São Paulo, Márcio França, pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, e pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer.
--	---

ATOS BILATERAIS

Não há acordos bilaterais em vigor entre os dois países.



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,69%	2,95%	4,36%	2,85%	2,02%
PIB nominal (US\$ bilhões)	77,00	77,78	62,94	60,63	65,16
PIB nominal "per capita" (US\$)	21.424	20.927	14.887	15.322	15.973
PIB PPP (US\$ bilhões)	155,74	162,97	171,37	178,74	185,52
PIB PPP "per capita" (US\$)	43.332	43.847	40.538	45.169	45.481
População (milhões de habitantes)	3,59	3,72	3,84	3,96	4,08
Inflação (%)	0,30%	1,01%	0,41%	1,98%	2,92%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	6,64%	1,98%	-16,88%	-24,28%	-22,39%
Dívida externa (US\$ bilhões)	11,30	10,29	11,08	12,24	12,84
Câmbio (OR / US\$)	0,39	0,39	0,39	0,39	0,39
Origem do PIB (2015 Estimativa)					
Agricultura	1,2%				
Indústria	65,1%				
Serviços	39,1%				
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country December 2015 e IMF - World Economic Outlook Database, October 2015.					
(1) Estimativas FMI e EIU.					





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 84, DE 2016

(nº 463/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com a Cláusula Décima Segunda do Protocolo de Intenções, anexo à Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, o nome do Senhor MARCELO CALERO FARIA GARCIA para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica - APO.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 463

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com a Cláusula Décima Segunda do Protocolo de Intenções, anexo à Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor MARCELO CALERO FARIA GARCIA para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica – APO.

Brasília, 17 de agosto de 2016.



ESTE DOCUMENTO NÃO FAZ PARTE DO PROCESSO



Aviso nº 540 - C. Civil.

Em 17 de agosto de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO CALERO FARIA GARCIA para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica – APO.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Marcelo Calero Faria Garcia

Brasileiro, Solteiro, Advogado, 25 anos

Rua Eduardo Guinle, 55, bloco II, 304 – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ – 22260-090

Cel.: (21) 8121-4806 – Res.: (21) 2226-8655 email: marcelocalero07@hotmail.com

Formação Acadêmica

- Faculdade de Direito – UERJ: Bacharelado concluído em dezembro de 2004;
- Monografia de conclusão de curso: “A livre circulação de pessoas em áreas de integração: paradigma europeu e perspectivas no Mercosul”. Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Paulo Pereira;
- Colégio Santo Inácio: Ensino Fundamental e Médio (concluído em dezembro de 1999)

Resumo das Qualificações

Quatro anos de sólida experiência em multinacional do ramo das telecomunicações, atuando no Departamento Jurídico da empresa; responsável por suporte generalista, para todas as subsidiárias na América Latina, aos departamentos corporativos (RH, Marketing, Patrimônio, Compras, Financeiro, Impostos, Segurança, Informática, Comércio Exterior, Relações Governamentais, Logística), bem como pelas operações societárias (abertura e fechamento de filiais e subsidiárias).

Aprovado em concurso público federal, ocupou por dez meses, o cargo de Agente Executivo da Comissão de Valores Mobiliários, autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, responsável, entre outras funções, pela fiscalização do mercado de valores mobiliários e de seus protagonistas, tendo sido lotado na Coordenação de Controle de Processos Administrativos. No final do seu período na CVM, assumiu interinamente a Gerência Geral de Processos da Autarquia.

Após aprovação em processo seletivo público federal, foi chamado a ocupar o cargo de advogado de Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, atuando na Gerência de Desenvolvimento de Negócios do Departamento Jurídico Internacional, sendo responsável pelo suporte jurídico na elaboração, revisão e negociação de contratos no âmbito de projetos de grande porte, trabalhando ainda nas operações societárias correspondentes.

Experiência Profissional:**1) Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras – Dezembro de 2006 a Junho de 2007**

Cargo Advogado Júnior – Jurídico Internacional (JIN)

- Elaboração, revisão e negociação de contratos em geral, especialmente contratos internacionais;
- Elaboração e implementação de operações societárias domésticas e internacionais, suportando os projetos de negócios desenvolvidos;
- Ativa participação na confecção de ofertas (respostas a RFPs e RFQs)
- Participação em projetos de grande porte, como Acordos PDVSA/Petrobras (Refinaria Abreu Lima/Carabobo) e Projeto *Gran Gasoducto Del Sur*.

2) Comissão de Valores Mobiliários – Fevereiro a Dezembro de 2006

- Italiano: Instrumental para leitura (matéria obrigatória da Graduação de Direito – UERJ);
- Francês: Básico (níveis FR1 E FR2 cursados na Aliança Francesa).

Cursos

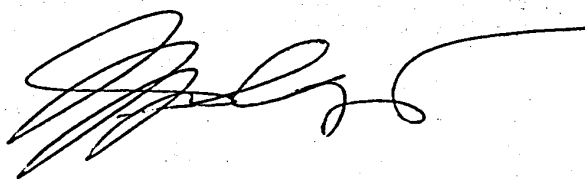
- Congressos da Associação Brasileira de Direito de Informática e Telecomunicações – ABDI – São Paulo, novembro de 2002 e novembro de 2003;
- Seminário de Direito das Telecomunicações – Brasília, dezembro de 2002;
- Curso Básico em Comunicação Sem-Fio – São Paulo, julho de 2003;
- Legislação Fiscal (IOB) – São Paulo, agosto de 2003;
- Legislação Fiscal (Práticas Nokia) – Rio de Janeiro, julho de 2004;
- *Insight* – Rio de Janeiro, agosto de 2004;
- *Influencing and Persuasion* – São Paulo, novembro de 2004;
- *Presentation Skills* – São Paulo, fevereiro de 2005;
- *Negotiation Skills* – Bogotá, Colômbia, abril de 2005;
- *Lead Yourself* – São Paulo, abril de 2005;
- *Round Table – Telecom Lawyers* – Cuernavaca, México, junho de 2005;
- Propriedade Intelectual (Práticas Nokia) – Espoo, Finlândia, junho de 2005;
- Elaboração e Gestão de Contratos (IBC) – Rio de Janeiro, julho de 2005 – Palestrante no tema “Como Gerenciar os Contratos para minimizar problemas legais e garantir a segurança nos negócios”;
- Gestão de Terceirização (IBC) – São Paulo, agosto de 2005;
- *Nokia Legal - Routines and Practices* – Pequim, China, outubro de 2005;
- Direito Societário e Mercado de Valores Mobiliários (Levy&Salomão Advogados/CVM) – Rio de Janeiro, abril de 2006;
- Seminário de Direito Ambiental – Bogotá, Colômbia. Março de 2007.

Premiações

- Eleito pelos demais funcionários da Nokia como vencedor do Prêmio “Valores da Nokia”, na categoria *Achievement* - outubro de 2005;
- Classificado em 1º lugar entre os demais servidores da Superintendência Geral da CVM na avaliação semestral referente à Gratificação por Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários (GDAVM) – setembro de 2006.

Trabalhos Voluntários

- Pré-vestibular Comunitário Invest (Colégio Santo Inácio/Associação de Antigos-Alunos): Professor e Coordenador de Geografia – 2000 a 2001






JUSTIÇA ELEITORAL
COMPROVANTE DE VOTAÇÃO
1º TURNO
03/10/2004
MARCELO CALERO FÁRIA GARCIA

Inscrição: 1031 4205 0337
NASC: 07/07/1982 ZONA: 004 SEÇÃO: 0183

JUSTIÇA ELEITORAL
COMPROVANTE DE VOTAÇÃO
ELEIÇÕES 2004
1º TURNO
03/10/2004
MARCELO CALERO FÁRIA GARCIA

Inscrição: 1031 4205 0337
NASC: 07/07/1982 ZONA: 004 SEÇÃO: 0183

JUSTIÇA ELEITORAL
COMPROVANTE DE VOTAÇÃO
MARCELO CALERO FÁRIA GARCIA

Inscrição: 1031 4205 0337
NASC: 07/07/1982 ZONA: 004 SEÇÃO: 0183

JUSTIÇA ELEITORAL
COMPROVANTE DE VOTAÇÃO
REFERENDO
23/10/2005
MARCELO CALERO FÁRIA GARCIA

Inscrição: 1031 4205 0337
NASC: 07/07/1982 ZONA: 004 SEÇÃO: 0183

104/1343-5

06-04-2004

Caixa Econômica Federal
0710100-7

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
RUA PROSPERIDADE, 111 - PAU
TRINHA - CEP 05071-000
RIO DE JANEIRO - RJ

31 368 344/0001-91

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			
COMPROVANTE DE VOTAÇÃO			
Inscrição	VIA DO TRABALHADOR		
127.90.557.60.4			
Nome do Trabalhador	MARCELO CALERO FÁRIA GARCIA		
Nome da mãe	MARTA TERESA CALERO FÁRIA GARCIA		
Data de nascimento	Carteira de Trabalho Número	Série	Código de Verificação
07/07/1982	005602	00134	104-1343-5
Endereço da residência	RUA SÃO CLEMENTE - 114		
Cidade	Data do cadastramento		

DECLARAÇÃO
(Ato nº 02 de 2011 – CAE, Art. 1º, inciso III)

Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal,

Para fins do disposto no art. 383, Inciso I, alínea “c”, do Regimento Interno do Senado Federal, apresento a seguir, breve relato que demonstra minha experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica, autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério do Esporte, conforme indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República em exercício, Michel Temer.

Nos últimos anos, tive a oportunidade de combinar ricas experiências na área acadêmica e no setor privado. Acredito que, como fruto dessas experiências, estou em plena capacidade para exercer, com dedicação e afinco, o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica, caso venha a merecer a aprovação do meu nome pelo Senado Federal.

Dediquei muitos anos de minha vida aos estudos, que incluíram a graduação em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Atuei por cinco anos no setor privado até assumir, em 2005, meu primeiro cargo público na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), onde ocupei, por dez meses, o cargo de Agente Executivo, responsável, entre outras funções, pela fiscalização do mercado de valores mobiliários e seus protagonistas, tendo sido lotado na Coordenação de Controle de Processos Administrativos. No final do meu período naquela autarquia federal, assumi interinamente a Gerência Geral de Processos da autarquia.

Após a aprovação em processo seletivo público federal no ano de 2006, fui chamado a ocupar o cargo de Advogado da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, atuando na Gerência de Desenvolvimento de Negócios do Departamento Jurídico Internacional, sendo responsável pelo suporte jurídico na elaboração, revisão e negociação de contratos no âmbito de projetos de grande porte, trabalhando ainda nas operações societárias correspondentes.

No ano seguinte, fui aprovado no concurso de admissão à carreira diplomática. Após completar meus estudos no Instituto Rio Branco, atuei no Departamento de Energia do Itamaraty e na Embaixada do Brasil no México.

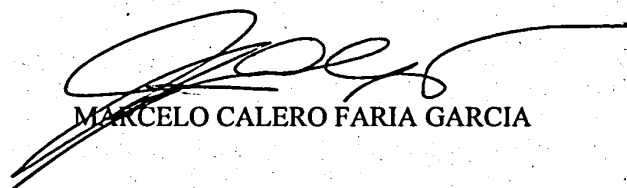
Em 2013, fui cedido para a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro onde trabalhei na Assessoria Internacional e posteriormente fui convidado pelo Prefeito, Eduardo Paes, para comandar as comemorações de 450 anos do Rio. Em janeiro de 2015, assumi a Secretaria Municipal de Cultura, onde fortaleci os investimentos em programas de requalificação dos equipamentos culturais e de democratização do acesso ao financiamento público para a cultura.

Idealizei o Passaporte Cultural Rio, lançado no dia 13 de maio que dá acesso gratuitamente ou com descontos a peças de teatro, exposições e shows que vão celebrar a cultura carioca durante os períodos Olímpico e Paralímpico. Em quase um ano e meio à frente da pasta municipal, reabri o Teatro Serrador, dentro de um plano de requalificação dos equipamentos culturais.



Em maio de 2016, aceitei o honroso convite do Excelentíssimo Senhor Presidente da República em exercício, Michel Temer para assumir o Ministério da Cultura e desenvolver políticas públicas culturais que ampliem o acesso da população aos equipamentos e serviços culturais, temas que tem pautado minha gestão.

Brasília, 17 de agosto de 2016.



MARCELO CALERO FARIA GARCIA



DECLARAÇÃO**(Art. 383, inciso I, alínea “b” do Regimento Interno do Senado Federal)**

1. Existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.

Não possuo nenhum parente que trabalhe ou que tenha trabalhado nessa hipótese.

2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos.

Não tenho participação em nenhuma sociedade ou entidade não governamental, conforme constam de minhas declarações anuais à Receita Federal do Brasil.

3. Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Conforme atestam as certidões anexas, não consta em meu nome qualquer pendência ou restrição relativa a tributos federais, estaduais e municipais.

4. Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual.

Não figuro como autor ou réu em nenhuma ação judicial.

5. Quanto à sua atuação, nos últimos 5 anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Nos últimos cinco anos, não tive atuação em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Brasília, 17 de agosto de 2016.



MARCELO CALERO FARIA GARCIA



DECLARAÇÃO
(Ato nº 02 de 2011-CAE, art. 1º, inciso II, alínea “e”)


Declaro não ter atuado, nos últimos cinco anos, em instituição que esteja sujeita à fiscalização ou regulação da Autoridade Pública Olímpica (APO), nos termos das informações constantes do meu *Curriculum Vitae*.

Brasília, 17 de agosto de 2016.


MARCELO CALERO FARIA GARCIA




UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

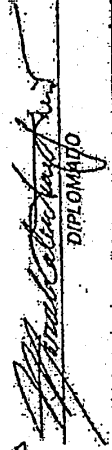
 O Reitor da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de **Direito** em **janeiro de 2005** e **contendo o título de Bacharel em Direito** a **Marcelo Calero Faria Garcia** brasileiro, nascido em **07 de julho de 1982** em **Rio de Janeiro**, apresenta Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

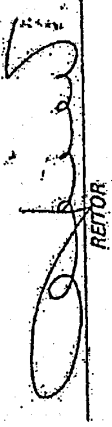
Identidade **11660608-8 - IIFP**

natural de **Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro, **04 de setembro de 2006**


Jélio Valle Thiago
 DIRETOR


Marcelo Calero Faria Garcia
 DIPLOMADO


Jélio Valle Thiago
 REITOR

AUTENTICAÇÃO NO VERSO:
5º OFÍCIO DE NOTAS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Reitor da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em

vista a conclusão do Curso de Direito

em Janeiro de 2005

a Marcelo Calero Faria Garcia

identidade 11660608-8 - IJFP

natural de Rio de Janeiro

e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2006

Dele Valle Siqueira
DIRETOR

Marcelo Calero Faria Garcia
DIPLOMADO

[Assinatura]
REITOR

AUTENTICAÇÃO NO VERSO,
5º OFÍCIO DE NOTAS

confere o título de Bacharel em Direito

brasileira

07 de julho de 1982



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

Criado pelo Decreto-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945

DIPLOMA

O Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, no uso de suas atribuições e tendo em vista:

Marcos Paulo Ferreira Garcia

ter concluído o

Curso de Formação de Diplomatas,

realizado de agosto de 2014 a dezembro de 2014, outorga-lhe

o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Brasília, 09 de abril de 2014

COORDENADOR-GERAL DO IRBr

DIPLOMADO

DIRETOR-GERAL DO IRBr

O Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 241, inc XIV, da Portaria 212, de 30 de abril de 2008, assina o presente Diploma.

O Instituto Rio Branco foi reconhecido como instituição de ensino superior pelo Conselho Federal de Educação no Parecer nº 1.842/1975, homologado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, em seu despacho de 5 de junho de 1975.



17/08/2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MARCELO CALERO FARIA GARCIA
CPF: 088.684.297-21

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 18:29:35 do dia 17/08/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/02/2017.

Código de controle da certidão: **49A4.2B52.D49B.64ED**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



17/08/2016

SEFAZ-RJ - Portal da Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2016.1.0437986-0
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 088.684.297-21	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 17/08/2016 18:33</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 13/02/2017</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 639 de 17/08/2016 18:33</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.</p> <p>2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.</p> <p>3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).</p> <p>4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p>	



17/08/2016

DECLARAÇÃO DE PESSOA NÃO INSCRITA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS**DECLARAÇÃO DE PESSOA NÃO INSCRITA - Número 000034638**
(Instituída pela Resolução SMF nº 2828, de 09/12/2014)

Declaramos para os devidos fins que não consta inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro para o CPF nº **088.684.297-21**.

Esta declaração tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição, e refere-se à situação cadastral e fiscal relativa exclusivamente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Gerência de Cadastro (F/SUBTF/CIS-6), em 17/8/2016.

Obs.1: Os profissionais autônomos não estabelecidos estão dispensados da obrigatoriedade de inscrever-se no Cadastro de Atividades Econômicas do Município do Rio de Janeiro e do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, conforme art. 12, inciso XIX, da Lei nº 691/84, com as alterações da Lei nº 3.691/03, e do art. 153, § 2º, do Decreto nº 10.514/91.

Obs.2: Esta Declaração não substitui, para efeitos de licitação e demais finalidades, a Certificação quanto à situação fiscal de outros tributos municipais.

Obs.3: É necessária a comprovação da autenticidade desta Declaração na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda.

Rua Afonso Cavalcanti 455/Anexo, sala 315 • Cidade Nova • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20211-900
Certidão emitida em 17/8/2016, 19:20 - Válida até 13/2/2017.



17/08/2016

Certidões Internet



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2016.00309606

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

MARCELO CALERO FARIA GARCIA, ou vinculado ao CPF: 088.684.297-21,

NADA CONSTA, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.

Rio de Janeiro - RJ - 17/08/2016 , às 19:23.

Secretaria de Atividades Judiciárias

Página Inicial | Retornar à Impressão de Certidão | Imprimir



Ofício da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Junte-se ao processado do
Projeto de Lei do Senado
 nº 378, de 2012
 Em 24 / 8 / 2016

[Assinatura manuscrita]

Of. n. 74/2016/PS-GSE

Brasília, 24 de agosto de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador VICENTINHO ALVES
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Arquivamento de Projeto de Lei**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 2.287, de 2015, do Senado Federal (PLS nº 378, de 2012, na Casa de origem), que "Concede anistia a aluno excluído do quadro discente de instituição federal de ensino superior, nos casos que especifica".

Atenciosamente,

[Assinatura manuscrita de Beto Mansur]

Deputado BETO MANSUR
 Primeiro-Secretário

Nome legível: Beto Mansur
 Rubrica: B
 Matrícula: 35242
 Data: 24 / 8 / 16
 Hora: 14 : 32
 24.376 (04/04/16)



Ofício do Ministro de Estado de Minas e Energia

A Presidência do Senado Federal recebeu o Ofício nº 151/2016, de 27 de julho de 2016, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento de Informação nº 252, de 2016, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram enviadas em cópia à requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Pareceres**SENADO FEDERAL
PARECER N° 748, DE 2016**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 81, de 2016, do Vice-presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, (nº 466, de 22 de agosto de 2016, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Corumbá – MS e o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá – PDI”.

RELATOR: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

É submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, a Mensagem nº 81, de 2016, do Vice-presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul, e o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$ 40.000.000,00.



As operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios subordinam-se à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. As operações de crédito externo, em particular, estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal, nos termos do art. 28 da Resolução nº 43, de 2001.

Por sua vez, a concessão de garantias pela União subordina-se ao cumprimento dos limites e condições estabelecidos na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, de 2009, e também estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá – PDI”. O programa terá o valor total de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 40 milhões financiados pelo FONPLATA e US\$ 40 milhões como contrapartida do Município de Corumbá.

O Programa proposto pretende financiar obras consideradas estratégicas para solucionar os principais problemas de Corumbá e está estruturado em três componentes principais: Revitalização e Desenvolvimento Urbano; Mobilidade Urbana e Fortalecimento Institucional. Complementando essa estrutura, o componente Administração do Programa está relacionado às ações de administração e gerenciamento, avaliação e auditorias e supervisão de obras.

As ações propostas são destinadas a melhorar a infraestrutura instalada na parte baixa e alta da cidade de Corumbá, buscando ampliar e aperfeiçoar a infraestrutura, ampliar as opções de mobilidade urbana, recuperar o patrimônio histórico, requalificar e implantar equipamentos de lazer, esporte e convívio social, contribuindo para estabelecer medidas de proteção ao meio ambiente e aumentar a dinâmica da economia local, proporcionando elevação da qualidade de vida da população urbana em geral.

O Programa trará benefícios diretos e indiretos para os habitantes do Município de Corumbá, beneficiando a uma população de aproximadamente 110 mil habitantes. A área de influência direta dos projetos de infraestrutura concentra parcela significativa da população, sendo beneficiados diretamente pela futura intervenção aproximadamente 60 mil habitantes. Além da população de Corumbá, estima-se ainda que 20 mil turistas que visitam a cidade mensalmente serão beneficiados indiretamente.

II – ANÁLISE



Como salientado, a operação de crédito pretendida será contratada pelo Município de Corumbá, no valor de até US\$ 40.000.000,00, e destina-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá – PDI”.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu o Parecer COPEM/ STN nº 797, de 28 de julho de 2016, favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Município de Corumbá no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual, estipuladas nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que estabelece os limites e condições para que a União possa conceder garantias em operações de crédito.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas nas resoluções supracitadas, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) O referido programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), conforme a Recomendação nº 11/0106, de 29 de agosto de 2014, homologada pela Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2 de outubro de 2014.

b) A contratação da operação de crédito foi deferida pelo supracitado Parecer, que considerou terem sido atendidos os requisitos mínimos previstos na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, em especial, quanto aos limites de endividamento do Município de Corumbá. Foram atendidas também as demais condições estabelecidas no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

c) Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do plano plurianual e da lei orçamentária anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam da Lei do Plano Plurianual do Município de Corumbá para o período 2014-2017.

d) A Lei Municipal nº 2.529, de 22 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Corumbá para o exercício financeiro de 2016, contempla dotações para a execução do programa no exercício em curso. Constam desse orçamento dotações relativas à receita da



operação de crédito externo, aporte de contrapartida e despesa com encargos da dívida.

e) A STN também verificou que há previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de Corumbá. Para tanto, o Poder Executivo está autorizado a vincular as receitas previstas nos arts. 156, 158 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

f) É possível atender a esse pleito de garantia, pois são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas pelo Município de Corumbá à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação.

g) De acordo com o último Relatório de Gestão Fiscal da União disponível, há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

h) O Município de Corumbá encontra-se adimplente com a União, relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos ou garantias por ela honradas.

i) A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de contragarantia, conforme prevê a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007.

j) Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota nº 97/2016/COREM/SURIN/STN, de 7 de junho de 2016, o Município de Corumbá foi classificado na **categoria “B+”**, o que indica situação fiscal forte e risco de crédito baixo, suficiente para recebimento da garantia da União.

k) O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA714162.

A CODIP manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, destacando que a taxa interna de retomo da operação encontra-se abaixo do custo de captação soberano.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer PGFN/COF nº 1.253, de 8 de agosto de 2016. No exame das cláusulas



da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie. Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

III – VOTO

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Município de Corumbá – MS encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 47 , DE 2016

Autoriza o Município de Corumbá – MS a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (FONPLATA), no valor total de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Corumbá – MS autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (FONPLATA), no valor total de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá – PDI”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor:** Município de Corumbá – MS;



II – **credor**: Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (FONPLATA);

III – **garantidor**: República Federativa do Brasil;

IV – **valor**: US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – **prazo de desembolso**: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de vigência do contrato;

VI – **prazo de carência**: 60 (sessenta) meses;

VII – **prazo de amortização**: 156 (cento e cinquenta e seis) meses;

VIII – **juros**: exigidos semestralmente, calculados com base na *LIBOR* semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de uma margem (*spread*), expressa como percentagem anual, de 2,74% (dois inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) ao ano, pagos junto com a parcela de amortização;

IX – **comissão de compromisso**: 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

X – **comissão de administração**: US\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos uma única vez no primeiro desembolso;

XI – **compensação de reserva de crédito**: até 0,37% (trinta e sete centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Corumbá – MS na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007; e

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Corumbá – MS e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159, inciso I, alínea *b*, e § 3º, ambos da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e outras



em direito admitidas;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de agosto de 2016.

Senadora GLEISI HOFFMANN, Presidenta

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 23/08/2016 às 10h - 26ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	PRESENTE	3. REGINA SOUSA	PRESENTE
JORGE VIANA		4. ROBERTO MUNIZ	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	6. VAGO	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. WILDER MORAIS	
CIRO NOGUEIRA		8. IVO CASSOL	PRESENTE

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ		1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA		3. VAGO	
EDUARDO BRAGA		4. JOSÉ MEDEIROS	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE	6. MARTA SUPPLY	
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
KÁTIA ABREU	PRESENTE	8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ ANÍBAL	PRESENTE
RICARDO FRANCO		2. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	
ALVARO DIAS	PRESENTE	4. RONALDO CAIADO	PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. ANTONIO CARLOS VALADARES	





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 23/08/2016 às 10h - 26ª, Ordinária

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	1. PEDRO CHAVES	
EDUARDO LOPES		2. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS	PRESENTE





SENADO FEDERAL

PARECER N° 749, DE 2016

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) n° 77, de 2016 (Mensagem n° 406, de 2016, na origem), do Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome da Senhora ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, em escrutínio secreto, realizado em 24 de agosto de 2016, apreciando relatório do Senador Vicentinho Alves (*ad hoc*), sobre a Mensagem (SF) n° 77, de 2016, opina pela aprovação da indicação da Senhora ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA para o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com 19 (dezenove) votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2016.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão





Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Serviços de Infraestrutura**

Indicações para cargos de diretoria do Dnit e da ANTT
MSF 77/2016 - Elisabeth A.-ANTT

Início da votação: 24/08/2016 09:08:25

Fim da votação: 24/08/2016 10:31:22

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
VAGO		1. JORGE VIANA	
ROBERTO MUNIZ	votou	2. ANGELA PORTELA	
LASIER MARTINS	votou	3. JOSÉ PIMENTEL	
ACIR GURGACZ	votou	4. PAULO ROCHA	votou
TELMÁRIO MOTA		5. GLADSON CAMELI	votou
WILDER MORAIS		6. IVO CASSOL	votou
Maioria (PMDB)		Maioria (PMDB)	
GARIBALDI ALVES FILHO	votou	1. EDISON LOBÃO	votou
KÁTIA ABREU		2. WALDEMIR MOKA	votou
VALDIR RAUPP	votou	3. DÁRIO BERGER	
ROSE DE FREITAS		4. RAIMUNDO LIRA	
RICARDO FERRAÇO	votou	5. EDUARDO BRAGA	
HÉLIO JOSÉ		6. SÉRGIO PETECÃO	
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
RONALDO CAIADO	votou	1. Cássio Cunha Lima	
DAVI ALCOLUMBRE		2. JOSÉ AGRIPINO	
FLEXA RIBEIRO	votou	3. VAGO	
JOSÉ ANÍBAL	votou	4. VAGO	
DALIRIO BEBER	votou	5. VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	1. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	votou	2. VAGO	
VAGO		3. VAGO	
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
ARMANDO MONTEIRO		1. CIDINHO SANTOS	voto não computado
WELLINGTON FAGUNDES	votou	2. VICENTINHO ALVES	votou
ELMANO FÉRRER	votou	3. EDUARDO AMORIM	

Votação:TOTAL 20 SIM 19 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
 PLENÁRIO Nº 19, EM 24/08/2016

Senador Garibaldi Alves Filho
 Presidente



RELATÓRIO

RELATORA: Senadora **ROSE DE FREITAS**

RELATOR *AD HOC*: Senador **VICENTINHO ALVES**

Com base no art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA para ocupar o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 77, de 2016 (Mensagem nº 406, de 2016, na origem), à qual se encontram anexados o *curriculum vitae* da indicada e demais documentos pertinentes.

A Senhora Elisabeth Alves da Silva Braga nasceu, em 1965, na capital do Acre. Formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Centro de Ensino Unificado de Brasília (Uniceub), no ano de 1986, e possui pós-graduação em Orçamento Governamental e em Análise Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É servidora de carreira do ciclo de gestão, no cargo de Analista de Planejamento e Orçamento (APO) do quadro permanente do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.



O histórico profissional da indicada registra que ela atua desde novembro de 2008 como Superintendente de Gestão, na função de ordenadora de despesas e responsável pelo acompanhamento da gestão corporativa da ANTT. Entre maio de 2006 e novembro de 2008, foi Superintendente de Gestão e Finanças Substituta e Gerente Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Desde 1988, tem ocupado diversos cargos e funções nas áreas de administração, planejamento, orçamento e finanças em diversos ministérios e secretarias da Presidência da República, destacando-se os períodos entre 1999 e 2006, em que serviu ao então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e entre 1993 e 1999, quando esteve lotada no extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)

Constata-se que a indicada apresentou as declarações em conformidade com os art. 383, I, *a* e *b* do regimento interno do Senado. Foi também apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Consideram-se, assim, atendidos os requisitos estabelecidos no art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, que criou a ANTT.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e as Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação da Senhora ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea *f*, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2016.

Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente

Senadora Rose de Freitas, Relatora

Senador Vicentinho Alves, Relator *ad hoc*





SENADO FEDERAL

PARECER N° 750, DE 2016

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) n° 65, de 2016 (Mensagem n° 350/2016, na origem), da Presidência da República, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, em escrutínio secreto, realizado em 24 de agosto de 2016, apreciando relatório do Senador Valdir Raupp sobre a Mensagem (SF) n° 65, de 2016, opina pela aprovação da indicação do Senhor CHARLES MAGNO NOGUEIRA BENIZ para o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), por 19 (dezenove) votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2016.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão

li2016-06496





Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Serviços de Infraestrutura**

Indicações para cargos de diretoria do Dnit e da ANTT

MSF 65/2016 - Charles M.-DNIT

Início da votação: 24/08/2016 09:08:25

Fim da votação: 24/08/2016 10:31:22

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
VAGO		1. JORGE VIANA	
ROBERTO MUNIZ	votou	2. ANGELA PORTELA	
LASIER MARTINS	votou	3. JOSÉ PIMENTEL	
ACIR GURGACZ	votou	4. PAULO ROCHA	votou
TELMÁRIO MOTA		5. GLADSON CAMELI	votou
WILDER MORAIS		6. IVO CASSOL	votou
Maioria (PMDB)		Maioria (PMDB)	
GARIBALDI ALVES FILHO	votou	1. EDISON LOBÃO	votou
KÁTIA ABREU		2. WALDEMIR MOKA	votou
VALDIR RAUPP	votou	3. DÁRIO BERGER	
ROSE DE FREITAS		4. RAIMUNDO LIRA	
RICARDO FERRAÇO	votou	5. EDUARDO BRAGA	
HÉLIO JOSÉ		6. SÉRGIO PETECÃO	
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
RONALDO CAIADO	votou	1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
DAVI ALCOLUMBRE		2. JOSÉ AGRIPINO	
FLEXA RIBEIRO	votou	3. VAGO	
JOSÉ ANÍBAL	votou	4. VAGO	
DALIRIO BEBER	votou	5. VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	1. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	votou	2. VAGO	
VAGO		3. VAGO	
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
ARMANDO MONTEIRO		1. CIDINHO SANTOS	voto não computado
WELLINGTON FAGUNDES	votou	2. VICENTINHO ALVES	votou
ELMANO FÉRRER	votou	3. EDUARDO AMORIM	

Votação:TOTAL 20 SIM 19 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 19, EM 24/08/2016Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente

RELATÓRIO

Relator: Senador **VALDIR RAUPP**

Com base no art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Sr. Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à apreciação dos membros do Senado Federal a indicação do Senhor Charles Magno Nogueira Beniz, para ser conduzido ao cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 65, de 2016 (Mensagem nº 350, de 2016, na origem), à qual se encontra anexado o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

Nos termos do art. 88 retromencionado, os membros da Diretoria do DNIT devem ser “brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades”.

O Senhor Charles Magno Nogueira Beniz tem 37 anos, é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), no ano de 2005. Concluiu, em 2012, curso de pós-graduação na



área de Gestão, Auditoria e Perícia Ambiental em Obras de Infraestrutura na Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul), de São Paulo.

O histórico profissional do indicado registra sua experiência na execução de obras civis no período entre abril de 2006 e janeiro de 2009. Em maio de 2009, inicia-se sua experiência no setor ferroviário, na função de engenheiro fiscal da Ferrovia Norte Sul, exercida na Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A. Em julho de 2013, passou a comandar a Gerência de Construções da Ferrovia Norte e Sul e, posteriormente, a partir de maio de 2016 até os dias atuais, exerce o cargo de Gerente de Manutenção Ferroviária naquela Empresa Pública.

No exercício dessas funções, acompanhou e fiscalizou a execução e a implantação da Ferrovia Norte Sul, e, atualmente, como gerente de Manutenção Ferroviária, é responsável pelo gerenciamento e pela fiscalização dos contratos de manutenção.

Em sua argumentação escrita, ressalta ter acumulado experiência nos seus dez anos de formação em Engenharia Civil, e no período em que atuou em obras ferroviárias da Empresa Vale, nos estados do Pará e do Maranhão, bem como na Valec, onde exerceu os cargos e funções que relacionamos no parágrafo precedente.

O candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas *a*, *b* e *c* do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o § 3º do *caput* do mesmo artigo.

Esses são os elementos disponíveis para que esta Comissão delibere sobre a indicação, pelo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, do Senhor Charles Magno Nogueira Beniz para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2016.

Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente

Senador Valdir Raupp, Relator





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 757, DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2015, do Deputado Osmar Serraglio, que *altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.*

RELATOR: Senador **BENEDITO DE LIRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 80, de 2015, do Deputado Osmar Serraglio, formulado com o objetivo de alterar a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que *regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro*, para resguardar as remoções reguladas por lei estadual, ou do Distrito Federal, homologadas pelo respectivo Tribunal de Justiça, que ocorreram no período anterior à publicação da Lei dos Cartórios.

O projeto é composto de quatro artigos.

O **art. 1º** indica o objeto da Lei, resguardar as remoções que obedeceram aos critérios estabelecidos na legislação estadual, e na do Distrito Federal, até 18 de novembro de 1994.

O **art. 2º** intenta inserir um parágrafo único ao art. 18 da Lei dos Cartórios, cuja disposição encerra a finalidade do projeto, qual seja, prever que “aos que ingressaram por concurso, nos termos do art. 236 da Constituição Federal, ficam preservadas todas as remoções reguladas por lei estadual ou do





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **BENEDITO DE LIRA**

Distrito Federal, homologadas pelo respectivo Tribunal de Justiça, que ocorreram no período anterior à publicação desta Lei.”

O **art. 3º** garante a eficácia das disposições inclusive para aqueles que já tenham sido destituídos da função até a aprovação da Lei proposta.

O **art. 4º** carrega cláusula de vigência imediata.

Na justificação do PLC nº 83, de 2015, observa-se que a iniciativa foi motivada pela preocupação com a regularização das remoções no serviço notarial e de registro que ocorreram até a data de publicação da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que obedeceram à legislação estadual ou do Distrito Federal vigente à época e foram homologadas pelo respectivo Tribunal de Justiça.

A proposição foi distribuída exclusivamente a esta Comissão.

Foi apresentada 1 (uma) emenda ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101, incisos I e II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, em especial aquelas que digam respeito aos registros públicos. De resto, o PLC nº 80, de 2015, não apresenta vício de natureza **regimental**.

No que concerne à **juridicidade**, o projeto afigura-se correto, pois, *i*) o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii*) possui o atributo da *generalidade*; *iii*) é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; e *iv*) afigura-se dotado de potencial *coercitividade*; *v*) a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico.

Quanto aos requisitos formais de **constitucionalidade**, nada há a opor ao PLC nº 80, de 2015, pois *i*) compete privativamente à União legislar sobre registros públicos, a teor do disposto no art. 22, inciso XXV, da Constituição Federal (CF); *ii*) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); *iii*) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e *iv*) não há reserva temática de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **BENEDITO DE LIRA**

No que tange à constitucionalidade material, o art. 236, § 3º da Constituição Federal dispõe que “o ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.”

A regulamentação da norma constitucional, no entanto, só ocorreu com a entrada em vigor da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. Em virtude da lacuna normativa gerada pela ausência da norma federal regulamentadora, as remoções que ocorrerem no período entre 1988 e 1994 se fundamentaram em normas estaduais ou do Distrito Federal. São as remoções de concursados, com fundamento nessas normas locais, e homologadas pelo respectivo Tribunal de Justiça, que o presente projeto de lei pretende preservar, respaldado no princípio da segurança jurídica, subprincípio do Estado de Direito.

A preservação dessas situações atende a um imperativo constitucional, pois, como exposto pelo então Min. Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, em decisão sobre o tema: “considerando o *status* constitucional do direito à segurança jurídica (art. 5º, *caput*), projeção objetiva do princípio da dignidade da pessoa humana (inciso III do art. 1º) e elemento conceitual do Estado de Direito, tanto quanto levando em linha de consideração a lealdade como um dos conteúdos do princípio da moralidade administrativa (*caput* do art. 37), faz-se imperioso o reconhecimento de certas situações jurídicas subjetivas ante o Poder Público. Mormente quando tais situações se formalizam por ato de qualquer das instâncias administrativas desse Poder.” (MS 29.243).

Quanto ao **mérito**, a proposta mostra-se oportuna e conveniente, pois reconhece a legalidade das remoções de concursados efetuadas de acordo com as regras vigentes àquele tempo nos Estados e no Distrito Federal e homologadas pelo respectivo Tribunal de Justiça. Cumpre ao Estado preservar tais situações legitimamente criadas e respeitar a boa-fé daqueles que, confiando nas regras e decisões vigentes, assumiram a prestação dos serviços notariais e de registro à população.

Com relação à emenda n. 1, de autoria do Senador Wilder Moraes, embora reconheçamos sua conveniência e oportunidade, optamos por rejeitá-la no mérito, tendo em vista que sua aprovação desvirtuaria a intenção original do PL, que é a de resguardar situações relativas a remoções no serviço notarial e de registro que ocorreram até a data da publicação da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, segundo a legislação então vigente.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **BENEDITO DE LIRA**

III – VOTO

Diante de todo o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2015, e pela **rejeição** da emenda n. 1.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador BENEDITO DE LIRA, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 24/08/2016 às 10h - 32ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA	1. LÍDICE DA MATA PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	2. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	4. ANGELA PORTELA
HUMBERTO COSTA PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. PAULO PAIM PRESENTE
BENEDITO DE LIRA PRESENTE	7. IVO CASSOL PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	8. ANA AMÉLIA PRESENTE

Maioria (PMDB)	
TITULARES	SUPLENTES
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO	2. SÉRGIO PETECÃO
MARTA SUPPLY	3. GARIBALDI ALVES FILHO
EDUARDO BRAGA	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. DÁRIO BERGER PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS
JADER BARBALHO	7. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA PRESENTE
RONALDO CAIADO PRESENTE	2. ALVARO DIAS PRESENTE
AÉCIO NEVES	3. ATAÍDES OLIVEIRA
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	4. RICARDO FRANCO
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO CARLOS VALADARES PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE
ROBERTO ROCHA PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE	3. LÚCIA VÂNIA





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 24/08/2016 às 10h - 32ª, Ordinária

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE
EDUARDO LOPES	PRESENTE	2. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. VICENTINHO ALVES	PRESENTE



Projetos de Lei do Senado

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 318, DE 2016

Acrescenta art. 879-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Cidinho Santos

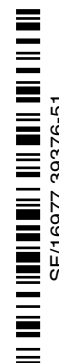
DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Acrescenta art. 879-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regular a declaração da prescrição intercorrente na execução trabalhista, e dá outras providências.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“**Art. 879-A.** Decorridos dois anos, sem que a parte exequente pratique ato de responsabilidade exclusivamente sua, necessário à continuidade da execução, o juiz poderá, ouvido o Ministério Público do Trabalho, decretar a prescrição intercorrente.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A prescrição intercorrente, ou seja, aquela que se verifica no curso da execução, após o trânsito em julgado da sentença, é motivo de discussão doutrinária substancial, quando se trata de sua aplicação no âmbito do Direito do Trabalho. A polêmica sustenta-se na imperatividade das normas que regem a relação de emprego, dada a natureza alimentar do crédito trabalhista e o princípio da irrenunciabilidade dos direitos dos trabalhadores.

A doutrina e a jurisprudência apresentam visões divergentes a respeito do problema. A Súmula nº 327, do Supremo Tribunal Federal registra que “o direito trabalhista admite a prescrição intercorrente”. Noutra direção, o Enunciado nº 114, do Tribunal Superior do Trabalho dispõe que “é inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente”. Com fundamento nessas orientações, as decisões judiciais e as teses doutrinárias variam.



Cremos que passou da hora de encerrar essa controvérsia, que só tem causado insegurança jurídica e custos processuais. É preciso que nos orientemos pelo bom senso. A visão do Supremo Tribunal Federal é mais razoável. Processos intermináveis, parados, são meras estatísticas e esperanças ilusórias. Cabe ao juiz da causa a responsabilidade de, ouvido o Ministério Público do Trabalho, decidir pelo encerramento de ações que foram superadas pela realidade.

É comum que, iniciada a execução e paralisada por cinco ou dez anos, venha a ser reativada a qualquer momento, surpreendendo o empregador, seus antigos sócios ou gestores, com uma dívida já olvidada e que, com o cômputo de juros e atualização monetária, se afigura impossível de adimplir.

Mesmo levando em consideração a necessária proteção dos interesses do trabalhador, que deve balizar o direito e o processo do trabalho, é claramente injusta essa situação, que favorece a inércia do credor relapso, que não tenha, a seu tempo devido, efetuado as diligências que lhe competiam.

O tempo do Poder Judiciário tem custos e os dispêndios desnecessários acabam gerando o protelamento de outras demandas, com injustiças latentes e pendência de soluções.

Nossa proposta atenta para as cautelas necessárias na análise desses casos. Confiamos na prudência dos juízes e na fiscalização do Ministério Público do Trabalho. Nas hipóteses muito raras, de decisões impróprias, ainda há espaço para conciliação e ações rescisórias. Enfim, o direito oferece tantas vertentes de recursos que a indecisão e a inércia se tornam grandes causas da injustiça.

Por todas essas razões, consideramos justa e adequada a mudança proposta, em benefício da celeridade processual, em geral. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação da matéria, que desonera os cofres públicos e traz as vantagens enumeradas.

Sala das Sessões,

Senador CIDINHO SANTOS



LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - 5452/43





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 319, DE 2016

Acresce ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – o art. 578-A, para disciplinar os pedidos de vistas no âmbito dos tribunais.

AUTORIA: Senador Telmário Mota

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Acresce ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – o art. 578-A, para disciplinar os pedidos de vistas no âmbito dos tribunais.

SF/16776.80781-03

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 578-A:

“**Art. 578-A.** O membro do tribunal que pedir vistas após os votos do relator e, quando houver, do revisor, terá o prazo correspondente a cinco sessões para estudar o caso, findo o qual reapresentará o processo e viabilizará a continuidade do julgamento.”

Art. 2º A Lei 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil –, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 940-A:

“**Art. 940-A.** O membro do tribunal que pedir vistas após os votos do relator e, quando houver, do revisor, terá o prazo correspondente a cinco sessões para estudar o caso, findo o qual reapresentará o processo e viabilizará a continuidade do julgamento.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA
JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto faz parte do pacote das 10 Medidas de Combate à Corrupção elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF) e que contou com a assinatura de mais de dois milhões de pessoas. O referido pacote foi entregue à Câmara dos Deputados no início de abril do corrente ano e originou o Projeto de Lei (PL) nº 4.850, de 2016, perante aquela Casa.

Primeiramente, importa salientar que apesar da imensa relevância das medidas propostas pelo MPF, o PL nº 4.850, de 2016, tramita a passos lentos perante a Câmara dos Deputados. A proposição ficou paralisada naquela Casa por mais de dois meses e somente no mês de junho retomou sua tramitação. Entendemos, contudo, que deve ser conferida máxima prioridade a tão importantes matérias, a fim de que não caiam no esquecimento.

A proposição que ora apresentamos cria um importante mecanismo para agilizar os julgamentos nos tribunais de segunda instância. É proposto que o pedido de vista por membro de órgão colegiado, após a apresentação de voto pelo relator, passa a ter prazo certo, medida que certamente contribuirá para a rápida recolocação do processo em pauta para julgamento.

A justificação elaborada pelo MPF para o aperfeiçoamento do sistema recursal previsto no CPP é a seguinte:

“A questão relativa à morosidade dos julgamentos nos Tribunais e nas Cortes Superiores é das mais sensíveis no âmbito da legislação processual, penal ou civil.

De um lado, há o natural desejo de as questões colocadas em julgamento serem apreciadas da forma mais cuidadosa e abrangente possível e, de outro, a necessidade de o processo ter uma duração razoável, de modo que a sensação de impunidade não se propague no seio da sociedade.

Nesse contexto, é imperiosa a regulação dos pedidos de vistas por membros de tribunais, de modo tal que haja previsibilidade quanto ao julgamento dos recursos ou sucedâneos recursais apresentados. De fato, simples consulta aos sítios eletrônicos de

SF/16776.80781-03





SENADO FEDERAL

Senador TELMÁRIO MOTA

Tribunais de todo o Brasil mostram que alguns processos perduram em demasia (algumas vezes, longos anos) caso haja pedido de vistas, tudo a implicar atraso inaceitável para o processo.

Por essa razão, a presente iniciativa legislativa pretende estabelecer que, se o relator (e, quando for o caso, o revisor) tiver proferido seu voto e ocorrer algum pedido de vistas, necessariamente o processo deverá ser reapresentado para ser julgado no prazo equivalente a cinco sessões.

Ocorrerá, portanto, a conciliação e a ponderação entre a razoável duração do processo e a evidente necessidade de, em alguns casos, o julgador pretender acercar-se de maior cuidado para proferir seu voto.

Outro importante aspecto é que tal decisão acontecerá tanto para o Processo Penal quanto para o Processo Civil.

Cuida-se de iniciativa legislativa que pretende, assim, tornar mais célere o julgamento de processos, sem olvidar a necessidade da existência do duplo grau de jurisdição.”

Atualmente, é comum que após um pedido de vista o processo somente seja recolocado em pauta para julgamento após longo período de espera. Essa demora compromete a razoável duração do processo e ainda contribui para a sensação de impunidade. A fixação de prazo, nos moldes do presente projeto de lei, é medida que contribui para a maior celeridade processual.

Entendendo que a presente proposição aperfeiçoa o sistema recursal previsto no CPP, contamos com o apoio dos nobres para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA

SF/16776.80781-03



LEGISLAÇÃO CITADA

Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - CODIGO DE PROCESSO PENAL - 3689/41

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - 13105/15





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 320, DE 2016

Acrescenta o art. 64-A à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para ampliar os casos de retenção na fonte do Imposto sobre a Renda por Estados e Municípios.

AUTORIA: Senador Lasier Martins

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Acrescenta o art. 64-A à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para ampliar os casos de retenção na fonte do Imposto sobre a Renda por Estados e Municípios.



SF/16363.69768-09

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, fica acrescentada do seguinte artigo:

“Art. 64-A. Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública dos Estados, do Distrito Federal e Municípios a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do Imposto sobre a Renda.

§ 1º A obrigação pela retenção é do órgão ou entidade que efetuar o pagamento.

§ 2º Em relação aos valores retidos, aplica-se o disposto no inciso I dos arts. 157 e 158 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 3º O valor do imposto retido será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte.

§ 4º O Imposto sobre a Renda a ser retido será determinado mediante a aplicação da alíquota de quinze por cento sobre o resultado da multiplicação do valor a ser pago pelo percentual de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, aplicável à espécie de receita correspondente ao tipo de bem fornecido ou de serviço prestado”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

JUSTIFICAÇÃO

A atual crise orçamentária tem sido muito mais danosa para os entes com menor potencial de arrecadação, caso de Estados, Distrito Federal e Municípios. Em função da escassez de recursos, a questão de difícil solução que se apresenta é como equilibrar as contas públicas, mas sem sobrecarregar os contribuintes. Por meio desta proposta, apresenta-se uma alternativa viável de incrementar os valores arrecadados pelos entes subnacionais, alterando-se a repartição de receitas com a União, sem aumento de tributos.

De acordo com o inciso I dos arts. 157 e 158 do Texto Constitucional, os valores relativos ao Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre rendimentos pagos a qualquer título pelos Estados, Distrito Federal, Municípios, bem como autarquias e fundações por eles instituídas ou mantidas, pertencem às unidades federadas. Não há, assim, nenhuma limitação quanto à origem dos rendimentos, sendo suficiente que a obrigação de reter seja prevista em lei.

A fim de estender as hipóteses de retenção na fonte, foram publicados o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e o art. 34 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. De acordo com esses dispositivos, todos os fornecimentos de bens e prestações de serviços em geral estariam sujeitos à retenção, desde que adquiridos por órgãos ou entidades públicas federais. Entretanto, a obrigatoriedade dessa retenção não foi estendida por lei aos demais entes federados.

Destaca-se que a titularidade dos Municípios, do Distrito Federal e dos Estados sobre o produto da arrecadação do IRRF está restrita aos percentuais determinados na legislação federal. Isso é criticável, pois a simples eliminação legal da retenção na fonte ou do percentual retido inviabilizaria a receita estadual e municipal. Cabe, dessa forma, à União zelar pelo estabelecimento de tratamento equânime entre as diversas entidades públicas em relação ao IRRF. Não se justifica, assim, a limitação aos órgãos federais prevista no art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996. Por isso, propomos a inserção do art. 64-A a essa Lei, a fim de assegurar a parcela de arrecadação aos demais entes.

Além disso, para afastar qualquer dúvida de que Estados, Distrito Federal e Municípios podem se apropriar do IRRF relativos aos



SF/16363.69768-09





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

pagamentos distintos de salários e de remunerações a servidores, incluímos o § 2º ao art. 64-A.

Nesse ponto não inovamos no ordenamento normativo, pois o próprio Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Decisão nº 125, de 2002, fixou a tese de que a Constituição Federal de 1988, ao tratar do assunto, determinou que sempre que houver retenção na fonte, inclusive relativa aos pagamentos efetuados à pessoa jurídica, o produto dessa arrecadação pertence ao Estado, Distrito Federal ou Município do qual se originou o pagamento.

Pelas razões expostas, é imprescindível a imediata modificação legislativa, na forma proposta, para que seja alcançado o quanto antes o equilíbrio fiscal com justiça federativa.

Convicto da relevância da presente iniciativa, esperamos a acolhida da proposta pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador LASIER MARTINS
(PDT-RS)



LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

artigo 157

artigo 158

Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9249/95

artigo 15

Lei nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996 - LEI DO AJUSTE TRIBUTÁRIO - 9430/96

artigo 64

Lei nº 10.833, de 29 de Dezembro de 2003 - 10833/03

artigo 34





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 321, DE 2016

Acrescenta os incisos XIX e XX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador nos casos de adoção ou nascimento de filho.

AUTORIA: Senador Telmário Mota

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Acrescenta os incisos XIX e XX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador nos casos de adoção ou nascimento de filho.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XIX e XX:

“**Art. 20.**

XIX – adoção de filho de até doze anos de idade incompletos, valendo como prova a decisão que defere a guarda ou concede a adoção;

XX – nascimento de filho, valendo como prova a respectiva certidão.

.....”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 227 da Constituição Federal, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito a uma vida digna, que garanta a ela plenas condições de desenvolver todas as suas potencialidades dentro do meio social.





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

Atento a esse mandamento constitucional, necessário disponibilizar aos pais recursos financeiros adicionais para fazer frente às despesas extras decorrentes da adoção ou do nascimento do infante cujo ingresso na família é motivo de alegria para todos os seus integrantes.

Por isso, apresenta-se a presente proposição, que tem como objetivo permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador nas situações acima mencionadas.

Sabe-se que os valores depositados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ostentam, também, natureza jurídica de salário diferido, motivo pelo qual se deve facultar ao obreiro a utilização do mencionado resultado financeiro de seu labor, caso julgue conveniente.

Trata-se de medida justa que promove, ao mesmo tempo, a proteção integral do menor e o valor social do trabalho, princípios positivados em nossa Carta Política nos seus arts. 1º, IV, e 227.

Ante o exposto, solicita-se aos nobres pares o necessário apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA



LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

artigo 227

Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - 8036/90

artigo 20





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 322, DE 2016

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS para o pagamento de empréstimo consignado, de curso de nível superior ou de cirurgias essenciais à saúde.

AUTORIA: Senador Eduardo Amorim

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa

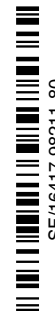


[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS para o pagamento de empréstimo consignado, de curso de nível superior ou de cirurgias essenciais à saúde.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“**Art. 20.**

XIX – quitação total ou parcial de empréstimo consignado realizado há pelo menos 1 ano, nos termos do regulamento;

XX – pagamento de curso de nível superior, nos termos do regulamento;

XXI – realização de cirurgias essenciais à saúde, exceto as estéticas, nos termos do regulamento.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O FGTS foi criado na década de 1960 com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa. Mensalmente, os empregadores depositam, em nome do empregado e vinculado ao contrato de trabalho, o valor correspondente ao FGTS. Os recursos depositados constituem, assim, uma poupança do trabalhador.

Embora tenha a finalidade central de proteção ao trabalhador, o Fundo passou a ter outras destinações ao longo de sua existência, como a de



financiamento de programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

O art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o FGTS, estabelece as situações em que o trabalhador pode sacar os recursos de sua conta que inclui hipóteses como a demissão sem justa causa, o financiamento da casa própria e tratamentos de saúde. Fica evidente a finalidade social do FGTS. Essa proposição atua nesse sentido, de que os recursos do FGTS, uma poupança do trabalhador, sejam utilizados para beneficiá-lo.

Tendo esse objetivo em vista, propomos que o trabalhador possa utilizar o saldo do FGTS para quitar, total ou parcialmente, empréstimo consignado. Na conjuntura atual, o elevado nível de endividamento das famílias - 61% das famílias brasileiras possuem dívidas - somado ao quadro de desemprego em alta, tornam a medida proposta uma alternativa para o trabalhador sair da condição de devedor.

Além disso, acrescentamos o inciso XXI ao art. 20 que já contempla hipóteses relacionadas ao uso do FGTS em prol da saúde do trabalhador. Por exemplo, quando o trabalhador ou seu dependente for portador de HIV ou quando estiver em estágio terminal, decorrente de doença grave. Propomos aqui ampliar os casos em que o FGTS será utilizado em benefício da saúde do trabalhador. O inciso XXI permite o uso do FGTS para custear qualquer cirurgia essencial à saúde, excluindo as estéticas. Sabemos que nosso sistema de saúde, gratuito e universal, tem deixado muitos cidadãos à espera de atendimento, mesmo em situações essenciais à saúde. Consideramos que este PLS auxiliará o trabalhador a realizar cirurgia essencial à sua saúde, além de liberar recursos do SUS para outras necessidades.

Por fim, propomos que o saldo do FGTS possa ser utilizado ainda para o pagamento de cursos de nível superior. Desde 2015, as mudanças de regras e a redução de recursos destinados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) levaram à redução nas matrículas no ensino superior privado no Brasil. Nesse contexto, o FGTS contribuirá para retomar, em parte, a política de incentivo ao ensino superior.

A regulamentação dos dispositivos caberá ao Poder Executivo.

Certo da relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação do projeto.



SF/16417-98211-80



3

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO AMORIM



LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - LEI DO FGTS - 8036/90
artigo 20





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2016

Acrescenta dispositivos à Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 para conceder direito aos advogados ao adiamento de atos processuais em que deva intervir em caso de maternidade, paternidade, luto e outros direitos.

AUTORIA: Senador Hélio José

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Acrescenta dispositivos à Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 para conceder direito aos advogados ao adiamento de atos processuais em que deva intervir em caso de maternidade, paternidade, luto e outros direitos.



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei consagra o direito dos advogados, em todo o território nacional, ao adiamento de atos processuais em que devam intervir em caso de maternidade, paternidade, luto, e outros direitos, bem como regula o seu exercício.

Art. 2º Em caso de maternidade ou paternidade e outros casos específicos, os advogados gozam do direito de obter, mediante comunicação ao respectivo juízo ou tribunal, o adiamento dos atos processuais em que devam intervir, nos termos seguintes:

I - Em caso de maternidade, a advogada terá direito de adiamento dos atos processuais de 120 (cento e vinte) dias, podendo esse prazo ocorrer antes do parto. Sendo que o benefício terá a duração de 120 (cento e vinte) dias;

II - Em caso de paternidade, o advogado terá direito ao benefício de quinze dias;

III - Quando houver interrupção da gravidez antes da viabilidade fetal, e, se o aborto não for criminoso, a advogada terá direito há três semanas;

IV - No caso de adoção e guarda de crianças (Art. 2º da Lei 8.069/90) os advogados terão o direito de 120 (cento e vinte) dias;



V - No caso de doença grave, constatada por laudo médico, o prazo que constar no laudo médico, não podendo ser superior a 60 (sessenta dias). Pode ser requerido o benefício apenas uma vez por processo;

VI - No caso de mãe substituta e genética, somente nos casos previstos na legislação brasileira (Resolução 1.358/92 do Conselho Federal de Medicina), ambas terão o direito ao adiamento dos atos processuais de 120 (cento e vinte) dias;

VII - No caso de adoção monoparental de crianças, os advogados terão direito de 120 (cento e vinte) dias;

Parágrafo único. Em casos de processos urgentes, os prazos previstos neste artigo serão reduzidos para quinze dias. Após a realização do ato urgente e que não haja perecimento de direitos, os advogados poderão requerer o adiamento dos atos processuais, conforme prazos e limites estabelecidos nos incisos do artigo 2º da presente lei.

Art. 3º No caso de perecimento de direitos de qualquer das partes, os advogados não terão direito ao adiamento dos atos processuais e deverão cumprir os atos processuais imediatamente para que não haja perecimento de direitos.

§1º No caso de questões urgentes e de perecimento de direitos, que ocorrerem de forma superveniente, na vigência dos prazos estipulados no artigo 2º da presente lei, os advogados deverão ser comunicados pessoalmente, por intermédio de Oficial de Justiça, da suspensão dos prazos estipulados no artigo 2º da presente lei.

§2º Nas hipóteses do parágrafo acima, antes de suspender os direitos do artigo 2º da presente lei, é imprescindível a oitiva dos causídicos das partes.

§3º Em casos urgentes, segue-se o prazo do parágrafo único do artigo 2º da presente lei.



SF/16067.58785-56



§4º Realizados os atos processuais considerados urgentes e as questões que envolvam perecimento de direitos, os prazos do artigo 2º da presente lei fluirão normalmente, observados os limites dos prazos estipulados no referido artigo.

§5º No caso de o advogado já ter começado a gozar dos prazos estipulados no artigo 2º da referida lei e ter havido suspensão desse direito em virtude de questões urgentes e de perecimento de direitos, os prazos do artigo 2º recomençarão a fluir a partir do cumprimento do ato processual que deu causa à suspensão.

Art. 4º Os processos que envolvam questões urgentes e de perecimento de direitos das partes, em que os advogados estejam amparados pelos prazos do artigo 2º da presente lei, deverão ter preferência na tramitação.

Art. 5º Em caso de falecimento de progenitores ou de filhos, bem como de cônjuges ou companheiros, os advogados gozam do direito de obter, mediante comunicação ao respectivo juízo ou tribunal, adiamento dos atos processuais, pelo prazo de 10 (dez) dias, devendo a comunicação ser feita até o segundo dia seguinte ao óbito.

Art. 6º Nos casos previstos no inciso V do artigo 2º e no artigo 5º, o prazo será restituído em proveito da parte, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.

Art. 7º A comunicação ao juízo ou tribunal deve ser acompanhada de documentos comprobatórios da gravidez ou do nascimento, em caso de maternidade ou paternidade, óbito ou doença grave.

Parágrafo único. Quando não for possível apresentar os documentos comprobatórios no momento da comunicação ao juízo ou tribunal, o advogado deve fazê-lo nos dez dias subsequentes, sob pena de preclusão.



SF/16067.58785-56



Art. 8º O direito ao adiamento dos atos processuais, nos casos previstos nesta lei, em nada prejudica os poderes do mandatário de substabelecer o mandato, nos termos da lei.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o processo fluirá normalmente, mas a responsabilidade do advogado que estiver inserido nas hipóteses do artigo 2º da presente lei será suspensa, somente no caso de processos com vários advogados com poderes iguais para o mesmo mandatário.

Art. 9º Os direitos estipulados na presente lei devem respeitar o princípio da boa-fé, não podendo os advogados tirar proveito em detrimento dos direitos das partes.

Art. 10 Observado o artigo 10 da Lei 13.105 de março de 2015, o Juiz antes de analisar o pedido dos advogados constante do artigo 2º da presente lei, deverá ouvir a outra parte quanto à eventual presença de perecimento de direito e questões urgentes.

Art.11 As advogadas gestantes, lactantes ou que estiverem acompanhadas de crianças de colo, terão prioridade de atendimento nas varas, bem como nas audiências, com direito a pausa para amamentação de trinta minutos a cada duas horas, no caso de crianças de até dois anos de idade.

Art. 12 É proibida a revista de advogadas gestantes em detector de metais de qualquer entidade pública ou privada, podendo ser feita a revista pessoal por profissional da segurança do sexo feminino em caso de necessidade.

Art. 13 No caso das repartições públicas ou privadas disporem de creche, local de amamentação ou similar, estes espaços serão disponibilizados às advogadas.

Art. 14 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei, resultante de minuta elaborada pela Dra. Karolyne Guimarães dos Santos – Secretária-Geral da Subseção de Taguatinga da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional DF, dispõe sobre os direitos dos advogados ao adiamento de atos processuais em que devem intervir em caso de maternidade, paternidade e luto.

Ademais, o presente projeto visa que as advogadas gestantes, lactantes ou estiverem acompanhadas de crianças de colo, tenham prioridade de atendimento nas varas, bem como as audiências sejam as primeiras marcadas na pauta e haja pausas para amamentação. Noutro ponto, o projeto visa também que as advogadas gestantes não tenham que passar pelo detector de metais de qualquer entidade pública ou privada.

O presente projeto é advindo do direito comparado de Portugal. Neste País já existe o direito aos advogados no que colocado no presente projeto.

Em Portugal fora colocada a lei nos seguintes termos:

Diário da República, 1.ª série — N.º 105 — 1 de

Junho de 2009

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 131/2009

Embora a advocacia seja maioritariamente exercida como profissão liberal, alguns dos mais importantes actos profissionais são actos judiciais — julgamentos e outros actos processuais — , cuja marcação não depende dos próprios e a que não podem faltar, salvo nos termos previstos na lei.

Por esse motivo, os advogados não gozam de certos direitos e regalias que a generalidade dos cidadãos tem, nomeadamente da dispensa de actividade durante certo período de tempo, em caso de maternidade ou paternidade, ou de falecimento de familiar próximo.



Importa, por isso, estender aos advogados esses direitos, de forma a compatibilizar o exercício da profissão com a vida familiar, em termos equilibrados, sem afectar excessivamente a necessária celeridade da justiça.

As garantias agora introduzidas em nada prejudicam os poderes do mandatário de substabelecer o mandato forense nos termos da lei, nem a escolha pessoal e livre do mandatário pelo mandante.

Foram ouvidos o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Conselho Superior do Ministério Público e a Ordem dos Advogados. Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da

Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

O presente decreto -lei consagra o direito dos advogados ao adiamento de actos processuais em que devam intervir em caso de maternidade, paternidade e luto e regula o respectivo exercício.

Artigo 2.º

Maternidade ou paternidade

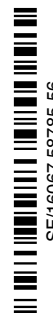
Em caso de maternidade ou paternidade, os advogados gozam do direito de obter, mediante comunicação ao tribunal, o adiamento dos actos processuais em que devessem intervir, nos termos seguintes:

a) Quando a diligência devesse ter lugar durante o primeiro mês após o nascimento, o adiamento não deve ser inferior a dois meses e quando devesse ter lugar durante o segundo mês, o adiamento não deverá ser inferior a um mês;

b) Em caso de processos urgentes, os prazos previstos na alínea anterior são reduzidos a duas semanas e uma semana, respectivamente, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte;

c) Nos casos em que existam arguidos sujeitos a qualquer das medidas de coacção previstas nos artigos 201.º e 202.º do Código de Processo Penal, não têm aplicação as disposições previstas nas alíneas anteriores.

Artigo 3.º Falecimento



Em caso de falecimento de progenitores ou de filhos, bem como de cônjuges ou de pessoas equiparadas, os advogados gozam do direito de obter, mediante comunicação ao tribunal, o adiamento dos actos processuais em que devessem intervir, no próprio dia do falecimento ou nos dois dias seguintes.

Artigo 4.º Prova

1— A comunicação ao tribunal deve, quando possível, ser acompanhada de documento

comprovativo da gravidez ou do nascimento em caso de maternidade ou paternidade, ou dos documentos comprovativos do óbito.

2 — Quando não for possível apresentar os documentos comprovativos referidos no número

anterior no momento da comunicação ao tribunal, o advogado deve fazê-lo nos 10 dias subsequentes.

Artigo 5.º Disposição final

O direito ao adiamento dos actos processuais, nos casos previstos nos artigos 1.º e 2.º do presente decreto -lei, em nada prejudica os poderes do mandatário de substabelecer o mandato nos termos da lei, nem a liberdade de escolha do mandatário pelo mandante.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 9 de Abril de 2009. — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Alberto Bernardes Costa.

Promulgado em 20 de Maio de 2009. Publique -se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO

SILVA.

Referendado em 21 de Maio de 2009.

O Primeiro -Ministro, José Sócrates Carvalho

Pinto de Sousa1

(Grifou-se)

1 PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 131/2009, de 1º de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.oa.pt/upl/%7b66691d9c6-c2d1-4194-8f5f-9864d7f243b3%7d.pdf>>. Acesso em: 27/05/2015.



SF/16067.58785-56



A estrutura de poderes do Brasil se assemelha a de Portugal. Com isso, neste País fora ouvido o Ministério Público, a Magistratura e a Ordem dos Advogados. Depois desse trâmite fora aprovada a lei a favor da classe dos advogados. É importante colocar que o presente projeto não abarca apenas as mulheres, mas a classe da advocacia, porque abrange tanto advogados como advogadas.

Anota-se ainda que em Santa Catarina, na Comarca de Lages, duas juízas (Patrícia Pereira de Sant'Anna e Karem Mirian Didoné, titulares das 1ª e 2ª varas do Trabalho, respectivamente), editaram uma portaria (1/13) que dá preferência de horário na designação das audiências iniciais na Justiça do Trabalho a advogadas que são gestantes, lactantes ou estiverem acompanhadas de crianças de colo. Em Roraima, em 2012, a mesma atitude foi adotada.

Ressalta-se que a Câmara dos Deputados Federal, por intermédios dos Deputados Vanderlei Siraque/PT-SP e João Campos/PSDB-GO, propuseram os Projetos de Lei, respectivamente, PL n. 5039/2013 e PL 361/2007, com o mesmo viés do presente projeto. No entanto, foram julgados prejudicados pela Emenda Aglutinativa Substitutiva Global n. 6. A referida emenda trata do projeto de lei do Novo Código de Processo Civil. A emenda não explica o motivo pelo qual os projetos foram prejudicados. No entanto, desde julho/2013 que foram julgados prejudicados. Desde então a classe dos advogados não possuem representatividade quanto essa questão no Congresso Nacional.

Certo é que estar-se contribuindo para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico pátrio, mormente, pela importância da proteção à maternidade, paternidade, ao estado gravídico, à proteção à criança.



SF/16067.58785-56



É preciso que os direitos aqui propostos tenham legitimidade com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, a fim de que não somente o direito às férias seja conferido aos advogados, mas também o direito a licença maternidade, paternidade, luto e demais direitos inerentes à advogada gestante, lactante e com crianças de colo.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Senador HÉLIO JOSÉ



LEGISLAÇÃO CITADA

[urn:lex:br:federal:decreto.lei:2009;131](#)

[Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE / ECA - 8069/90](#)

[artigo 2º](#)

[Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994 - ESTATUTO DA ADVOCACIA - 8906/94](#)

[urn:lex:br:federal:lei:2009;131](#)

[urn:lex:br:federal:resolucao:1992;1358](#)



Requerimentos

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 622, DE 2016

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja apresentado VOTO DE LOUVOR à Cidade de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, pela celebração do seu 117º aniversário de emancipação política, que transcorre neste 26 de agosto de 2016.

AUTORIA: Senadora Simone Tebet, Senador Waldemir Moka, Senador Wellington Fagundes e outros



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº DE 2016 – SF
(Da Senadora SIMONE TEBET)



Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja apresentado VOTO DE LOUVOR à Cidade de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, pela celebração do seu 117º aniversário de emancipação política, que transcorre neste 26 de agosto de 2016.

JUSTIFICATIVA

Campo Grande comemora, neste 26 de agosto, 117 anos de emancipação política. A capital de Mato Grosso do Sul é veterana, quando vista pelo retrovisor de sua bela história, ao mesmo tempo que é jovem na sua imagem futura, projetada a partir das suas belezas naturais, das suas potencialidades e das suas conquistas, fruto da labuta do seu povo.

Quando ainda fazia parte de Mato Grosso, a *Cidade Morena* já revelava sua vocação de centro de atração e difusão de desenvolvimento para toda a vasta região sul do Estado. Com a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, e com sua óbvia escolha para sediar o Governo da nova Unidade da Federação, essa vocação se revelou em toda a sua plenitude.

Localizada, exatamente, no centro do Estado, Campo Grande é algo assim como a base de um compasso a partir do qual se traçam todos os círculos de amizade, de solidariedade, de humanidade e de convivência pacífica entre os mais diferentes sotaques que construíram a diversidade da gente sul-mato-grossense.



Pelas largas ruas e avenidas dessa que é uma das cidades mais arborizadas do Brasil, e pelos jardins onde se estreitam os melhores laços de fraternidade, circulam e se encontram pais, filhos e netos de libaneses, de alemães, de portugueses, de japoneses, de espanhóis, de paraguaios, de migrantes de tantos outros países, que fizeram de Campo Grande o seu melhor ponto de acolhida, de brasileiros de todos os cantos deste imenso país, e de povos indígenas das mais diferentes etnias, que se juntam para construir uma cidade que é, hoje, um dos polos mais importantes de desenvolvimento para o Estado e para o Brasil.

Síntese de um Estado e de um País, Campo Grande, ao comemorar seus 117 anos, ostenta com orgulho o seu passado e prepara, com fé e esperança, o seu futuro. Em Campo Grande, como na poesia de Manoel de Barros, “ontem, choveu no futuro”.

Ao parabenizar todos os campo-grandenses, de coração ou nascimento, conto com a aprovação dos nobres pares para este voto de louvor, que é também um preito de gratidão.

Sala das Sessões, em

Senadora **SIMONE TEBET**
(PMDB-MS)



SF/16921.42631-30





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 623, DE 2016

VOTO DE SOLIDARIEDADE à República Italiana, em razão da tragédia provocada por um forte terremoto na madrugada de hoje (24), que provocou danos severos em algumas regiões e vários mortos.

AUTORIA: Senador Lasier Martins



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a emissão de VOTO DE SOLIDARIEDADE à República Italiana, em razão da tragédia provocada por um forte terremoto na madrugada de hoje (24), que provocou danos severos em algumas regiões e vários mortos.



JUSTIFICAÇÃO

O mundo foi surpreendido hoje com a notícia trágica da ocorrência de um terremoto de magnitude 6,2 na escala Richter, cujo epicentro foi situado entre as cidades de Perugia e Rieti, a pouco mais de 150 quilômetros a nordeste de Roma.

Segundo informações das agências internacionais, até agora já são mais de 70 mortos, dezenas de feridos e significativa destruição material nas cidades atingidas. Nesse momento de dor e consternação, desejamos externar nosso mais profundo sentimento de pesar e solidariedade àquele país amigo, cujos laços com o Brasil são muito fortes e perenes, em especial com o Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões,

Senador **Lasier Martins**
(PDT-RS)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2016

Requer, nos termos do inciso IV do artigo 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União - TCU para a realização de auditoria nos contratos de concessões ferroviárias, com o objetivo de verificar a compatibilidade do que é estabelecido nos contratos com a preservação do patrimônio público recebido bem como a qualidade do serviço público prestado à população.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO N° , DE 2016

Nos termos do inciso IV do artigo 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União - TCU para a realização de auditoria nos contratos de concessões ferroviárias, com o objetivo de verificar a compatibilidade do que é estabelecido nos contratos com a preservação do patrimônio público recebido bem como a qualidade do serviço público prestado à população.



SF/16647.09391-07

JUSTIFICAÇÃO

A falta de infraestrutura de transportes, a ineficiência logística e gestão pífia da pouca infraestrutura existente, são ícones da tabela de qualquer estudo relacionado ao custo Brasil.

Uma operação ferroviária desconectada do aproveitamento do potencial do transporte intermodal, afastada do uso múltiplo da rede férrea e muito próxima à exploração monopolista da estrutura concedida, efetivamente atua para sepultar de vez o já combalido transporte ferroviário no Brasil, que tende a desaparecer da já sofrível matriz logística brasileira.

Nos últimos anos os brasileiros, perplexos, leram e assistiram notícias que informam que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, de forma generosa, emprestou bilhões de dólares para outros países, com juros subsidiados pelos contribuintes brasileiros, para a construção de infraestrutura em territórios estrangeiros.

Agora esses mesmos brasileiros leem e assistem notícias informando que diversos ramais de linhas férreas estão sendo desativados e sucateados, ao mesmo tempo que são também informados de que as rodovias estão abarrotadas e pouco conservadas.

O Governo investiu muito dinheiro do contribuinte para construir a malha ferroviária existente, visando favorecer e fazer florescer o transporte de cargas e de passageiros em um País com dimensões continentais. Como resultado, o contribuinte está recebendo uma prestação de serviço com características de monopólio e totalmente desconectado com tudo o que caracteriza e o que se espera de um serviço público eficiente.



Não cometerá erro aquele que afirmar que a ampliação e melhoria da gestão da malha ferroviária é prioridade para melhorar o sistema logístico do Brasil, ligando importantes centros produtivos no interior dos estados aos terminais portuários, fator que provocaria impacto positivo expressivo para a competitividade do setor produtivo brasileiro.

Diante da realidade logística nacional, que é conhecida de Norte a Sul do País, é fundamental que o TCU faça uma minuciosa auditoria nos tems solicitados, especialmente no cumprimento e nas renegociações e ajustes de contratos, para que o setor público possa atuar no sentido de exigir a efetiva execução dos contratos ou, até mesmo, avaliar o grau de descumprimento e, se necessário, promover nova licitação, atentando-se para uma nova governança do setor de transportes ferroviários, que efetivamente contemple institutos como o direito de passagem, operador ferroviário independente e conselhos de participação dos usuários, medidas previstas nos marcos regulatórios recentes. Especialmente a Lei nº 12.404, de 04 de maio de 2011, com as modificações introduzidas pela Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012.

Atuar, portanto, para estimular a concorrência na prestação do serviço, exigir e garantir a intermodalidade e a integração plena da malha e demais estruturas logísticas, ampliar o acesso ao serviço, afiançar a isonomia na utilização do serviço, garantir a operação eficiente e segura do transporte, e contribuir para a modicidade tarifária, são ações que vão ao encontro dos mais consagrados princípios da gestão pública, que visam garantir o melhor uso do patrimônio construído com dinheiro do contribuinte e atendimento qualificado aos usuários.

Sala das Sessões,

SENADOR ALVARO DIAS
Lider do PV no Senado



SF/16647.09391-07





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

625

Aprovado
Em 24/8/2016
[Assinatura]

REQUERIMENTO, DE 2016

Senhor Presidente,

Nos termos do **art. 40** do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro afastamento do país para participar das “Reunión de La Bancada Progresista, Reuniones de las Comisiones Permanentes y de la XLI Sesión Ordinaria de Parlasul”, na qualidade de Membro da Comissão Mista Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, eventos a serem realizados no período de **15 e 16 de setembro de 2016**, em Montevidéu, Uruguai.

Ainda, **com fundamento naquele artigo (art. 40) do RISF**, expresso que para tal Missão Oficial, necessito de **um dia adicional para ida e de um dia adicional para retorno, por se tratar de trajeto internacional, e, portanto, que a autorização se reporte ao interregno que segue do dia 14 ao dia 17 do mês já citado.**

Desse modo, se este Requerimento for aprovado, nos termos do art. 39, I, do mesmo Regimento, comunico ao Senado Federal que, para tomar parte em tais reuniões, deverei estar ausente de minhas atividades parlamentares no período citado.

Sala das sessões, em de agosto de 2016.

[Assinatura]
Senador **HUMBERTO COSTA**



00100.130812/2016-26



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

*Aprovado
Em 29/8/2016
[Assinatura]*

REQUERIMENTO

Requerimento nº ⁶²⁶ /2016/GSFBEZER

Senhor **Presidente**,

Requeiro com base nos termos dos artigos 39, I; e 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF); combinados com o artigo 55, III, da Constituição Federal; licença dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 17 de setembro de 2016, para participar das reuniões do Parlamento do Mercosul, no dia 16 de setembro de 2016, sexta-feira, em Montevideu, no Uruguai, ocasião em que serão realizadas as reuniões da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e XLI Sessão Ordinária, conforme atos convocatórios do Presidente do Parlamento., anexados a este documento.

Sala das Sessões, de agosto de 2016.

**MARIA DE
FATIMA BEZERRA**

Assinado de forma digital por MARIA DE
FATIMA BEZERRA
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Pessoa Fisica A3,
ou=ARSERPRO, ou=Autoridade Certificadora
SERPROACF, cn=MARIA DE FATIMA BEZERRA
Dados: 2016.08.18 11:45:59 -03'00'

FÁTIMA BEZERRA
Senadora da República pelo Rio Grande do Norte



Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 03 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-1884 / 1777 – fatima.bezerra@senadora.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 363E3479001307DD.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

Aprovado
Em 24/8/2016
[Assinatura]

REQUERIMENTO 627, DE 2016

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa durante o período de 15 a 17 de setembro 2016, tendo em vista minha participação na Reunião da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e XLI Sessão Ordinária, em Montevideu, Uruguai, conforme Atos convocatórios do Presidente do Parlamento, cujas cópias seguem em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do mesmo Diploma Legal, que estarei ausente do País durante o período acima citado.

Sala das Sessões,

[Assinatura]
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**
LÍDER DO PSB-SE

Recebido em 23/08/16
Hora 16:43
[Assinatura]
Débora Rodrigues Matos - Mat. 25744
SGM - Senado Federal



Aprovado
Em 24/8/2016
Joey

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO


628

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requero licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 15 e 17 de setembro de 2016, para, na condição de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, participar das Reuniões da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e XLI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas no dia 16 do referido mês e ano, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 15 a 17 de setembro de 2016.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 2016.


Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR



SF/16435.21404-80

Página: 1/1 18/08/2016 14:23:48

7ed66650c0d9fe9ccc126bde412bc80cb8a74c7





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

Aprovado
Em 24/8/2016
[Assinatura]

REQUERIMENTO Nº ⁶²⁹, DE 2016

Requer, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenho de missão como membro da delegação que representa a Casa na IX Sessão Plenária Ordinária da Euro-Latino-Americana – EuroLat, de 18 a 23 de setembro próximo, em Montevideu, Uruguai.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 18 a 23 de setembro do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões,

Lídice da Mata e Souza
LÍDICE DA MATA
Senadora

Recebido em 24/08/16
Hora _____
Pauline
Pauline S. D. Koenigkan - Mat. 24084
SGM - Senado Fed





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 630, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 19 e 23 de setembro de 2016, para, na condição de Co-Presidente da Assembleia Parlamentar Euro-Latino Americana, participar da 9ª Sessão Plenária Ordinária da EUROLAT, a realizar-se entre os dias 19 e 22 do referido mês, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunica que ausência do país entre os dias 18 e 23 de setembro de 2016.

AUTORIA: Senador Roberto Requião



[Página da matéria](#)

Aprovado
Em 24/8/2016
[Assinatura]

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

630

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requero licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 19 e 23 de setembro de 2016, para, na condição de Co-Presidente da Assembleia Parlamentar Euro-Latino Americana, participar da 9ª Sessão Plenária Ordinária da EUROLAT, a realizar-se entre os dias 19 e 22 do referido mês, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Por fim, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do país entre os dias 18 e 23 de setembro de 2016.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 2016.

[Assinatura]
Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR



SF/16782.42466-07

Página: 1/1 23/08/2016 14:10:50

78b4202bf8a1be07476a9bd7717914387b1fde54





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 631, DE 2016

Requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 10/10/2016, a fim de comemorar os "Os 40 anos da ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho".

AUTORIA: Senador Paulo Paim, Senadora Fátima Bezerra, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Magno Malta, Senador Paulo Rocha, Senador Roberto Requião, Senador Vicentinho Alves



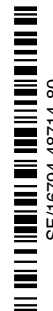
[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

REQUERIMENTO Nº DE 2016



Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 10/10/2016, a fim de comemorar os *“Os 40 anos da ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho”*.

Fundada em 28 de setembro de 1976, durante o Congresso do Instituto Latino Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social.

A entidade, atualmente integrada por cerca de 4000 magistrados do trabalho de todo o país, foi criada com intuito de promover maior aproximação, cooperação e solidariedade entre os juízes do Trabalho; defender e representar seus direitos e prerrogativas e lutar pelo crescente prestígio da Justiça do Trabalho.

Ao longo de seus 40 anos, a ANAMATRA tem atuado na defesa dos interesses da sociedade, em especial pela valorização do trabalho humano,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

pelo respeito à cidadania e pela implementação da justiça social, trabalhando pela preservação da moralidade pública, da dignidade da pessoa humana, da independência dos Poderes e dos princípios democráticos, preceitos esses constitucionalmente assegurados.



SF/16794.48714-80

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2016.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)

NOME DO SENADOR	ASSINATURA





SENADO FEDERAL


REQUERIMENTO Nº 632, DE 2016

Requer, nos termos do art. 40 do RISF, licença para participar de Missão Oficial ao Exterior na Cidade de Santiago/Chile, na reunião da Comissão de Minas e Energia do Parlamento Latinoamericano e Caribenho - PARLATINO, que se realizará nos dias 1 e 2 de setembro do corrente ano. Comunica ainda, para fins do disposto no art. 39 do Regimento Interno, ausência do País no período entre os dias 31 de agosto e 3 de setembro para atender ao compromisso acima descrito.

AUTORIA: Senador Hélio José



[Página da matéria](#)

Aprovado
Em 24/8/2016



REQUERIMENTO Nº 632 , de 2016

Requeiro, nos termos do Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada “Missão Oficial ao Exterior” a minha ausência à Sessão Plenária do dia 1º de setembro, quinta-feira, quando me deslocarei para Cidade de Santiago/Chile para participar da reunião da Comissão de Minas e Energia do Parlamento Latinoamericano e Caribenho – PARLATINO, conforme Ofício anexo, que se realizará nos dias 1 e 2 de setembro do corrente ano, e onde estará em discussão o projeto do Marco Regulatório da Energia Renovável para a América Latina e Caribe, projeto de minha autoria.

Comunico ainda a Vossa Excelência, para fins do disposto no **art. 39** do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período entre os dias 31 de agosto e 3 de setembro para atender ao compromisso acima descrito.

Sala das sessões, em


Senador **HÉLIO JOSÉ**

Recebido em 24/8/2016
Hora 21:17

Patricia Nobrega - Mesa Diretora





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

Memo GSHJOSE nº 08-123/2016

Brasília, 16 de agosto de 2016.

À Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Missão Oficial ao Parlatino, na Cidade de Santiago/Chile
Anexo: Ofício Secretaria de Comissões do Parlamento Latinoamericano

Senhor Presidente,

1. Com os meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar seja considerada Missão Oficial a minha participação nas Reuniões da Comissão de Energia e Minas do Parlamento Latinoamericano e Caribenho – PARLATINO, que se realizará entre os dias 1 e 2 de setembro do corrente, na Cidade de Santiago/Chile, na qualidade de membro do Grupo Brasileiro do Parlamento Latinoamericano e Caribenho, e 2º Vice-Presidente da Comissão de Energia e Minas, tendo em vista que está em debate projeto de minha autoria, o Marco Regulatório da Energia Renovável para a América Latina e Caribe.
2. Segue, em anexo, convocação enviada pela Secretaria de Comissões do Parlamento Latinoamericano.

Respeitosamente,

Senador HÉLIO JOSÉ
PMDB/DF



00100.125665/2016-41 (VIA 001)

**Secretaría de Comisiones****Panamá, República de Panamá, 1 de agosto de 2016**

Señor Senador
HÉLIO JOSÉ
2º Vicepresidente de la Comisión de Energía y Minas
Parlamento Latinoamericano
Su Despacho

Honorable Senador:

Tengo el agrado de dirigirme a usted, en mi carácter de Secretaria de Comisiones del Parlamento Latinoamericano, con el fin de convocarle a la reunión de la Comisión de Energía y Minas, que tendrá lugar en la ciudad de Santiago, Chile, durante los días 1 y 2 de septiembre del corriente año.

A la mayor brevedad posible, se les hará llegar la agenda de trabajo, así como la información general de índole operativa.

Asimismo, se ruega, a los efectos organizativos y logísticos de la reunión de comisión, remitir con suficiente antelación la confirmación de su asistencia.

Hago propicia la oportunidad de esta nota para saludarlo muy cordialmente y reiterar nuestra disposición para lo que necesite.

Muy atentamente,



Senadora Liliana Bellner
Secretaria de Comisiones
Parlamento Latinoamericano



00100.129665/2016-41 (VIA 001) - 00100.134498/2016-51 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO. Nº 198 /2016-PRESID.

Brasília, 24 de AGOSTO de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **HÉLIO JOSÉ**
Senado Federal

Senhor Senador,

Nos termos da solicitação constante no Memorando GSHJOSE nº 08-123/2016, datado de 16 de agosto de 2016, autorizo a participação de Vossa Excelência nas Reuniões da Comissão de Energia e Minas do Parlamento Latinoamericano e Caribenho - PARLATINO, que ocorrerão nos dias 1º e 02 de setembro de 2016, em Santiago, Chile, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA**Parecer nº 749/2016**

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta**Parecer nº 749, de 2016 - Elisabeth Alves da Silva Braga (ANTT)**

Indicação da Senhora Elisabeth Alves da Silva Braga para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Matéria **PAR 749/2016**Início Votação **24/08/2016 17:46:47** Término Votação **24/08/2016 17:52:06**Sessão **132º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **24/08/2016 09:00:10**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO

Emissão 24/08/2016 17:52:09





Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 749, de 2016 - Elisabeth Alves da Silva Braga (ANTT)

Indicação da Senhora Elisabeth Alves da Silva Braga para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Matéria **PAR 749/2016**

Início Votação **24/08/2016 17:46:47** Término Votação **24/08/2016 17:52:06**

Sessão **132ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **24/08/2016 09:00:10**

PP	BA	Roberto Muniz	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PP	GO	Wilder Moraes	SECRETO

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:44

NÃO:8

ABST.: 2

PRESIDENTE:0

TOTAL:54

Primeiro-Secretario

Parecer nº 750/2016

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta**Parecer nº 750, de 2016 - Charles Magno Nogueira Beniz (DNIT)**

Indicação do Senhor Charles Magno Nogueira Beniz para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT.

Matéria **PAR 750/2016**Início Votação **24/08/2016 17:53:03** Término Votação **24/08/2016 18:01:13**Sessão **132º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **24/08/2016 09:00:10**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PMDB	TO	Kátia Abreu	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO

Emissão 24/08/2016 18:01:16

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 750, de 2016 - Charles Magno Nogueira Beniz (DNIT)

Indicação do Senhor Charles Magno Nogueira Beniz para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT.

Matéria **PAR 750/2016**

Início Votação **24/08/2016 17:53:03** Término Votação **24/08/2016 18:01:13**

Sessão **132º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **24/08/2016 09:00:10**

PP	BA	Roberto Muniz	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PP	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PTB	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:45

NÃO:9

ABST.: 2

PRESIDENTE:0

TOTAL:56

Primeiro-Secretario



Projeto de Resolução nº 47/2016**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 751, DE 2016**

Redação final do Projeto de
Resolução nº 47, de 2016.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 2016, que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil no valor US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) entre o Município de Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos serão destinados ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá – PDI”, com adequação redacional proposta e aprovada pelo Plenário.*

Senado Federal, em 24 de agosto de 2016.



ANEXO AO PARECER Nº 751, DE 2016.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 47, de 2016.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2016

Autoriza o Município de Corumbá (MS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor total de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Corumbá (MS) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor total de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá (PDI)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Município de Corumbá (MS);
- II – credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – valor: até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);



V – prazo de desembolso: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato;

VI – prazo de carência: 60 (sessenta) meses;

VII – prazo de amortização: 156 (cento e cinquenta e seis) meses;

VIII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base na *Libor* semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de margem (*spread*), expressa como percentagem anual, de 2,74% a.a. (dois inteiros e setenta e quatro centésimos por cento ao ano) e pagos junto com a parcela de amortização;

IX – comissão de compromisso: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

X – comissão de administração: US\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos uma única vez no primeiro desembolso;

XI – compensação de reserva de crédito: até 0,37% (trinta e sete centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Corumbá (MS) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* é condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos, nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Corumbá (MS) e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, ambos da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e sob outras formas em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Projeto de Lei do Senado nº 389/2015-Complementar**SENADO FEDERAL****COMISSÃO DIRETORA****PARECER Nº 752, DE 2016**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2015 – Complementar.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2015 – Complementar, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o aumento das despesas de pessoal no último ano do mandato, assim como o aumento de despesa com pessoal após o final do mandato do titular do respectivo Poder*, consolidando a Emenda nº 1 – Plen, aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 24 de agosto de 2016.

JORGE VIANA, PRESIDENTE

ANGELA PORTELA, RELATORA

GLADSON CAMELI

VICENTINHO ALVES



ANEXO AO PARECER Nº 752, DE 2016.

Redação final do Projeto de Lei do
Senado nº 389, de 2015 –
Complementar.

Altera o art. 21 da Lei Complementar nº
101, de 4 de maio de 2000, para vedar
aumento da despesa com pessoal nos
casos que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21.

.....

§ 1º Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido:

I – nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20;

II – a qualquer tempo, caso preveja aumento da despesa com pessoal após o final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

§ 2º Para fins do disposto no inciso I do § 1º, serão considerados os atos de nomeação ou de provimento de cargo público e de admissão ou de contratação de pessoal a qualquer título, ressalvadas a reposição decorrente de aposentadoria ou de falecimento de servidor e a contratação em período de calamidade pública reconhecida nos termos do art. 65 desta Lei Complementar.

§ 3º Para fins do disposto nos incisos I e II do § 1º, serão considerados os atos relativos à concessão de vantagem, aumento e reajuste e à alteração de estrutura de carreira que implique aumento da despesa com pessoal ou adequação de remuneração ou subsídio a qualquer título de ocupantes de cargo, emprego ou função da administração direta e indireta, com exceção de aumento de despesa derivado de sentença judicial e da revisão prevista no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.



§ 4º As restrições previstas nos §§ 1º a 3º aplicar-se-ão mesmo quando for possível a recondução ou a reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei do Senado nº 389/2015 (Complementar) e Emenda de Plenário

Que altera a Lei Complementar nº 101, de 2000, para vedar o aumento das despesas de pessoal no último ano do mandato e após o final do mandato do titular do respectivo Poder.

Matéria **PLS 389/2015**

Início Votação **24/08/2016 18:14:59** Término Votação **24/08/2016 18:24:11**

Sessão **132º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **24/08/2016 14:01:10**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PV	PR	Álvaro Dias	NÃO
PT	RR	Ângela Portela	NÃO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM
PMDB	AM	Eduardo Braga	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	NÃO
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PMDB	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PT	AC	Jorge Viana	NÃO
DEM	RN	José Agripino	SIM
PSDB	SP	José Aníbal	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PSD	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PMDB	TO	Kátia Abreu	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PR	ES	Magno Malta	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM

Emissão 24/08/2016 18:24:17



Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei do Senado nº 389/2015 (Complementar) e Emenda de Plenário

Que altera a Lei Complementar nº 101, de 2000, para vedar o aumento das despesas de pessoal no último ano do mandato e após o final do mandato do titular do respectivo Poder.

Matéria **PLS 389/2015**

Início Votação **24/08/2016 18:14:59**

Término Votação **24/08/2016 18:24:11**

Sessão **132º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

24/08/2016 14:01:10

PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
PT	PI	Regina Sousa	NÃO
-	DF	Reguffe	SIM
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PP	BA	Roberto Muniz	SIM
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PDT	RR	Telmário Mota	NÃO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	NÃO
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PTB	MG	Zezé Perrella	SIM

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:56

NÃO:7

ABST.: 0

PRESIDENTE:1

TOTAL:64

Primeiro-Secretario

Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2016

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

§ 1º (Revogado).

§ 2º

§ 3º (Revogado).” (NR)



Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 76-A e 76-B:

“Art. 76-A. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Parágrafo único. Excetua-se da desvinculação de que trata o *caput*:

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

II - receitas que pertencem aos Municípios decorrentes de transferências previstas na Constituição Federal;

III - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

IV - demais transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei;



V - fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal."

"Art. 76-B. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Parágrafo único. Excetua-se da desvinculação de que trata o *caput*:

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

II - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

III - transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei;

IV - fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município."



Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.



Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2016 (1º Turno)

Altera o ADCT para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Matéria **PEC 31/2016**

Início Votação **24/08/2016 18:37:10** Término Votação **24/08/2016 19:07:35**

Sessão **132º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **24/08/2016 14:01:10**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PT	RR	Ângela Portela	NÃO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM
PMDB	AM	Eduardo Braga	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	NÃO
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	NÃO
PMDB	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	NÃO
DEM	RN	José Agripino	SIM
PSDB	SP	José Aníbal	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PSD	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	NÃO
PMDB	TO	Kátia Abreu	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	NÃO
PT	RJ	Lindbergh Farias	NÃO

Emissão 24/08/2016 19:07:38



Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2016 (1º Turno)

Altera o ADCT para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Matéria **PEC 31/2016**

Início Votação **24/08/2016 18:37:10** Término Votação **24/08/2016 19:07:35**

Sessão **132º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **24/08/2016 14:01:10**

PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PR	ES	Magno Malta	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
PT	PI	Regina Sousa	NÃO
-	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PP	BA	Roberto Muniz	SIM
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PDT	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	NÃO
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PTB	MG	Zezé Perrella	SIM

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:56

NÃO:13

ABST.: 0

PRESIDENTE:1

TOTAL:70

Primeiro-Secretário

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2016 (2º Turno)

Altera o ADCT para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Matéria **PEC 31/2016**

Início Votação **24/08/2016 19:36:38** Término Votação **24/08/2016 19:45:42**

Sessão **132º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **24/08/2016 14:01:10**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PT	RR	Ângela Portela	NÃO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	NÃO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM
PMDB	AM	Eduardo Braga	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	NÃO
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	NÃO
PMDB	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSB	AP	João Capiberibe	NÃO
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PSDB	SP	José Aníbal	SIM
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PSD	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	NÃO
PMDB	TO	Kátia Abreu	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	NÃO
PT	RJ	Lindbergh Farias	NÃO

Emissão 24/08/2016 19:45:45



Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2016 (2º Turno)

Altera o ADCT para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Matéria **PEC 31/2016**

Início Votação **24/08/2016 19:36:38** Término Votação **24/08/2016 19:45:42**

Sessão **132º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **24/08/2016 14:01:10**

PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PR	ES	Magno Malta	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
PT	PI	Regina Sousa	NÃO
-	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PP	BA	Roberto Muniz	SIM
PMDB	PR	Roberto Requião	NÃO
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PDT	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	NÃO
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
PP	GO	Wilder Moraes	SIM
PTB	MG	Zezé Perrella	SIM

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:54

NÃO:15

ABST.: 0

PRESIDENTE:1

TOTAL:70

Primeiro-Secretário

Emissão 24/08/2016 19:45:45



Projeto de Lei da Câmara nº 32/2016**SENADO FEDERAL**
PARECER N° 753, DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2016 (Projeto de Lei nº 2.747, de 2015, na Câmara dos Deputados), da Defensoria Pública da União, que *dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências*.

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 32, de 2016, da Defensoria Pública da União, que *dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências*.

A proposição possui cinco artigos. O primeiro fixa o subsídio mensal do Defensor Público-Geral Federal, na seguinte conformidade:





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

- a) em R\$ 31.557,21, a partir de 1º de julho de 2016;
- b) em R\$ 32.188,36, a partir de 1º de janeiro de 2017;
- c) em R\$ 32.938,35; a partir de 1º de abril de 2017; e
- d) em R\$ 33.763,00, a partir de 1º de janeiro de 2018.

O art. 2º trata do subsídio mensal dos demais membros da Defensoria Pública da União, que observará o escalonamento de cinco por cento entre as categorias que compõem a carreira de Defensor Público Federal (Segunda, Primeira e Especial), tendo como referência aquele percebido pelo Defensor Público-Geral Federal. Conforme anexo ao PLC, os subsídios dos membros dessas carreiras oscilarão, em 1º de janeiro de 2018, entre R\$ 28.947,55 e R\$ 32.074,85.

O art. 3º prevê que as despesas decorrentes da eventual aprovação do projeto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública da União, enquanto o art. 4º condiciona sua implementação à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, com a respectiva dotação prévia, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal (CF).

Por fim, o art. 5º determina que a Lei, caso aprovada a proposição, entrará em vigor na data de sua publicação.

Aprovada na Câmara dos Deputados, a matéria vem ao exame desta Casa, onde não recebeu emendas até o momento. Após a apreciação desta Comissão, a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

II – ANÁLISE

Compete a esta comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do PLC, além de apreciar seu mérito (Regimento Interno do Senado Federal – RISF, art. 101, I e II, *f*).

Registramos que a proposição não incide em qualquer tipo de inconstitucionalidade, seja formal, seja material, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 37, X), de iniciativa privativa da Defensoria Pública da União (CF, art. 96, II, *b*, combinado com o art. 134, § 4º). Também não há óbices quanto à juridicidade.

Quanto ao mérito, só temos elogios a fazer.

A Defensoria Pública é um órgão essencial à função jurisdicional do Estado e possui a nobre atribuição de conferir concretude ao art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, segundo o qual o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Contudo, não obstante a nobreza de suas funções e a existência de vocacionados membros, muitos deles abandonam o órgão em busca de melhores condições remuneratórias, especialmente na magistratura e no Ministério Público. Tendo em vista que os defensores públicos federais prestam serviços de complexidade e responsabilidade equivalentes aos das carreiras mencionadas, nada mais justo do que lhes conferir uma justa contraprestação financeira, compatível com a dessas carreiras.

Finalmente, no tocante à adequação financeira e orçamentária da matéria, ressalto que a proposição subordina a sua implementação à existência de expressa autorização na lei orçamentária anual, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, impactando, segundo o Ministério do Planejamento, em apenas 0,1% de todo o impacto econômico dos





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

reajustes às carreiras do Executivo, Judiciário, Legislativo, Tribunal de Contas da União e Ministério Público.

III – VOTO

Ante todo o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, somos pela **aprovação** do PLC nº 32, de 2016.

Sala da Comissão, 13 de julho de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador TELMÁRIO MOTA, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 13/07/2016 às 10h - 27ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS	PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	4. ANGELA PORTELA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA		5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ		6. PAULO PAIM	PRESENTE
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
MARTA SUPPLY	PRESENTE	3. GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE
EDUARDO BRAGA		4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	
JADER BARBALHO		7. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO		1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	PRESENTE
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	4. RICARDO FRANCO	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE	PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. LÚCIA VÂNIA	PRESENTE





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 13/07/2016 às 10h - 27ª, Ordinária

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE
EDUARDO LOPES	PRESENTE	2. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. VICENTINHO ALVES	PRESENTE

Não Membros Presentes

ROMERO JUCÁ





SENADO FEDERAL

PARECER N° 754, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2016 (Projeto de Lei nº 2.747, de 2015, na origem), da Defensoria Pública da União, que *dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências*.

Relator: Senadora **GLEISI HOFFMANN**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2016, de autoria da Defensoria Pública da União (DPU). O PLC nº 32, de 2016, possui cinco artigos. O primeiro fixa o subsídio mensal do Defensor-Geral da União em R\$ 31.557,21 (trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos), a partir de 1º de julho de 2016; R\$ 32.188,36 (trinta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos), a partir de 1º de janeiro de 2017; R\$ 32.938,35 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos), a partir de 1º de abril de 2017; e R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais), a partir de 1º de janeiro de 2018.

O art. 2º estabelece que o subsídio mensal dos demais membros da DPU observará o escalonamento de 5% entre as categorias que compõem a Carreira de Defensor Público Federal (segunda, primeira e especial), tendo como referência aquele percebido pelo Defensor Público-Geral Federal, de modo que os subsídios dos membros dessas categorias oscilarão, em 1º de janeiro de 2018, entre R\$ 28.947,55 (vinte e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) e R\$





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

2

32.074,85 (trinta e dois mil e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

O art. 3º afirma que as despesas resultantes da aprovação do projeto em exame correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à DPU na Lei Orçamentária Anual (LOA). Por sua vez, o art. 4º condiciona a implementação do disposto nesta Lei a sua autorização em anexo específico da LOA, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal. Por fim, o art. 5º trata da cláusula de vigência, com a lei resultante do PLC entrando em vigor na data de sua publicação.

Houve a aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em 13 de julho de 2016, do Relatório do Relator Senador Telmário Mota, que passou a constituir Parecer da CCJ, favorável ao PLC nº 32, de 2016, por ser constitucional, jurídico, condizente com a boa técnica legislativa e meritório. Tendo em vista a aprovação, no Plenário, do Requerimento nº 548, de 2016, a Proposição entrou em regime de urgência. Na sessão deliberativa do dia 17 de agosto de 2016, o Presidente do Senado Federal remeteu a matéria à CAE, com a manutenção do regime de urgência para deliberação final no Plenário. Na mesma data, avoquei a relatoria da matéria.

Não houve apresentação de emendas ao PLC nº 32, de 2016.

II – ANÁLISE

O inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal assegura à CAE competência para opinar sobre os aspectos econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas por despacho do Presidente do Senado Federal.

Como já ressaltou o Senador Telmário Mota, a matéria é meritória, pois a instituição Defensoria Pública tem o papel de promover a democracia por meio da garantia do acesso à justiça à sociedade brasileira, especificamente àqueles que não possuem condições materiais de, por sua conta, fazer valer seus direitos e, em razão disso, deles são privados. É





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

3

importante que se diga que o termo acesso à justiça não se limita somente à atuação jurisdicional do Estado, mas compreende desde a simples orientação jurídica, passando pela atuação extrajudicial, até o ajuizamento de ações perante o Poder Judiciário, se necessário for.

A DPU, em particular, possui atribuição para atuação nas matérias a) cíveis, previdenciárias, criminais, administrativas e militares federais; b) trabalhistas; e c) eleitorais. Pode desempenhar suas funções, assim, perante as instâncias administrativas dos órgãos públicos federais, nos judiciários federais comum, do trabalho, eleitoral e militar. Entretanto, a título de exemplo, encontra-se efetivamente instalada em apenas 28% das Subseções Judiciárias da Justiça Federal, principal órgão jurisdicional perante o qual atua hoje em dia.

São 624 membros da DPU em exercício no País inteiro e, mesmo com o pouco material humano disponível, a instituição realizou mais de 1,5 milhão de atendimentos no ano de 2015 e, em 2016, já realizou mais de 870 mil atendimentos para obtenção de medicamentos, internamentos, auxílios, aposentadorias, pensões, benefícios assistenciais, seguro desemprego, moradia, FGTS etc.

Dito isso, convém esclarecer que o assunto único do PLC nº 32, de 2016, é promover a recomposição salarial dos membros da DPU. Não há na matéria, ora em análise, qualquer disposição relativa à criação de novas carreiras na DPU ou à criação de cargos em comissão e funções comissionadas. Esta encontra-se no PL nº 7.923, de 2014, que visa criar 784 cargos em comissão e 362 funções comissionadas, totalizando 1.146 cargos, e a estruturação da carreira é tema do PL nº 7.922, de 2014, que cria os cargos de Analista e Técnico da Defensoria Pública da União. Ambos os projetos de lei estão em tramitação na Câmara dos Deputados no momento.

O PLC nº 32, de 2016, atende os incisos I e II do art. 98 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, conhecida como Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016 (LDO 2016), por conter as premissas e metodologia de cálculo do impacto orçamentário-financeiro, bem como o demonstrativo do impacto da despesa, por ativos, inativos e pensionistas, nos exercícios financeiros de 2016 a 2018, nos termos do





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

4

Ofício nº 305/2016-GAB/DPGU, de 30 de junho de 2016, emitido em resposta ao Ofício 071/2016/CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Como as estimativas do impacto orçamentário-financeiro da DPU são de caráter incremental, sintetizamos no Quadro abaixo o impacto total do PLC nº 32, de 2016, em cada exercício financeiro, por ativos, inativos e pensionistas, de acordo com o número de cargos ocupados em julho de 2016 e as premissas e metodologia apresentadas pela DPU. Basicamente, a diferença entre essas estimativas reside no fato de que o impacto incremental é calculado com base na diferença entre a remuneração recém-reajustada e a anterior, que é variável conforme houver novas parcelas de reajuste, enquanto o impacto total é apurado com base na diferença entre a remuneração recém-reajustada e a atualmente vigente.

É bom frisar que a DPU possui 624 defensores públicos ativos, dos quais 452 estão enquadrados na segunda categoria da Carreira de Defensor Público Federal, 121 na primeira categoria, 50 na categoria especial e 1 como Defensor Público-Geral Federal. Entre os 26 aposentados, 23 são originários da categoria especial e 3 da segunda categoria. Já entre os instituidores de pensão, temos 19 da categoria especial, 1 da primeira categoria e 3 da segunda, totalizando 23 instituidores de pensão.

ITEM	2016	2017	2018
Ativos	R\$ 7.274.235,12	R\$ 62.117.388,06	R\$ 113.541.922,19
Aposentados	R\$ 282.873,24	R\$ 1.863.178,33	R\$ 3.310.886,67
Pensionistas	R\$ 248.216,87	R\$ 1.660.489,38	R\$ 2.951.126,49
Soma	R\$ 7.805.325,22	R\$ 65.641.055,77	R\$ 119.803.935,35

Fonte: Ofício nº 305/2016-GAB/DPGU. Elaboração: Consultoria Legislativa do Senado Federal.

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro total do PLC nº 32, de 2016, será de R\$ 7,8 milhões, R\$ 65,6 milhões e R\$ 119,8 milhões nos exercícios financeiros de, respectivamente, 2016, 2017 e 2018. Embora a estimativa de 2016 tenha como ponto de partida o mês de julho de 2016, a cláusula de vigência do PLC diz expressamente que a lei





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

5

resultante de sua aprovação entra em vigor na data de sua aprovação. Isso garante que a Proposição atende o art. 98, § 2º, da LDO 2016, que veda a apresentação de projeto de lei relacionado ao aumento de despesas com pessoal, bem como sua aprovação, caso contenha dispositivo legal com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor da lei.

O PLC nº 32, de 2016, também observa plenamente as disposições dos incisos I e II do § 1º do art. 169 da Lei Maior, já que o art. 99 da LDO 2016 assegura que estão autorizadas as despesas com pessoal relativas aos aumentos de remuneração e à concessão de quaisquer vantagens até os limites das dotações orçamentárias incluídas em anexo específico da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 (LOA 2016), as quais devem constar da programação orçamentária e estar em harmonia com os limites da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O subitem 4.1 do item II (Alteração de Estrutura de Carreiras e Aumento de Remuneração) do Anexo V da LOA 2016 (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016) estipula que o limite das dotações voltadas ao atendimento de projetos de lei relativos à reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras na Defensoria Pública da União, no exercício financeiro de 2016, é de R\$ 12,2 milhões, que é superior ao impacto orçamentário-financeiro total das despesas que o PLC nº 32, de 2016, propõe criar no valor de R\$ 7,8 milhões em 2016. Adicionalmente, o aumento das despesas com pessoal dos integrantes da DPU em 2016 não supera o limite de 5,5% do total da folha de pagamento desses servidores (R\$ 198,5 milhões), visto que o aumento corresponde a 3,9% desse total calculado sem reajuste.

Além disso, não há, no momento, limite específico para as despesas com pessoal da DPU, que são computadas no limite do Poder Executivo federal. Mesmo incluindo todas as despesas de pessoal do exercício financeiro de 2018 decorrentes de aumentos concedidos por esse Poder no total de despesas relativo ao 1º quadrimestre de 2016, nota-se que o Poder Executivo atingiria 29,3% da receita corrente líquida (RCL) da União, que é abaixo do limite prudencial de 36% para as despesas de pessoal, determinado pelo parágrafo único do art. 22 c/c a alínea c do inciso do art. 20 da LRF.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

6

De todo modo, as despesas com pessoal da DPU no exercício financeiro de 2018 poderão aumentar, em caso de transformação em norma jurídica do PLC nº 32, de 2016, 0,017% (dezessete milésimos percentuais) da RCL de R\$ 700,4 bilhões, constante do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2016. Se, por acaso, forem acrescidas as despesas previstas com as nomeações de outros defensores públicos em 2017 no valor de R\$ 59,3 milhões, as despesas com pessoal da DPU em 2018 aumentarão R\$ 179,1 milhões, que equivalem a 0,026% (vinte e seis milésimos percentuais) da referida RCL.

Em suma, o PLC nº 32, de 2016, tem a adequada previsão orçamentária-financeira, cumprindo as disposições da Constituição Federal, da LDO 2016, da LOA 2016 e da LRF sobre o tema.

Ademais, o Quadro abaixo apresenta os percentuais dos reajustes nominais dos subsídios dos servidores da DPU entre 2016 e 2018. Considerando a hipótese de que o Defensor Público-Geral Federal possa pertencer à categoria especial dos defensores públicos, o subsídio dele aumentará dos atuais R\$ 31.090,85 para R\$ 33.763,00 a partir de 1º de janeiro de 2018 (aumento acumulado de 8,6% no período). O subsídio dos defensores públicos integrantes da categoria especial elevar-se-á de R\$ 22.516,94 para R\$ 32.074,85 (aumento acumulado de 42,4%) no período em questão. Já o subsídio dos defensores da categoria primeira aumentará de R\$ 19.913,33 para R\$ 30.471,11 (aumento acumulado de 53%) no período citado. Por sua vez, o subsídio dos defensores integrantes da categoria segunda saltará de R\$ 17.330,33 para R\$ 28.947,55 (aumento acumulado de 67%) no período.

	Ago/16	Jan/17	Abr/17	Jan/18	Acumulado
Defensor Público-Geral Federal	1,50	2,00	2,33	2,50	8,59
Defensor Público Categoria Especial	7,60	8,00	9,00	12,46	42,45
Defensor Público Categoria Primeira	7,60	10,50	13,00	13,89	53,02
Defensor Público Categoria Segunda	8,00	12,50	16,00	18,51	67,03

Elaboração: Consultoria Legislativa do Senado Federal.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

7

Em janeiro de 2012, percebe-se que a remuneração dos defensores públicos da categoria segunda era de R\$ 14.970,60. Assim, em janeiro de 2018, a remuneração dos integrantes dessa categoria terá crescido em termos nominais 93,4% no período de seis anos. Porém, é fundamental esclarecer que a concessão de maiores reajustes às categorias primeira e segunda é fruto de uma exigência constitucional. A não concessão deste reajuste seria um desrespeito à Constituição, situação que o Senado Federal não poderia jamais pactuar.

A Emenda Constitucional nº 80, de 4 de junho de 2014, ao inserir o § 4º no art. 134 da Constituição Federal, determinou que se aplica à Defensoria Pública, no que couber, o art. 93 da Carta Magna, que, entre outras disposições, prevê que as diferenças remuneratórias entre uma categoria e outra não poderão ser superiores a 10% e nem inferiores a 5%. Esse último escalonamento é obedecido pela Proposição em exame, bem como tem sido adotado no âmbito do Ministério Público da União, também por determinação constitucional.

Por fim, é preocupante o elevado índice de evasão da carreira dos Defensores Públicos Federais, cargo para o qual são exigidos três anos de prática jurídica e a aprovação em rigoroso concurso público. Segundo dados da própria DPU, nos dois últimos concursos realizados, 40% dos aprovados para o cargo migraram para outras carreiras ou nem mesmo chegaram a tomar posse devido à diferença remuneratória existente entre os membros da DPU e as outras carreiras jurídicas equivalentes.

Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade da valorização da Defensoria Pública da União. Afinal, de modo semelhante aos dizeres da Ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.943, que reconheceu a legitimidade ativa da Defensoria Pública para ajuizar ação civil pública, podemos questionar: a quem interessa enfraquecer a Defensoria Pública?





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

8

III – VOTO

Diante do exposto, manifesto voto pela aprovação do PLC nº 32, de 2016.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2016.

Senador JOSÉ PIMENTEL, Presidente eventual

Senadora GLEISI HOFFMANN, Relatora





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CAE, 23/08/2016 às 10h - 26ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	PRESENTE	3. REGINA SOUSA	PRESENTE
JORGE VIANA		4. ROBERTO MUNIZ	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	5. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	6. VAGO	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. WILDER MORAIS	
CIRO NOGUEIRA		8. IVO CASSOL	PRESENTE

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMERO JUCÁ		1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA		3. VAGO	
EDUARDO BRAGA		4. JOSÉ MEDEIROS	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE	6. MARTA SUPPLY	
OMAR AZIZ	PRESENTE	7. ROSE DE FREITAS	
KÁTIA ABREU	PRESENTE	8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. JOSÉ ANÍBAL	PRESENTE
RICARDO FRANCO		2. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	3. DALIRIO BEBER	
ALVARO DIAS	PRESENTE	4. RONALDO CAIADO	PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. ANTONIO CARLOS VALADARES	





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 23/08/2016 às 10h - 26ª, Ordinária

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTEs	
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	1. PEDRO CHAVES	
EDUARDO LOPES		2. ELMANO FÉRRER	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS	PRESENTE



PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2016
(nº 2.747/2015, na Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O subsídio mensal do Defensor Público-Geral Federal, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com os §§ 2º a 4º do art. 134, todos da Constituição Federal, passa a ser de:

I - R\$ 31.557,21 (trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e um centavos), a partir de 1º de julho de 2016;

II - R\$ 32.188,36 (trinta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos), a partir de 1º de janeiro de 2017;

III - R\$ 32.938,35 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos), a partir de 1º de abril de 2017;

IV - R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais), a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 2º Os membros da Defensoria Pública da União serão remunerados na forma desta Lei, por subsídio mensal, conforme referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com o inciso V do art. 93, com o inciso II do art. 96 e com os §§ 2º a 4º do art. 134, todos da Constituição Federal.

Parágrafo único. O subsídio de que trata o caput deste artigo observará, ao final, o escalonamento de 5% (cinco por cento) entre as categorias que compõem a



Carreira de Defensor Público Federal, tendo como referência aquele percebido pelo Defensor Público-Geral Federal, observada a progressão da tabela do Anexo desta Lei.

Art. 3º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública da União.

Art. 4º A implementação do disposto nesta Lei fica condicionada a sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual, com a respectiva dotação prévia, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2016.

GIACOBO

2º Vice-Presidente no exercício da Presidência



ANEXO

CATEGORIA	JULHO/16	JANEIRO/17	ABRIL/17	JANEIRO/18
Especial	R\$ 24.228,23	R\$ 26.166,49	R\$ 28.521,47	R\$ 32.074,85
Primeira	R\$ 21.426,74	R\$ 23.676,55	R\$ 26.754,50	R\$ 30.471,11
Segunda	R\$ 18.716,76	R\$ 21.056,35	R\$ 24.425,37	R\$ 28.947,55



Projeto de Lei de Conversão nº 16/2016**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2016**

Prorroga o prazo de dispensa de que trata o art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O prazo de dispensa previsto no art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, fica prorrogado por três anos.

Parágrafo único. Para fins do disposto no **caput**, fica prorrogado, por três anos, o prazo do visto temporário de que trata o art. 18 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Projeto de Lei de Conversão nº 19/2016**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2016**

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos de inscrição no Cadastro Ambiental Rural e adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59.

.....
§ 2º A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, devendo essa adesão ser requerida no prazo estipulado no § 3º do art. 29 desta Lei.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Projeto de Decreto Legislativo nº 20/2016

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 755, DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2016 (PDC nº 139, de 2015, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997.

Relator: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

Em 13 de novembro de 2014, a Presidente Dilma Rousseff encaminhou a Mensagem nº 379, que submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997.

Na Câmara dos Deputados, houve um longo processo legislativo. Antes de o Plenário daquela Casa aprovar o projeto em 8 de agosto de 2016, ele foi apreciado e aprovado por 4 (quatro) Comissões, quais sejam:

- i. Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDN;
- ii. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS;
- iii. Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI; e
- iv. Constituição e Justiça e Cidadania – CCJC.

Chegando ao Senado, ele foi encaminhado à CRE e a mim distribuído para relatar na semana passada, no dia 16 do corrente mês.



Cuidamos aqui da adesão da República Federativa do Brasil à Rede Internacional do Bambu e do Ratã – INBAR, uma organização internacional criada em 1997 por um acordo internacional depositado junto às Nações Unidas – ONU. É a única organização intergovernamental do mundo com sede na China e possui escritórios regionais no Equador, Etiópia, Índia e Gana. Atualmente, o INBAR conta com 41 Estados-membros que detêm a maioria dos recursos de bambu e ratã do Hemisfério Sul.

O texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu do Ratã contém 22 artigos e foi assinado em 6 de novembro de 1997. Nele estão estabelecidas as regras básicas de funcionamento dessa organização intergovernamental.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O bambu é uma grama arborescente de fácil cultivo, basta cortá-lo que ele cresce rapidamente. Há espécies que crescem até 1 (um) metro por dia e a produção pode chegar até 160 toneladas por hectare. Antigamente, seu uso era mais restrito ao artesanato, mas hoje o bambu é uma planta que serve a vários usos, movimentando uma cadeia produtiva global estimada em US\$ 60 bilhões ao ano, de acordo com o INBAR.

É amplamente utilizado na construção de casas e edifícios, especialmente nos países asiáticos – China, Japão, Indonésia, Índia. Mais recentemente, o bambu também tem sido utilizado em projetos de construção civil na América Latina, em países como Colômbia, Costa Rica e Equador. Tais projetos vão desde habitações populares até prédios de grande porte. Aliás, 1 (um) bilhão de pessoas no mundo residem em casas que, de alguma maneira, usaram bambu em sua construção.

Como Senador da Amazônia, destaco que a disseminação do uso do bambu na construção civil em substituição a materiais convencionais, em particular a madeira, pode contribuir para a redução do desmatamento das nossas florestas nativas. A substituição do uso da madeira nativa pelo bambu pode contribuir ainda para a redução das emissões brasileiras de gases de



efeito estufa, uma vez que um terço das nossas emissões provém do desmatamento.

Além da construção civil, é crescente o emprego da fibra do bambu na indústria têxtil. O mercado brasileiro importa da China milhões de dólares em fibras têxteis da viscose de bambu, sendo que poderia extrair essa matéria-prima dos milhões de hectares de florestas nativas de bambu localizadas na Amazônia.

Usar bambu para a produção de tecidos traz um importante benefício ambiental, já que substituir o plantio de algodão por bambu significa: menos irrigação, menos consumo de energia e mais terras livres para outras culturas de alimentos.

Vale lembrar que o bambu não demanda o emprego de agroquímicos que são necessários para o cultivo de algodão. Assim, a substituição das plantações de algodão por bambu reduz a poluição da água e do solo.

Alguns especialistas, como Hans Friederich (Diretor Geral da Rede Internacional do Bambu e Ratã), defendem que num futuro próximo será possível produzir um tecido puro de bambu devido aos elevados investimentos tecnológicos capitaneados pela China.

Além disso, o bambu apresenta uma boa produtividade de biomassa por hectare, podendo ser uma fonte privilegiada para a geração de energia elétrica.

Do ponto de vista social, a cultura do bambu favorece a realização de programas e projetos destinados a criar renda para comunidades tradicionais da floresta. Isso se dá em função da facilidade de cultivo e da baixa exigência de qualificação da mão-de-obra envolvida no processo produtivo. Assim, cria-se o seguinte tripé: crescimento econômico, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista ambiental, o bambu apresenta alto rendimento produtivo e considerável potencial para a recuperação de ambientes degradados. Pode, então, contribuir decisivamente para a redução do



aquecimento global na medida em que substitui o disseminado uso de madeira, plásticos e metais.

Sob a perspectiva do desenvolvimento regional, o bambu trará benefícios para toda a Amazônia e, especialmente, para o Estado do Acre, que possui 40% das reservas de bambu nativo localizadas nessa região, sendo que há presença de bambu em 1/3 do território acreano. São mais de 4 milhões de hectares de florestas com bambu. Inclusive, a Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC está preparando um detalhado mapeamento do potencial econômico da fibra encontrada no território acreano.

Há 11 anos, o governo do Estado do Acre – em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC) e a Universidade Federal do Acre (UFAC) – desenvolve um projeto de conscientização dos povos da floresta sobre o manejo adequado e sustentável do bambu. O governo estadual também busca incentivar o plantio do bambu nas áreas desmatadas em sistemas agroflorestais como forma de criar fontes de renda alternativa para as comunidades tradicionais. Dessa forma, a biodiversidade acreana passa a ser um ativo econômico.

No âmbito da Amazônia, merece destaque a realização de pesquisas pela EMBRAPA com vistas à introdução de novas espécies de bambu com maior produtividade e sem espinhos para manejo na Amazônia. Assim será possível fazer um consórcio do bambu com o açaí, a seringueira, a castanha, o mamão, o cupuaçu, no sistema de agrofloresta.

O manejo de bambu também tem despertado a atenção de outros Estados fora da Amazônia brasileira. A título de exemplo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo formalizou uma parceria com a Associação Brasileira dos Produtores de Bambu e a Universidade Mackenzie para a pesquisa, o fomento e o desenvolvimento da cadeia produtiva de bambu. Essa parceria busca aproveitar mais de 2 milhões de hectares de áreas degradadas que tinham baixo retorno econômico mediante projetos de plantio de bambu, tendo como base o exemplo chinês que integra lavoura-pecuária-floresta (agroflorestal).



Por esses motivos, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 12.484, de 8 de setembro de 2011, que dispõe sobre a “Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu”, com o objetivo de valorizar esse ativo ambiental como instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, bem como fomentar o manejo sustentado das formações nativas e o cultivo de bambu voltado para a produção de colmos, para a extração de brotos e obtenção de serviços ambientais.

Logo na sequência, em abril de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff foi à China e firmou o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia da China para promover a cooperação bilateral em Ciência & Tecnologia na área de desenvolvimento do bambu.

A China é a maior referência no uso do bambu. O mercado chinês de bambu é de US\$ 30 bilhões, sendo equivalente a 50% de todo o mercado global. Em junho do corrente ano, o jornal China Daily divulgou que a Grande Muralha, o conceito de harmonia e o bambu são os três mais populares símbolos da cultura chinesa, conforme pesquisa realizada com mais de 3.100 jovens de outros países pelo Instituto de Inovação Cultural e Comunicação de Beijing.

Por todas suas potencialidades econômicas, sociais e ambientais, o bambu tem assumido uma crescente relevância no âmbito das políticas do governo brasileiro voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável do País.

Tornou-se ainda mais oportuna a adesão do Brasil à Rede Internacional do Bambu e do Ratã (INBAR), motivo do projeto de decreto legislativo que ora se aprecia. O INBAR tem a missão de definir e implementar uma agenda global para o desenvolvimento sustentável mediante o uso do bambu e do ratã. Desde sua criação em 1997, tem desenvolvido projetos e programas em mais de 20 países e capacitado pessoas e organizações em mais de 80 países sobre a importância do uso do bambu e ratã em cadeias produtivas.



Durante o último recesso parlamentar, chefei a delegação brasileira que foi à China tratar sobre o relatório preliminar da Ferrovia Transcontinental-Bioceânica, um corredor de trilhos que ligará o Oceano Atlântico ao Pacífico, facilitando o acesso dos produtos brasileiros aos mercados da costa oeste norte-americana e ao mercado asiático, especialmente da China.

Quando estava em Pequim, fiz reunião com o Diretor-Geral do INBAR, Sr. Hans Friederich, em 29 de julho do corrente. Ele mostrou a força da “economia de bambu” no mundo e externou o desejo da Organização de ter o Brasil como seu membro em razão de milhões de hectares de florestas de bambu estarem em território brasileiro.

Ressalto um relevante aspecto social da organização do INBAR: todos os seus 41 membros são países em desenvolvimento, à exceção do Canadá, um dos promotores originais da iniciativa no marco de sua política de ajuda ao desenvolvimento global.

Os aspectos ambientais têm também importância crescente nas atividades da Organização. Em 2009 e 2010, a Organização publicou estudos sobre a potencial contribuição do cultivo de bambu para a proteção da biodiversidade e para a adaptação e mitigação da mudança do clima (sequestro de carbono, bioenergia), que, em 2010, foram apresentados nas conferências das Convenções sobre Diversidade Biológica, em Nagóia, e sobre a Mudança do Clima, em Cancún. Atualmente, o INBAR discute como os países podem aproveitar o bambu e o ratã nos seus planos de ação climática na agenda pós-COP21 (Paris).

Ao concluir, cabe registrar que o INBAR, em 2002, convidou o Brasil para ser membro da Organização. Contudo, naquela época as negociações não avançaram porque o Brasil tinha considerado elevadas as contribuições anuais a serem pagas. Esse problema não existe mais. Em 2010, o INBAR criou uma nova escala de contribuições, baseada no sistema das Nações Unidas. Com isso, agora a anuidade obrigatória para a adesão do Brasil é de US\$ 12 mil (doze mil dólares) – uma das menores taxas de anuidade de entidades internacionais.



Portanto, fica claro que a adesão do Brasil ao INBAR é aconselhável tanto do ponto de vista econômico quanto do socioambiental. Esse acordo é da maior importância. Merece toda prioridade e aprovação pelo Congresso Nacional.

Creio que este é um dos mais significativos acordos internacionais apreciados neste ano por este colegiado. Por isso, fiz um grande esforço para estudar o tema em profundidade e trazer este relatório para apreciação da CRE em apenas 1 (uma) semana.

III – VOTO

Com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2016.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2016

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Jorge Viana, Relator





SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 24 de agosto de 2016 (quarta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lindbergh Farias (PT)	2. Telmário Mota (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. VAGO
Lasier Martins (PDT)	4. Humberto Costa (PT)
Cristovam Buarque (PPS)	5. VAGO
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Edison Lobão (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Kátia Abreu (PMDB)
Ricardo Ferraço (PSDB)	5. Hélio José (PMDB)
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Ronaldo Caiado (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. José Aníbal (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	4. Antonio Anastasia (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. João Capiberibe (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Eduardo Lopes (PRB)
Armando Monteiro (PTB)	2. Magno Malta (PR)



(*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 20, DE 2016
(nº 139/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre a
Constituição da Rede Internacional
do Bambu e do Ratã, celebrado em
Pequim, em 6 de novembro de 1997.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre a
Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã,
celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art.
49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do
Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em
revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes
complementares que acarretem encargos ou compromissos
gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na
data de sua publicação.

**(*) A íntegra do texto do acordo encontra-se publicado no DSF de
11/08/2016.**



Projeto de Decreto Legislativo nº 21/2016

Aprova o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo Complementar, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Requerimento nº 633/2016

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador VICENTINHO ALVES

APROVADO EM 23/08/2016

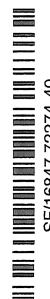
CEAERO

REQUE

Requerimento
Nº 13/2016

- CEAERO

Aprovado
24/08/2016
San Rogério



SF/16847.72274-40

A Comissão Especial destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2016, que *institui o Código Brasileiro de Aeronáutica*, requer, na forma do art. 374, XVI, RISF, que o **prazo para apresentação de emendas à referida proposição seja estendido até 30 de setembro próximo**, fixando-se, conseqüentemente, novo calendário para apresentação dos Relatórios Parciais e Geral e para votação do Parecer.

JUSTIFICAÇÃO

Após a designação dos membros que compõem a Comissão Especial destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2016, ouvidas as lideranças partidárias, fixou-se calendário de atividades, nos termos do art. 374, III a VI, RISF, a saber: a) recebimento de emendas (13/7 a 25/8/2016); b) relatórios parciais (26/8 a 9/9/2016); relatório do Relator Geral (12/9 a 16/9/2016); d) Parecer Final (19/9 a 23/9/2016).

Ocorre que, considerando a necessidade de realização de audiências públicas já previstas, a fim de melhor instruir e debater a matéria, e o interesse dos nobres parlamentares em

mm



Página: 1/2 23/08/2016 10:32:22

237378151358e293b3165d1a845150de3468bbe6



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **VICENTINHO ALVES**

emendar o texto principal, o prazo inicialmente fixado não será suficiente para o desenvolvimento das atividades planejadas.

O compromisso dos membros desta Comissão Especial é firme no sentido de que os trabalhos sejam concluídos no menor prazo possível. No entanto, a dilação do calendário de atividades é medida necessária, tendo em vista a extensão e complexidade do tema abordado.

Sala das Comissões,


Senador **Vicentinho Alves**, Presidente
Senador **José Maranhão**, Relator

SF/16847.72274-40

Página: 2/2 23/08/2016 10:32:22

237378f5b58e293b3165d1a845150de3468bbe6





**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 4ª Reunião da CEAERO

Data: 23 de agosto de 2016 (terça-feira), às 09h45

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016 - CEAERO

TITULARES	
	-
Vicentinho Alves (PR)	
Pedro Chaves (PSC)	
José Maranhão (PMDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	
Paulo Rocha (PT)	
Lasier Martins (PDT)	
Randolfe Rodrigues (REDE)	
Jorge Viana (PT)	
Hélio José (PMDB)	
Acir Gurgacz (PDT)	
Roberto Rocha (PSB)	



Requerimento nº 634/2016

SENADO FEDERAL
Presidência

*Aprovado
Em 24/8/2016
[Assinatura]*

REQUERIMENTO
Nº 634, de 2016.

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença, com o ônus para esta Casa, para representar o Senado Federal, na condição de Presidente, em Visita Oficial à República Popular da China.

Nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do País no período de 30 de agosto a 06 de setembro de 2016.

Sala das Sessões, de de 2016.


Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado



Requerimento nº 635/2016

00100.134497/2016-14



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

Aprovado
Em 24/8/2016
[Assinatura]

REQUERIMENTO Nº 635, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para acompanhar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Michel Temer, em Missão Oficial à República Popular da China.

Nos Termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, comunico que estarei ausente do País no período de 30/08 a 06/09 de 2016.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2016

[Assinatura]
Senador ATAÍDES OLIVEIRA
PSDB/TO



RESOLUÇÃO

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO
Nº 34, DE 2016**

Autoriza o Município de Corumbá (MS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor total de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Corumbá (MS) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor total de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Integrado de Corumbá (PDI)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Município de Corumbá (MS);
- II – credor: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – valor: até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – prazo de desembolso: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato;
- VI – prazo de carência: 60 (sessenta) meses;
- VII – prazo de amortização: 156 (cento e cinquenta e seis) meses;
- VIII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base na **Libor** semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de margem



(**spread**), expressa como percentagem anual, de 2,74% a.a. (dois inteiros e setenta e quatro centésimos por cento ao ano) e pagos junto com a parcela de amortização;

IX – comissão de compromisso: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano), calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

X – comissão de administração: US\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos uma única vez no primeiro desembolso;

XI – compensação de reserva de crédito: até 0,37% (trinta e sete centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Corumbá (MS) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos, nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Corumbá (MS) e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, ambos da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e sob outras formas em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de agosto de 2016.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

vpl/prs16-047



REQUERIMENTOS DE LICENÇA**Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 5**

Requerimento	Parlamentar	Fundamentação Legal	Período	Finalidade
RQM nº 360/2016	José Maranhão	RISF Art. 13	11/08/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 361/2016	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	25/08/2016 e 26/08/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 362/2016	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	24/08/2016	Atividade parlamentar.
RQM nº 363/2016	Marta Suplicy	RISF Art. 43, II	23/08/2016 e 24/08/2016	Licença Particular.
RQM nº 364/2016	Romero Jucá	RISF Art. 13	23/08/2016 e 24/08/2016	Atividade parlamentar.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Moderador - 11

PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT

Eduardo Amorim.	PSC / SE
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco Parlamentar da Minoria

PMDB.	19
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13
Bloco Moderador.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Lindbergh Farias (34,69,72,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) Regina Sousa (40) </p> <p>Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,72,101) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,32)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (37,61)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (85,96) Davi Alcolumbre (89,99) Ataídes Oliveira (86) </p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (15,56)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) José Aníbal (93)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (12,26)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,79) Vanessa Grazziotin (21,23) </p> <p>Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (60,79)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,97) Roberto Rocha (43,63)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (11,52)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58) </p> <p>Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,83)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,82) Elmano Férrer (78,80) Eduardo Amorim (81) </p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,80)</p> <p>Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,82)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 2 Eduardo Amorim (81)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (92)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,83)</p>	<p>PMDB - 19</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,97) José Medeiros (10,18,27,98) Davi Alcolumbre (89,99) Hélio José (49,57,100) Ricardo Ferraço (85,96)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (34,69,72,101)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).



60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
79. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
80. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
81. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
82. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
83. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélios José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 25/08/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 26/08/2016 a 09/09/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 12/09/2016 a 16/09/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 19/09/2016 a 23/09/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**.. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁶⁾

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Magno Malta (PR-ES) ^(11,14)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁴⁾	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁹⁾	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁹⁾
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,10)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,13)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ^(1,3)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽¹⁾	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

** . Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Morais e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrella; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).
7. Em 01.06.2016, foi eleita a Senadora Lúcia Vânia para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário (Of. 36/2016-GLBSD).
8. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
9. Em 07.06.2016, foram eleitos os Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão como membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 34/2016-GLPSDB).
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
11. Em 23.06.2016, a Senadora Rose de Freitas renunciou à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco da Maioria.
12. Em 28.06.2016, o Senador José Pimentel renuncia à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática (Of. 105/2016).
13. Em 28.06.2016, foi eleita a Senadora Kátia Abreu para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 76/2016-GLPRD).
14. Em 28.06.2016, foi eleito o Senador Magno Malta para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco da Maioria, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Moderador (Of. 126/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

15) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽²⁾
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁷⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1.
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)	3.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1.
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2.
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).



16) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

17) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

** - Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



18) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO ⁽⁶⁾	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

** Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



2)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

** . Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).



7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,28,34,45)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(47,51)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016-CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).



37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM).
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/2016-GLDBAG).
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB).
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/2016-GLDBAG).
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD).
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD).
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁴⁾	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽³⁰⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15,23,27)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(29,32)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).



4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ^(52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ^(32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27,39,45)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(20,21,38,40)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(46,49)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,29)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15,20,26)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).



- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM).
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG).
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO ⁽²⁰⁾	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).

9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).

5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

** Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
VAGO ⁽²³⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18,22,24)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(15,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM)
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(23,25)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).



5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(18,33)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ^(18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO ^(18,28)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO ⁽²⁴⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(19,20,31)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(6,13,17,26,30,31)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).



8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB).
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios n°s 25 a 29/2016-GLDBAG).



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽²²⁾	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(21,24)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO ^(13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽²²⁾	1. VAGO ^(14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).



19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR).

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM).

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).



11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).
2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO ⁽²⁴⁾	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)	1. VAGO ^(5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾	

Atualização: 29/06/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GRSOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: ⁽³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

VAGO ⁽²⁾

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

VAGO ^(4,6)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,8)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ?
Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(2,4)

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,5)

REDE

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(2,4)**PSOL**Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**Atualização:** 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEMVAGO ⁽³⁾**PP**

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,4)**REDE**

Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA
Atualização: 31/01/2015	

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,3)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



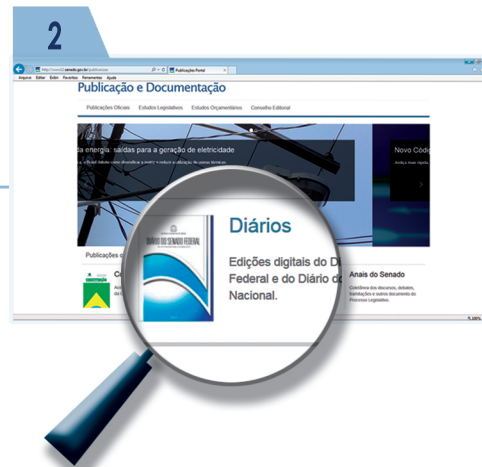
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



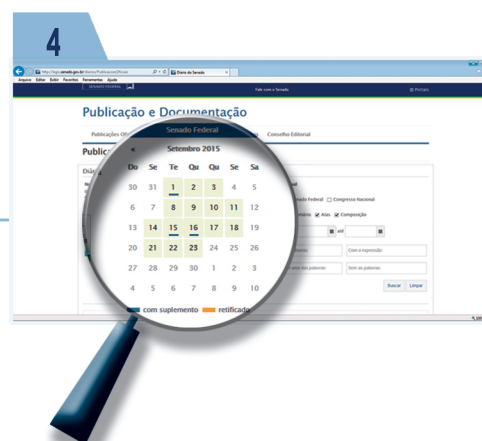
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.




Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal

adofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

